

# Arquivo Digital



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

# ARQUIVO DIGITAL

## ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://arquivo.academiagalega.org>

**Conjunto Documental:** 2008 - Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, 1.

**Título:** *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, 1.*

**Data:** 2008.

**Revista:** *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa.*

**Número:** 1.

**Páginas:** 260 [PDF sem as páginas 236-239 e 242-243, correspondentes às partituras musicais, por motivos de direitos autorais].

**Editora:** Academia Galega da Língua Portuguesa.

**Cidade:** Padrão.

**Meio Original:** Documento eletrónico em PDF, 258 p. de 14,8 x 21 cm. + 2 p. da capa e da contracapa de 32,17 x 21,63 cm.

**Proveniência:** Joám Evans Pim.

**Direitos:** Este material foi licenciado com uma licença *Creative Commons*, podendo ser copiado, distribuído, exibido e executado com atribuição da fonte, desde que seja para fins não comerciais, não podendo criar derivações da mesma.

(CC-BY-NC-ND) 3.0, 2011.

ESTUDOS		
O nome da Galiza	J. Martinho Montero Santalha	11
Síntese do reintegracionismo contemporâneo	Carlos Durão	35
Um ponto de inflexão na reivindicação nacional: 1916, a Irmandade da Fala	Ernesto Vázquez Souza	57
Estado, Nação e Triade Lingüística: Teorização leve sobre factos graves	António Gil Hernández	89
Categorias gramaticais e dicionários: para uma didática dos advérbios	Maria do Carmo Henriquez	105
O hexâmetro dactílico greco-latino e a sua adaptação à métrica galaico-portuguesa	Ángelo Brea Hernández	117
Galiza, terra e mãe	Bárbara Kristensen	133
Mulheres e exílio na obra de Luís Seoane		
NOTAS		
Sobre o conceito de Notáveis na obra sociolinguística de António Gil	Xavier Vilhar Trilho	153
Um (assombrado) Complexo de Bartleby: Isto [não] é um livro e Eu [não] sou [...]	Álvaro J. Vidal Bouzon	165
Revedo as noções de ‘Lusofonia’. Uma aproximação conceitual	J. Evans e B. Kristensen	179
Por um Corpus Musicum em liberdade	Rudesindo Soutelo	187
INSTITUIÇÃO		
Estatutos da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa	Assoc. Cultural Pró AGLP	195
Crónica da Conferência de Lisboa, intervenções institucionais e documentos	Vários autores	201
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	Países de Língua Portuguesa	213
Hino da Galiza	Vários autores	235
Introdução, partitura e letra		
Deu-la-deu	Rudesindo Soutelo	241
Suíte para guitarra		
PUBLICAÇÕES		
As Sete Fontes, de Concha Rousia	Ernesto Vázquez Souza	245
Desabafo coletivo e romance auroral		
Um país poético. Comentários a O País dos Nevoeiros, de Ángel Brea	António Gil Hernández	251
Da Lusofonia ameaçada: Temas de linguística política, de A. Gil Hernández	Álvaro J. Vidal Bouzon	259

# Boletim

da Academia Galega da Língua Portuguesa

José-Martinho Montero Santalha | Carlos Durão  
Ernesto Vázquez Sousa | António Gil Hernández  
Maria do Carmo Henriquez Salido | Ángel Brea  
Bárbara C. Kristensen | Álvaro J. Vidal Bouzon  
João Evans | Rudesindo Soutelo | Concha Rousia  
Alexandre Banhos | Ángel Cristóvão





*Boletim da  
Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

---



Academia Galega da  
Língua Portuguesa

*Boletim da  
Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

*n.º1 / 2008*

<b>Diretor</b>	António Gil Hernández
<b>Subdiretor</b>	José-Martinho Montero Santalha
<b>Secretário</b>	Ângelo Cristóvão
<b>Editor</b>	Joám Evans Pim
<b>Conselho de Redação</b>	Isaac Alonso Estraviz; Ângelo Cristóvão; Joám Evans Pim (Editor); António Gil Hernández (Diretor); Luís Gonçalves Blasco; José-Martinho Montero Santalha; Isabel Rei Sanmartim; Rudesindo Soutelo; Concha Rousia.
<b>Conselho Científico</b>	Carlos Assunção (UTAD); Evanildo Bechara (ABL); Regina Brito (Univ. Presbiteriana MacKenzie); João Malaca Casteleiro (ACL); Carlos Garrido (Uvigo); Maria do Carmo Henriques Salido (Uvigo); Álvaro Iriarte (Univ. do Minho); Isabel Moran Cabanas (USC); José Paz (Uvigo); Carlos Reis (Univ. Aberta); José Luís Rodríguez (USC); Luís G. Soto (USC); Jurjo Torres (UdC); Álvaro Vidal Bouzon (Univ. de Nottingham); Xavier Vilhar Trilho (USC); Beatriz Weigert (Univ. de Évora).
<b>Edita</b>	Academia Galega da Língua Portuguesa Rua de Castelão n.º 27 15900 Padrão, Galiza <a href="http://www.aglp.net">http://www.aglp.net</a> <a href="mailto:pro@aglp.net">pro@aglp.net</a>
<b>ISSN</b>	1888-8763
<b>Depósito Legal</b>	C-2345/08
<b>Impressão</b>	Tórculo Artes Gráficas

Conteúdos

ESTUDOS

O nome da Galiza	<i>J. Martinho Montero Santalha</i>	11
Síntese do reintegracionismo contemporâneo	<i>Carlos Durão</i>	35
Um ponto de inflexão na reivindicação nacional: 1916, a Irmandade da Fala	<i>Ernesto Vázquez Souza</i>	57
Estado, Nação e Tríade Lingüística: Teorização leve sobre factos graves	<i>António Gil Hernández</i>	89
Categorias gramaticais e dicionários: para uma didática dos advérbios	<i>Maria do Carmo Henriques</i>	105
O hexâmetro dactílico greco-latino e a sua adaptação à métrica galaico-portuguesa	<i>Ângelo Brea Hernández</i>	117
Galiza, terra e mãe Mulheres e exílio na obra de Luis Seoane	<i>Bárbara Kristensen</i>	133

NOTAS

Sobre o conceito de Notáveis na obra sociolinguística de António Gil	<i>Xavier Vilhar Trilho</i>	153
Um (assombrado) Complexo de Bartleby: <i>Isto [não] é um livro</i> e <i>Eu [não] sou [...]</i>	<i>Álvaro J. Vidal Bouzon</i>	165

Revendo as noções de ‘Lusofonia’. Uma aproximação conceitual	<i>J. Evans e B. Kristensen</i>	<b>179</b>
Por um <i>Corpus Musicum</i> em liberdade	<i>Rudesindo Soutelo</i>	<b>187</b>
<b>INSTITUIÇÃO</b>		
Estatutos da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa	<i>Assoc. Cultural Pró AGLP</i>	<b>195</b>
Crónica da Conferência de Lisboa, intervenções institucionais e documentos	<i>Vários autores</i>	<b>201</b>
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	<i>Países de Língua Portuguesa</i>	<b>213</b>
Hino da Galiza Introdução, partitura e letra	<i>Vários autores</i>	<b>235</b>
Deu-la-deu Suite para guitarra	<i>Rudesindo Soutelo</i>	<b>241</b>
<b>PUBLICAÇÕES</b>		
<i>As Sete Fontes</i> , de Concha Rousia Desabafo coletivo e romance auroral	<i>Ernesto Vázquez Souza</i>	<b>245</b>
Um país poético. Comentários a <i>O País dos Nevoeiros</i> , de Ângelo Brea	<i>António Gil Hernández</i>	<b>251</b>
Da Lusofonia ameaçada: <i>Temas de linguística política</i> , de A. Gil Hernández	<i>Álvaro J. Vidal Bouzon</i>	<b>259</b>



## Editorial

**C**omeçamos, neste ano 2008, uma caminhada tão esperançada quanto difícil. Esperamos contribuir para a construção da Comunidade lusófona da Galiza: somos conscientes das dificuldades que acompanham as propostas, as atividades e as atuações para verificarmos essa esperança.

Confiamos, como Castelão, no Povo galego e nos restantes Povos da Lusofonia para ultrapasarmos com sucesso as dificuldades.

Sabemos que a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) que iniciamos, também com este primeiro volume do *Boletim*, pode ser um dos fatores que contribuam a conscientizar os cidadãos da Galiza na sua condição de lusófonos, junto com os de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Timor Lorosae e todos os territórios e pessoas que se estimam unidos pela comum língua portuguesa, apesar ou justamente por gozarem culturas diferentes e complementares.

São fins propostos a serem atingidos por esta Academia: promover o processo da normalização e naturalização do Português na Galiza de modo congruente com os usos que vigoram na Lusofonia; colaborar com outras entidades lusófonas com fins semelhantes; e assessorar os poderes públicos e quaisquer outras instituições interessadas na implementação do Português nos territórios e comunidades da Lusofonia.

Agradecemos o contributo e interesse das pessoas que integram os Conselhos Científico e Assessor e das que futuramente possam fazer parte deles, assim como a todas aquelas que pertencem à Associação Cultural Pró AGLP: entre todos podemos conseguir que o movimento, que hoje iniciamos, alcance a importância e influência que a Galiza e a Lusofonia merecem.

*E eu digo-lhes com todo o respeito aos tradicionalistas da galeguidade atual em movimento, que quando valorizamos Galiza para fazê-la surgir política e culturalmente de seu, não olhamos a nada ultrapassado –que não quer dizer que não deva olhar-se– mas à realidade "presente" com olhada virgem: vendo um país com língua própria, viva na maioria dos seus moradores e afincada num esteio indestrutível, o da língua portuguesa, que lhe dá aos nossos anseios uma força maior que a dos outros povos diferenciados da Península e da Europa inteira; um país de unidade geográfica, económica e moral, [...] um povo com alma e cidadania, um povo relevante e útil a si mesmo e ao progresso humano, esculpindo-se em si mesmo para si mesmo com cinzel do próprio estilo.*

*O nosso pulo nasceu olhando o presente e o porvir. Germinaria igual, a não termos história nem precursores. Os que fitam agora atrás fazem bem; mas nós não olhávamos quando libertámos o berro primeiro do galeguismo consciente. Sem passado histórico daria no mesmo. Concebemo-lo a peregrinar por Portugal. Vendo-lhe viver a vida moderna na nossa fala.*

*A. Vilar Ponte (Viveiro 1881 - Crunha 1936).*

## Estudos

---



## O nome da Galiza

José-Martinho Montero Santalha

**A** pesar de que os dados histórico-linguísticos são claros, mantém-se ainda na Galiza o debate sobre qual é a forma correta, na nossa língua, do nome do nosso país. As opiniões ao respeito podem classificar-se em três: 1) Que a forma correta é *Galiza*; 2) Que é *Galicia*; 3) Que ambas as formas, *Galiza* e *Galicia*, são “galegas”, portanto correctas e legítimas.

Como se vê, o ponto em que se contrapõem essas três opiniões é unicamente se existe ou não na sílaba final um *-i-* (fonologicamente /j/), é dizer, a vogal assilábica (ou, melhor, semivogal, ou, ainda melhor, semiconsoante) que em filologia se conhece como «iode» (em castelhano «yod»).

Para compreender o fundo do debate, será útil, antes de mais, advertir que *Galiza* é a forma portuguesa, mantida em Portugal desde os inícios da língua escrita (século XIII) até hoje, enquanto *Galicia* é a forma atual castelhana, usual também na fala (portuguesa) mais comum da Galiza desde há tempo.

À vista desta situação, é fácil compreender que a oposição *Galiza* / *Galicia* é só um caso particular do confronto geral entre duas concepções da língua da Galiza e do seu futuro: entre os que defendemos que deve conservar-se a sua identidade histórica com a língua da área portuguesa, por um lado, e, por outro, os que pretendem desmembrar a Galiza da área lusófona erigindo a fala galega em idioma independente do português<sup>1</sup>.

### *Importância do vocábulo*

Não resultará ocioso, antes de mais, chamar a atenção sobre a especial importância deste vocábulo para o uso linguístico na Galiza, como de resto tem qualquer outro nome de país no uso linguístico das suas gentes. Em primeiro

---

<sup>1</sup> Embora os defensores desta concepção desmembradora não tenham tal intenção, na prática a pretensão de fazer da fala da Galiza uma língua independente do português do resto do mundo vem a equivaler quase sempre a uma submissão ao castelhano. O caso de *Galicia* é um exemplo desse feito geral.

lugar, pela sua alta frequência no discurso: exceptuando as palavras básicas ou vitais do idioma, poucas outras poderão alcançar um nível de ocorrências tão elevado. E, em segundo lugar, pela conotação afetiva que esse uso encerra: é natural que para os galegos o nome do país se ligue de algum modo com a imagem íntima que cada um tem da Terra.

### *O presente trabalho*

O presente trabalho pretende defender com argumentos fundamentalmente filológicos a primeira das três opiniões antes enumeradas: que *Galiza* é a forma que deve ser considerada como normativa. E isto por duas razões complementares:

- 1) Em primeiro lugar, porque *Galiza* é a forma genuína da nossa língua, enquanto *Galicia* é (como o correspondente gentílico *gallego*) um castelhanismo difundido na fala popular galega em tempos modernos.
- 2) E, em segundo lugar, porque *Galiza* é a forma que se emprega no restante âmbito da nossa língua, cuja unidade é fundamental mantermos.

A exposição que aqui ofereço limita-se ao ponto que é motivo de controvérsia: a existência ou não de iode (-cia ou -za). Prescindirei, pois, doutros aspectos que afetam a história do vocábulo, mas não o ponto concreto do iode. Entre esses pontos encontram-se os seguintes:

- A evolução da pronúncia, dentro já do período romance: apresenta um processo absolutamente regular, partindo de uma pronúncia medieval /ga'lidza/ (representada graficamente *Galiza*, como veremos).
- A história da correspondente forma castelhana, cuja evolução, contrariamente ao que por vezes se diz, não afecta o ponto concreto do iode. O resultado regular em espanhol foi *Gallizia* (fonologicamente /ga'lidzja/), e assim se manteve durante a época medieval; nos fins da Idade Média e inícios da Moderna passou a *Galizia* / *Galicia*. Portanto, o espanhol manteve o iode ao longo de toda a história, desde os inícios (*Gallizia*) até hoje (*Galicia*), ao passo que em galego-português, como se verá, a forma genuína foi sem iode desde o primeiro momento (*Galiza*). Que em castelhano a forma do topónimo tenha mudado o -ll- (fonologicamente /λ/) para -l- (/l/), ao passo que no gentílico *gallego* se tenha conservado o -ll- (/λ/) até hoje, pode dever-se a influxo galego-português (fenómeno que não tem nada de extraordinário; também a forma original castelhana *portugalés* passou a *portugués* sob o influxo da nossa língua); mas, se efectivamente esse foi o factor causante, o influxo da nossa língua foi apenas parcial, pois não levou a forma original castelhana *Gallizia* a perder o seu iode como sucedera na galego-portuguesa. De modo que, haja ou não influxo da nossa língua no

-l- da actual forma castelhana *Galicia*, este facto não afeta o problema do iode, que é o tema em foco.

## A pré-história do vocábulo

### A etimologia

Podemos começar fazendo uma rápida alusão à etimologia (hipotética) do vocábulo. São várias as conjecturas que se têm apresentado, alguma delas com boa base histórico-filológica, mas o étimo exato continua a ser incerto<sup>2</sup>. Pode-se dizer, resumindo, que é seguramente de origem pré-romana, provavelmente céltica, talvez relacionada com (*Portum*) *Cale*, nome primitivo da desembocadura do rio Douro (donde procedem não só os nomes de *O Porto* e *Gaia* mas também o de *Portugal*).

### A forma primitiva: Callaecia (e callaecus)

A forma mais antiga que podemos documentar do nome é *Callaecia*, em latim. Aparece por primeira vez em testemunhos que datam dos primeiros anos da nossa era, ou de pouco antes.

No entanto, é importante notar que bastante anterior à aparição histórica do topónimo *Callaecia* é a aparição do gentílico *callaecus*, que parece designar primitivamente um povo estabelecido no território que agora corresponde ao Sul da Galiza e ao Norte de Portugal, na zona interior.

Poderíamos supor que, como tantas vezes acontece, o gentílico fosse um derivado do topónimo, e que portanto o topónimo fosse anterior; mas neste caso parece dar-se a situação inversa: dado que o gentílico se documenta bastante antes que o topónimo, o que se considera geralmente mais provável é que o topónimo fosse formado pelos conquistadores romanos a partir do gentílico. Este, por sua vez, refletirá a denominação que os *callaici* se davam a si mesmos, ou, se não, o nome com que eram designados pelos seus vizinhos.

Mais ou menos pelo mesmo tempo aparecem as correspondentes formas gregas *καλλαϊκός* (*kallaikós*) e *Καλλαϊκία* (*Kallaikía*). A habitual relação de antiguidade relativa grego / latim (isto é: a forma grega como mais antiga do que a latina) não parece dar-se neste caso; a realidade parece ser antes a inversa. Dado que os escritores gregos que nos proporcionam o nome pertencem já à época do domínio romano na Península, provavelmente transmitiam a informação recolhida pelos romanos nos seus primeiros contactos com a nossa área; desse modo, as formas mais antigas serão realmente as latinas, e os escritores gregos simplesmente terão transcrito para grego essas

---

<sup>2</sup> Juan José Moralejo Alvarez (2002) recolheu um curioso conjunto de propostas etimológicas, anteriores à época científica da Filologia.

formas latinas, seguindo as tendências habituais de equivalência fonética (especialmente [grego *ai* = lat. *ae*]).

De facto, a pronúncia de ambas as denominações, latina e grega, no século I era quase idêntica, em ambos os casos com 4 sílabas (a saber: /kal-laj-ki-a/); somente deviam de distinguir-se na tonicidade silábica: /kallaj'kia/ em grego (com acento tónico na sílaba *ki*), /kal'lajkia/ em latim (com acento na sílaba *lae*, pronunciada aproximadamente /laj/).

*A evolução latina:* Callaecia > Callecia > Gallecia > Galicia

Antes de seguir adiante, devemos indicar, neste ponto da história do nosso vocábulo, uma modificação de índole fonética que, por ser geral a toda a língua latina (e não particular como são as outras duas modificações de *Callaecia* que logo veremos), não apresenta problemas: trata-se da monotongação do ditongo *ae*. Originariamente pronunciava-se, segundo já vimos, como /aj/ aproximadamente; mas passou a ser pronunciado regularmente sem ditongo já a partir de finais do século I depois de Cristo. Tratando-se de um fenómeno geral do idioma, afetou todas as palavras em que ocorria: portanto *Callaecia* (pronunciado com ditongo *-ae-*) passou nessa altura a pronunciar-se sem ditongo. A grafia fonologicamente exata dessa nova pronúncia seria *Callecia*; porém, ainda que essa nova grafia sem o ditongo *-ae-* irá introduzindo-se pouco a pouco na documentação (até fazer-se comum na época medieval), a tendência conservadora do sistema ortográfico induziu a conservar frequentemente a grafia do ditongo *-ae-*, embora não correspondesse já à pronúncia comum.

Talvez ainda dentro da época romana ou, pelo menos, na época de transição entre o poder romano e o germânico, mas, de qualquer modo, muito antes de surgirem as actuais línguas romances, aconteceram duas modificações irregulares, ou inesperadas, de índole fonética na forma primitiva (*Callaecia*) do nome: por uma parte, a sonorização da consoante inicial: *Call-* > *Gall-*; e, por outra, a modificação da vogal tónica: *-l(a)e-* > *-li-*.

Call(a)ecia > Gall(a)ecia

A respeito do primeiro desses dois fenómenos (a sonorização da consoante inicial: *C-* > *G-*), poderia alguém perguntar-se se, nos abundantes testemunhos (nomeadamente epigráficos) de *Callaecia* e *callaecus* (com *c-* inicial), não se poderia tratar de um mero facto gráfico, consequência da velha e conhecida confusão latina entre *C* e *G* (por exemplo, entre *Caius* / *Gaius*). Dado que a letra *C* representava inicialmente na escrita latina ambos os fonemas velares, surdo /k/ e sonoro /g/, e que a introdução do grafema *G* é posterior, há que ter em conta que a difusão deste segundo signo tardou em ser de conhecimento e uso universal: poderia, pois, ter sucedido que as primeiras transcrições *Callaecus* / *Callaecia* resultassem enganosas por essa causa, e que na realidade o valor fonético desse *C-* fosse já o da consoante sonora /g/.



Mas parece seguro que essa suposição carece de fundamento. Em primeiro lugar, as transcrições gregas com *K*- inicial, e não com  $\Gamma$ - (= *G*-), sugerem que a pronúncia era efetivamente com inicial surda /k/. E, em segundo lugar, a cronologia dos testemunhos mostra que as inscrições -às quais deve atribuir-se a maior importância neste assunto, por serem documentos originais, enquanto os manuscritos literários procedem quase sempre de época bastante posterior aos autores- são praticamente concordantes no uso de *Callaecia* e *callaecus* até aos inícios do século V, na época das invasões germânicas: seria inadmissível e até contraditório atribuir esse facto a mera confusão gráfica entre *C*- e *G*-<sup>3</sup>.

É a partir do século V quando na documentação conservada vemos aparecer de modo praticamente constante a consoante inicial *G*-. *Gallecia* e *gallecus*<sup>4</sup>. Não é segura a causa desta modificação de *Callectia* para *Gallecia*. Talvez se deveu ao influxo paronomástico de *Gallia*, topónimo muito mais conhecido e usual. De resto, ainda que essa mudança fonética /k/ > /g/ em posição inicial não pode considerar-se comum em latim, também não é um fenómeno insólito, pois existem outros casos parecidos.

*Gallecia* > *Gallicia*

O segundo fenómeno (passo de *Gallecia* a *Gallicia*) é igualmente tardio, mas deveu de acontecer quase simultaneamente com o primeiro; isto é, não mais tarde do século V.

Aqui ainda mais claramente do que no fenómeno anterior, as causas desta mudança não parece que tenham sido de natureza fonética, mas analógica (ou seja: por influência ou contaminação doutros elementos da língua, de natureza mais sensível aos factores psicológicos, como são os morfemas e os vocábulos que, na mentalidade dos falantes, se podiam abeirar com *Gallecia*, quer por certa aproximação semântica quer por mera similitude formal). Em primeiro lugar, o factor determinante deveu de ser novamente a influência de *Gallia* e do seu gentílico *gallicus*; e, em segundo lugar, também deveu de existir influxo da terminação -*icia*, mais corrente em topónimos (por exemplo, *Poenicia*, *Cilicia*, etc.). Mas é também possível que todo o fenómeno tenha sido

---

<sup>3</sup> Boissevain, que estudou este ponto num artigo do ano 1892 que conserva ainda todo o seu valor, chega à conclusão de que, vista a unanimidade da forma com *C*- nas inscrições, há que corrigir muitas das edições modernas de textos de autores anteriores ao século V em que aparecem formas com *G*-, pois “seria inexplicável que os escritores usassem uma forma desconhecida nas inscrições”, o que, de resto, aparece confirmado pelo testemunho dos melhores manuscritos: “Mirum sane foret si scriptores horum vocabulorum ea forma usi fuissent, quam ignorent inscriptiones. Quod non ita esse tantum sanae mentis ratione evincitur, sed etiam certo scriptorum ipsorum testimonio confirmatur” (1892:289).

<sup>4</sup> Boissevain (1892:291) resume a situação: “Ut sine ulla varietate usque ad Saeculi quinti partem priorem formae *Callaeci* et *Callaecia* in usu sunt, ita ab inde tempore constanter scribuntur per litteram *G*”.

estimulado por uma pronúncia hispano-céltica do /e/ breve de *Galecia* como de timbre fechado (e não aberto, como seria normal em latim)<sup>5</sup>.

### *A forma latina Gallicia como ponto de partida*

Esta forma *Gallicia* aparece já em inscrições de época romana tardia, e é a preferentemente empregada por diversos escritores a partir do período que vai entre o fim da Idade Antiga e os inícios da Idade Média (séculos V-VI): é já a que nos apresentam preferentemente os manuscritos que nos transmitiram as obras dos galaicos Idácio, bispo de Chaves (que viveu aproximadamente entre os anos 395-470), e São Martinho de Dume, bispo de Dume e Braga (falecido em 569).

*Gallicia* será logo a forma latina normal na alta Idade Média (séculos VI-VIII) por toda a Europa, e assim a vemos aparecer, por exemplo, nos escritos do gaulês São Gregório de Tours (que viveu entre 538-594 aproximadamente), do hispano Santo Isidoro de Sevilha (aprox. 560-636) ou do itálico Paulo Diácono (aprox. 720-792).

Nos documentos latinos hispânicos –e especialmente galaico-leoneses– dos séculos IX-XIII aparece preferentemente a forma *Gallecia* (ou *Galecia*, ou mesmo *-etia*: *Galletia* ou *Galetia*). Mas daqui não deve deduzir-se que a língua comum falada nesses territórios (quer fosse ainda tardo-latina quer já romance) usasse então o topónimo com /e/ tónico. Pelo contrário, tudo indica que se tratava de uma forma puramente erudita: os escribas eram evidentemente conscientes de que estavam escrevendo em latim, e *Gallecia* era para eles simplesmente a forma que a tradição jurídica considerava como propriamente latina, independentemente do uso popular.

Em resumo: a evolução da forma latina foi, ainda dentro do período do latim (e portanto antes do período romance) a seguinte: *Callaecia* (e *Callectia*) > *Gallecia* > *Gallicia*.

Portanto, o ponto de partida para o nome nas línguas romances não é a forma do latim clássico (que vimos ser primitivamente *Callaecia* e posteriormente *Gall(a)ecia*) mas a do latim tardio, que era *Gallicia*, com /i/ tónico. Desta forma tardo-latina *Gallicia* procedem regularmente as formas das diversas línguas romances, as quais apresentam /i/ tónico.

A partir do latim tardio *Gallicia* são normais tanto o resultado castelhano medieval *Gallizia* como o galego-português *Galiza*. Consequentemente, carece de fundamento afirmar, como a miúdo se diz, que na nossa língua deveríamos esperar *\*Galeza* (e em espanhol *\*Gallezia* ou *\*Galleza*), com /e/ tónico

---

<sup>5</sup> Corominas tem advertido repetidamente que existem abundantes indícios que nos fazem pensar que no céltico da Península Ibérica o /e/ breve era articulado com timbre fechado, e não com timbre aberto como acontecia em latim. Vid. no seu *DECH*, por exemplo, s. v. *amelga*, *berro*, *greña*, *légamo*, *legua*, *lóbrego* (nota 12), *sel* (“hay indicios de que la E celtibérica se pronunciaba cerrada”), *serna* (onde sugere “admitir que la E hispano-céltica tuviera un timbre más cerrado que la E latina”), *sisca*, *terco* (nota 11).

e não com /i/. O /i/ tónico não é um fenómeno exclusivamente galego-português, nem sequer hispânico, mas panromânico, justamente porque procede da forma *Gallicia*, que era comum a todo o latim tardio.

### A forma do galego-português medieval: *Galiza*

Para sabermos qual é a forma autenticamente galega temos que acudir aos textos medievais, especialmente aos dos séculos XIII e XIV, quando a nossa língua se desenvolvia na Galiza de forma natural, sem a premente e progressiva pressão castelhana que começou a suportar desde os fins da Idade Média.

Apresentarei as passagens dos principais textos literários medievais redigidos na Galiza nas quais ocorre o nome do nosso país. Limite-me, pois, a obras cuja redação se realizou no território galego, mas claro está que as citações poderiam enriquecer-se também com textos redigidos em território português, onde a forma do topónimo nunca apresentou dúvidas: sempre *Galiza* até hoje.

Os textos apresentados abrangem todo o tempo de cultivo escrito do nosso idioma na época medieval: desde meados do século XIII até fins do século XV. Como é sabido, a datação de alguns textos literários medievais nem sempre é segura, e, ademais, nalguns casos adem-se dificuldades na datação dos manuscritos que no-los transmitiram; porém, para o tema que nos ocupa, a perspectiva cronológica geral dos textos que veremos está suficientemente definida.

Cito todos os casos em que aparece o nome do nosso país tanto em textos poéticos como nas mais importantes obras prosísticas<sup>6</sup>.

#### a) Na poesia trovadoresca

Na poesia trovadoresca profana ocorre o nome do país duas vezes, em ambas *Galiza*<sup>7</sup>: aparece na cantiga de escárnio «A mi quer mal o infançom» (*Be* 1341, V [948]: núm. 1358 [= *Tav* 87,5]), do trovador galego Dom Lopo Lias, que viveu no século XIII: “Quantos hoj” em *Galiza* som / atá em terra de Leom” (vv. 8-9); a segunda ocorrência, também numa cantiga de escárnio, possui mais valor para o nosso assunto, por aparecer em rima. Trata-se da cantiga de Caldeïrom «Os d’ Aragom, que soem donear» (*Ba* 1623, V [1157]: núm. 1635 [= *Tav* 24,1]). Embora o texto desta composição apresente algumas dúvidas textuais, é seguro que

<sup>6</sup> Devo advertir que nas citações de textos (tanto nos galego-portugueses como nos castelhanos que apresentarei mais adiante), embora tome como ponto de partida as edições que cito, aplico os meus próprios critérios de transcrição, que em pontos são distintos dos empregados pelos respetivos editores: adopto um sistema de transcrição filológica, não paleográfica nem semi-paleográfica; portanto, apresento uma representação gráfica que quer refletir de modo sistemático a língua da época em que o texto foi composto, que era o que o texto manuscrito pretendia representar.

<sup>7</sup> As passagens aduzidas podem ver-se no seu contexto em Lapa (1970) e Vários (1996). Esta última obra compilatória, de grande mérito e utilidade, reedita as perto de 1700 cantigas profanas, na ordem da catalogação de Tavani, segundo a edição crítica publicada que os compiladores consideraram melhor em cada caso. Inclui ademais ampla informação biográfica, bibliográfica e métrico-retórica.

*Galiza* (v. 18: “Quand’ eu vim de *Galiza*”) aparece aqui em rima com *Fariza* top. (v. 20), *peliza* ou *peñiza* s.f. (v. 21) e *liza* ou *liça* s.f. (v. 24).

Na poesia religiosa (*Cantigas de Santa Maria*: segunda metade do século XIII) ocorre o nome do país em três passagens, sempre na forma *Galiza*<sup>8</sup>:

104.11: “Aquesto foi em *Galiza* nom há i mui gram sazom”.

221.16: “Este meninh’ em Castela com rei Dom Afonso era, / seu avoo, que do reino de *Galiza* o fezera / viir e que o amava a gram maravilha fera”.

317.6: “Como s’ achou, nom há i mui gram sazom, / em *Galiza* um escudeiraz peom”.

Vemos, pois, que as 5 ocorrências do nome na nossa poesia trovadoresca (duas na poesia profana e três na religiosa) apresentam todas a forma *Galiza*. E é preciso notar, ademais do especial valor que tem o facto de que uma dessas ocorrências apareça em posição de rima, como fica dito, que as três passagens das *Cantigas de Santa Maria* procedem do escritório do rei Afonso X o Sábio, de quem veremos mais adiante a clara diferença que estabelece ao respeito nos seus escritos em castelhano e em galego-português: sempre *Gallizia* em castelhano, e sempre *Galiza* em galego-português.

#### b) Na prosa literária

Citarei, em ordem cronológica, as ocorrências do nome nos seguintes textos prosísticos:

- 1) na tradução galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla* (1296-1312 aprox.), onde aparece 49 vezes;
- 2) na versão galega da *General Estoria* (século XIV), uma vez;
- 3) na *Crónica Troiãa* (ano 1373), uma vez;
- 4) no livro dos *Miragres de Santiago* (aprox. 1370-1430), 17 vezes; e
- 5) na chamada *Crónica de Íria* (1467-68), 18 vezes.

---

<sup>8</sup> Vid. Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria editadas por* Walter Mettmann (1986-89). Esta edição foi reimpressa facsimilarmente em dois tomos por Edicións Xerais de Galicia (1981): o tomo primeiro inclui os dois primeiros volumes da edição de Coimbra, até à cantiga 250 inclusive, e o segundo os dois volumes restantes, da cantiga 251 até o fim e o glossário. O mesmo Mettmann preparou uma nova edição, esta vez publicada em Madrid e destinada em princípio a leitores de língua castelhana (os textos de apoio –introdução, notas, glossário– estão agora redigidos nesse idioma): tomo I, 1986, núm. 134 da colecção, «Cantigas 1 a 100» [ademais dos dois prólogos, A e B, fora de numeração], com uma sintética mas verdadeiramente magistral introdução no início, e, no fim, a transcrição da versão castelhana em prosa das cantigas 2 a 25; tomo II, 1988, núm. 172, «Cantigas 101 a 260»; tomo III, 1989, núm. 178, «Cantigas 261 a 427», com um glossário resumido no fim; mantém substancialmente o texto da edição anterior, embora com leves melhoras; o aparelho crítico com a informação sobre variantes dos mss. aparece agora simplificado, e o magnífico glossário da 1ª edição ficou aqui reduzido a uma simples lista das palavras de difícil inteligência para o previsível leitor castelhano; elementos novos nesta edição a respeito da de Coimbra são grande parte da introdução e as notas, que oferecem informação de diversa índole, especialmente sobre as fontes dos relatos e bibliografia.

- Versão galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla* (1296-1312 aprox.): 49 vezes<sup>9</sup>:

“El-rei Dom Ramiro [...] ajuntou suas companhas mui grandes e seus poderes [...] até que chegou aa cidade de Lugo, que é em terra de *Galiza*; e, des que chegou alô e xe lhe juntarom seus poderes, acordou-os i” (*M* fólío 1rab, *S* fólío 1ra; Lorenzo (1975:3).

“ena era de oitocentos anos e seteenta e dous [...] chegarom a F[a]ro de *Galiza* com muitas naves os normãos, ùa gente mui crua, e era pagãa que nunc’ a ainda home atanto vira em Espanha” (*M* fólío 4ra, *S* fólío 6ra; Lorenzo (1975:13-14).

“ou filhodalgo a que diziam Fruela Vermúndez [...], logo que soube que el-rei Dom Ordonho era morto, e este Dom Afonso o Magno, seu filho, era rei alçado em seu lugar, [...] pensou logo em como lhe poderia tolher o reino [...]; e el tornou-se a *Galiza* aa[s] novas do m[u]damento dos reis, e ajuntou grandes companhas do reino e grandes gentes de galegos e d’ asturãos e doutras partes [...].E disto chegarom logo as novas a el-rei Dom Afonso [...]; e, logo que o soube, tornou-se pera Ovedo; [e] assi como chegou, foi logo recebido mui honradamente dos asturãos e dos galegos, e vo-se pera Leom” (*M* fólíos 8rb e 8va, *S* fólíos 11rb e 11va; Lorenzo (1975:27-28).

“mandou Mahomat, rei de Córdoba, fazer naves i em sua cidade e em Sivilha e ennos outros lugares do soube que havia avondo de madeira que pera aquilo fosse mester; ca oira dizer que havia em *Galiza* cidades e castelos e vilas mui boas que nom haviam emparança de castelo nem de cerca nem doutra forteleza nem-ùia. E, pois que houve sua frota aguizada mui grande, fez seu endeantado dela ùu mouro que havia nume Abdelhamit, e enviô-o com aquela frota contra *Galiza*; e, eles indo seu caminho pelo mar, levantou-se tempestade tam grande que quebrantou quantas naves i iam, e morrerom i todos, que nom escap[arom] ende nem-ùius senom ùius poucos com Abdelhamit” (*M* fólío 14rb, *S* fólío 21ra; Lorenzo (1975:48)<sup>10</sup>.

“E o papa [...] enviou-lhe sua carta al-rei Dom Afonso feita em esta maneira: [...] E vós, nosso filho mui amado, quandoquer que o vosso mandado enviardes a nós ou algüu da vossa terra de parte de *Galiza*, u Deus pose a vós por governador, receber-vos-emos por nossos filhos mui de boa mente e prazer-nos-á muito com vossos mandad[eir]os” (*M* fólío 17va, *S* fólío 26ra; Lorenzo (1975:58).

“E a este rei Dom Ordonho dera el-rei Dom Afonso *Galiza* por terra, que a houvesse de veer e de guardar” (*M* fólío 19vb, *S* fólío 29rb; Lorenzo (1975:65).

“el-rei Dom Ordonho [...] casou com ùa dona de *Galiza* que havia nume Dona Aragunte, mais leixou-a depois porque sospeitou dela” (*M* fólío 22ra, *S* fólío; Lorenzo (1975:74).

<sup>9</sup> Indico mediante a sigla *M* o ms. de Madrid, e por *S* o ms. de Salamanca, e assinalo a página em que aparece a passagem na edição de Ramón Lorenzo (1975).

<sup>10</sup> O manuscrito *S* oferece, dentro do fragmento citado, um pequeno inciso acrescentando uma frase em que ocorre também a forma *Galiza* (sob a grafia *Galliça*). Eis como aparece o trecho em foco (ressaltando em negrito o texto acrescentado): “e, eles indo seu caminho pelo mar, **aportarom em Galiza, em Mondonhedo, em um lugar a que deziam Auuasum** [?], e levantou-se tempestade tam grande [...]”.

“Andados XI anos do reinado del-rei Dom Sancho de Leom [...], moverom os *galegos* ontre si contendas e gresgos que eram a dano del-rei e da terra. E el-rei Dom Sancho, tanto que o soube, foi alá e [d]omou a todo- (-los maiores e os meores), de guisa que pacificou todo *Galiza* e terra de Lucena” (*M* fólío 46vb, *S* fólío 74va; Lorenzo (1975:156).

“andados três anos do reinado del-rei Dom Ramiro [...] acaceu que aquela gente dos n[ormã]os , pois que houverom corruda todo *Galiza* e roubada toda a terra e feito a sua guisa quanto quiserom, querendo-se já eles tornar a seus navios com grandes gaanças e muitos cristãos que levavam cativos pera se ir pera suas terras, saiu a eles o conde Dom Gonçalvo Sánchez com gram poder” (*M* fólío 48ra, *S* fólío 76vb; Lorenzo (1975:161).

“Em aquela sazom que esto conteceu dos n[ormã]os em *Galiza* e eno reino de Leom, Fernám Gonçálvez, conde de Castela, [...] saiu e chamou todas suas gentes” (*M* fólío 48rb, *S* fólío 77ra; Lorenzo (1975:162).

“este rei Dom Ramiro [...], sendo ainda nino de pouca idade e de pouco entendimento, começou a assanhar os condes de *Galiza* per suas palavras nom cordas e por seus feitos desguisados” (*M* fólío 50va, *S* fólío 81ra; Lorenzo (1975:171).

“Como os condes de *Galiza* alçarom por rei em Santiago a Dom Bermudo, filho del-rei Dom Ordonho. [...] os condes de *Galiza*, pois que nom poderom sofrer o mal que el-rei Dom Ramiro lhes fazia, alçarom rei em Santiago a Dom Bermudo, filho del-rei Dom Ordonho. E el-rei Dom Ramiro, quando esto soube, ajuntou mui grande hoste e foi pera *Galiza* sobre Dom Bermudo. E outrossi quando esto viu Dom Bermudo, ajuntou seu poder daqueles poderosos de *Galiza* que o alçaram rei, e vëo contra el” (*M* fólío 51va, *S* fólío 82vb; Lorenzo (1975:174-175).

“aqueel Roy Valásquez [...] fezo suas vodas enna cidade de Burgos; e enviou convidar a todos seus amigos a muitas terras: a *Galiza*, a Leom, a Portugal, a Estremadura, a Gasconha, a Arangom, a Navarra” (*M* fólío 51vb, *S* fólío 83rb; Lorenzo (1975:176).

“caeu ennos mouros tal enfermidade que todo-los mais deles morrerom dela [...], de guisa que nom escaparon ende senom mui poucos que contassem as novas em sua terra, e da cavalgada que eles fizeram contra *Galiza* e das gãanças que sacarom da terra do apóstolo Santiago” (*M* fólío 58vb, *S* fólío 95vb; Lorenzo (1975:202).

“E disserom-lhi que havia el prometudo aos mouros que receberia el a lei de Mahomat e que lhes daria toda a terra de *Galiza*; e el-rei creeu-os daquelo que lhe diziam” (*M* fólío 59ra, *S* fólío 96ra; Lorenzo (1975:203).

“Entom Dom Guilhem Gômez, conde de *Galiza*, que vëera pera defender a vila, era mui mal enfermo” (*M* fólío 61ra, *S* fólío; Lorenzo (1975:211).

“este ano vëo Almançor com sua hoste mui grande e entrou em *Galiza* per Portugal, correndo e astragando vilas e cidades” (*M* fólío 62va, *S* fólío 101ra; Lorenzo (1975:217).

“mandou prender, por miscla que fizeram, a Dom Gondesteo, o bispo d’ Ovedo, e deitá-lo enno castelo a que dizem A Pena da Reinha, e é em fondo de *Galiza*” (*M* fólío 63va, *S* fólío 102vb; Lorenzo (1975:221).

“Este rei Dom Afonso, mentre que era pequeno, criou-o o conde Meém Gonçalves de *Galiza* e sua mulher, a condessa Dona Maior” (*M* fólho 64rb, *S* fólho 103vb; Lorenzo (1975:224).

“e deu-lhi boos foros e boos costumes, quae-los devia a haver tam bõa cidade, e todo o reino, que é de-lo rio de Pisorga até o cabo de *Galiza*; e afirmou a lei dos godos” (*M* fólho 74va, *S* fólho 117rb; Lorenzo (1975:257).

“E naceu em *Galiza*, em um lugar que dizem Caldas de Reis, e criaram-no em *Galiza* o arcebispo Dom Diego, que foi o primeiro arcebispo de Santiago des que a província de Mérida foi mudada a Santiago, e o conde Dom Pedro de Trava” (*M* fólho 83va, *S* fólho 130ra; Lorenzo (1975:287).

“depois disto, temendo-se os altos homes de terra de Leom e de *Galiza* que verria gram dano aa terra” (*M* fólho 87va, *S* fólho; Lorenzo (1975:300).

“E era entom em terra de *Galiza*, e vëo dalá aa cidade de Leom e fezo i mui grandes vodas e mui nobres” (*M* fólho 87vb, *S* fólho 135va; Lorenzo (1975:301)<sup>11</sup>.

“Conta a hestória que, em este tempo, estando el-rei Dom Fernando em *Galiza*, os mouros veerom correr Castela e Estremadura” (*M* fólho 96rb; Lorenzo (1975:322).

“E refezo muitos lugares, como conta a hestória, maiormente ena igreja de Santiago de *Galiza*, e em outros muitos [lugares]” (*M* fólho 102rb; Lorenzo (1975:343).

“e deu a Dom Garcia, que era o meor, o reino de *Galiza*, com todo o que ele gaanhara em Portugal” (*M* fólho 103va; Lorenzo (1975:348).

“Andados quatro anos de seu reinado, Dom Sancho, como estava assanhado, foi-se pera *Galiza*, e, como estavam desaviúdos, gaanhou a terra mui livremente” (*M* fólho 106vb; Lorenzo (1975:359).

“Pois el-rei Dom Sancho isto acabou, to[m]jou o reino de *Galiza* e de Portugal, e poso recado em ele” (*M* fólho 108ra; Lorenzo (1975:364).

“Dona Elvira, molher que foi del-rei de *Galiza*, que foi irmão de Rouberte Guisar” (*M* fólho 119rb; Lorenzo (1975:406).

“o conde Dom Martinho de Portugal, e Gustios Núñez, e Muno Sánchez de *Galiza*, e Muno Soárez de Leom” (*M* fólho 129va; Lorenzo (1975:444).

“E houverom seu acordo que alçassem rei o menino Dom Afonso, que criavam em *Galiza*; e alçaro-no por rei” (*M* fólho 198rb; Lorenzo (1975:685).

“e todo o que gaanhara em Portugal deu-o a Dom Fernando, que era o meor, e com todo o reino de *Galiza*. Des i, o emperador sacou sua hoste e foi sobre Córdova” (*M* fólho 201ra; Lorenzo (1975:693).

“Um infançom havia em *Galiza* que havia nume Dom Fernando; e tolheu per força a um lavrador sua herdade” (*M* fólho 202rb; Lorenzo (1975:697).

“e mandou-lhes muito em puridade que guisassem seus cavalos pera se ir com ele, e foi-se com eles pera *Galiza*; e nom quedou d’ andar [de] dia nem de noite” (*M* fólho 202va; Lorenzo (1975:698).

<sup>11</sup> A partir daqui, acaba o ms. *S*, e temos somente o ms. *M*.

“E entom o emperador andou descubertamente per *Galiza*, fazendo justiça e assessegando a terra” (*M* fólío 202va; Lorenzo (1975:698).

“E el-rei de Portugal foi mui sanhudo, e fezo gram guerra a *Galiza*, e tomou toda a terra de Limia e de Toronho” (*M* fólío 209rb; Lorenzo (1975:721).

“houve aviinça com ele que lhi dêsse o que tiinha tomado em *Galiza*, e que o soltasse e que o leixasse ir a sua terra guarecer da perna, e, logo como fosse são, tal ora como cavalgasse, que se verria a su[a] prijom. E el-rei Dom Fernando solto’-o; e el fezo-lhe tal menagem e foi-se a seu reino, e mandou-lhi entregar o que lhi tomara em *Galiza*. E el punhou de guarecer quanto mais pôde” (*M* fólío 209va; Lorenzo (1975:721-722).

“E achou i as campãas da igreja de Santiago apóstolo, de *Galiza*, que adusse-ra i Almançor q[uando] entrou alô” (*M* fólío 237ra; Lorenzo (1975:814).

“Das campãas outrossi de Santiago de *Galiza*, que dissemos que tro[u]xera Almançor a Córdova por desonra do póboo cristião, e estiverom ena mesquita de Córdova, e serviram i em lugar de lâmpaas, el-rei Dom Fernando, que fazia as outras nobrezas, fez entom tornar aquelas campãas meesmas e levá-las aa igreja de Santiago de *Galiza*. E a igreja de Santiago, revestida delas, foi mui alegre” (*M* fólío 237vab; Lorenzo (1975:816).

“Capítulo como Diego Lôpez de Faro desbaratou os mouros que viinham a seu raial e ao de Dom Rodrigo Gômez de *Galiza*” (*M* fólío 245va; Lorenzo (1975:867).

“Dom Rodrigo Gômez de *Galiza* outrossi pousou i cerca dele” (*M* fólío 245va; Lorenzo (1975:867).

“aporta[m] ali com todas mercadarias de todas partes do mundo: de Tânger, de Ceta, de Túnez, de Bugia, de Leixandria, de Génua, de Portugal, de *Galiza*, e de Inglaterra, e de Pisa” (*M* fólío 261va; Lorenzo (1975:887).

- Versão galega da *General Estoria* (séc. XIV): 1 vez:

“Onde, por todas estas cousas, eu, Dom Afonso, pola graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leom, de *Galiza*, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia, de Jaém” (fólío 1r: pág. 3; Martínez López, 1963).

- *Crónica Troiãa* (1373): 1 vez<sup>12</sup>:

“E sabede que este Fernám Pérez foi filho de Roi Freire d’ Andrade, e por mim creede de certo que, a este tempo que este livro foi escrito, que este Fernám Pérez era o melhor home que havia entonce em *Galiza*, dos conde ou rico home afora. E sabede que el a este tempo era home de duzentos homes de cavalo armados a todo punto. E era senhor da vila da Crunha e da vila de Betanços e da Pontedeume. E Ferrol e A Pontedeume dera-lhas el-rei por sua herdade. E outrossi também era senhor de Neda e de Cedeira e de

<sup>12</sup> Como pode ver-se, creio preferível a forma *Troiãa*, em vez de *Troiana* (que é a adoptada para o título da obra nas edições de Martínez Salazar, Kelvin Parker e Ramón Lorenzo: vid. Martínez Salazar (1900); Parker (1975; 1978); Lorenzo (1985).



Santa Marta e de Viveiro e de Vilalva, e de todos seus términos de todas estas vilas e lugares, e também das terras chãas em todas estas comarcas” (*Crónica Troiãa*, fólio 100r).

- *Miragres de Santiago* (aprox. 1370-1430): 17t vezes<sup>13</sup>:

“O abade, quando esto oiú, doeu-se moito porque a cabeça era tam alongada do corpo del, creendo el que aquela cabeça era de Santiago Zebedeu (irmão de Sam Joám avangelista), cujo corpo jaz em *Galiza*. E, en esto coidando ãa peça, falou co-no monge” (fólio 15v; Pensado (1958:60).

“E non creas que porende caias em perjuro, ca che tomará[m] a santa cabeça de Santiago, e levá-la-ás a *Galiza*, u jaz o corpo de Santiago Zebedeu” (fólio 16v; Pensado (1958:64).

“nosso emperador Calros livrou as terras de Espanha e de *Galiza* do poderio dos mouros polos seus grandes feitos, as quaes cousas nós vimos todas andando com el e com os príncipes de terra d’ Espanha e de *Galiza* por espaço de quatorze anos” (fólio 17v; Pensado (1958:69-70).

“Sabede que o apóstolo glorioso, ontre todo-los outros apóstolos de Nostro Senhor que forom a preegar polas partes do mundo, foi el o primeiro que preegou em *Galiza*. E, despois que o rei Herodes mandou matar em Jerusalém, trouxerom o corpo del os dicípolos por mar a *Galiza*, onde el fora enviado a preegar primeiramente, segundo já oístes. E as gentes que el converteira em *Galiza*, despois polos seus pecados perderom a creença de Deus” (fólio 17v; Pensado (1958:70-71).

“üa hora, catando el contra o ceo, viu üu caminho d’ estrelas que se começava sobre-lo mar de Frisa e ia por ontre Alamanha e Itália e por ontre França e Aquitânia, e ia dereitamente por meogo da Gasconha e por Navarra e por Espanha, e ia ferir em *Galiza* em aquel lugar onde o corpo de Santiago jazia ascondudo” (fólio 18r; Pensado (1958:71).

“Eu soo o apóstolo Santiago, [...] o que Herodes mandou degolar em Jerusalém, cujo corpo agora jaz soterrado ascondidamente em *Galiza*, que agora é metuda em poder de mouros a desserviço de Deus” (fólio 18r; Pensado (1958:72).

“o caminho que tu viste enno ceo das estrelas, sabe que che demostra que te debes a ir com moi gram poder e livrar o meu caminho e a minha terra, e a visitar e entrar aquel lugar que é em *Galiza* onde jaz o meu corpo” (fólio 18r; Pensado (1958:73).

“e os franceses nom quiserom pobrar em *Galiza*, porque lhes pareceu terra montanhosa e brava” (fólio 32v; Pensado (1958:128).

“e fez conselho enna cidade de Santiago e, por conselho dos bispos d’ Espanha e dos príncipes que i eram, por amor de Santiago estabeleceu que todos os reis e príncipes d’ Espanha e de *Galiza*, atám bem os que entom eram como os que haviam de viir, obedecessem ao bispo de Santiago. [...] E sujuguou o emperador aa igreja de Santiago toda a terra d’ Espanha e de *Galiza*, e

<sup>13</sup> Assinalo as páginas correspondentes na edição de Pensado (1958).

mandou que lhe dessem cada ano, de quantos i houvesse, pera sempre quatro dinheiros” (fólios 32v-33r; Pensado (1958:129).

“assi como por João avangelista, irmão de Santiago, enna parte d’ ouriente foi feita em Éfeso igreja apostolical e enxaltada a creença de Nostro Senhor, assi por Santiago seu irmão enna parte d’ oucidente, em *Galiza*, onde jaz o seu corpo, é feita igreja apostolical e enxaltada a creença em Jesu-Cristo” (fólio 33r; Pensado (1958:130).

“E assi em aquel tempo fui *Galiza* livrada do senhorio dos mouros pola vertude de Deus e de Santiago e pola ajuda de Calros” (fólio 34r; Pensado (1958:132).

“E o bispo muito honrado que Deus e Santiago livrou polo seu rogo de tam gram perigoo, fui em romaria a *Galiza*, onde jaz o seu corpo, e fez aa honra de[] esta oraçom: [...] «Ai ajudador de todo o mundo, honra dos apóstolos, lus clara e noble dos galegos, avogado dos romeus, senhor Santiago, destroidor dos pecados, solta as cadeas das nossas maldades e trage-nos a porto de soude»” (fólios 47v-48r; Pensado (1958:186-188).

“E o apóstolo de Nostro Senhor apareceu-lhe e disse-lhe: «– Vem-te e síguime até *Galiza*». E entom quebrantou-lhe as cadeas e desapareceu-lhe” (fólio 49r; Pensado (1958:191).

- *Crónica de Íria* (1467-68): 18 vezes<sup>14</sup>:

“E em este tempo os bándalos e os soligos e os ungos ensenhoriaram t[o]da *Galiza* por longos tempos, ante que viessem os godos e suevos. E os godos começaram a reinar ena era de quatrocentos anos” (fólio 1va: Souto (2001:50-51 = 96; Carro (1951:34).

“Em este tempo senhoreavam dous reis a *Galiza*; é a saber: rei Miro a Lugo, e rei Arriamiro a Brágaa” (fólio 2ra; Souto (2001:52 = 97; Carro (1951:36).

“O qual rei Arreamiro dende a três anos se finou, e el-rei Miro senhoreou a Brágaa e sua terra, e toda *Galiza*; e foi rei de muitas vertudes e moi forte em armas, e fezo o segundo concílio ena igreja de Brágaa” (fólio 2ra; Souto (2001:52 = 97; Carro (1951:36).

“E en este tempo levantou-se Leo[v]egildo, o arriano, contra el-rei de França, e rogou a el-rei Miro que o ajudasse. E foram ambos contra el-rei de França com grandes companhas a cidade de Neumanso; e, estando para pelejar, vierom a concórdia. E, tornando-se, morreu eno caminho o mui nobre ínclito rei Miro. E Leo[v]egildo, o arriano, ocupou toda a terra de *Galiza*, chamando-se rei” (fólio 2rb; Souto (2001:52-53 = 98; Carro (1951:38).

“E, a morte de seu padre Leo[v]egildo, foi levantado por rei eno reino de *Galiza*, eno concílio de Toledo, o dito Recaredo, o qual foi mui bõo rei; eno qual concílio foi Dom Diego, o segundo bispo de Íria” (fólio 2va; Souto (2001:53 = 98; Carro (1951:38).

“E, porque em Espanha polulava a grande heresia arriana, e em *Galiza* outra heresia a que deziã preçoliana, e o dito arçobispo Leandro nom podia tirar

<sup>14</sup> Indico onde aparecem as passagens citadas nas edições de Souto Cabo (2001) e Carro (1951).

as ditas heresias, tornou-se a Constantinopla pera que, com autoridade de todo o Concílio Constantino, se viesse a Espanha a pregar” (fólio 2va; Souto (2001:53 = 98; Carro (1951:39).

“foi depois desto moi grande mortaldá, assi de moços como de homes e molheres e dos cavaleiros, que era ùa grande maravilha. Durou um ano contino esta mortaldá em todo o reino de *Galiza*” (fólio 4rb; Souto (2001:58 = 104; Carro (1951:46-47).

“Em este encomédio, levantou-se toda a terra com a Santa Irmandade, em tanto que nunca deixaram fortaleza em todo o reino de *Galiza*. E esto foi pola maa vivenda dos cavaleiros, que nom faziam senom furtar e roubar” (fólio 4rb; Souto (2001:58 = 105; Carro (1951:46-47).

“E por esto quisso Nostro Senhor tornar polo seu póboo que era este reino de *Galiza*, todo destróido pola maa vivenda destes cavaleiros” (fólio 4rb; Souto (2001:58 = 105; Carro (1951:46-47).

“E depois Sisinando, obispo, seu sobrinho e socessor, trouso o corpo do dito santo Ateulfo de Astúrias, e com grande honra o sepultou em Compostela. E, polo pecado que contra el fizeram, vierom cem naves armadas de normanos a *Galiza* e guerrearam por três anos e destróiron a terra, por aquel pecado que fizeram contra o santo obispo Ateulfo, em tal guisa que matavam e cativavam homes e molheres e os moços pequenos” (fólio 5ra; Souto (2001:61 = 107; Carro (1951:50).

“E morto o bispo Sisinando, os senhores e antigos da egreja de Santiago elegerom a Dom Paio, obispo de Lugo, filho do conde Dom Rui Vaasques, que foi o nono obispo de Santiago; o qual era segrar e nom sabedor de ciência. E começou de usar moi mal: lançando aos bôos e antigas das honras, e menos-preçando a companhia e conselho dos antigos e sabedores, e destroindo as honras das dignidades da egreja, levantando os rapazes e pastores em ela. E, quando os condes e potestades de *Galiza* virom que o dito obispo, filho do dito conde Rui Vaasques, non usava dereitamente como devia, [...] havido seu conselho, levantarom por rei a Veremundo, filho del-rei Ordonho, varom de bôa vida e santidades, ena era de mil e viinte anos” (fólio 7va; Souto (2001:69-70 = 115; Carro (1951:60).

“E como el-rei Renamiro oísse todas estas cousas, ajuntou toda sua companhia e proposo de viir a Santiago em romaria. E, quando el-rei Veremundo soubo da vñda del-rei Renamiro, juntou todo-los galegos do reino de *Galiza* e foi agardar a portela de Ares, acerca de Monterroso; e ali houverom gran peleja” (fólio 7vb; Souto (2001:70 = 115; Carro (1951:61).

“E Almeçor [...] entrou o reino por estas partes de *Galiza*, e entrou a egreja de Santiago e destroeu moitas das paredes da egreja, salvo o altar e o santo sepulcro do glorioso apóstolo Santiago” (fólio 8ra; Souto (2001:70-71 = 116; Carro (1951:62).

“E foi eleito por obispo Dom Diego Peláez por el-rei Dom Sancho [e] polos senhores da igreja. [...] E algus seus inimigos, por zelo de envidia, disserom a el-rei que el que queria traer o reino de *Galiza* e o queria tirar a el-rei e dá-lo aos ingleses e normanos, seus inimigos. Polo qual el-rei Dom Afonso o

lançou da igreja e mando'-o prender e teve-o preso quinze anos" (fólio 8vb; Souto (2001:72-73 = 118; Carro (1951:65).

"E entom eles, havido seu acordo e conselho em presença do dito Reimundo, príncipe de toda *Galiza*, com grandes prezes e rogos lhe pedirom a iu clérigo a que diziam Diego Gelmêriz, varom santo e de gram conselho e discreto" (fólio 9rb; Souto (2001:75 = 119; Carro (1951:68).

"E dilatarom fazer a esleaçom porque o dito Dom Diego Gelmêriz estava em corte do papa. [...] E, como chegou, foi esleito, *kalendas Iulii*, era de mil e cento e triinta e oito anos, por toda a clerizia e por todo-los nobres de *Galiza*, que foram presentes com el-rei Dom Afonso e com o conde Dom Reimundo" (fólio 11ra; Souto (2001:80 = 124; Carro (1951:76).

"Item, considerando o dito obispo em como eno reino de *Galiza* nom havia mosteiro de monjas religiosas, salvo o mosteiro de Cüs, [...] fezo e ordenou o mosteiro de Santa Maria de Cõojo" (fólio 13ra; Souto (2001:86-87 = 130; Carro (1951:86).

"E quando o santo obispo Dom Diego oeu a morte do príncipe, ajuntou todo-los seus cavaleiros do reino de *Galiza* e foi-se com Dona Orraca, filha del-rei, ao lugar onde os mouros estavam e, pola graça de Deus, correu com eles e li[v]rou a terra dos inimigos" (fólio 14rb; Souto (2001:90 = 134; Carro (1951:92).

### *Considerações de conjunto*

Temos aí um total de 91 ocorrências do topónimo. Desse conjunto de testemunhos aduzidos ressalta ante tudo a absoluta unanimidade destes textos literários no emprego da forma sem iode (-iza ou, excepcionalmente, -iça): *Galiza* maioritariamente (com as esperáveis variantes gráficas esporádicas *Galliza*, *Galiça* ou *Galliça*, as quais, por não apresentarem iode, não afectam o problema que nos ocupa). Entre o cento de testemunhos não aparece nem uma única vez a forma com iode (*Galicia* ou *Galizia*).

Tenha-se em conta, mais uma vez, que estes textos abrangem todo o período literário medieval: desde os começos da língua escrita, no século XIII (cantigas trovadorescas profanas e *Cantigas de Santa Maria*) até à etapa mais tardia, já de clara decadência linguístico-literária, na segunda metade do século XV (*Crónica de Íria*), incluindo de forma satisfatória o lapso intermédio (*Crónica Geral*, *Miragres de Santiago*). Em todo esse tempo não assomam indícios de que o idioma modificasse o seu comportamento no que diz respeito ao nome da Galiza.

Especial relevo deve atribuir-se, entre esses textos, a aqueles que na sua origem tiveram uma vinculação estreita com o castelhano, visto que o contraste entre as formas de ambas as línguas é claro e constante: *Gallizia* em castelhano frente a *Galiza* em português da Galiza. O caso do rei castelhano-leonês Afonso X o Sábio (segunda metade do século XIII) resulta especialmente significativo: nos textos em castelhano (tanto nos de índole literária como nos abundantes documentos jurídicos da sua chancelaria) empregou siste-

maticamente a forma então comum naquela língua (*Gallizia*, com iode), enquanto nos textos na nossa língua usou sempre a forma *Galiza*.

Mais significativo ainda é o comportamento da versão galega da *Crónica General*: os tradutores galegos seguiam de perto o texto original castelhano, como é natural tratando-se de uma tradução, mas, apesar de que ali achavam regularmente a forma *Gallizia*, com iode, na versão galega adoptaram sempre *Galiza*, sem iode. Para que possa observar-se claramente a nitidez deste contraste, ofereço seguidamente em duas colunas os textos correspondentes às primeiras ocorrências antes aduzidas desta obra, mas agora nas duas versões par a par: na original castelhana (editada por Menéndez Pidal, 1977) e na correspondente tradução galega:

*Versão original castelhana*

“El rey Don Ramiro [...] ayuntó sus compañías muy grandes e sus poderes [...] fasta que llegó a la cibdad de Lugo, que es en tierra de *Gallizia*; e, des que llegó allí e se le ayuntaron sus poderes, acordólos i” (fólio 23rv; Menéndez Pidal (1977:359a).

“en la era de DCCC e LXII años [...] allegaron al Faro de *Gallizia* con muchos navios los normanos, una yente muy cruel segund cuenta la estoria; e aquella yente era pagana que nunca la aún tanto vieran en toda tierra de España” (fólio 26rv; Menéndez Pidal (1977:362b-363a).

“un fijoalgo que dizién Fruela Vermúdez [...], luego que sopo que el rey Don Ordoño era muerto, e este Don Alfonso el Magno, so fijo, era rey alçado en so lugar, [...] pensó luego en comol podrié toller el reino [...]; e acertóse él en *Gallizia* a las nuevas del demudamiento de los reis e del reino, e ayuntó grandes compañías e grandes yentes de *gallegos* e de asturianos e de otras partes [...]. Desto llegaron luego las nuevas al rey Dom Alfonso [...], e él, luego que lo sopo, tornóse e vínose pora Oviedo; e, assí como llegó, fue recebido muy onradamente de asturianos e de *gallegos*, e vénose luego pora León” (fólios 31v-32r; Menéndez Pidal (1977:368ab).

*Tradução galega*

“El-rei Dom Ramiro [...] ajuntou suas companhas mui grandes e seus poderes [...] até que chegou aa cidade de Lugo, que é em terra de *Galiza*; e, des que chegou aló e xe lhe juntaron seus poderes, acordou-os i” (*M* fólio 1rab, *S* fólio 1ra; Lorenzo (1975:3).

“ena era de oitocentos anos e seteenta [*sic: error por* sesseenta] e dous [...] chegarom a F[a]ro de *Galiza* com muitas naves os normãos, ¨a gente mui crua, e era pagãa que nunc’ a ainda home atanto vira em Espanha” (*M* fólio 4ra, *S* fólio 6ra; Lorenzo (1975:13-14).

“¨u filhodalgo a que diziam Fruela Vermúdez [...], logo que soube que el-rei Dom Ordonho era morto, e este Dom Afonso o Magno, seu filho, era rei alçado em seu lugar, [...] pensou logo em como lhe poderia tolher o reino [...]; e el tornou-se a *Galiza* aa[s] novas do m[u]damento dos reis, e ajuntou grandes companhas do reino e grandes gentes de *gallegos* e d’ asturãos e doutras partes [...]. E disto chegarom logo as novas a el-rei Dom Afonso [...]; e, logo que o soube, tornou-se pera Oviedo; [e], assí como chegou, foi logo recebido mui honradamente dos asturãos e dos *gallegos*, e vëose pera Leom” (*M* fólios 8rb e 8va, *S* fólios 11rb e 11va; Lorenzo (1975:27-28).

“mandó Mahomat, rey de Córdoba, fazer naves i en su cibdat e en Sevilla e en otros logares do sopo que avié abondo de maderá que pora aquel mester fuesse; ca oyera dezir que avié en *Gallizia* cibdades e castiello e villas e buenas aldeas que non tenien amparança de castiello nin de cerca nin de otra fortaleza ninguna. E, pues que ovo su flota guisada muy grand, fizo adelantado della un su moro que avié nombre Abdelhamit, e enviól con aquella flota contra *Gallizia*; e, ellos yendo su camino por la mar, levantóseles tempesta tan grand que crebantó cuantas naves i ivan, e moriron i todos los más moros, que non escaparon ende ningunos sinon unos muy pocos con Abdelhamit” (fólio 38r; Menéndez Pidal (1977:376b-377a).

“E el papa [...] envió su carta al rey Don Alfonso fecha en esta guisa: [...] E vós, nuestro fijo muy amado, quandoquier que el vuestro mandado enviáredes a nós o alguno de la vuestra tierra de parte de *Gallizia*, o Dios puso a vós por governador, recebirvos-emos por nuestros fijos muy de buena miente, e plazernos-á mucho con vuestros mandaderos” (fólio 41rv; Menéndez Pidal (1977:380b).

“E a este Dom Ordoño diera el rey Don Alfonso, so padre, *Gallizia* por tierra, que la oviesse él de ver e de guardar” (fólio 44r; Menéndez Pidal (1977:383a).

“el rey Don Ordoño [...] casó con una dueña de *Gallizia* que avié nombre Doña Aragonta, mas dexóla después porque sospechó della” (fólio 47r; Menéndez Pidal (1977:386ab).

“Andados XI años del reinado del rey Don Sancho de León [...], movieron los *gallegos* entre sí contiendas e gresgos que eran a daño de la tierra e del rey. E el rey Don Sancho, luego que lo sopo, fue allá e domólos a todos, mayores e menores, de guisa que apaziguó toda

“mandou Mahomat, rei de Córdoba, fazer naves i em sua cidade e em Sivilha e ennos outros lugares du soube que havia avondo de madeira que pera aquilo fosse mester; ca oíra dizer que havia em *Galiza* cidades e castelos e vilas mui boas que nom haviam emparança de castelo nem de cerca nem doutra forteleza nem-<sup>a</sup>. E, pois que houveu sua frota aguisada mui grande, fezo seu endeantado dela <sup>ou</sup> mouro que havia nume Abdelhamit, e envió-o com aquela frota contra *Galiza*; e, eles indo seu caminho pelo mar, levantou-se tempestade tam grande que quebrantou quantas naves i iam, e morrerom i todos, que nom escap[arom] ende nem-<sup>i</sup>us senom <sup>i</sup>us poucos com Abdelhamit” (M fólio 14rb, S fólio 21ra; Lorenzo (1975:48).

“E o papa [...] enviou-lhe sua carta al-rei Dom Afonso feita em esta maneira: [...] E vós, nosso filho mui amado, quandoquer que o vosso mandado enviardes a nós ou algüu da vossa terra de parte de *Galiza*, u Deus pose a vós por governador, receber-vos-emos por nossos filhos mui de boa mente, e prazer-nos-á muito com vossos mandad[eir]os” (M fólio 17va, S fólio 26ra; Lorenzo (1975:58).

“E a este rei Dom Ordonho dera el-rei Dom Afonso *Galiza* por terra, que a houvesse de veer e de guardar” (M fólio 19vb, S fólio 29rb; Lorenzo (1975:65).

“el-rei Dom Ordonho [...] casou com <sup>a</sup>a dona de *Galiza* que havia nume Dona Aragunte, mais leixou-a depois porque sospeitou dela” (M fólio 22ra, S fólio : Lorenzo (1975:74).

“Andados XI anos do reinado del-rei Dom Sancho de Leom [...], moverom os *galegos* entre si contendas e gresgos que eram a dano del-rei e da terra. E el-rei Dom Sancho, tanto que o soube, foi alá e [d]omou a todo- (-los maiores e os meores), de guisa que pacificou todo

*Gallizia* muy bien fasta el río Duero, do se parten *Gallizia* e tierra de Luzeña [sic: error por Lusitania]” (fólio 76v: Menéndez Pidal (1977:423a).

“andados tres años del reinado del rey Dom Ramiro [...] acaeció que aquella yente de los normanos, pues que ovieron corrida *Gallizia* e robada toda la tierra e fecho i a su guisa quanto quisieron, queriéndose ya ellos tornar a sus navíos con grandes ganancias e muchos cristianos que levavan cativos pora ir ya pora su tierra, salió a ellos aquel conde Gonçalo Sánchez con grand poder” (fólio 79r; Menéndez Pidal (1977:425ab).

“En aquella sazón que esto conteció de los normanos en *Gallizia* e en el reino de León, Fernand Gonçález, conde de Castiella, [...] salió e llamó todas sus yentes” (fólio 79v; Menéndez Pidal (1977:425b).

“este rey Don Ramiro [...], seyendo ell aún niño de poca edad e de poco sentido, començó a assañar los cuendes de *Gallizia* por sus palabras non cuerdas e sus fechos desguisados” (fólio 82r; Menéndez Pidal (1977:429a).

“El capítulo de cómo los condes de *Gallizia* alçaron por rey a Don Vermudo [...] los condes de *Gallizia*, pues que non podién sufrir el mal que el rey Don Ramiro les fazié, alçaron rey en Santiago a Don Vermudo, fijo del rey Don Ordoño. E el rey Don Ramiro, quando esto sopo, ayuntó su hueste muy grand e fuese pora *Gallizia* sobre Don Vermudo. Don Vermudo otrossi, quando esto vío, ayuntó su poder e daquellos poderosos de *Gallizia* quel alçaran rey, e veno contra ell” (fólio 83r; Menéndez Pidal (1977:430a).

“Aquel Roy Blásquez [...] fizo sus bodas en la cibdad de Burgos; e envió convidar todos sus amigos a muchas tierras: a *Gallizia*, a León, a Portugal, a Estrema-

*Galiza* e [sic: error por salto de olhos] terra de Lucena [sic: error por Lusitania]” (M fólio 46vb, S fólio 74va; Lorenzo (1975:156).

“andados três anos do reinado del-rei Dom Ramiro [...] acaeceu que aquela gente dos n[ormã]os, pois que houverom corruda todo *Galiza* e roubada toda a terra e feito a sua guisa quanto quiserom, querendo-se já eles tornar a seus navios com grandes gaanças e muitos cristãos que levavam cativos pera se ir pera suas terras, saiu a eles o conde Dom Gonçalvo Sánchez com gram poder” (M fólio 48ra, S fólio 76vb; Lorenzo (1975:161).

“Em aquela sazom que esto conteceu dos n[ormã]os em *Galiza* e eno reino de Leom, Fernám Gonçálvez, conde de Castela, [...] saiu e chamou todas suas gentes” (M fólio 48rb, S fólio 77ra; Lorenzo (1975:162).

“este rei Dom Ramiro [...], seendo ainda nino de pouca idade e de pouco entendimento, començou a assanhar os condes de *Galiza* per suas palavras nom cordas e por seus feitos desguisados” (M fólio 50va, S fólio 81ra; Lorenzo (1975:171).

“Como os condes de *Galiza* alçaron por rei em Santiago a Dom Bermudo, filho del-rei Dom Ordonho. [...] os condes de *Galiza*, pois que nom poderom sofrer o mal que el-rei Dom Ramiro lhes fazia, alçaron rei em Santiago a Dom Bermudo, filho del-rei Dom Ordonho. E el-rei Dom Ramiro, quando esto soube, ajuntou mui grande hoste e foi pera *Galiza* sobre Dom Bermudo. E outrossi quando esto viu Dom Bermudo, ajuntou seu poder daqueles poderosos de *Galiza* que o alçaram rei, e vëo contra el” (M fólio 51va, S fólio 82vb; Lorenzo (1975:174-175).

“aquele Roy Valásquez [...] fezo suas vodas enna cidade de Burgos; e enviou convidar a todos seus amigos a muitas terras: a *Galiza*, a Leom, a Portugal, a

dura, a Gascoña, a Aragón, a Navarra” (fólio 83v; Menéndez Pidal (1977:431b).

“cayó en los moros tal enfermedat que todos los más dellos murieron della [...], de guisa que non escaparon ende sinon muy pocos que contassen las nuevas en su tierra, e de la cavalgada que ellos fizieron contra *Gallizia* e de las ganancias que sacaron de la tierra del apóstol Santiago” (fólio 92rv; Menéndez Pidal (1977:443a).

“E dixiéronle que avié él prometudo a los moros que recibíe él la ley de Mahomat e que les darié toda tierra de *Gallizia*; e el rey cróvoles daquello quel dizién” (fólio 93r; Menéndez Pidal (1977:443b).

“Estonces Don Guillem Gómez, conde de *Gallizia*, que viniera pora defender la villa, era muy mal enfermo” (fólio 95v; Menéndez Pidal (1977:446a).

Estremadura, a Gasconha, a Arangom, a Navarra” (*M* fólio 51vb, *S* fólio 83rb; Lorenzo (1975:176).

“caeu ennos mouros tal enfermidade que todo-los mais deles morrerom dela [...], de guisa que nom escaparon ende senom mui poucos que contassem as novas em sua terra, e da cavalgada que eles fezerom contra *Galiza* e das gaaças que sacarom da terra do apóstolo Santiago” (*M* fólio 58vb, *S* fólio 95vb; Lorenzo (1975:202).

“E disserom-lhi que havia el prometudo aos mouros que receberia el a lei de Mahomat e que lhes daria toda a terra de *Galiza*; e el-rei creeu-os daquello que lhe diziam” (*M* fólio 59ra, *S* fólio 96ra; Lorenzo (1975:203).

“Entom Dom Guilhem Gómez, conde de *Galiza*, que vëra pera defender a vila, era mui mal enfermo” (*M* fólio 61ra, *S* fólio; Lorenzo (1975:211).

Este contraste tão definido entre as formas do nome usadas em cada uma das duas línguas pode ter somente uma explicação: dado que, neste ponto, nos textos galegos não aparecem indícios de interferência castelhana –apesar de que seria facilmente explicável e desculpável por força das circunstâncias de redação dos textos–, devemos supor que foi assim porque no nosso idioma estava nitidamente estabelecida como própria a forma sem iode (*Galiza*).

### *Galego-português frente a espanhol*

Na (pré-)história linguística do espanhol é bem conhecido que num primeiro momento agiu a tendência à perda do iode; assim o lat. *RATIONEM* deu *razón*, como na nossa língua *razom*.

Porém, num segundo momento (já nos primeiros escritos medievais), o espanhol aparece mantendo o iode, enquanto na nossa língua continua vigente a tendência a suprimi-lo. Esta segunda fase, que se realiza sobre vocábulos mais cultos, pode observar-se claramente se confrontamos os resultados espanhol e galego-português do sufixo latino *-TIONEM*: em espanhol *-ción* e na nossa língua *-çom*; e assim vemos que, novamente do lat. *RATIONEM*, surgem agora as formas *ración* e *raçom* respectivamente.



Por que terá sucedido que o espanhol, depois de mostrar algum tempo a tendência à supressão do iode (RATIONEM > esp. *razón*), acaba adoptando a norma de mantê-lo (-TIONEM > -ción)?

Poderíamos atribuir esta mudança simplesmente ao carácter mais culto (portanto mais latinizante) dos vocábulos afetados pelo resultado com iode; mas a comparação com o resultado galego-português desses mesmos vocábulos (por exemplo, -TIONEM > gal.-port. -*çom*) sugere que esse factor não basta para explicar a mudança na tendência tradicional à supressão, comum originariamente a espanhol e galego-português.

Há, porém, na história interna do espanhol um factor que parece explicar, mais que nenhum outro, essa modificação de tendência; a saber: a aparição de uma grande quantidade de ditongos crescentes começados por iode como resultado do E breve latino: TERRAM > *tierra*. Quando surgirom, na mesma deriva do idioma, esses resultados em *ie* /je/, a língua começou a sentir como normal a existência do iode semiconsonântico, que antes evitava: a partir desse momento resultavam portanto normais também outros ditongos crescentes iniciados igualmente por iode, como são -*ia*- /ja/ e -*io*- /jo/.

Seja como for, o caso de *Galiza* vem a ser um exemplo mais de vocábulos em que na nossa língua se perdeu um iode que o castelhano conservou. Esse fenómeno pode observar-se desde a época medieval em palavras de toda índole: em topónimos (assim *França* e *Alemanha* frente às correspondentes formas castelhanas *Francia* e *Alemania*), em adjectivos (*limpo* e *amplio* frente a *limpio* e *amplio*), ou em substantivos (*paço* frente a *palacio*, e o sufixo -*çom* frente a -*ción*).

### *Nos documentos notariais*

Não é substancialmente diferente a situação que nos apresentam os textos não literários, isto é, os documentos notariais redigidos na nossa língua durante a época medieval (séculos XIII-XV).

No entanto, enquanto nas obras literárias aparecia sempre *Galiza* sem excepção, nos documentos tabeliônicos ocorre repetidas vezes *Galiccia*. Na verdade, nos séculos XIII-XIV aparecem ainda poucos casos de *Galiccia* face à forma maioritária *Galiza*; pelo contrário, no século XV a presença da forma castelhana *Galiccia* aumenta consideravelmente, à par doutros castelhanismos léxicos.

Mas não parece difícil descobrir a explicação deste feito. Pelo que diz respeito à diferença entre documentos notariais e textos literários devemos lembrar, em primeiro lugar, o carácter mais formalista, em boa medida artificial, dos instrumentos jurídicos, mais afastados da fala real: a linguagem dos documentos, com as suas fórmulas estereotipadas e o seu vocabulário latinizante, mostra um grande influxo da tradição notarial latina precedente. E, em segundo lugar, à luz das circunstâncias políticas que a história nos

apresenta, teremos que admitir na língua dos instrumentos jurídicos um influxo castelhanizante mais forte do que no resto da cultura galega: depois de tudo, os notários que redigiam em romance galego-português não podiam –mesmo quando eram galegos– libertar-se da influência chancelaresca daquela outra língua em que apareciam escritos os documentos do rei, aos quais até inconscientemente tenderiam a atribuir a categoria de modelos.

Em resumo: a presença crescente da forma *Galicia* nos documentos tar-do-medievais galegos é efeito do influxo castelhanizante: constitui um castelhanismo, introduzido no nosso sistema linguístico pelos conhecidos factores extra-linguísticos, em pugna com a forma genuína *Galiza*. É, nesse ponto como em tantos outros da nossa língua, o começo do processo que levaria à generalização, na fala comum moderna da Galiza, de formas como *gallego*, *Dios*, *pueblo*, etc.

### Na época moderna

A introdução e difusão, na fala popular da Galiza, da forma castelhana *Galicia* foi mais ou menos simultânea com a do correspondente gentílico *gallego*. De resto, esses dois vocábulos são simplesmente dois exemplos concretos de um processo geral de substituição léxica de vocábulos empregados no uso administrativo ou culto em geral.

Ambas, *Galicia* e *gallego*, eram as formas comuns na língua falada no século XIX, quando os escritores do Ressurgimento literário galego começaram a usar de novo a língua por escrito. É explicável, e desculpável, que naquelas circunstâncias adoptassem ambas as formas para o seu uso literário: assim vemos aparecer *Galicia* em rima com *delicia*, por exemplo, do mesmo modo que achamos livros intitulados *A gaita gallega*, de Pintos, ou *Cantares gallegos*, de Rosalia Castro, ou *Saudades gallegas*, de Lamas Carvajal.

A recuperação da forma genuína *Galiza* inicia-se de modo esporádico já no fim do mesmo século XIX, mas assume carácter de um esforço coletivo nos começos do século XX, principalmente nos escritos da época das Irmandades da Fala e de «Nós». Ao longo desses primeiros decénios do século foi emergindo pouco a pouco entre os escritores galegos a consciência do carácter castelhano das formas *Galicia* e *gallego*. Dois foram os factores que levaram a esse redescobrimento: o progressivo conhecimento dos textos medievais, e o contacto com o mundo português.

Desse modo, as formas recuperadas *Galiza* e *galego* foram abrindo-se caminho lentamente. Castela, por exemplo, acabará adoptando o uso sistemático de *Galiza*, e até nos títulos das suas obras mostrará claramente a distinção entre a forma galego-portuguesa *Galiza* (assim, nos livros galegos *Sempre en Galiza* e *As cruces de pedra na Galiza*) e a castelhana *Galicia* (assim, nos livros castelhanos *Galicia mártir* e *Atila en Galicia*).

Não faltaram, porém, resistências. Contra a forma *Galiza* a resistência chega aos nossos dias, como é sabido. Pelo contrário, o gentílico está hoje admitido pacificamente como *galego* para a língua culta; mas não foi um processo sem oposição no passado não remoto: alguns escritores galegos da primeira metade do século XX têm-se oposto, mesmo com energia, ao uso da forma *galego*, do mesmo modo que se opuseram à adopção da forma *Deus* em vez da castelhana *Dios*, usual na fala comum. Pode servir como amostra simbólica de tal atitude o facto de que ainda no dicionário de Eládio Rodríguez as formas recolhidas como normais são as castelhanas com *-ll-* (*gallego*, *gallegada*, *galleguismo*, *galleguizar*...) ao passo que nas correspondentes formas galego-portuguesas (*galego*, *galegada*, etc.) remete para as primeiras.

Ambas as formas são ainda hoje as dominantes na fala comum: *gallego* não menos que *Galicia*, ambas castelhanismos claros.

## Conclusão

À vista dos dados apresentados não pode haver dúvidas de que a forma *Galicia*, hoje usual na fala comum galega, é um castelhanismo injustificável. *Galiza* é a única forma genuína, e deve ser a única admitida normativamente.

## Referências

- Boissevain, U. Ph. (1892). *Callaeci – Gallaeci. Mnemosyne*, n.º 20, pp. 286-293.
- Carro García, Jesús, Ed. (1951). *Crónica de Santa Maria de Iria (códice gallego del siglo xv)*. Santiago de Compostela: Instituto «Padre Sarmiento» de Estudios Gallegos.
- Diéguez González, Júlio (2001). Ainda o nome da Galiza. *A Nosa Terra*, N.º 993, p. 6.
- Diéguez González, Júlio (2001). Sobre o nome da Galiza. *A Nosa Terra*, N.º 988, p. 6.
- López Carreira, Anselmo (2001). Sobre o nome de Galicia. *A Nosa Terra*, N.º 991, p. 6.
- Lorenzo, Ramón (1975). *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla: edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario*, Vol. 1. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo».
- Lorenzo, Ramón (1985). *Crónica Troiana: introducción e texto*. Crunha: Fund. Pedro Barrié de la Maza.
- Martínez López, Ramón, Ed. (1963). *General Estoria: versión gallega del siglo xiv (Ms. O.I.1 del Escorial)*. Oviedo: Universidad de Oviedo / Facultad de Filosofía y Letras.
- Martínez Salazar, Andrés, Ed. (1900). *Crónica Troyana: Códice gallego del siglo xiv de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Corunha: Excma. Diputación / Imprenta de la Casa de Misericordia.
- Menéndez Pidal, Ramón (1977 [1906]). *Primera Crónica General de España*. Madrid: Gredos.
- Mettmann, Walter, Ed. (1986-1989 [1959-1972]). *Afonso X, el Sábio, Cantigas de Santa María*. Madrid: Castalia (3 tomos).
- Montero Santalha, José-Martinho (1978). ¿Galicia ou Galiza?. *La Voz de Galicia*, 15 de janeiro [Artigo publicado nas páginas correspondentes ao «Suplemento Dominical» do jornal].
- Montero Santalha, José-Martinho (1978). ¿Galicia ou Galiza?. *Nova Galiza*, N.º 1, pp. 79-84.
- Montero Santalha, José-Martinho (1978). Sobre *Galiza* e outras cousas. *El Ideal Gallego*, 22 de fevereiro [Réplica a um ataque de Camilo Flores, publicado anteriormente no mesmo jornal].
- Montero Santalha, José-Martinho (2002). *Proposta Galiza* [“Galiza”, nome próprio]. Santiago de Compostela: Proposta Galiza. Disponível em: <<http://www.propostagaliza.org>>.
- Moralejo Álvarez, Juan José (2002). *Gallaecia y sus etimologías*. Domínguez, M; Moralejo, J. J.; Puentes, J. A.; Vázquez, M. E., *Sub luce florentis calami. Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*,

Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, pp. 92-115 [Este artigo foi reeditado na colectânea do próprio Moralejo: *Callaica nomina*, Crunha: Fund. Pedro Barrié de la Maza, 2008].

Parker, Kelvin M., Ed. (1975). *Historia Troyana*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto P[adre]. Sarmiento de Estudios Gallegos.

Parker, Kelvin M., Ed. (1978). *Crónica Troyana: Manuscrito gallego del siglo xiv N.º. 10.233 Bibl. Nacional Madrid: Edición crítica*. Ann Arbor (Michigan): Applied Literature Press.

Pensado, José Luís, Ed. (1958). *Miragres de Santiago*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [«Anejo 68» da *Revista de Filología Española*].

Rodrigues Lapa, Manuel, Ed. (1970). *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Galáxia [Reedição póstuma (não facsimilar), 1995: Vigo: Ir Indo; Lisboa: Edições João Sá da Costa].

Souto Cabo, José António, Ed. (2001). *Rui Vasques, Crónica de Santa María de Iria*. Santiago de Compostela: Cabido da S.A.M.I. Catedral / Seminario de Estudos Galegos.

Vários autores (1996). *Lírica profana galego-portuguesa: Corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica; Equipo de investigación: Fernando Magán Abelleira, Ignacio Rodiño Caramés, María del Carmen Rodríguez Castaño, Xosé Xabier Ron Fernández; Coordinado por Mercedes Brea; Equipo de apoio: Antonio Fernández Guadanes, María del Carmen Vázquez Pacho*. Santiago de Compostela: Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias “Ramón Piñeiro” (Xunta de Galicia).

## Síntese do Reintegracionismo contemporâneo

Carlos Durão

O alvo do reintegracionismo é reintegrar as falas galegas do Norte da raia (e Leste da Comunidade Autónoma da Galiza, nas comarcas limítrofes do chamado galego oriental) no seio da língua inicialmente galaicoportuguesa e hoje internacionalmente conhecida como portuguesa, em fim reconstituir a unidade da língua nada na velha Galécia. Embora fosse por fins dos anos 70 e princípios dos 80 do século XX quando se começou a espalhar o emprego dos termos “reintegracionismo” e “reintegracionista” na cultura galega, o conceito é facilmente identificável desde muitos anos antes na obra de autores diversos que à primeira vista não pareceriam estar associados a este movimento.

Assim, o Pe. Feijóo, o Pe. Sarmiento, B. Vicetto, Marcial Valadares, López Ferreiro, Garcia de Olhóqui, Garcia Pereira, o Marquês de Figueiroa, F. Vaamonde Lores, F. Anhom, J.M. Pintos, E. Pondal, M. Murguia e a própria Rosalia de Castro. Depois Victoriano Taibo, R. Cabanilhas, C. Emílio Ferreiro, A. Noriega Varela, Á. Zebreiro, Á. Gil, M. Lugris Freire, F. Bouça-Brei, F.L. Cuevilhas, A. Iglésia Alvarinho, A. Couceiro Freijomil, Francisco Tettamancy, Leandro Carré Alvarelhos, E. Carré Aldão, Júlio Camba, V. Fernandes Flores. E dos não galegos: J.J. Nunes, Menéndez Pidal, Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra, José Agostinho, Margot Sponer, Sampaio Bruno, Luciana Stegagno Picchio, M.<sup>a</sup> Helena Mira Mateus; também E. Alarcos Llorach, Koldo Mitxelena.

Nos anos 20, Vicente Risco falava em “reintegração” para a cultura galegoportuguesa, afirmando na revista *Nós* que “o galego e o português son duas formas do mesmo idioma” (no. 160, p. 1, abril 1922). E anos depois, quando Guerra da Cal publicou na editora Galaxia o seu primeiro poemário inaugural do moderno reintegracionismo, ele aprovava a grafia renovada dacialiana<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No artigo “Lua de Além-Mar, de Guerra da Cal”, jornal *La Noche*, Santiago, 5 fevereiro 1960.

Também nos anos 20, Antom Vilar Ponte referia-se à “unificação”: “Galiza considera o portugués como o galego nazonalizado e modernizado” (1971:211); “no hay palabra netamente portuguesa que no sea netamente gallega y viceversa” (1971:152); “Mentras eisista Portugal con características propias, habará razón na Galiza pra loitar pola reivindicazón da ialma nazonal” (1971:218). Por aquelas mesmas datas Rafael Dieste falava de “língua franca galaicoportuguesa”<sup>2</sup>; Evaristo Correa Calderón mencionava a “unificação” e o “novo idioma”<sup>3</sup>. Para Roberto Blanco Torres precisa-se uma “unificação ortográfica” (1930:70). E também para Johán Carballeira é necessária a “unificação”<sup>4</sup>.

As *Irmandades da Fala* históricas (de 1916) sustinham: “todos estamos obligados a trabaxar para que, en un próximo futuro, se llegue a una unificación lo más completa posible en la ortografía gallega por parte de nuestros escritores, hasta conseguir incluso identificarla con la portuguesa en la mayoría de los casos, toda vez que se trata, al fin y al cabo, de una misma lengua” (1933:8), e: “no existe término netamente portugués que no sea gallego, y viceversa” (1933:5)<sup>5</sup>; similar orientação tinham os membros da Geração Nós (1920), e do Seminário de Estudos Galegos (1923): este edita *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego* (1933); em cuja parte expositiva afirma que “o galego e o português são originariamente a mesma língua”) e *Engadega ás normas pra a unificazón do idioma galego* (1936).

A orientação editorial de ANT nos anos anteriores à ditadura de Primo de Rivera insiste na defesa da unidade da língua e na necessidade urgente de unificar e “reintegrar”<sup>6</sup>, como mais tarde a da revista *Nós* (155, 1933:134): “Nós, que de cote se ten preocupado pol-a colaboración espiritual de portugueses e galegos, non pode por menos de acoller con entusiasmo as iniciativas do Dr. Rodríguez Lapa, mesmo na ideia qu’apunta d’un acordo luso-galaico pr’a reforma ortográfica, para nós tan indispensábele” (*apud* Rodríguez, 1997:73).

Otero Pedraio diz: “Por algo nuestra lengua es la misma de Portugal”<sup>7</sup>, e ainda: “A língua deve voltar a ser a mesma” (1977:131). Álvaro das Casas escreve na revista *Alento*, da que foi diretor: “Cuido que deveríamos sujeitar-nos no possível ao português, tanto mais que, na maior parte dos casos, ficávamos mais dentro das nossas formas originárias [...] seria muito conveniente um encontro de filólogos portugueses e galegos, para a unificação possível das nossas línguas” (no. 5, 1934, em artigo *Valorização política do galego*).

<sup>2</sup> Em *Antre a terra e o ceo*, p. 34; volta ao tema em *A fala galega*, 1926.

<sup>3</sup> Em *Índice de utopías gallegas*, Madrid, 1929, p. 237

<sup>4</sup> Em artigo “Unificación”, *El Pueblo Gallego*, 15 novembro 1932

<sup>5</sup> Foi importantíssimo o teimudo labor das IF por recuperar o nome patrimonial da nossa Terra, *Galiza*.

<sup>6</sup> Por exemplo em 31 maio 1922, p. 2, no. 164, editorial; e antes em textos com ortografia etimológica de A. Vilar Ponte (p.ex. em “Discursos a nazón galega”, ANT, no. 76, 25 dezembro 1918, p. 1, com o emprego correto de *g e j*).

<sup>7</sup> Discursos parlamentarios, p. 142, 24 maio 1933.

Para João Vicente Biqueira não há dúvida de que “O galego, não sendo uma língua irmã do português, senão uma forma do português (como o andaluz do castelhano), tem-se que escrever, pois, como o português. Viver no seu seio é viver no mundo: é viver sendo nós mesmos” (1974:180).

Também na diáspora<sup>8</sup> temos testemunhos deste movimento: o livro *Gra-fia Galega*, de Fuco G. Gomes (Havana, 1926); a revista argentina *A Fouce* (“*órgão da Sociadã Nacionalista Pondal*”) e textos de Ricardo Flores.

A Guerra Civil de Espanha matou aquele agromar, mas no exílio escreve Castelão: “O galego é un idioma estenso e útil, porque -con pequenas variantes- fálase no Brasil, en Portugal e nas colonias portuguesas” (1974:41-42), e também: “A nosa língoa está viva e frorece en Portugal” (1974:241). E em carta de 1944 ao historiador espanhol Sánchez Albornoz: “Yo deseo que en Galicia se hable tan bien el gallego como el castellano y el castellano tan bien como el gallego. Deseo además que el gallego se acerque y confunda con el portugués, de modo que tuviésemos así dos idiomas extensos y útiles”<sup>9</sup>.

Mas é preciso aguardarmos aos anos 50 para vermos renascer esta tradição esmagada, desta vez por mão do poeta Ernesto Guerra da Cal, exilado em Nova Iorque, a quem justamente podemos considerar o iniciador do reintegracionismo contemporâneo com os seus seminais poemários *Lua de Além-Mar* (1959) e *Rio de Sonho e Tempo* (1963)<sup>10</sup>. Ele já antes participara “como galego” em reuniões preparatórias a respeito do Acordo ortográfico de 1945, no Rio de Janeiro, como testemunha Rodrigues Lapa (2001): “Pensa ele [Guerra da Cal], e muito bem, que devíamos fazer uma reunião entre portugueses, brasileiros e galegos, para lançar as bases de uma reforma ortográfica”; e também no I Simpósio Lusobrasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea na Universidade de Coimbra em 1967.

Na edição de Galaxia de *Lua de Além-Mar*, diz o autor (cito pela ed. definitiva): “Consideramos, pois, iniludível a nossa reintegração no perímetro e nas correntes universais do ‘mundo que o português criou’ aquém e além-mar. O verdadeiro meridiano espiritual da Galiza passa por Lisboa e pelo Rio de Janeiro -e quanto antes reconheçamos esta verdade, antes se abrirão à nossa antiga voz recuperada as possibilidades de ecoar fora dos restritos confins comarcais nos que nos estamos fechando, cegos às vastas perspectivas que temos diante dos olhos” (p. 63 da ed. da AGAL).

<sup>8</sup> Antes americana, depois europeia (Padroado da Cultura Galega, Caracas; pessoas relacionadas com o Padroado da Cultura Galega, México; Associação Civil “Amigos do Idioma Galego”, Buenos Aires; pessoas relacionadas com a Casa Galicia de Nova Iorque; Grupo de Trabalho Galego de Londres; Grupo de Roma; Renovação-Embaixada Galega da Cultura, Madrid).

<sup>9</sup> Em *Grial*, no. 47, 1975, p. 101, “Dos cartas polémicas”.

<sup>10</sup> Com prólogos de Jacinto do Prado Coelho e Ramón Otero Pedrayo, respetivamente. Alguns poemas de *Lua de Além-Mar* foram publicados antes na Memória Anual da Casa Galicia de Nova Iorque; Edição definitiva da Associação Galega da Língua em 1991.

Reitera a sua posição em publicações posteriores: no “Antelóquio indispensável” do seu *Futuro imemorial* (1985:9-11): “Eu, sem pejo nenhum, afirmo aqui o meu orgulho de ter sido o primeiro escritor galego, desde o Ressurgimento, a levar a vias de facto essa tão repetidamente desejada aproximação da nossa língua escrita ao português [...] Em 1959 fui de facto “iniciador dessa reintegração” no meu poemário Lua de Alén-Mar, com o que abri fogo nessa batalha [...] Esse apelo não caiu em saco roto. Nele teve princípio a corrente “reintegracionista” contemporânea –na que hoje enfileira o melhor e mais capacitado da nossa mocidade”.

Também de 1959 datam os testemunhos de Valentim Paz-Andrade, quem falava em “reabilitação literária” e em “língua galaico-portuguesa”. Em *La marginación de Galicia*. Diz: “Ni aún bajo el período de mayor depresión social y cultural de Galicia resultó oscurecida la idea de tal unidad primigenia. Las pocas figuras que descollaron sobre el nivel de su época no dejaron de proclamar ‘que el idioma gallego y el lusitano son uno mismo’ (1970:101).

Para Álvaro Cunqueiro trata-se também da “unificação ortográfica”: “Nosotros tenemos que ir, inevitablemente, con los portugueses y los brasileños hacia una unificación ortográfica”<sup>11</sup>.

E o professor Agostinho da Silva testemunha: “Parece, portanto que o que se tem de fazer é uma integração geral do Galego, do Português de Portugal e do Português do Brasil [...] Deve poder dizer-se indistintamente que o Galego é uma forma do Português, ou o Português é uma forma do Galego, ou os dois uma unidade com o Português ultramarino”<sup>12</sup>.

Em fim, um vulto fulcral na orientação do reintegracionismo foi o professor Manuel Rodrigues Lapa, que se considerava galego de Anadia<sup>13</sup>. Cedo demonstrou o seu interesse, apaixonado até, pelos problemas do galego, sempre livre de qualquer “imperialismo linguístico” de que foi injusta e miseravelmente acusado pelo oficialismo galego; “O acordo filológico entre as duas regiões seria coisa facilíma, não precisando sequer da intervenção oficial: bastava um entendimento entre o Centro de Estudos Filológicos e o Seminário de Estudos Galegos”<sup>14</sup>; “Sempre considere a Galiza, essa terra maravilhosa, desgraçada e incompreendida, como sendo a minha própria terra; e historicamente e geograficamente assim é, pois estou dentro dos limites da velha Galécia, que chegava pelo sul ao rio Mondego” (1979; prefácio); “O único remédio eficaz para a salvação do idioma, gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá

<sup>11</sup> «Álvaro Cunqueiro, un hombre de nación gallega», Baltasar Porcel, em revista *Destino*, março 1969.

<sup>12</sup> em *Boletim do Grupo de Trabalho Galego de Londres*, no. 9, Natal, 1972, p. 1

<sup>13</sup> “eu tenho orgulho em ser galego desta Galiza de aquém-Minho, e não é a primeira vez que o manifesto (sou de Anadia, nos limites da Galiza anterga [sic])” (1977; 1979).

<sup>14</sup> Em revista *Seara Nova*, no. 425, 1935, pp. 261-262.



considerar-se a expressão literária do galego”<sup>15</sup>; “Falta ao galego de hoje a consciência de que galego e português foram e são ainda a mesma língua, apesar das diferenças que a uma delas imprimiu o contacto com outra língua, culta e dominadora. [...] Por isso, quaisquer que sejam as vicissitudes que o destino e a cobardia dos homens reservem ao idioma galego, uma coisa temos como certa: esse doce linguajar não morrerá, pois se ouve e se lê em Portugal, onde é uma língua de cultura”<sup>16</sup>.

Foi nos anos 70 quando Lapa, sabedor de que a “Ley General de Educación y Financiamiento de la Reforma Educativa”<sup>17</sup> autoriza por primeira vez, sequer timidamente, o ensino do galego na escola primária, publica o seu artigo “A recuperação literária do galego” (1973). Naquele soado artigo, que era uma resposta a Piñeiro<sup>18</sup>, diz claramente Lapa: “Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do seu caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata” (1973:286).

O artigo é “contestado” por Ramón Piñeiro (1973), embora confesse “que non son dúas senón tres as linguas que xurdiron do común galego-portugués: o galego, o portugués e mailo brasileiro [...] lingua filla do português como este o é do galego-portugués [...] estamos totalmente de acordo en que o galego e o português son radicalmente a mesma lingua” (1973:401). Lapa, que não queria polemizar<sup>19</sup>, volta anos depois a esta questão: “o galego de hoje é um composto de formas arcaicas e populares do galego-português com mistura aberrante de castelhanismos de toda a espécie. A este idioma desgraçadamente poluído dá-se o nome de ‘castrapo’” (1982).

A mencionada “Ley General de Educación” motivou a criação do Grupo de Trabalho Galego de Londres<sup>20</sup> em 1970, que publicava um *Boletim* quasi-

<sup>15</sup> “A Galiza, o galego e Portugal” (1979:27), texto duma conferência proferida em 18 janeiro 1971 no Museu Machado de Castro, Coimbra, dentro duma “Semana Cultural Galego-Portuguesa”.

<sup>16</sup> Em *Boletim do Grupo de Trabalho Galego de Londres*, no. 8, abril 1972, p. 2

<sup>17</sup> Ley 14/1970, de 4 agosto, BOE, no. 187

<sup>18</sup> “É que tenciono responder a uma carta que o nosso bom e comum amigo Ramón Piñeiro escreveu ultimamente para a revista portuguesa “Colóquio” (no. 8), na qual ele põe o problema do galego dum modo exageradamente optimista, sem declarar os perigos a que ele está sujeito e que os galegos aí de Londres tão perspicazmente enxergam” (carta a C. Durão, 18 agosto 1972).

<sup>19</sup> “Ainda vou dar uma réplica final ao nosso bom amigo Piñeiro, aduzindo novas razões, mas não quero prolongar uma polémica, que sei que os magoa, pois vejo-os numa atitude suicida frente ao problema da língua e da cultura” (carta a C. Durão, 8 fevereiro 1974).

<sup>20</sup> Composto por Teresa Barro, Xavier Toubes, Carlos Durão, Manuel Fernández-Gasalla e Fernando Pérez-Barreiro Nolla; não confundir com o hodierno <<http://www.grupotraballogalego.uk.net>>; andando o tempo, aquela agrupação cindiu-se amistosamente num novo *GTGL* (2ª e 3ª etapas, sem alguns dos membros originais, e com outros novos, como Ricardo Palmás) e mais um Seminário de Estudos Galegos de Londres (em colaboração com a Comissão Cultural do Centro Galego de Londres e a Inner London Education Authority do Greater London Council): vide “O Seminário de Estudos Galegos em Londres”, *ANT*, no. 262, 31 janeiro 1985, p. 19

bimestral para os mestres rurais. A sua seção de correspondência estava aberta também a qualquer pessoa interessada nos problemas do idioma galego, como os professores portugueses Agostinho da Silva e Rodrigues Lapa. Incluía um suplemento com material escolar. Nos suplementos aos nos. 7 e 8 (fevereiro e abril do 1972), o *Boletim* levava textos portugueses, com algumas instruções para facilitar a sua leitura. No no. 9 (Natal) fazia-se um primeiro intento de adaptar textos de Castelão à ortografia comum<sup>21</sup> (vide Durão, 1976). Publicou um Plano pedagógico<sup>22</sup> no que dizia: “o galego non é lingua minoritaria. É -aínda- a lingua da maioría do pobo galego, a de Portugal, Brasil, Angola, Mozambique e outros pobos de África e Asia” (*op. cit.*, p. 203); e ainda: “unha técnica pedagóxica que semella protexer as linguas vernáculos pode ser, en realidade, o instrumento de unha política que ten decidido eliminálas” (*ibid.*, p. 206). O Grupo era bem consciente deste perigo, e no seu *Boletim* (no. 4, julho 1971, p. 3) dedicou-lhe ao manual *Gallego 1*, do Instituto de la Lengua Gallega<sup>23</sup>, uma pequena crítica na que várias vezes notava o seu caráter autoritário, e a “policía rigurosa” que Constantino García propusera no seu artigo “Orixen e problemas do método de galego”<sup>24</sup>.

Os manuais *Gallego 1/2/3* foram publicados pelo Secretariado de Publicacións da Universidade de Santiago entre 1971 e 1974 sob a direção de C. García, com X.L. Couceiro, Guillermo Rojo e Antonio Santamarina, ajudados por Ma. C. Ríos, I. Leis e L.F. Pensado, com a colaboração de Ramón Lorenzo; na p. 82 do derradeiro diz-se claramente que foi adotada uma posição “separatista” face ao português<sup>25</sup>; ao explicar a génese do livro diz C. García: “Parece que nas Normas académicas [do 1970] hai unha tendencia lusizante [...] E, o que aínda é máis grave, as Normas neste senso tenden a favorecerá-la desaparición dunha forma xenuinamente galega”<sup>26</sup>.

Em 1975 inclui-se na administração o “galego autonómico”: *Decreto 1433/1975, de 30 de Mayo, de incorporación de las lenguas nativas a los programas de E.G.B. y Educación Preescolar*. Em 1976-77 o ILG convoca encon-

<sup>21</sup> Sendo precursoras as “semi-adaptações” de António Sérgio em *Seara Nova*, no. 333, p. 325, 1933.

<sup>22</sup> “Plan pedagógico galego”, *Grial*, no. 32, pp. 202-10, 1971, com separata.

<sup>23</sup> Fundado no 1971, presidido por Constantino García, inventor do “galego autonómico”.

<sup>24</sup> *Grial*, no. 32, 1971, p. 132; (não se sabe se o n de “orixen” era lusismo ou castelhanismo...).

<sup>25</sup> “antilusismo decidido” chama-lhe Bochmann (1986:25) em “Problemas da ‘normalización’ da lingua galega”, onde também considera hiperenxebismos as palavras ‘atenzón’ e ‘respeito’ (1986:26).

<sup>26</sup> p. 133 de “Orixen”, *op. cit.* Anos mais tarde, este homem, que presidia o departamento de “Filoloxía” românica da USC, declarou que para ele é tão estrangeiro o português de Lisboa como o chinês (no 1º “Symposium on Galician Studies” da universidade de Oxford, abril 1991, vide Agália, no. 26, 1991, pp. 257-259, “Leitorado de galego na subfaculdade de espanhol na universidade de Oxford ou uma modalidade de fazer turismo”, C. Durão; e *ANT*, no. 475: “Cultura galega en Londres”, *id.*, 2 maio 1991, p.17). Nisto ia bem acompanhado: Avelino Abuín de Tembra atribuiu a Gonzalo Torrente Ballester o asserto “A un galego cóstalle tanto traballo aprende-lo português como o chino” (*El Ideal Gallego*, 10 maio 1983, em *Encontros Labaca*, Eds. do Castro, 1984, p. 85).

tros/seminários semanais sobre normativa. Entre os “pesos pesados” estavam Constantino García, Antón Santamarina, F. Fernández Rei, A. Torres Queiruga, X.L. Méndez Ferrín, Bernardino Graña, X. Alonso Montero; participaram nalgumas sessões: R. Carvalho Calero, F. Fernández del Riego, Ramón Piñeiro, Carlos Casares, Ramón Lorenzo, S. García-Bodaño, Alfredo Conde, Guillermo Rojo, Ricardo Palmás; o resultado foram as “Bases prá unificación das Normas lingüísticas do galego. Resume dos seminarios celebrados na Universidade de Santiago de Compostela desde decembro de 1976 a xuño de 1977”<sup>27</sup>.

Em 1978 aprova-se a “Constitución” espanhola (27 dezembro; BOE do 29); art. 30. 1.: “El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho de usarla./ 2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos”. Em 1979 publica-se o “Decreto de Bilingüismo”, Real Decreto 1981/1979, 20 julho; BOE 199 e 200, agosto; Decreto 43/1979, de 21 setembro, da Junta pré-autonómica, que cria a “Comisión de Lingüística”, presidida por Carvalho; “Acuerdo de la Comisión Mixta Xunta da Galicia-M.E.C.”, de 29 setembro 79, pelo que se cria a “Subcomisión de Programación y Textos”, presidida por A. Santamarina e da que fazia parte C. Casares.

Em 1979-80 elabora-se o Estatuto de Autonomía, que sai em 1981: Ley Orgánica 1/1981, de 6 de abril, del Estatuto de Autonomía para Galicia, cujo artigo 50 1. diz: “La lengua propia de Galicia es el gallego. 2. Los idiomas gallego y castellano son oficiales en Galicia y todos tienen el derecho de conocerlos y usarlos”. É a chamada “língua de seu” ou “galego autoidentificado” (na altura era muito utilizado pela direita galega o termo “autoidentificación”, com certos ressaibos de pureza étnica e/ou de Estado policial).

A Junta pré-autonómica nomeia uma “Comisión de Lingüística” (que fora constituída em 20 outubro 1979), presidida por R. Carvalho Calero, para elaborar umas Normas “de concórdia”, as “Normas ortográficas do idioma galego”, de dezembro de 1979, apresentadas em janeiro de 1980, com critérios abertos e não excluintes, expressados no Limiar, que deixa aberta a possibilidade duma ortografia “mais solidária de outras formas do románico-hispánico ao que o galego pertence”.

Aquelas primeiras “Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego”, foram elaboradas pela Real Academia Gallega no 1970<sup>28</sup> com espírito integrador, p.ex. na aceitação do plural em -ais, mas, sequestradas pelo ILG, deram lugar ao chamado “Decreto Filgueira”<sup>29</sup>. Com efeito, as “Normas orto-

<sup>27</sup> Ediciones Anaya, Madrid, 1977, ed. não venal; no “Limiar” escreve García-Sabell que se trata de “normas que son propostas e non impostas”; reed. da Universidade de Santiago em 1980.

<sup>28</sup> Publicadas em 1971 (aprovadas em 4 julho, derivadas doutras anteriores, de 15 fevereiro 1970, e reeditadas no 1977).

<sup>29</sup> Decreto 173/1982, do 17 de novembro, “sobre a normativización da Língua Galega”

gráficas e morfológicas do idioma galego”, foram preparadas pelo ILG, e aprovadas em 3 de julho de 1982 por alguns (17) membros da RAG e outros (3) do ILG, em reunião anti-estatutária da RAG, convocada no 18 junho de 1982, da que foram excluídos os meios informativos, o que provocou uma manifestação de representantes de entidades reintegracionistas e nacionalistas no exterior do edifício da RAG, e a entrega de escritos de protesto ao secretário. A convocatória enviada aos académicos diz: “Asunto único:/ Estudo da ponencia sobre a unificación das normas ortográficas e morfológicas do galego, entre a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega./ Adxúntase o borrador da ponencia./ Rógase que este borrador non pase aos medios de comunicación nin se lle dea publicidade mentras non teña lugar a Xunta Extraordinaria”, e vai assinada pelo Presidente, Dr D. García Sabell, que é ao mesmo tempo o Delegado do Governo Espanhol na Galiza<sup>30</sup>. Os “ponentes” daquela reunião eram R. Lorenzo, C. Casares, A. Torres Queiruga, A. Santamarina, R. Álvarez, R. Piñeiro, C. Rábade e F. Fernández Rei. Posteriormente, R. Lorenzo declarou: “No nos interesa una normativa para que nos entiendan en Angola, Mozambique, o Brasil” (*La Voz de Galicia*, 4 julho 1982, p. 51). A “Xunta de Galicia”, por proposta do Sr. José-Fernando Filgueira Valverde, Conselheiro adjunto à Presidência para Cultura, aprova o Decreto para “oficializar” aquelas Normas. O Decreto foi impugnado pelo deputado Cláudio Lopes Garrido, em proposição não de lei, no 9 de junho de 1983, mas foi promulgado em 20 de abril de 1983 (no. 36 do DOG, Ano II). Com aquele novo golpe (“acto de governo” chama-lhe o Conselheiro da Presidência J.L. Barreiro Rivas no “Limiar” ao texto do Decreto<sup>31</sup>) confirma-se a apropriação do galego pelos impostores “universitários”.

“Com o golpe do 3 de julho é que se inicia a castelhanização institucional do galego./ Em resposta, as Irmandades da Fala são fundadas definitivamente em 17 de agosto de 1982; realizam-se Encontros Nacionais da Língua [...] A operação do ILG, iniciada há anos, vai ter eficácia ao introduzir-se inclusive elementos dessa instituição na Academia Galega, como é o caso do próprio Director da instituição, asturiano de origem e a quem os reintegracionistas acusam de querer fazer do galego um bable” (Fontenla, 1986). Das credenciais “académicas” dos perpetradores desta fraude dão alguma ideias estas declarações: “a separación hoxe entre o galego e o portugués é enorme. E o feito é que nós, cando imos a Portugal, non nos entendem nin nós a eles. A separación é total”<sup>32</sup>; “Esquencen os lusistas a realidade histórica do galego (sempre preto

<sup>30</sup> Pode ver-se a reprodução facsimilar em Vol I de Linguística e Sócio-linguística Galaico-Portuguesa, *Temas de O Ensino*, no. 4/5, 1985, p. 158.

<sup>31</sup> Servicio Central de Publicacións da Xunta de Galicia, Santiago, 1983.

<sup>32</sup> Entrevista de R. Lorenzo a *La Voz de Galicia*, 4 abril 1981; recolhido em “Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza”, de A. Gil Hernández, Vol II, *op. cit.*, p. 272.

do castelán, pouco en contacto co portugués) e a realidade actual. /Se en Galicia non tivésemos mais ca unha lingua, o galego, entón podíamos impoñer calquera grafía, pois os nenos non terían outra que lles presentase conflito lingüístico. Pero os nenos galegos teñen que aprender galego e castelán”<sup>33</sup>. De igual modo opina J.J. Moralejo: “Dende o século pasado hai ensaios de adoptar a ortografía portuguesa: coido que é un esforzo antieconómico, diferencialista, abocado a non ter éxito nas condicións obxetivas -e non negativas- en que estamos: acostumados á norma ortográfica do castelán -e xa sería moito ter isto por asoballamento!-, non ten sentido adeprender convencións novas, por exemplo o valor de *j*, *nh*, *lh*, ... nin teimar en cousas como POVO, DÚVIDA, ...” (1977:95); “O galego seméllase moito ó castelán” (p. 143); “no [“lésico”] común entran tódolos cultismos nos que non deberíamos remexer: non son préstamos do castelán, senón do grego, do latín, etc.” (p. 144).

“A “solución (final)” foi o acto de goberno da “Xunta” que, sancionando politicamente o acordo da R.A.G. e o I.L.G., mostra a decidida vontade política de reconducir o proceso normalizador iniciado en 1916 com as Irmandades da Fala, truncado pela guerra civil e recommençado coletivamente durante os anos sessenta-setenta [...] Tal decisão, porém, redutora e unilateral dos “notáveis” políticos concorda com os “princípios” que, enunciados como tais na “Introducción”, guiáram (assim o declaram!) aos “notáveis” académicos no processo de elaborarem as Normas oficializadas. / [...] Convergem, portanto, os “notáveis” que detêm [sic] o poder académico e aqueles que controlam o poder político regional a respeito das competências exclusivas da Comunidade Autónoma. Há outros “notáveis”, académicos e políticos, que calam e/ou outorgam, que transigem e/ou se mostram indiferentes [...] / Reduzir e centrifugar a CLGP em território espanhol, também nos aspectos formais, constitui um passo inescusável no processo, complementar e multi-lateral, de racionalizar e modernizar as instituições do Estado. Sumir na simples oralidade (transcrevível facilmente!) o idioma galego implica garantir a modernidade (gráfica sobretudo) da língua nacional ou castelhano; negar a unidade diassistêmica de galego, língua regional de Espanha, e português, língua oficial (e nacional) de até sete estados, elimina de raiz qualquer tentação de “veleidade” aventurada... O resto, isto é, as repressões académico-políticas, as arbitrariedades administrativas e, em geral, a “política linguística” que a “Xunta” e outros órgãos do Estado promovem e procuram confirmam a tese, mantida já no meu trabalho do volume primeiro de Linguística e Sócio-Linguística Galaico-Portuguesa: “Que o processo normati-

<sup>33</sup> “A lingua”, em *Galicia 1950-1980 -trinta anos de cultura*, Galaxia, 1980, p. 25, recolhido em *Encontros Labaca*, em 1983, vide “Que galego na escola?”, Eds. do Castro, 1984, p. 74, e mais em “‘Isolacionismo’ e constricta desgaleguização da comunidade lusófona na ‘Comunidade Autónoma Galicia’”, A. Gil Hernández, Revista Nós, nos. 19-28, 1990/91, p. 375.

zador da língua é utilizado pela ‘notabilidade’ da Galiza, hoje no poder, para acelerar a desnormalização da CLGP e, portanto, conseguir a normalização definitiva da Comunidade Linguística castelhana, identificada nestas partes do mundo com o Estado espanhol”<sup>34</sup>.

O “Decreto Filgueira” foi aplicado ao ensino através da Direção Geral de Política Linguística, iniciando inspeções nos centros docentes, e perseguições e repressões aos professores de galego; com ele confirmou-se o sequestro do português da Galiza pelo Estado Espanhol, provocando uma enérgica contestação pelos setores mais conscientizados da sociedade, que sofrem fortes represálias se o utilizam nos centros de ensino. A AS-PG publica umas *Observações sobre as Normas ortográficas e morfológicas do Instituto da Lingua-Real Academia Galega* (Ourense, agosto 1982), acusando-as de desintegração, e a Agal dedica-lhe um *Estudo Crítico* (1983).

Ao respeito, opina R. Lorenzo: “Cando se tratou de normativiza-la lingua e a Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega da Universidade chegaram a unha normativa case común, a uns cantos aficionados ocorrúselles presentar unha normativa lusista, ou ‘reintegracionista’, como se di pra disimular, querendo achega-lo galego ó portugués na graffa, na morfosintaxe e no léxico, porque resulta que utiliza-lo galego vivo é escribir baixo a presión do castelán e hai que recupera-lo que ‘nunca’ existiu. Así chégase a dúas posturas totalmente contrarias, porque a unha exclúe a outra e non hai posibilidade de entendemento./ Estes galegoaprendices en moitos casos fixéronlle un fraco favor ó galego e contribuíron a que a xente se indispuxese aínda máis contra a nosa lingua. [...] O galego e o castelán teñen hoxe unhas características moi semellantes, cousa que non sucede entre o galego e o portugués falado, e mesmo escrito”<sup>35</sup>. Nas Actas do Colóquio de Tréveris, referindo-se ao portugués, diz R. Lorenzo: “son un enamorado desta lingua”; e também: “qué desgracia ten o galego en caer en mans de xentes que non debían estar co galego ás voltas”<sup>36</sup>. E tem um bom discípulo em Fraga Iribarne: “desde la independencia de Portugal, hay un destino que sigue la lengua gallega, que se convierte en la lengua popular de Galicia, conviviendo con el castellando en un bilingüismo que nunca ha creado problemas. Esta no sólo es una opinión mía: lo es también del ilustre catedrático de Santiago, Lorenzo, quien ratifica que el gallego hay que dejarlo como es, no inventarlo de nuevo, ni mucho menos si esta invención, no sólo no es filológica,

<sup>34</sup> “Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa/Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza”, A. Gil Hernández, *Temas de O Ensino*, no. 6/10, pp. 276-278, Vol II, 1986.

<sup>35</sup> M.<sup>a</sup> das Dores Arribe Dopico, A. Gil Hernández, J. Carlos Rábade Castinheira e outros, *Encontros Labaca*, op. cit., p. 81, nota 12: R. Lorenzo em *El Ideal Gallego*, 18 outubro 1981, “Unhas cantas reflexións sobre o galego”.

<sup>36</sup> (parece que não havia por ali um espelho à mão...) Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Tréveris, Xunta de Galicia, Santiago, 1982.

sino también política”<sup>37</sup>. Outro “ilustre” discípulo era o Dr. García Sabell, Presidente da RAG, também Delegado do Governo Espanhol na Galiza, que escrevia no Limiar da edição de R. Lorenzo da *Crónica Troiana*<sup>38</sup>: “as sabencias do Profesor Ramón Lorenzo van dereitas ó cumio do estilo científico da indagación seria e responsable. E que somentes pode ser subliñado con unha palabra, con un soio calificativo, este: asombroso” (in Estraviz, 1986:155). E comenta I. Alonso Estraviz: “há anos que Ramón Lorenzo saudou com grande alvoroço a necesidade de uma integração do galego numa ortografia comum ao português ao fazer a resenha crítica dos livros de Ernesto Guerra da Cal no jornal compostelano *La Noche*. Que o levou a se converter em furibundo antilusista e defensor de uma ortografia castelhanizante para o galego?” (1986:159), referindo-se ao que escrevera Lorenzo: “Sería verdaderamente maravilloso que la literatura gallega fuese conocida en el mundo luso-brasileño y romper el cerco que hoy le tienen trazado [...] nosotros tendríamos que hacer una acomodación a los fonemas portugueses. La idea encontraría opositores. Pero no me parece descabellado. Sólo me refiero a algunos fonemas, o hablando más propiamente a la grafía de algunos fonemas, como nh, lh, g, j (como hacía Pondal). Adoptar la ç sería más complicado. Sabemos que hoy hay una zona de seseo y otra de ceceo. Lo propiamente gallego es la s porque la z es particularidad del castellano en toda la Romania. Pero nosotros escribimos con z, aunque pertenezcamos a una zona de seseo [...] La idea, repito, es interesante. Habría que luchar, pero sería fundamental que nos acercásemos al mundo luso-brasileño, siempre que no perdiésemos nuestros derechos y nuestro patrimonio”<sup>39</sup>; e também: “a única solución das letras galegas é arrimarse a Portugal, arrincar o pano que afasta ás duas rexións pra traballar nos mesmos eidos. Esta posibilidade fai algún tempo que se comezou a entrever con certa forza [...] En Portugal contamos en primeirísimo termo con o grande mestre Rodrigues Lapa. En Galicia somos moitos os que queremos esta xuntanza” (*Vieiros*, no. 2, México, 1962).

Nesta situação, publica-se na revista *Seara Nova*<sup>40</sup>, cujo diretor era Rodrigues Lapa, o Manifesto “dos 13 de Roma”<sup>41</sup>. Apresentando-o, escreve Lapa: “Este trabalho é o preâmbulo e síntese dum outro, de muito maiores proporções, que intitularam Em prol da integração linguística galego-

<sup>37</sup> Jornal *La Región*, 4 setembro 1981, em *Encontros Labaca*, op. cit., pp. 85-86.

<sup>38</sup> Crunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.

<sup>39</sup> “Consideraciones a Lua de Alén-Mar”, referindo-se à reintegração de Guerra da Cal, no jornal compostelano *La Noche*, 12/15 fevereiro 1960.

<sup>40</sup> “Manifesto para a supervivência da cultura galega”, no. 1547, setembro 1974, pp. 30-31; depois na revista *Cuadernos para el diálogo*, Madrid, no. 133, outubro 1974.

<sup>41</sup> Assinado por (ortografia do original) António Busto Salgado, Maca Cabaleiro, João Curráis, José Manuel García Álvarez, Jesus García Castro, Manuel García Otero, Jorge João Gómez Gude, Ricardo Martínez Valcárcel, José Martinho Montero Santalha, Marcial Portela, Uxío Romero Pose, José António Salgado, João Trillo.

portuguesa”. J.M. Montero Santalha publica então “¿Ortografía galega ou galego-portuguesa?” (*La Voz de Galicia*, setembro 1975), “Unificación ortográfica galego-portuguesa” (*Grial*, no. 51, 1976, pp. 1-13) e “Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa”<sup>42</sup>, em que afirma: “ou galego e portuguê sô a mesma língua (sem prejuízo de peculiaridades próprias de cada umha das duas áreas), ou sô línguas independentes. Os conceitos “idêntica língua” e “línguas distintas” estâm separados por um salto qualitativo e nom por umha simples diferença quantitativa, de modo que entre eles nom existe um ponto intermédio”<sup>43</sup>. E mais tarde fala em “língua portuguesa da Galiza”<sup>44</sup>; “chamar-lhe língua galega ao que é língua portuguesa da Galiza para todo o âmbito lusófono é uma maneira de enganá-los, porque é uma maneira de fazer-lhes ver que isso não tem nada a ver com eles. Porque não se chama língua brasileira: chama-se língua portuguesa do Brasil. [...] Temos que ter uma instituição que para o resto do mundo lusófono seja claramente lusófona: língua portuguesa da Galiza, não língua galega”<sup>45</sup>.

Publica-se, em fim, a Lei “de normalización lingüística”<sup>46</sup>, cujo artigo 1 dispõe que “o galego é a lingua propia de Galicia./ Tódolos galegos teñen o deber de coñecelo e o dereito de usalo”. No preâmbulo, sustenta: “A presente Lei, de acordo co establecido no artigo 3 da Constitución e no 5 do Estatuto de Autonomía, garantiza a igualdade do galego e do castelán como línguas oficiais de Galiza e asegura a normalización do galego como lingua propia do noso pobo”. Comenta J.L. Fontenla: “A Lei de Normalização do Parlamento Galego não muda as cousas (apenas faz referência a que a questão da normativa passa a ser competência da Real Academia Galega, deixando fora ao Instituto da Língua Galega, verdadeiro responsável do conflito linguístico)”<sup>47</sup>.

Sobre a história do conflito, diz Carvalho Calero: “As *Normas ortográficas* foron aprobadas en xuntanza celebrada o 15 de febreiro de 1970. Dado ese primeiro paso na ordenación do idioma, semellou chegado o momento de abordar os máis rechamantes problemas de morfoloxía, o que desembocou na aprobación, con data de 4 de xullo de 1971, de *Algunhas normas para a*

<sup>42</sup> Ferrol, 1979, edição não venal; vide “O reintegracionismo linguístico galego-português”, revista *O Ensino*, no. 4, 1982, p. 44 (depois *Temas de O Ensino*, nos. 6/10, 1986, p. 36).

<sup>43</sup> Ponência apresentada nas V Jornadas do Ensino, Santiago de Compostela, 26-30 agosto 1981.

<sup>44</sup> “A recuperaçom da literatura galega para a língua portuguesa”, *Actas*, II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1989, p. 159.

<sup>45</sup> Da apresentação da Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa: <<http://br.groups.yahoo.com/group/Academia-Galega-da-Lingua-Portuguesa/>>, abril 2008.

<sup>46</sup> Lei 3/1983, 15 junho, publicada no DOG no. 84 em 12 julho, com o seu desenvolvimento em Decreto 135/1983 de 8 setembro, Ordem de 23 setembro.

<sup>47</sup> “Breve história do conflito linguístico na Galiza”, *op. cit.*, p. 59; vide tb entrevista com o Presidente da RAG, Xosé Ramón Barreiro em revista *Grial*, outubro 2007: “Hoxe podemos dicir que o ILGA está practicamente integrado na Academia.” ([http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1162463962171\\_Entrevista\\_Barreiro.pdf](http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1162463962171_Entrevista_Barreiro.pdf))



*unificación morfolóxica da lingua galega.* A unha primeira edición das *Normas ortográficas do idioma galego* seguiu outra conxunta das ortográficas e morfolóxicas. Esgotadas estas edicións, agora aparece a segunda das normas conxuntas (Nota [de Carvalho]: Real Academia Galega, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, segunda edición, A Cruña, 1977. Polo que se refire ás normas ortográficas, ésta é, realmente, a terceira edición) [...] desde que tais Normas foron redactadas [...] semella lóxico, de acordo co espírito e a letra das esposicións que preceden á parte dispositiva, preguntármonos en qué medida poden modificarse, qué dúbidas se nos plan-tean aínda e qué enmendas procedería seguramente introducir./ Comecemos pola ortografía./ E a primeira dúbida é ésta: ¿resulta tan incuestionábel como en 1970 basearse na ortografía castelá? Téndose estendido, anque insuficientemente, o ensino do galego, non estaremos xa en condicións de encetar a introducción dunha ortografía autónoma? Mais ¿tería de selo dobreamente, é decir, con relación ao castelán e ao portugués, ou compriría aprosimala á escrita deste último idioma, entendendo a autonomía ortográfi-ca como reintegración no complexo galego-portugués? Semella lóxico que algunha forma de coordinación no indumento gráfico dos idiomas xemeos se promova ao seu tempo, pois iso facilitaría á nosa literatura o ascenso dun estatuto de expresión dialectal a unha situación de homologación -sempre falando en termos de grafía- con respecto ás máis variantes do romance occi-dental. [...] Xa que non estamos sos, e o portugués mantén o  $x=ks$ , teríamos que ser consecuentes, e reducir os casos de confusión ou incongruencia adoptando unhas grafías máis etimolóxicas en que o *g* e o *j* non fosen escluí-dos polo *x*. *Exigencia* sería unha forma admisíbel sobre a base dunha educa-ción escolar que preparase o alumno. [...] a solución do castelán [...] é con-traria ás leis fonéticas que rexen a historia do galego e debe escluirse [...] Habería que considerar Galiza como forma máis autorizada, e igualmente restrinxir todo o posíbel aos cultismos modernos e evidentes as formas sufi-xáis que se mencionan en que tivera de manterse a iode, o que é contrario ao desenvolvemento normal da lingua no seu período constituinte”<sup>48</sup>; “A qualifi-caçom de lusistas, que, com sentido pejorativo ou neutro, dam alguns aos que professam as ideias expostas, nom nos parece feliz, pois do que se trata é de restaurar o carácter puramente ocidental do nosso romance, libertando-o, na medida em que caiba, de contaminaçons centralistas”<sup>49</sup>; “Alguns demago-gos querem manter este estado de alienaçom, e rejeitam como artificiosas as formas restauradas. Comovedora homenagem de ignorância ou fanatismo ao mito do galego popular, se nom se trata de uma maquiavélica manobra

<sup>48</sup> “Normas ortográficas e morfolóxicas”, revista *Grial*, no. 59, 1978, pp. 99-102.

<sup>49</sup> “Novas bases para umha normalizaçom lingüística”, em *Estudos galego-portugueses*, op. cit., p. 99; antes em revista *Grial*, no. 59, 1978, p. 105.

encaminhada a fazer impossível a supervivência do galego”<sup>50</sup>; “Algumas pessoas desinformadas tendem a apresentar-me como um inovador, como um revolucionário polo que se refere ao conceito da nossa língua, mas as minhas opiniões, expressadas naturalmente conforme aos meus próprios parâmetros pessoais, são sem embargo aquelas opiniões, aqueles critérios que tradicionalmente se professam dentro do galeguismo. Uma doutrina revolucionária é, por exemplo, a de que o Galego é uma língua que deve ser considerada absolutamente independente dentro das Línguas da Românica. Isso sim pode ser considerado inovador, ainda que com um tipo de revolução completamente contrário à realidade da experiência histórica [...] eu realmente não creio que se me pode considerar um dos pais do reintegracionismo. Mais bem sou um dos filhos, por que o reintegracionismo nasce cientificamente com o Romanismo, e politicamente com o Galeguismo. [...] a mim correspondeu-me, como a outros colegas e correligionários, precisar consoante as circunstâncias do meu tempo, uma doutrina que explicita ou implicitamente era a doutrina geral do Romanismo e os propugnadores do Galeguismo professavam desde que surgiram à luz. [...] O reintegracionismo, portanto, não é outra cousa que aquela doutrina que quer devolver a sua própria natureza ao Galego. [...] Não se pode construir um Galego sobre a base do estado actual do idioma nas camadas populares, porque sabemos que durante muitos séculos foi erosionada a língua oral, única realmente existente, por influência do castelhano. Então se queremos escrever e falar um idioma que não seja um mero dialecto vulgar do castelhano, há que restaurar os tecidos danados. [...] O Galego há de preservar a sua natural essência para o qual há que manter o contacto com as demais normas do sistema. [...] devemos entender que as diversas manifestações do Galego colonial, do galego que se foi expandindo a partir do seu nascimento na Gallaecia, são normas, são Falas, são dialectos que podem contribuir a enriquecer o nosso idioma.[...] Por suposto, todo o mundo sabe que eu professo em matéria de Política Linguística as ideias tradicionais, as ideias de Castelão, e como essas ideias são contrárias às ideias que reinam no mundo oficial, no aspecto cultural, pois, não tenho muito predicamento, ao parecer, dentro dessas esferas. Consideram-me como um herege, como um cismático, ou como um corruptor da mocidade, e se me exclui positivamente dos organismos oficiais. Isto é evidente, ainda que também é certo que entre as pessoas que formam parte desse “holding” cultural que hoje nos governa há gentes que conservam um respeito pessoal para mim, alguns mesmo um afecto pessoal, mas é verdade que se me considera um obstáculo para o desenvolvimento duma determina-

<sup>50</sup> “Sobre a nossa língua”, em *Problemas da Língua Galega*, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 19-21, conferência no Clube Lingüístico da Crunha, 7 fevereiro 1979.

da Política Linguística e se me exclui decididamente em geral do mundo científicoliterário que está servido por pessoas afectas às ideias reinantes, que são mais bem isolacionistas do que reintegracionistas [...] ensinaria o Galego que existiu historicamente e que existe actualmente, propugnando uma norma ampla que não exclua a nenhum sector que tenha importância sem aplicar uma ditadura linguística que resultaria ridícula”<sup>51</sup>; “O galego nom nace cando renace a sua expressom escrita no século XIX”<sup>52</sup>; “pode-se afirmar que as modalidades existentes na fala nom apresentam caracteres diferenciais suficientemente marcados para que se atribuam ao galego grupos dialectais. Nom existiriam dialectos, senom falares, dentro do galego. Esta vem a ser a opinião de Vicente García de Diego (1909), e é umha opinião correcta [...]” (Carvalho Calero, 1981:121); “Este ibero-románico occidental, dotado dunha unidade sistemática, realiza-se em diversas falas, suxeita a distintas normas, e unha destas normas é o galego comun, que, à sua vez, non é outra cousa que un certo sincretismo de variantes coloquiais e literárias que se dan en Galiza. Dentro do português hai tamén distintas falas, distintas normas, entre as que figura o português normativo, con superior xerarquia político-social, mas para o lingüista unha de tantas manifestações dialectológicas do galego-português” (Carvalho Calero, 1981:233); “De nada nos serviria que todo o mundo falase e escrevese en galego se ese galego [...] era realmente un castellano agalegado [...] Non abonda con que se fale galego, é que é preciso que ese galego sexa galego, é dizer, que non sexa un produto que con nome de galego nos apresente un dialecto do castellano. Así que esta é a significazón que ten o esforzo que están realizando muitos intelectuais galegos en pro dunha reintegrazón do noso idioma no seu sistema próprio [...] apesar do decreto de unificazón ditado para impoñer unha normativa oficial, existe un sector importante do país [...] que insisten na necessidade de ter en conta o galego histórico, e que non cren que se poda normativizar e normalizar a nosa língua sobre a base da realidade dialectal dos tempos modernos, que é consecuencia dun proceso de degradazón do noso idioma, producido por circunstâncias históricas de sobra conhecidas. Entón constitui ao meu xuízo unha cegueira dos políticos que nos governan, induzidos por estudiosos ou técnicos que non posuen a necesaria amplitude de espírito para ver o galego cunha conceizón diacrónica, tratar de esmagar a estas persoas, a este grupo que propugna a reintegrazón do galego dentro do sistema ibero-románico occidental; grupo que se ten acreditado como numeroso, como responsável e como ben informado [...] Non me parece correcta a actitude da Administrazón negando, por exemplo, a sua protecção económi-

<sup>51</sup> “Entrevista com o professor Dr Ricardo Carvalho Calero, por Ramon Reimunde, revista *O Ensino*, no. 18-22, 1987, Homenagem ao professor Carvalho Calero, pp. 14-17.

<sup>52</sup> “Evolução histórica da língua galega”, *Letras galegas*, 1984, Agal, p. 30.

ca a empresas culturais importantes, polo feito de que a expresión formal ortográfica dos solicitantes deses apoios estexa orientada à reintegración do galego ao seio do sistema galego-portugués. En realidade, eses médios económicos [...] son [...] subvenções, son bens, cuxo propietario é o povo galego. E os reintegracionistas, a verdade, cremo-nos parte dese povo galego, e nos parez unha actitude abusiva, absolutamente anti-constitucional, aquela que nos priva de disfrutar dunha protección económica que nos parece ser un ben ao que debemos ter acceso todos os galegos” (Carvalho Calero, 1981:239-240).

Joan Coromines fala de “unificação ortográfica galego-portuguesa”<sup>53</sup>.

Fernández Rei: “Dans une perspective strictement linguistique, nous pouvons admettre que le galicien et le portugais parlés aujourd’hui constituent une seule et même langue *abstand*”<sup>54</sup>.

Isaac Alonso Estraviz: “Tentar, por tanto, uma ortografia própria para o galego independente da portuguesa, obedece a uma ignorância imperdoável, a um infantilismo linguístico, a um nacionalismo irracional ou a uma manipulação dos servidores do colonialismo para levar a cabo a morte do galego em Galiza” (Alonso Estraviz, 1987:209); “a normativa do ILG-RAG é uma cópia fonética das variantes populares existentes na Galiza e Portugal. Um afã de querer elevar a rango literário o que é um fenómeno popular e um querer demonstrar-nos que Galego e Português são diferentes. Infelizmente, a normativa do ILG-RAG é a soma de variantes dialectais portuguesas” (Alonso Estraviz, 1993:61); “Todas as particularidades fonéticas e morfológicas que se dão em Portugal, dão-se, em maior ou menor medida, na Galiza. E todas as particularidades existentes na Galiza, existem, em maior ou menor proporção, também em Portugal” (Alonso Estraviz, 1978).

Constitui-se em 1980 a Associação de Amizade Galiza-Portugal<sup>55</sup>. Publica o boletim bimensal *Hifen* (1993/95), que emprega as denominações “galego-português” e “português da Galiza” para se referir à língua da Galiza, denuncia a repressão da Junta da Galiza contra os professores reintegracionistas e em geral a política linguística da Junta, os Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos. Realiza os Seminários de Políticas Linguísticas<sup>56</sup>. Colabora com outras organizações reintegracionistas e participa em colóquios e simpósios

<sup>53</sup> “Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa”, J. Coromines, revista *Grial*, no 53, 1976; Coromines já deixara clara antes a sua atitude a respeito da pertença do galego à lusofonia, no seu *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*

<sup>54</sup> “La place de la langue galicienne dans les classifications traditionnelles de la Romania et dans les classifications standardologiques récentes”, *Plurilinguismes* 6, 89-120, 1993; in Alvarez Caccamo; Herreo Valeiro, 1996:147; nota.

<sup>55</sup> Fundada em 17 maio 1980, legalizada em 20 outubro, Ministerio del Interior, DGPI, Ofício de 20 outubro 1980; na Rede: <<http://www.lusografia.org/amizadegp>>.

<sup>56</sup> Na Universidade de Santiago, o I em novembro 2003, II em novembro 2004, III em março 2006.

como o V Colóquio Anual da Lusofonia<sup>57</sup>, e a Semana da Galiza (Braga, 2006).

Em 9 junho de 1981 funda-se a Associação Galega da Língua<sup>58</sup>. Editou a revista *Agália*, com prestigiosos contributos de dentro e fora da Galiza. Publicou um *Prontuário ortográfico* (1985), um Guia de verbos (1989), um Estudo Crítico (1983, ed. 1989)<sup>59</sup> e obra literária. Membros da Agal participaram em encontros com representantes do oficialismo<sup>60</sup>.

A Agal celebrou vários congressos internacionais, o primeiro em Ourense, em setembro de 1984: I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. A presidência de honra estava integrada por Ricardo Carvalho Calero, Ernesto Guerra da Cal, Manuel Rodrigues Lapa, Óscar Lopes, Leodegário A. de Azevedo Filho e Celso Ferreira da Cunha. Entre as pessoalidades não galegas que contribuíram figuravam Salvato Trigo, Luciana Stegagno Picchio, Sílvio Elia e Ma. Helena Mira Mateus. Também outros congressos (até ao V) contaram com o apoio de E. Coseriu, Joan Coromines, Fernando Cristóvão, Gladstone Chaves de Melo, Jenaro Marinhas, José Saramago, José G. Herculano de Carvalho, Evanildo Bechara, Américo Lindeza Diogo e Beatriz Weigert.

Em 1982 são (re)fundadas as Irmandades da Fala<sup>61</sup>, continuação das *IF* históricas (de 1916), inclusive do ponto de vista jurídico, pois herdaram o seu nome registado<sup>62</sup> e com elas entroncaram por meio de Jenaro Marinhas del Valhe, “por ser eu o último representante vivo da primeira Irmandade da Fala fundada na Galiza” (1993:15). Editam as revistas *Cadernos do Povo*, *Nós*, *O Ensino*, *Temas de O Ensino*, e obra literária. Publicam um prontuário<sup>63</sup> que perfilou as suas linhas ortográficas gerais “avançadas”, p.ex. grafar “Castelão” com til, e em geral o emprego do til onde correspondia segundo o critério então adotado (daquele prontuário procedem as palavras “brêtema” e “lôstrego” incluídas na Base XI 20. a) do Acordo da Ortografia Unificada).

As *IF* elebram vários congressos e simpósios internacionais de linguística e sociolinguística, Jornadas do Ensino e Escolas de Verão na Galiza e Portugal. A

<sup>57</sup> 2006, Bragança (recolhido em *Galiza: Berço da Lusofonia*), Actas do V Colóquio Anual da Lusofonia, Arcosonline, <<http://www.arcosonline.com/>>.

<sup>58</sup> Legalizada em 2 outubro no Ministerio del Interior; assembleia fundacional em Santiago, 31 outubro; na Rede <<http://www.agal-gz.org/>>.

<sup>59</sup> Na Rede <<http://membres.lycos.fr/questione/documentos/estudo83/indice.html>>.

<sup>60</sup> Por exemplo os *Encontros Labaca*, em 1983, vide: “Que galego na escola?”. Dum “Encontro Nacional sobre a normalización lingüística”, em 1986, surgiu a “Mesa pola Normalización Lingüística”.

<sup>61</sup> No 17 de agosto, Dia da Galiza Mártir; na Rede: <<http://www.lusografia.org/ifgp/>>.

<sup>62</sup> Ministério do Interior, Direção Geral de Política Interior, Associações, Madrid, Ofício de 20 julho 1983, registo de saída no. 3430, pelo que se legaliza.

<sup>63</sup> *Prontuário Ortográfico da Língua Galego-Portuguesa das Irmandades da Fala*, revista *Temas de O Ensino*, no. 2/3, 1984, Braga. Houve depois uma edição reduzida, *Pequeno Prontuário Ortográfico*, como unidade didática da AS-PGP, no. 7, 1984, e uma edição eletrónica da parte léxica em 2000, atualizada na Internet em 2002 e 2005 como *Prontuário Prático/léxico contrastivo*: <<http://www.lusografia.org/carlosduraio/prontuario-p.htm>>, em revisão.

partir do I Encontro Internacional da Lusofonia (Casa do Brasil, Madrid, setembro 1988), as *IF* começaram a utilizar sistematicamente as expressões "lusofonia" e "lusófono" nas suas publicações, embora já utilizaram antes o termo "lusofonia". Posteriormente foram inscritas em Portugal como Irmandades da Fala da Galiza e Portugal (8 julho 1991, Cartório N. de Braga). Dirigiram, participaram ou colaboraram, entre outros, nos seus congressos e publicações Ma. Rosa da Rocha Valente, Cristina de Mello, Salvato Trigo, Américo Diogo, Inocência Mata, Evanildo Bechara, Herculano de Carvalho, Mário Soares, C. Reis, L.A. de Azevedo Filho, L. Lindley Cintra, Malaca Casteleiro, M. Vilela, E. Estrela, M. Rodrigues Lapa, J. Coromines, A.A. Lindeza Diogo, F. Mendonça, Lopito Feijóo, Arsenio Mota, G. Chaves de Melo, A. Margarido, R. Jakobson, C. Ferreira da Cunha, Filomena Cabral, Beatriz Weigert, Amadeu Torres, L. Polanah, J.J. Letria, N. Freire, J. de Montezuma de Carvalho, e E. Guerra da Cal.

As *IF* enviaram, por convite, uma delegação observadora às sessões de debate do Acordo Ortográfico da Ortografia Simplificada no Rio de Janeiro na Academia Brasileira de Letras, em maio de 1986<sup>64</sup>. Foi Presidente de Honra Ernesto Guerra da Cal (que já participara, como galego, no I Simpósio Lusobrasileiro sobre a Língua Portuguesa na Universidade de Coimbra em 1967). Também enviaram uma delegação observadora às sessões de debate do Acordo Ortográfico em Lisboa, em outubro de 1990 na Academia das Ciências de Lisboa.

Leodegário A. de Azevedo Filho: "os caminhos do reintegracionismo são os únicos que podem garantir ao idioma galego a sua própria sobrevivência"<sup>65</sup>.

Gladstone Chaves de Melo: "concluamos que a língua é a mesma e que podemos, tranqüilos, passar do 'diassistema' ao 'sistema'"<sup>66</sup>.

Silvio Elia: "A minha posição é a da existência de um sistema lingüístico galego-português, historicamente realizado como "domínio lingüístico galego-português". Por motivos político-militares, houve, em certo momento da história, uma separação (não cisão) entre o galego e o português"<sup>67</sup>.

Evanildo Bechara: "a ortografia é fonêmica, e não fonética, isto é, não se preocupa com registar variedades de fala [...] unidade ortográfica não significa conformidade de língua se bem que uma língua histórica não deve ter mais de uma ortografia" (1990-1991:49-50).

<sup>64</sup> A "Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Simplificada" fora constituída em 1985 em Ponte Vedra, no IV Encontro Internacional da Língua Galaico-Portuguesa, de 6 a 7 de dezembro de 1985, sob a presidência do prof. Dr Fernando Alves Cristóvão, o prof. Dr Carvalho Calero e o prof. Dr Luís Polanah.

<sup>65</sup> Discurso de abertura, I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Actas, p. 22, Agal, 1986.

<sup>66</sup> "Em defesa da reintegração", III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Actas, 1993, p. 96.

<sup>67</sup> "A posição do galego no domínio das línguas ibéricas", S. Elia, III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Actas, 1993, p. 131.

Eugenio Coseriu: “Se trata, por tanto, del caso, bastante raro en la historia de las lenguas, de una lengua que, precisamente en la forma que se difunde y se constituye en lengua común y gran lengua de cultura, se llama con otro nombre: ya no gallego, sino portugués”<sup>68</sup>.

M.<sup>a</sup> do Carmo Henriques Salido: “A Assembleia do “Congresso Internacional da língua Portuguesa no mundo”, celebrado em Lisboa em 1983, recolheu, entre outras esta proposta: “I.-Atendendo à situação dos estudos linguísticos, o Congresso reafirma a tese de que o Galego e o Português são normas cientificamente reconhecidas de um mesmo sistema, que engloba as comunidades linguísticas luso-galego-brasileiro-africanas” (1987:236; 238).

Ângelo Cristóvão Angueira: “o galego não é nem será nunca uma língua regional da Espanha [...] Não é uma língua minoritária, pois é falada atualmente por cerca de 200 milhões de seres nos cinco continentes./ A nossa língua é, porém, minorizada no território administrativamente espanhol. Neste jogo da minorização a primeira culpada é a consideração do galego como língua diferenciada da portuguesa” (1991:387).

Xavier Vilhar Trilho: “A codificação espanholizadora do galego nega-lhe a este o caráter de língua nacional na medida em que o converte numa simples língua “regional” do Reino da Espanha, num dialeto do espanhol, numa espécie de castelhano antigo ou de português aldeão. Esta normatização, que isola o galego do português, desintegra o galego, ao desagregá-lo da comunidade linguística lusófona, da que faz parte”<sup>69</sup>.

António Gil Hernández: “Nós entendemos que a fidelidade à tradição escrita implica a recuperação das formas, tanto ortográficas e morfológicas como léxicas, legítimas do galego, baseada no confronto das falas actuais com a história da língua. [...] Com isto mantemos aberta a via recuperacionista (reintegracionista), inaugurada pelos autores das Irmandades da Fala, Geração Nós e Seminário de Estudos Galegos, entre outros, preferindo e recuperando todas as formas galegas tradicionais que hoje podem mesmo não estar vivas nas falas ou são minoritárias, porque estão suplantadas pelas espanholas [...] Deste modo recuperamos o que realmente é património do povo galego”<sup>70</sup>; “numa primeira acomodação glotopolítica do conceito, digo que a maioria dos dirigentes, presumíveis galeguizadores, se acha incluída (sic) no conjunto da notabilidade espanhola de modo que, individual e involuntariamente, se conduzem como “notabiliños” ou notáveis secundarizados cuja ação primária na

<sup>68</sup> “El gallego en la historia y en la actualidad”, E. Coseriu, II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Actas, 1989, p. 800.

<sup>69</sup> “A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política”, X. Vilhar Trilho, 2003 (<<http://www.lusografia.org/xaviervilhar.htm>>).

<sup>70</sup> “Que galego na escola?”, A. Gil Hernández, em *Encontros Labaca*, op. cit., pp. 149, 160, 162, 166, 167, respetivamente.

Galiza é inconscientemente verificarem e estenderem entre o cidadãos galegos, sob matizações “regionalistas”, o projeto nacional espanhol. Quer dizer, o seu alvo não expresso é, até hoje e com toda a segurança em adiante, integrarem os homens galegos no processo nacionante do Reino da Espanha, que se exprime em só castelhano (não nos esqueça)” (1999:270).

José Luís Fontenla: “nós, os Galegos, não pedimos só uma ortografia unificada como também uma ortofonia comum mínima ou ortologia, ortoépia; e uma dicionarística comum, terminologia uniforme, etc., pelo que nasceu o VOCT, Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia, para toda a Luso-fonia, na negociação do primeiro Acordo Ortográfico de 1986” (2000:15).

Luís Gonçalves Blasco: “Galego e Português fam parte de um mesmo diasistema lingüístico que, geralmente, chamamos Galego-português, ainda que também podemos chamar-lhe Galego à nossa variante particular (e mesmo às outras)” (1998:241).

V.R. Fagim e J.L. Valinha: “o movimento regeneracionista, na teoria, preferiu, por a considerar mais correcta, a pronúncia do “sesseio” à pronúncia com interdental castelhana de palavras como “cedo” ou “fazer”” (2003:151-156).

Mário Herrero Valeiro: “Na Galiza vivemos num paradoxo: existe uma língua que ninguém está obrigado a conhecer, mas que deve ser escrita de uma forma determinada, com as letras doutra língua que é e obrigado conhecimento, mas que ninguém obriga a escrever de uma forma determinada. Paradoxos da democracia” (2006:268).

Celso Álvarez Cáccamo: “O galego e o português sempre foram a mesma língua, desde as suas origens no território da Gallaecia até a sua diversidade actual por vários continentes” (*Vieiros*, 10 maio 2002).

Alexandre Banhos: “A nossa língua, o português, que assim é conhecida internacionalmente” (entrevista em *Novas da Galiza*, no. 65, 2008).

Vítor Meirinho: “Mostrando-se ser a língua dos galegos e dos portugueses a mesma” (2003:124; e <<http://www.lusografia.org/vitormeirinho.htm>>).

Fernando Venâncio (2007): «Não se insistirá na questão, entre todas magna, de serem galego e português um ou dois idiomas. Para o autor deste trabalho, eles são variantes dum só e mesmo idioma. Ou, reduzindo a questão ao essencial: todas as estruturas que distinguem galego e português das outras línguas românicas, têm-nas eles em comum” (“Mana Galiza”, PGL).

Carlos Durão: “é o mesmo idioma, com variantes fonéticas e léxicas” (1972:4); “A língua é indivisível [...] A lusofonia é a consumação da nossa tradição” (1989:312).

Em anos recentes o reintegracionismo é, cada vez mais, um movimento cívico, reivindicativo dos direitos linguísticos dos cidadãos lusófonos da Galiza, e tem uma projecção também cada vez maior nas camadas jovens. Criam-se assim associações como a Associação Civil “Amigos do Idioma



Galego” (AIG, Buenos Aires), Associação Reintegracionista de Ordes (ARO), Clube Reintegracionista do Salnés (CRÊS), Embaixada Galega da Cultura (Madrid), Sociedade Cultural Marcial Valadares (Estrada), Grupo Reintegracionista Autônomo Meendinho (Ourense), Assembleia Reintegracionista Bonaval (Compostela), Associação Reintegracionista V Irmandade (Vigo), Associação Reintegracionista Artábria (Trasancos), Grupo A Gente da Barreira (Ourense), Associação Cultural Aloia (Barcelona), Movimento de Defesa da Língua (MDL), Assembleia Reintegracionista NH, Associação Cultural Alto Minho (Lugo), Assembleia da Língua, Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (<http://www.aglp.net>); e saem ao rueiro comum inúmeras publicações, em papel ou eletrónicas<sup>71</sup>. E também o reintegracionismo tem cada vez mais projeção além fronteiras: Foro Social Europeu, Parlamento Europeu, Colóquio Anual da Lusofonia (Bragança), Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Assembleia da República portuguesa).

## Referências

- AGAL (1983). *Estudo Crítico das “Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego” (do ILG-RAG)*. Crunha: Associação Galega da Língua.
- Alonso Estraviz, Isaac (1978). Sobre ortografia galega. *Grial*, N.º 62, pp. 477-479.
- Alonso Estraviz, Isaac (1986). Em defesa da unidade estrutural da língua galego-portuguesa. *O Ensino*, N.º 14-17.
- Alonso Estraviz, Isaac (1987). Acheegas sobre o verbo galegoportuguês ‘dezer’. *O Ensino*, N.º 18-22.
- Alonso Estraviz, Isaac (1993). Variantes dialectais portuguesas normativizadas no Galego do ILG-RAG. *III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Actas*.
- Alvarez Cáccamo, Celso; Herreo Valeiro, Mario J. (1996). O continuum da escrita na Galiza: entre o espanhol e o português. *Agália*, N.º 46.
- Bechara, Evanildo (1990). Da nossa ortografia. *Nós*, N.º 19-28, pp. 49-50.
- Biqueira, João Vicente (1974). Pola reforma ortográfica. *Ensaio e poesias*. Vigo: Galaxia, p. 180
- Blanco Torres, Roberto (1930). La unificación ortográfica del idioma gallego. *De esto y de lo otro*. Crunha: Ed. Nós, p. 70
- Bochmann, Klaus (1986). Problemas da ‘normalización’ da lingua galega. *Grial*, N.º 91.
- Carvalho Calero, Ricardo (1981). *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Castelão, A. D. R. (1974). *Sempre em Galiza*. Buenos Aires: Edicións Galiza.
- Cristóvão Angueira, Ângelo (1991). Language Planning: atitudes. *Nós*, N.º 19-28, 1991.
- Durão, Carlos (1972). Nota ortográfica para o uso do suplemento na escola. *Boletim do Grupo de Trabalho Galego de Londres*, N.º 8, p. 4.
- Durão, Carlos (1976). Sobre a ortografia galega: unha iniciativa. *Grial*, N.º 53, pp. 361-4.
- Durão, Carlos (1989). A língua que vai em nós. *Nós*, N.º 13-18.
- Fontenla, J.L. (1986). Breve história do conflito linguístico na Galiza. *Temas de O Ensino*, N.º 6/10, Vol II, pp. 57-58.
- Fontenla, J.L. (2000). O Mito de Babel: contra a desagregação da língua portuguesa. *Nós*, N.º 59-65.
- Fontenla, J.L. (2003). Por uma ortofonia do português da Galiza. *Agália*, N.º 75, pp. 151-156.
- Gil Hernández, António (1999). Política e língua. *Agália*, N.º 58, 1999.
- González Blasco, L. (1998). Um relatório desafortunado. *Agália*, N.º 54.

---

<sup>71</sup> É sobranceiro o Portal Galego da Língua (<<http://www.agal-gz.org/>>).

- Guerra da Cal, Ernesto (1959). *Lua de Além-Mar*. Vigo: Galaxia.
- Guerra da Cal, Ernesto (1963). *Rio de Sonho e Tempo*. Vigo: Galaxia.
- Guerra da Cal, Ernesto (1985). *Futuro inemorial*. Lisboa: Sá da Costa Editora, Lisboa. Recolhido em Vol II, 1986, de *Temas de O Ensino*, no. 6/10.
- Henriques Salido, M.<sup>a</sup>. do Carmo (1984). Problemática da língua Galego-Portuguesa na Galiza. *O Ensino*, N.º 18-22.
- Herrero Valeiro, M. (2006). Antóníu Gil Hernández: os olhares incômodos. *Agália*, N.º 85/86.
- Irmandades da Fala (1933). *Vocabulario Castellano-Galego*. Crunha: Imprenta Moret, p. 8.
- Reeditado em 1970; Caracas: Padroado da Cultura Galega.
- Marinhas del Valhe, Jenaro (1993). Discurso de encerramento do Congresso do Presidente das Irmandades da Fala históricas, J. Marinhos. *Nós*, N.º 29-34, p. 15.
- Meirinho, Vítor (2003). Falsa essência e utilidade verdadeira. *Agália*, N.º 73/74.
- Moralejo Álvarez, Juan José (1977). *A lingua galega hoxe*. Vigo: Galaxia, 1977.
- Otero Pedraio, Ramon (1977). *Pensamento galego I*. Santiago; Vigo: Ed. Sept.
- Paz-Andrade, Valentim (1970). *La expansion transcontinental del idioma*. Madrid: Siglo XXI.
- Piñeiro, Ramón (1973). Carta a don Manuel Rodrigues Lapa. *Grial*, N.º 42, pp. 389-402. Reproduzida em dezembro no jornal *El Ideal Gallego*, da Crunha, em 5 entregas sucessivas; e posteriormente no seu livro *Olladas no futuro*, Vigo: Galaxia, 1974, pp. 261-279 (reed. de 2008).
- Rodrigues Lapa, Manuel (1973). A recuperação literária do galego. *Grial*, N.º 41, pp. 278-287; originalmente (1973) em *Colóquio/Letras*, N.º 13, pp. 5-14; depois Rodrigues Lapa, 1979:53-65.
- Rodrigues Lapa, Manuel (1977). Otero Pedrayo e o problema da língua. *Grial*, N.º 55, p. 44.
- Rodrigues Lapa, Manuel (1979). *Estudos galego-portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.
- Rodrigues Lapa, Manuel (1982). Princípios básicos para a criação de uma língua literária comum. *Tradición, actualidad e futuro do galego*. *Actas do Coloquio de Tréveris*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 235-236
- Rodrigues Lapa, Manuel (2001). Carta de R. Lapa a F.F. del Riego desde o Rio, 15 novembro 1958. *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*. Vigo: Galáxia.
- Rodríguez, José Luís (1997). A Galiza 'raiz anerga da nosssa cultura' ou a 'portugalegüidade' de Rodrigues Lapa. *Filologia, literatura e lingüística - Colóquio Internacional, Curia 1997. Comemorações do centenário do nascimento do Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, pp. 61-78
- Seminário de Estudos Galegos (1936). *Engádegas ás normas pra a unificación do idioma galego*. Santiago de Compostela: Publicacións do Seminário.
- Vilar Ponte, Antom (1971a). Pangaleguismo. O camiño dereito. *Pensamento e Sementeira*. Buenos Aires: Centro Galego de Buenos Aires, p. 211 (originalmente em *A Nosa Terra*, no. 78).
- Vilar Ponte, Antom (1971b). Un libro que todos echamos de menos. *Pensamento e Sementeira*. Buenos Aires: Centro Galego de Buenos Aires, p. 152
- Vilar Ponte, Antom (1971c). Visión internazonalista. *Pensamento e Sementeira*. Buenos Aires: Centro Galego de Buenos Aires, p. 218

## **Um ponto de inflexão na reivindicação nacional**

1916, a Irmandade da Fala

Ernesto Vázquez Souza

*Para os da Geração de 1970*

Nestes tempos em que contraditórios e sem vergonha, correm folhas voantes e manifestos cheios de tópicos que ingenuamente, como as religiões, considerávamos desterrados há muito do espaço ideológico hispano, há, mais uma vez, que advertir e estudar, como ambiente conformador da modernidade, os processos de espalhamento e construção da ideo-mitologia nacional no Estado espanhol contemporâneo definidores das linhas geradoras da Política interna e das manifestações discursivas desse discurso que configuram e reforçam a imagem atual (espalhada pela escola, os média, o funcionariado e boa parte da mesocracia intelectual) do Estado.

Contra a afirmação geral que adoito se nos repete e campa no momento deste texto finalizar<sup>1</sup>, estes processos nem são gerados como ataques por parte das comunidades nacionais de Catalães, Galegos ou Bascos, constituídos em vozeiros de projetos alternativos contra o projeto Espanhol unitário existente, defendido e justificado pela maquinaria estadual, senão mais bem respondam à fagocitação com que o Estado agride todo desafio ou questionamento a esse fraco comum nebuloso, inconcreto e incoerente que conforma e define a Ideia nacional Espanhola consagrada na formulação Reino da Espanha.

Como sabemos, todos esses processos fazem parte de um contexto mais vasto. Nas suas raízes às modas intelectuais Europeias traçadas desde Herder e o Romantismo estadual Espanhol como espaço de debate e confronto.

Será, porém, nestes três espaços, cada um com as suas histórias, tradições bibliográficas e idiossincrasias institucionais onde se dem os principais debates

---

<sup>1</sup> Estou-me a referir ao “Manifiesto por la lengua común” apresentado no emblemático Ateneo de Madrid em Junho de 2008.

e confrontos ao processo unificador. Nestes debates a respeito dos mitos justificativos na aplicação de uma política de estado centralista, incivil e profundamente antidemocrática é que devemos situar o contexto sócio-político e objetivos (galego e espanhol) das nascentes Irmandades da fala.

Contra o que se poderia suspeitar, na Galiza os “passos para avante” no processo de construção da língua e do discurso teórico<sup>2</sup> que a sustenta como alicerce da nação não são progressões motivadas pelas mudanças de fase<sup>3</sup> na concretização de um projeto mas as medidas e reações ante a imposição de um nacionalismo espanhol fortemente antidemocrático e centralizador e a destruição da língua galega e a perda de falantes.

De Sarmiento às Irmandades da Fala determinam-se várias fases na degradação da língua e na sua substituição pelo castelhano, coincidentes com perdas na identidade e autonomia histórica e política da Galiza, que farão saltar os alarmes entre os patriotas, reagrupando-se através deles novas estratégias de defesa e propostas nos modelos de língua-padrão com que marcar as diferenças a respeito de fases e estratégias anteriores.

O conflito entre os defensores de um modelo estável, popular e tradicionalmente assimilável a um castelhano (entendido no pacto conformador do Estado) e os impulsores de propostas modernizadoras e diferencialistas, normalmente acusados de lusistas (que devem ser entendidos dentro de um abano entre o autonomismo e o soberanismo).

Entram pois ao longo de todo o XIX e XX em jogo três discursos: o do nacionalismo espanhol centralista, o do conservadorismo galaico com a sua ideia de integração na Espanha e o do regionalismo, autonomismo, finalmente constituído em nacionalismo. E estes fatores determinam, do mesmo jeito que determinaram o Rexurdimento da língua galega, a constituição da Liga Gallega ou a RAG, o processo de construção do projeto das Irmandades da Fala.

Há destarte que entender contra que se debate nesta Restauração borbónica, outrora forte, que agoniza e terminará na traça final da Ditadura de Primo de Rivera. Devemos logo retrotrair-nos um bocadinho no contexto intelectual à moda para entendermos a contemporaneidade de um discurso que estão a formular quase do nada as duas gerações das que Unamuno e Ortega serão os principais bandeirantes.

Como bem destacou Inman Fox (1997) há justo dez anos, num texto fundamental e fascinantemente silenciado, a invenção de Espanha durante a Restauração e especialmente durante o Franquismo acompanhou não apenas o preterimento de certas figuras e processos fundamentais –alternativos diríamos- ao construto elaborado no século XIX e XX senão também a elabo-

<sup>2</sup> Para uma síntese “clássica”: Beramendi (2007).

<sup>3</sup> Para entender a noção de “Fase”: Hroch (1994).

ração do Cânone e escolhas lineares acordes com a História inventada, dos autores e textos que conformam o corpus da Literatura Espanhola que figura em manuais e espalham as antologias e bibliotecas “populares”.

A geração 98 é um conjunto intelectual, em grupo ou como prestígios separados, ferozmente nacionalista espanhol, nado como efeito do processo iniciado por volta de 1850. Isto é declarado, nos mesmos anos que medeiam entre a Solidariedade e as Irmandades. Da intransigente concepção nacionalista (linguística e ideológica) de Menéndez Pidal, Unamuno<sup>4</sup>, Ortega, Madañaga e Ramiro de Maeztu, poderiam se encher teses (Fox, 1988).

Dos perfis nacionalistas e mediáticos algo chaplinescos e das esperpénticas contradições de Unamuno e Ortega já se ocuparam justamente o genial Fuster (1975) e o também silenciado biógrafo crítico do grande Ortega (Morán, 1998).

Ilustremos com um par de exemplos mais desconhecidos. Um dos “integrantes” (o mais remisso à existência) de tal geração, o pretensamente anarquista e intelectual independente, Pío Baroja, desafiava e mofava-se, como “radical”, de Lerroux, na Barcelona de 1910<sup>5</sup>, do catalanismo, dos nacionalismos<sup>6</sup> e das suas manifestações intelectuais (Baroja, 1927:128-165)<sup>7</sup>.

Outro, “nuestro buen amigo Azorín”, explicitava rara e meridianamente nas 214 páginas (Azorín, 1921) de defesa do particular parlamentarismo e ex-ministro Juan de La Cierva<sup>8</sup>: a sua ideologia conservadora (maurista, “patriotismo melancólico e implacable” p. 148, “La doctrina conservadora”, pp. 181-209); ideia de partido (“el partido que usted [don Juan de la Cierva] y yo queremos”, p.113); noção de pátria (el “altiplano manchego”, “la planicie de los 650 metros”); admiração por Cánovas (“el hombre que lo fue todo, que lo llenó todo”, p. 181), antiparlamentarismo (p.200); defesa da propriedade e contrariedade ao sufrágio universal (“una superstición” p.201); e até disponibilidade a ocupar o posto de Governador Civil de Murcia (“tan sólo por complacer y servir a unos amigos”, p. 175).

<sup>4</sup> O Tomo VI das Obras Completas, *La raza y la lengua* (Aguado, 1960), recolhe uma fundamental escolma dos artigos e conferências sobre o tema do catedrático de Salamanca. Alguns dos artigos recolhidos no presente volume são duma violência verbal fundamental para compreendermos o tom e falta de flexibilidade do discurso nacional espanhol.

<sup>5</sup> Conferência na “Casa del Pueblo de Barcelona” 25 de Março de 1910.

<sup>6</sup> Especialmente beligerante é contra o *bizkaitarrismo*, mas contra tudo o que soar a organização ou propostas político-culturais dos “regionalismos”. Ao respeito é fundamental Raggio (1917), pelo uso de tópicos mui gratos ao “regionalismo são” de Manuel Casas, Ponte y Blanco, ou Martínez Morás.

<sup>7</sup> No mesmo livro, (pp. 51-119) recolhe-se um ataque ao nacionalismo basco, bem como várias alusões ao regionalismo catalão, basco e galego.

<sup>8</sup> Juan de La Cierva, eficiente homem de administração, trabalhador e autor de meritórias reformas, era entre 1907 e 1913, governando um gabinete conservador presidido por A. Maura, o Ministro da Governação. Logo o responsável pelas sanguinentas actuações policiais no ano 1909, em que destaca a “Semana Trágica” de fins de Julho em Barcelona, o julgamento e morte de Ferrer (Agosto-Outono) e na Galiza a matança de camponeses em Oseira.

Mas não se trata só das principais figuras intelectuais da Espanha do XIX e XX. É que não se considera a função ideológica da cultura oficial e do aparelho do Reino e a sua simbologia. A ascensão imparável do Catalanismo político desde 1905 bem logo ia gerar a reação do Estado. Os primeiros episódios da Guerra de Bandeiras começam com o Decreto assinado pelo Rei Alfonso XIII em 21-1-1908 pelo qual se legisla a “obrigatoriedade” da bandeira espanhola nos edifícios públicos em resposta à “ostentosa” presença da Senyera que os Concelhos de maiorias catalanistas acordam, com o uso da língua própria, como normalidade cidadá. A retirada das bandeiras da Catalunha e a novidade da bandeira espanhola será recebida com surpresa e certa hostilidade popular (ver Serrano, 1999).

E neste jogo de construtos tiveram um papel destacado as Academias especialmente no que diz respeito à Língua e à História. Esta é uma constante que não se considera de jeito sistematizado, ainda que a Real Academia Española<sup>9</sup> declare cousas tão peregrinas e contraditórias como titular a sua *Gramática de la Lengua Castellana* (1906), para logo a seguir advertir na sua introdução:

Llábase *idioma ó lengua* el conjunto de palabras y modos de hablar de cada nación. La lengua de los naturales de España, se llama *española*; y también más comunmente *castellana*, porque si bien no fue ni aún en su origen exclusiva de Castilla, sino que se habló simultáneamente en otras regiones de la Península, tales como el reino de León, el de Aragón y la mayor parte del de Navarra, y se comunicó luego por la conquista á los reinos de Andalucía y al de Murcia, y finalmente, á las inmensas regiones descubiertas y civilizadas por los españoles en América y Oceanía, recibió el nombre de la región central de España, que vino á ser el núcleo de nuestra nacionalidad. Y aunque no pueda negarse que la lengua castellana no ha prevalecido sobre las de los otros pueblos que habitan la Península Ibérica, puesto que así los portugueses que forman monarquía aparte, como los vascongados, los gallegos y los pueblos de lengua catalana (Cataluña propiamente dicha, Valencia y las Islas Baleares) conservan su antiguo lenguaje y le cultivan literariamente, también es cierto que la lengua de Castilla no es sólo la del mayor número de los españoles, sino también la única empleada en las leyes y demás documentos oficiales, y la que ha sido consagrada en mayor número de monumentos literarios (*Ibidem*, pp. V-VI).

Desconhecemos o motivo, mas não é habitual que se ponham em relação com os processos de repressão das nacionalidades e línguas galega, catalã e

---

<sup>9</sup> A Academia Española, a mais antiga das Academias foi fundada pelo primeiro Bourbon, Filipe V por Real Cédula de 3 de Outubro de 1714. A sua função era velar pela pureza, propriedade e correção do idioma castelhano. Os seus estatutos foram outorgados em 20 de Agosto de 1859. A sua primeira missão foi confeccionar um dicionário da língua castelhana que começou a ver a luz em 1726, rematando em 5 volumes em 1739. Os seus indivíduos podiam ler e adquirir livros proibidos. Pelo artigo 20º da Constituição de 1876, com o resto das Reais Academias, Universidades e Sociedades Económicas podia designar um Senador.

euskera dados tão relevantes como o fato de serem integrantes destas Academias, nomeadamente na RAE, os autores e divulgadores dos mais destacados e mais furibundos discursos nacionalistas espanhóis.

Neste contexto é que o ano 1916 ia ser fundamental para a confirmação das crescentes expectativas “regionalistas” que nas últimas décadas, e muito especialmente na cidade da Crunha, foram germinando. Segundo a nossa tradição cultural mais divulgada, Aurélio Ribalta<sup>10</sup> a partir da sua revista *Estudios Gallegos*<sup>11</sup> ofertou uma plataforma em que viram a luz vários chamamentos<sup>12</sup> durante os anos de 1915 e 1916.

---

<sup>10</sup> Aurelio Ribalta y Copete (1864-1940).- Cursou Direito e Letras em Santiago, doutorando-se em Madrid. Professor de Inglês na Escola de Idiomas de Madrid. Regionalista militante, já nos tempos da Liga Gallega, publicou em Madrid a revista *Estudios Gallegos*, que durou 22 números e várias obras em galego em verso e prosa. Manifesto partidário da Ortografia fonética. Era também (o que tem a sua importância para explicar “contradições”, actuações autopropagandísticas e certos silêncios) o secretário pessoal do Ministro de Graça e Justiça, o deputado conservador pelo distrito da Crunha, Juan Armada y Losada, Marquês de Figueroa.

<sup>11</sup> *Estudios gallegos. Revista quincenal de lenguaje, finanza, turismo* publicada por Aurelio Ribalta, até ao número 14. Desde o 15, mensal, *Estudios gallegos. Revista de lenguaje, finanza, turismo* publicada por Aurelio Ribalta. O primeiro número saiu à rua em Janeiro de 1915, o derradeiro em Natal de 1916. Os cinco últimos números evidenciam e anunciam problemas económicos. Pretendia abordar questões culturais e oferecer estudos destinados a problemas concretos da economia social e desenvolvimento da Galiza e da emigração. Incluía notas filológicas e secções com notícias culturais, poesia e crítica bibliográfica. Os seus números tornaram-se uma plataforma para um regionalismo radicado em Madrid, que reivindicava um certo orgulho sobre a língua e a história da Galiza a par duma necessária modernização económica em que se reivindicava a necessidade duma exploração racionalizada do agro e a pesca. Também incluíram abondosas informações sobre a polémica Estátua de Montero Díaz em Compostela, notas sobre o caminho-de-ferro galego e a história das Assembleias agrárias de Monforte. Os últimos números, correspondentes a Novembro e Dezembro de 1916, saem maioritariamente escritos em galego e identificam-se com as nascentes Irmandades de Amigos da Fala. A colecção completa: nº1, Janeiro de 1915, nº 2, 20-2-15; nº3, 5-3-1915; nº4, 20-3-1915; nº5, 5-4-1915; nº6, 20-4-1915; nº7, 5-5-1915; nº8, 20-5-1915; nº9, 5-6-1915; nº10, 20-6-1915; nº11, 5-7-1916; nº12, 20-7-1915; nº13, 5-8-1915; nº14, 20-8-15; nº15, Novembro 1915; nº16, Dezembro 1915; nº17, Janeiro, 1916; nº18, Fevereiro, 1916; nº19, Março, 1916; nº20, Junho, 1916; nº21, Novembro 1916; nº22, Dezembro 1916.

<sup>12</sup> Ribalta, A., “La reforma Ortográfica en Cataluña y en Galicia”, 3, 5-3-1915; Ribalta, A., “El Cultivo de la lengua propia”, 4, 20-3-1915; Tapia, E., “El gallego en la lírica y en la prosa. La “Crónica Troyana y los Libros de Caballerías”, 6, 20-4-1915; López-Aydilo, Eugenio, “Los nuevos rumbos. La Lengua, la pobre lengua” 6, 20-4-1915; Méndez Brandón, Castor, “A propósito de un artículo”, 6, 20-4-1915; P. De Múgica, “Carta abierta”, 8, 20-5-1915; “Por el idioma gallego”, 8, 20-5-1915; Ribalta, A., “La novela de Lugin”, 9, 5-6-1915; Ribalta, A., “Nuestro pasado literario”, 10, 20-6-1915; Ribalta, A., “El estilo en la novela”, 11, 5-7-1916; Pol, J., “Por el habla gallega”, 11, 5-7-1916; Porta, A., “Po la fala gallega. Iso da morriña gallega e lería”, 13, 5-8-1915; López-Aydilo, E., “El revivir de la lírica gallega. El gran poeta Cabanillas”, 14, 20-8-15; Ribalta, A., “El gallego y el leonés en la Filología española”, 15, Novembro 1915; Porta, A., “Pola fala gallega. Ai qe ser omes”, 15, Novembro 1915; Fuco da Sionlla, “O linguaxe e mai las finanzas de Galizia”, 15, Novembro 1915; Pol, J., “El carácter regional”, 15, Novembro 1915; “Por la Universidad gallega”, 15, Novembro 1915; “El gallego en las escuelas”, 16, Dezembro 1915; Correa, E., “En la escuela de Rianjo”, 16, Dezembro 1915; Gómez Y Barco, M., “Educar antes que instruir”, 16, Dezembro 1915; Rodríguez, J.M., “Educación de los niños gallegos”, 16, Dezembro 1915; García Niebla, J., “Educación de los niños gallegos”, 16, Dezembro 1915; “Por la Universidad gallega”, 16, Dez. 1915; Ribalta, A. “1916”, 17, Janeiro, 1916; Ribalta, A., “Liga de amigos del Idioma”, 17, Janeiro, 1916; “La diada de la Lengua catalana”, 17,

A sua defesa das línguas regionais ante a demolidora oposição ao seu uso público por parte da Academia Española presidida por Antonio Maura teve, nesse ano de 1916, especial relevância ao vir acompanhada duma série de atos e fatos na capital de Espanha de especial transcendência para a Colónia galega.

Nesse ano, no qual os catalanistas mantêm um assalto ao poder e uma defesa da sua língua em debates em que se abala a concepção mesma do Estado espanhol centralista, as conferências da “Reunión de Estudios Gallegos” no Ateneu de Madrid, juntamente com outras, oferecerão uma panorâmica de exaltação sobre a região. A música, a literatura, as glórias militares e históricas acompanham as palestras sobre Prisciliano e o característico diferencial da religiosidade galega. Entre outras figuras de interesse, Castelao e Basilio Álvarez, andam por esse Madrid em convulsão.

O ano começara com as medidas defensivas que propõe a Academia Española face ao uso das “línguas regionais”, que como no caso do catalão estão a acadar grande pulo mercê à vigorosa campanha regionalista que nas Instituições e administração sob o seu controlo desenvolve a *Lliga*.

Nestes anos matrizes do Regionalismo catalão e irmandinho, o director da RAE é uma figura tão fundamental na estruturação teórica e prática da Restauração como o Excelentíssimo Sr. D. Antonio Maura y Montaner<sup>13</sup>. Em nome da RAE, e com data de Reis de 1916, dirige ao Ministro da Instrução Pública o seguinte comunicado, para que faça cumprir “sin contemplación ni disculpa de ningún género” as disposições legais que impedem, no Estado espanhol, o uso público de qualquer língua que não seja a castelhana:

Excmo Sr.: La Real Academia Española, encargada de difundir el idioma nacional y de velar por su conversación y pureza, sabe que en muchos lugares de esta Monarquía no se cumplen los preceptos legales a ello atinentes, que son los medios más eficaces para lograr aquellos fines de supremo interés patrio.

---

Janeiro, 1916; “A Academia Española e as lêngoas españolas”, 18, Fevereiro, 1916; “A Academia Española e as Lêngoas faladas en España”, n.º 19, Março, 1916; Pol, J., “El gran enemigo de Galicia”, 19, Março, 1916; “A Campaña pola fala”, 20, Junho, 1916; “A Campaña pola fala. Os diarios de Galicia deberían esquirbirese en galego”, 21, Nov., 1916; Ribalta, A., “O cultibo da lêngua propia”, 21, Nov., 1916.

<sup>13</sup> O “Excmo. Sr. D. Antonio Maura, y Montaner, Licenciado en Derecho; Diputado a Cortes; Caballero Gran Collar de la Orden de la Torre y la Espada de Portugal; Gran Cruz de la Legión de Honor de Francia, de la Orden de Victoria de Inglaterra, de San Esteban de Hungría, de la Piana de Su Santidad, del Sol Naciente del Japón, del Sol y del León de Persia, de Gustavo Wassa de Suecia, de la Estrella de Rumania, del Salvador de Grecia; ex Vicepresidente del Congreso de los Diputados; ex Ministro de Ultramar, de Gracia y justicia y de la Gobernación; ex Presidente del Consejo de Ministros; ex Presidente de la Academia de jurisprudencia y Académico de mérito de la misma; Individuo electo de, la Real Academia de Bellas Artes de San Ferniardo. *Director*.” (Segundo a edição do *Diccionario* da RAE de 1914. 14<sup>a</sup> edição). O mallorquino ingressara nela em 29 de Novembro de 1903, agasalhado por todas as figuras políticas e académicas com um discurso sobre “La Oratoria como género literario”. Mais dados em “Maura Académico”, Capítulo LVI de Antón del Olmet, Luis & García Carraffa, Arturo, *Maura*, Los grandes españoles, III, Imp. de Alrededor del Mundo, 1913, pp. 362-363. Foi presidente da Academia entre 1913 e 1924. Também pertenceu à Academia de Jurisprudência e a de Belas-Artes.



Hay centros oficiales donde se prescinde en absoluto del castellano; no se exige la traducción de aquellos documentos que se presentan escritos en el dialecto de la región o provincia; los acuerdos de sus corporaciones o los bandos de autoridades locales se redactan en igual forma, y hasta acontece que en gran número de escuelas está proscrito el idioma nacional o se enseña como si fuese una lengua extranjera, que es hacer perdurables y agravar males públicos, cuyo remedio anhelará V.E., sin duda.

No cumpliría esta Academia sus deberes, ni aun respondiendo al fin primordial para que fué establecida, si no pudiese en conocimiento de V.E. esta negligencia, cuando no abuso, de aquellos que en primer término están encargados de ejecutar y hacer ejecutar las leyes que a la materia indicada atañen. Aunque las vigentes disponen que los textos didácticos de la Academia sean obligatorios en los establecimientos de enseñanza, la Academia no ha exigido el riguroso cumplimiento de estos preceptos, mientras para el mismo objeto se han utilizado libros, si distintos de los suyos, siempre castellanos. No era, sin embargo, inofensiva aquella relajación, y convendrá corregirla unificando las enseñanzas con la Gramática oficial. Mas ahora que parece ponerse en duda por algunos la supremacía y predominio del idioma que hablan en España la inmensa mayoría, y en América muchos pueblos hermanos nuestros, tiene la Academia obligación de cuidar que tal despojo no se realice, ni aun en parte, substituyendo o suplantando nuestra hermosa lengua.

Idiomas o dialectos que se hablan en la intimidad del hogar o en las relaciones individuales, y que toman forma artística en literaturas regionales, son repetables, y la Academia los respeta y estima, porque el conjunto de las manifestaciones de la vida española forma la grandeza de la Patria; pero el verbo de ésta, como nación una e intangible, es el castellano.

La Academia, pues, suplica reverentemente a V.E. que teniendo presentes la ley de 9 de Septiembre de 1875, vigente en esta parte, el decreto de 26 de Febrero de 1875 y otras muchas disposiciones emanadas del ministerio que V.E. regenta, ordene a todos los encargados de la dirección y enseñanza del idioma, como rectores y decanos de Universidades, directores de Institutos, directores de escuelas superiores, de escuelas normales y colegios, inspectores de enseñanza y maestros de escuelas públicas, que sin contemplación ni disculpa de ningún género, que no puede haberlas, vigilen y hagan que se cumplan los referidos preceptos legales, único medio de fomentar y unificar el provechoso cultivo de nuestro idioma castellano.

La Academia tendrá la resolución favorable como timbre de honor para V.E. y causa de que por ello le felicite al igual de España toda.

Madrid, 6 de Enero de 1916.- El Director, *Antonio Maura*<sup>14</sup>

A polémica criada pela nota que a RAE envia ao governo, e publica o *ABC*, abala a opinião catalanista e é imediatamente respondada pela plataforma de *Estudios Gallegos* (*idem*):

---

<sup>14</sup> *Apud* “A Academia Española e as lènguas españolas”, *Estudios gallegos*, 18, Fevereiro, 1916.

Excmo. Sr. Ministro de Instrucción Pública y Bellas Artes.

Muy señor mío y de toda mi consideración:

El *ABC* de esta mañana publica, para general conocimiento, el escrito que la Real Academia Española dirige a V. E., con fecha de 6 de Enero, para que haga “fomentar y unificar el provechoso cultivo de nuestro idioma castellano” a costa del justo y feliz desenvolvimiento que, por fortuna de todos, alcanzan las otras lenguas habladas en España.

No sé, no quiero, no puedo dilatar ni un día el acudir al Ministro para exponer ante él, con la categórica concisión de los párrafos numerados, lo siguiente:

1º. Es muy discutible, en el terreno jurídico, la intervención de la Real Academia en este asunto. Ningún texto legal la autoriza para ello.

2º. Que, dada la autoridad de la respetable Academia y la de su ilustre Director, la publicación de este escrito produce, por sí sola, un daño grave a la riqueza filológica de España.

3º. La Real Academia *Española* no debe impedir el cultivo ni el empleo oficial de ninguna de las lenguas *españolas*. Por el contrario, debe estudiarlas, cultivarlas ella misma y contribuir a su enaltecimiento, reparación debida a seculares injusticias.

4º. Que el problema de hoy para el esplendor de la lengua castellana no está, ni mucho menos, en lo que la Real Academia y el señor Maura suponen en su desorientada carta. Los modernos estudios de Filología lo desmienten; nuestra dignidad de españoles lo repugna.

5º. No es verdad que el uso de las lenguas regionales en escuelas y Corporaciones origine ni agrave males públicos de ninguna especie. Esto es una de tantas cosas que se dicen sin que nadie las demuestre. La Academia no será capaz de demostrarlo tampoco.

6º. No es verdad que las leyes vejatorias de las lenguas habladas en España sean los medios más eficaces para la difusión, conservación y puerza de la lengua castellana. En el actual estado de las ciencias filológicas no se concibe que la Real Academia Española sostenga ien pleno siglo XX! Tan craso error ni emprender campaña tan ruin.

7º. La Gramática y el Diccionario castellanos de la Real Academia Española contienen muchos errores, pantetizados por muchos filólogos. No es, pues, infalible.

8º. No es lícito decir, como dice la Academia, que respeta y estima las lenguas habladas en España, cuando pretende impedir su desarrollo y su uso en todas las manifestaciones de la vida española. Tal afirmación riñe con la verdad.

9º. No es lícito decir que toda España haya de felicitar a V. E. si accede al verdadero parricidio que la Academia solicita del Ministerio español, no castellano solamente. El que estas líneas suscribe con su modesto nombre, puede asegurar que detrás de sí tiene una masa de opinión española, doblemente considerable por la calidad y por la cantidad.

Por todo lo dicho suplico al señor ministro de Instrucción pública de España que tome a su cargo la honrosa tarea de velar por la difusión y florecimiento de todas las lenguas españolas, verdadera riqueza filológica de la que todos debemos estar orgullosos.

Saluda a V.E. con toda consideración y b.s.m. el director de *Estudios Gallegos*, Aurelio Ribalta.

Neste contexto, no sábado 8 de Janeiro, Antón Villar Ponte, na sua secção “Con letra del siete”, recolhia sob o título “Al margen de una encuesta” o interesse que espertara o apelo que Aurélio Ribalta acabava de lançar na a sua *Revista de Estudios Gallegos* sobre a pertinência da escolarização em galego<sup>15</sup> e concluía: “Nos redimirá la escuela o no nos redimirá nadie. Sin que esto quiera decir que no resulte urgente la creación de una Liga de Amigos del Idioma”.

A resposta de *Estudios Gallegos* dá-se no número seguinte. A proposta regionalista que parece ir coalhando na Galiza é exposta assim, em Janeiro de 1916, por Ribalta no editorial:

Queremos que la clase media de Galicia, hoy ignorante de la misión de su país e incapaz, por tanto de cooperar eficazmente a ella, se oriente en el sentido de crear la vida intelectual gallega, es decir, una literatura, una ciencia y un arte genuinamente gallegos, y la vida económica de Galicia, es decir, un trabajo y una banca gallegos. No podemos seguir viviendo sin la galleguización de nuestra intelectualidad y de nuestra finanza, a no ser que nos resignemos a seguir siendo eternamente esclavos de nuestros actuales dominadores: los políticos, que son, en el fondo, los principales interesados en nuestro atraso.<sup>16</sup>

E, num artigo: “Liga de Amigos del Idioma”<sup>17</sup> em que se resumem as teses de Villar Ponte e as diversas opiniões dos números anteriores de *Estudios gallegos*. As manifestações, reuniões e tertúlias da colónia galega em Madrid respondem a um ambiente de interesse pela economia regional e pela cultura galega que suscitam diversos artigos de análise e apoio. As páginas dos jornais galegos, mesmo as de *La Voz de Galicia* recolhem, ante a demanda, um fundo interesse pelos problemas da economia galega: o problema dos abastecimentos, o preço do açúcar e a farinha-triga, as subsistências, o comércio dos produtos galegos, a problemática e reivindicação dos portos francos, a necessidade duma linha de caminho de ferro do Norte que permita comercializar a carne galega, que começa encontrar-se em desvantagem diante do aparecimento dos frigoríficos e da concorrência de América; a problemática da pesca e a necessidade de procurar novos mercados em Espanha.

O regionalismo, que semelha recolher a voz da burguesia periférica, carregada de regeneracionismo contra a velha política, apresenta-se como a solução a todos os males. Não só se trata da Catalunha. Em palavras duma testemunha do momento, Ramón Vilar Ponte:

Na España, como en todal-as partes o estrocinio causado pol-o esnaquizamento dos vellos e gastados imperialismos achou o seu eco. Moitos coidaron

<sup>15</sup> “El gallego en las escuelas” e várias opiniões de professores, em *Estudios gallegos. Revista de lenguaje, finanza, turismo*, 16, Dezembro 1915, pp. 66-77.

<sup>16</sup> Ribalta, Aurelio, “1916”, em *Estudios gallegos*, 17, Janeiro, 1916.

<sup>17</sup> Ribalta, Aurelio, “Liga de amigos del Idioma” em *Estudios gallegos*, 17, Janeiro, 1916.

e non sin razón, qu'era chegada a hora de un reaxuste á nova orgaización dentro dos moldes peculiares de cada Estado. E foron eiquí, antre nós os cataláns como foron decote, xa que xustiza é confesalo, os devanceiros das xéarais arelas espertas nos vellos soares ibéricos.

"Per la España grand" era o tíduo de un manifesto qu'en Cataluña vira a luz pra sere logo espallado a oito por toda a Penínsua. Cando chegou á nosa terra, poucos foron os que souperon acollelo con aquel intrés, con aquela atención, con aquela curiosidade non espida de afecto, a que o manifesto se faguía acreedor.<sup>18</sup>

Trata-se de aproveitar o debate aberto (e o modelo<sup>19</sup>) pelos catalães, que aconselham a reforma integral do Estado. Nos primeiros meses de 1916, a situación non era mui favorábel. Existiam uns 5.000 millóns de capital parado nos bancos, em mãos imóveis, uma indústria que vivía dos réditos da queda da industria europea na guerra, mas sem investimentos, e uma inflación e constante suba de preços provocada pelo açambarcamento dos grandes armazenistas.

No exército, a situación non era mui boa, as bases estaban mal equipadas e peor adestradas, sobravam comandos meios e os superiores eram excessivos. Nesse mês uma estatística dava a existencia de 459 xenerais em ativo com ordenados de 12.000 pesetas, o que significava um desembolso para o Estado de 5.500.000 pesetas anuais.

Em domingo 16 de Janeiro, com o título *El circo de Artesanos o la propia estimación, Falade Gallego!* Pérez Lugín (aínda sob o impacto das críticas recibidas pelo uso da mistura lingüística na sua mais conhecida narrativa) soma-se à defensa da importancia dos certames de cultura e música galega e toma partido pelas teses de Ribalta e pela escolarización em galego. Já em Fevereiro, Vilar Ponte escribe, na sección "Con letra del siete":

El cimientó de la afirmación gallega.

Al tratar en estas columnas de la interesante "encuesta" que Aurelio Ribalta abriu, en su notable revista, digna de resuelto apoio, "Estudios gallegos", acerca del uso de nuestra propia lengua en las escuelas, hablábamos de la necesidad de arribar urgentemente a la creación de una Liga de Amigos del Idioma. Aurelio Ribalta ha acogido esta idea con entusiasmo. Con entusiasmo la acogieron asimismo otros cultísimos amigos nuestros. Hay que llevarla pues a la práctica; y para que así sea, precísase que personas autorizadas, personas que siempre hayan demostrado su amor a Galicia, le rindan todo su apoio, militen en el partido que quieran.

En los tiempos que corremos ya no tienen valor las iniciativas, mientras no salen del campo teórico; hoy sólo son dignas de aplauso aquellos hombres de

<sup>18</sup> A Xeración do 16, discurso lido o día 16 de Junho do 1951, na súa recepción, por Don Ramón Villar Ponte e resposta de Don Ramón Cabanillas Enríquez, publicacións da Real Academia Gallega, A Cruña, 1977, (p.16). Esta obra permanece iné dita até 20 de Dezembro de 1977. E só foi publicada grazas à generosa aportación económica de Teresa e Xaime Villar Chao, fillos do autor.

<sup>19</sup> Vid. POL, Julio, "El gran enemigo de Galicia", en *Estudios gallegos*, 19, Marzo, 1916.

acción que, partiendo de sus propias palabras o de palabras ajenas, van a la obra -original o no original- dispuestos a magnificarla con los recursos de la voluntad cultivada. Queremos decir que aun en las más felices iniciativas encierran en sí mismas muy escaso mérito. El mérito corresponde a quienes las realizan. Pensamiento que no conduzca a la acción, que no se concrete en la acción, es inútil y baldío. El porvenir es de los voluntariosos.

Ahora bien. nunca como ahora se habló tanto en nuestra región, y en La Coruña, especialmente, de afirmaciones regionalistas, de anhelos implicadores de necesidades, en el sentido de una honda palingnesia galleguista. No ha mucho aún que el alcalde Sr. Casás, en un discurso elocuente como todos los suyos, trataba de la imperiosa necesidad de concretar aquellos anhelos y de sistematizar aquella afirmación. Todavía no se extinguieron los ecos de un brindis del catedrático catalán Sr. Deulofeu, en que vibraba el mismo motivo. Y esto mientras la benemérita “Reunión de Artesanos” declara abierto un concurso de música regional y mientras Alejandro Pérez Lugín, el insigne novelista, pide con voz autorizada que *falemos en gallego*.

Y como hablar en gallego es todo; como hablar en gallego significa inutilizar andadores extraños, poner lindes al intrusionismo y sentar la base de un pensamiento y una acción propios, llevándonos a la búsqueda y encuentro de nosotros mismos en el fondo de nuestras almas: como la generalización del gallego, sobre todo entre la clase media, nos llevaría a la renuncia de ese inútil esfuerzo que hacemos al castellanizar ridiculamente los conceptos, las palabras y el acento, unificándonos, poco a poco en sentido nacionalista, obligándonos a querer la patria natural; como toda afirmación gallega tiene que asentarse en el lenguaje autóctono -pues de otra manera carece de realidad-, aquí veréis si es o no urgente arribar a la creación de una Liga de Amigos del Idioma. Sin esa Liga los que piden actos habrán de contentarse con palabras.

Cuantos hombres cultos sientan a Galicia, están por lo tanto, en el deber de hablar para obrar. Nadie olvide que el tiempo es oro y nuestra empresa la única salvadora. Escribimos con el alma en la pluma. quien nos requiera nos tendrá a su lado. Y hay requerimientos que apremian, como lo demuestra la concienzuda defensa que de las lenguas regionales hizo con gallardía ante el ministerio de Instrucción Pública, Aurelio Ribalta (*La Voz de Galicia*, 5-2-16).

O número de Fevereiro de *Estudios Gallegos* recolhe numerosas manifestações de apoio<sup>20</sup>. Nesse mesmo mês começa Euxenio Carré Aldao uma documentada série de longos artigos nas páginas de *La Voz de Galicia*, dedicadas a lembrar a história e as manifestações da literatura galega.<sup>21</sup> A 7 de Fevereiro, este jornal reproduz a carta de Aurélio Ribalta: “Las lenguas regionales y la Academia”. No dia 8, *El Eco de Galicia*, na sua seção “Resaltos” indica:

<sup>20</sup> “A Academia Española e as lèngas españolas”, *Estudios gallegos*, 18, Fevereiro, 1916; Montenegro Saavedra, Amador, “Liga de amigos del Idioma. Por el gallego”, *Estudios gallegos*, 18, Fevereiro, 1916;

<sup>21</sup> “Reivindicaciones que se imponen: : De nuestro pasado literario”, *La Voz de Galicia*, 7-2-1916; 20-2-16, 27-3-16.

Nosotros no seremos los últimos en prestar ayuda. Poca inteligencia, pocos recursos pondremos a contribución, porque en nosotros ocurre lo que nuestros labriegos expresan en su frase “probe do probe”; pero daremos cuento tenemos de saber y de entender para coadyudar a esa labor santa, salvadora de nuestro idioma, del alma regional hecha música en los sentires gallegos. La liga de Amigos del Idioma será el arca de sándalo que conserve la joya de nuestro lenguaje, y en ella acaso surja un nuevo Forner que en otra *menipea* fustigará a los corruptores del idioma.

Manos a la obra. *Conservemos el estilo de nuestro pueblo*, pensando en la frase de Fichte. No olvidemos a fuer de gallegos que en la filología se confirma la teoría de las nacionalidades, porque éstas, para la lingüística, no son más que individualidades dentro de la humanidad, que tienen su idioma propio para cumplir fines característicos.

Nuestro pueblo, el pueblo gallego, dibujará con recios trazos su personalidad cuando su idioma sea hablado por todos los hijos de Suevia y sus acentos suenen doquiera, como un himno a la raza, y de todas las almas galicianas se alce una llama de amor a la tierra nuestra que nos purifique de la enfermiza y cobarde indiferencia que suele asesinar todas las iniciativas sintomáticas de vibraciones del espíritu gallego.

Em Fevereiro começa também em várias frentes a demanda da ampliação de estudos para a Universidade de Santiago<sup>22</sup>. Lois Porteiro Garea, Professor de Direito e concelheiro de Compostela encabeça a reivindicação das licenciaturas de Letras, Ciências Químicas e Naturais. Nesse mesmo mês o Marquês de Figueroa, Ministro de Graça e Justiça é convidado pelo Circo de Artesãos a proferir uma conferência nos seus salões. A conferência será recolhida amplamente em *La Voz de Galicia* no dia 21. O tema “De la Tierra gallega y su poesía”. O ambiente e o posterior banquete popular são dum publicitado regionalismo.

Em todas as abordagens históricas e culturais que até hoje temos, assinala-se como data fundamental e fundacional para o fenómeno irmandinho, 1916. Mais este agromar nacionalista *ex-nihilo*, que se faz partir dum singular apelo de Aurelio Ribalta e Antón Villar Ponte, deixa esquecida toda a trajetória das três décadas anteriores do regionalismo na Crunha, e, especialmente, a muito importante dinâmica de socialização dos moços que se integram no corpo fundacional da Irmandade e a existência dum conjunto extra-estatal (formado por grupos de poder noutros países de emigrados associados como o que neste momento representa *Estudios Gallegos*). Este último fato confere, até ao presente, ao nacionalismo galego características mui particulares dentro dos nacionalismos peninsulares (vid. Núñez Seixas, 1992).

Porém há que destacar também a importância contextual do modelo catalã neste abrolhar de um discurso regionalista com sabor galego. É preciso começar a questionar os artigos dum personagem como Pérez-Lugín, e até à

<sup>22</sup> Para máis datos vid. “Por la Universidad gallega” en *Estudios gallegos*, 18, Fevereiro, 1916.

seriedade das propostas de Ribalta<sup>23</sup>, Leonardo Rodríguez, Antón Valcárcel, Martínez Morás ou o pronto aderir a estes discursos dum conservador como o próprio Marquês Figueroa<sup>24</sup>, (mesmo podemos chegar até à figura de Villar Ponte<sup>25</sup>) o carácter originador ou causal a respeito do nascimento do grupo fundamental que começa com as Irmandades da Fala.

Para nós, e dada a dinâmica da Crunha, consideramos que estes textos e iniciativas não seriam senão elementos de reforço, nunca as causas. Poderíamos considerar mui seriamente se a proposta de Ribalta (que nunca se inclinaria nem pela Liga Gallega, nem pelas Irmandades pelo aspecto político, independente dos partidos do “turno”, do movimento) não obedecerá mais a uma tentativa de se posicionar, dado o jogo anti-sistema e o crescente regionalismo no Estado principalmente dirigido desde Catalunha, em expectativa de novos processos e para as pontuais eleições a Cortes do ano 16.

É importante indicar que esta influência (moda, necessidade contextual) da regionalização da política espanhola vai afetar toda a estrutura política da Restauração e vai durar o seu influxo até começos de 1919, uma vez confirmado pelo Conde de Romanones que as teses que propunha Wilson e as bases que regerão a Sociedade das Nações em nada vão afetar a economia nem a política espanholas.

Mas durante os anos 17 a 19, a polémica arredor dum possível Estatuto de autonomia da Catalunha e o uso do catalão nas instituições promovidas pela *Mancomunitat* foi um dos grandes temas de Estado. Esse período de álgida polémica, e o seu prolongamento até 1923, definiram um período da história de Espanha impossível de explicar sem a influência política e teórica do movimento regionalista. Os jogos políticos, linguagens e concessões aos catalanistas e o uso do termo “Regionalismo” ou a propaganda sobre um suposto ataque ao castelhano como elementos capazes de mobilizar as massas e os intelectuais são fundamentais para explicarmos a importância e o potencial abalador dum movimento político consolidado na Galiza.

É preciso explicar, dado que vimos usando os dous termos, que entendemos por *Regionalismo*, até 1917-19, o mesmo que por Nacionalismo. Tal como era entendido pela imprensa e os intelectuais do XIX, “Regionalismo” não toma o significado moderado até depois do ano 1918, devido à difusão do seu uso e apropriação à moda pelos políticos locais da Restauração.

Este fato obriga os nacionalistas a adotarem o segundo nome, contra 1918. O ano em que esteve mais na moda a palavra Regionalismo será 1916-

<sup>23</sup> Tenha-se em conta como fica dito que era o secretário do Marquês de Figueroa, na altura, Ministro de Graça e Justiça, deputado quase “eterno” pela Crunha, com o sistema de partidos turnantes.

<sup>24</sup> Para o que existe um “Andacio Rexionalista”, *A Nosa Terra*, 10-4-1917.

<sup>25</sup> Para compreender o perfil e mudança desde o federalismo e o antinacionalismo do que será um dos líderes indiscutíveis e referente das Irmandades neste 1916: Durán (1981:245-262).

17, no contexto do Autonomismo dos deputados catalães da *Lliga* e dum sucesso regionalizador por todo o Estado, prévio à grande crise do 17. A este respeito é mui interessante a campanha de apropriação do “sentimento regional” por parte dos políticos do regime quando vêem que pode chegar a ter os seus réditos, mormente após 1893 e 1916.

Como indica Rivas Moreno no dia de Reis de 1918: “Todos los partidos se muestran hoy muy atentos a las solicitudes del regionalismo y es de esperar que el gobierno y el parlamento no se limiten a cambiar el nombre de las cosas”.

Até fins do ano 18, quando o grande abalador do sistema canovista, Francesc Cambó tenha recuado dos seus posicionamentos dada a pujança do movimento operário organizado em 1917, a importância do regionalismo é evidente para muitos velhos líderes do sistema partidista.

Portanto, tentemos, nesta linha uma leitura dos dados conhecidos. Em 21 de Março de 1916 anunciam os jornais os deputados propostos pelos Partidos turnantes, o famoso “Encasillado”.

Por *El Noroeste* dessa data obtemos uma perspectiva muito interessante para confirmar o que apontamos sobre a complexa realidade da política estatal na Galiza e as “famílias” do poder. Simplificar a realidade das operações “regionalistas” destes políticos do sistema num suposto “regionalismo católico conservador”, como supõem J. A. Durán e X. G. Beramendi, é mal interpretar uma série de operações de apropriação do nome.

Operações que encobrem uma necessária estratégia de controlo político, com o apoio das instituições e os meios de comunicação (como veremos, muitos desses nomes serão família e accionistas dos principais jornais galegos, nomeadamente de *La Voz*).

O “encasillado” da província para os 8 e 23 de Abril próximos, datas das eleições a deputados a Cortes e Senadores era, pela Circunscrição da Cruña: Marquês de Figueroa, maurista; José M<sup>a</sup> Ozores e Daniel López, *adictos*<sup>26</sup>; por Betanços: D. Lino Torre, *adicto*; por Ferrol: D. Joaquín Moreno, *adicto*; por Muros: D. Manuel Posada, *adicto*; por Noia, Joaquín Chapaprieta, *adicto*; por Ortigueira: D. José Sánchez Anido, *adicto*; por Padrão, D. Alfonso Senra, *adicto*; por Santiago. D. Eugenio Montero Ríos, *adicto*; por Ponte de Eume: Julio Wais, conservador; por Corcubião, José del Moral, conservador e, por Arça e Ordes (Eduardo Gasset y Neira e Alfredo Vicenti, *adictos*).

Em Março do mesmo ano, e neste ambiente, os parlamentarios regionalistas catalães dirigem ao país um manifesto<sup>27</sup>, que recolhia as expressões autonomistas de Prat de La Riba e de Cambó. Por *Cataluña y la España grande*, resposta à convocatória a Cortes, onde se salienta a situação catalã e

<sup>26</sup> *Adictos* = Partido Liberal.

<sup>27</sup> *La Voz de Galicia*, 25-3-16, publica um amplo resumo sobre o tema.



espanhola. A primeira medida do governo será a concessão, a fins deste mês, do porto franco para Barcelona. Antón Vilar Ponte, na sua secção *Con letra del siete* publicará um interessante comentário “Al margen de un manifiesto”, convidando à associação.

A atividade regionalista na Galiza, não se circunscreve só à Crunha. Em Santiago destaca o brilhante professor Lois Porteiro, atento a toda a defesa do país e com constantes atividades em prol da organização duma corrente anticaciquil.

A Ferrol corresponde, não obstante, a primeira iniciativa deste frutífero ano. *El Noroeste* anuncia em finais do mês de Março (30-3-16) que, numa festa galega realizada no domingo anterior, foi acordada como resposta à proposta do comerciante D. Emilio Bidegain<sup>28</sup> a criação, na cidade departamental, dum “Centro Regionalista”. A comissão promotora estaria formada polos: Sres. Fraga de Porto<sup>29</sup>, Martín, Bidegain, Manuel Barreiro, Vaello, Castro Barros e Alfonso Cal. O centro nascia para defender os interesses regionais.

É que os interesses regionais estavam manifestamente abandonados. O açambarcamento de subsistências e as liortas e assaltos nos armazéns e mercados inauguraram o ano e obrigaram à intervenção e escolta dos envios de pão, patacas e milho pela própria Guarda Civil. O mesmo *Noroeste* (5-4-1916), oferecia uns dados estatísticos bem preocupantes: 50.359 pessoas emigraram para América em 1915, e ainda que fossem 16.237 menos que em 1914, não se contavam as novas migrações para a Europa, especialmente para França do Sul que demandava mão-de-obra para a sua economia de guerra.

O assunto da falta de subsistências, os assaltos aos armazéns do porto e os escândalos nos concelhos motivados pela política de abastos (favorecendo o *acaparamento*, a especulação e mesmo o contrabando), estão a ordem do dia. Em 7 de Abril, ocorre uma crua briga no concelho da Crunha entre o *alcalde* Casás e as minorias dirigidas pelos republicanos que termina com a sonada palavra de ordem de “pita em Maria pita” que popularizaria nos anos vindouros *A Nosa Terra*.

Neste contexto, não pode ser passado por alto o fato de, em 8 de Abril, os regionalistas catalães emitirem o seu Manifesto. Este mês de Abril foi de grande agitação, marcado pelas eleições a Cortes. Os resultados são diversos. Ao passo que em Madrid e em Espanha é geral o descalabro dos republicanos, dada a aplicação do “artigo 29”<sup>30</sup>, em Barcelona o surto dos regionalistas é notável. Na

<sup>28</sup> Bibliotecário do coro “Airíños da Miña terra” de Ferrol. Um dos iniciadores do movimento que fundará as Irmandades da Fala, dos primeiros colaboradores de *A Nosa Terra* e membro da irmandade, fundador da ferrolã.

<sup>29</sup> Xurxo Fraga, também dos primeiros colaboradores de *A Nosa Terra* e membro das irmandades desde a sua fundação.

<sup>30</sup> Para este aspeto e a importância do enfeudamento dos distritos eleitorais galegos é muito importante a descrição que fai Barreiro Fernández (1991:38-90). Sem se ter em conta a brutal rede caciquil da Galiza não podem entender-se os diversos descalabros dos partidos não “oficiais”, dos

Crunha os resultados são exactamente os anunciados do “encasillado”.

Mais uma vez, e em plena efervescência social das camadas médias e baixas, o “encasillado” cumpre a sua função de defesa da política das elites. *España* (11-4-16) resume no seu editorial a situação: “*Las elecciones. Hijos, yernos y periodistas.*”

É muito suspeito o sufrágio universal num país em que, segundo o ministro Royo Villanueva, 60 % dos espanhóis não sabe ler nem escrever e os principais meios de expressão e produção estão em mãos de familiares de políticos dos partidos do “turno canovista”.

E se a repressão policial e com unidades do exército é uma constante, a situação da educação sob a Restauração é desoladora. Segundo o Recenseamento, 72% da população é analfabeta. 28% de alfabetizados pode dar ideia do estado de abandono em que se encontram as massas populares espanholas, nestes quarenta anos de “paz civil” da Restauração.

Outro fato destacado do mês de Abril é a Páscoa irlandesa. Em pleno conflito bélico e com o apoio provável dos alemães, desencadeia-se uma revolta armada na Irlanda que é fundamental para a orientação (pacífica) dos nacionalismos ibéricos. A Catalunha recolhe logo os ecos, e na Galiza, fica como referência do nacionalismo durante anos.

Por estas datas apresenta-se a *Memoria de la Asociación de auxilio de los Dependientes de comercio de La Coruña* (*El Noroeste*, 20-4-16). Esta sociedade a que nos temos referido em várias ocasiões nucleia nestas datas prévias à fundação da Irmandade um importante sector (sócios cooperativos 25 e de número 288) de classe media e ideologia progressista, abertamente enfrontado ao sistema político e que prega a necessidade de melhoramento e racionalização da economia e da indústria, adotando posicionamentos especialmente sensibilizados com a Galiza. O presidente é nestes momentos uma figura fundamental do republicanismo e um histórico do regionalismo político, o activista Manuel Lugo Freire. Formam a diretiva desta sociedade fundada em 1879, figuras que havemos ver notabilizar-se nestes anos de conformação do nacionalismo irmandinho. Vice-presidente: Felipe Rodríguez Paz; Secretário: Manuel Insua Sánchez, Tesoureiro: Enrique Suárez Reo; Contador: José García Pan, Vice-secretário: Manuel Martínez Morás; Vogais: José Aznar Ponte, Enrique Amenedo.

Em 12 de Abril, ecoando o protesto dos comerciantes, tem lugar um comício no Casino Republicano. O assunto de fundo é um protesto contra a *alcaldia* pelo projeto municipal de abrir um “*mercadillo tradicional*” a partir de domingo 25 Abril. Os convocantes são membros da “Juventud del Partido

---

agrários e galeguistas. Do mesmo jeito que se explica o enrocamento dos republicanos na cidade herculina, sem o perigo de captação de massas por agrários e galeguistas, não se podem entender as campanhas de imagem “agraristas” e depois “regionalistas”, dos representantes da maquinaria caciquil entre 1906-1099 e entre 1916-1919.

Republicano”, em que militam destacados elementos novos que vão constituir as Irmandades da Fala. Preside ao ato César Alvajar<sup>31</sup>, participam Casares Quiroga e Arturo Taracido.

A resposta da *alcaldia* será formulada em 25 Abril, com o anúncio do programa localista: “Aspiraciones coruñesas”. Aspirações que o *alcalde* pretende “consensuar”, a partir do *Cuestionario de mejoras locales*<sup>32</sup>, entre as corporações e entidades representativas da população. No entanto, a situação económica é realmente conflituosa. O porto crunhês defronta nesse fim de mês uma dura greve de pescadores, que se soma à pouca atividade portuária, fruto do açambarcamento especulativo.

Em 30 de Abril 1916, celebra-se o enterro de Gumersindo Pardo, farmacêutico e personalidade no liberalismo crunhês. O enterro congrega numerosíssimas personalidades conhecidas, que nos permitem ir definindo o peso de certos ativistas da geração anterior no ambiente social que vê nascer a Irmandade na Crunha. Figuravam, entre outras que não lembra o cronista de *El Noroeste*:

Sres Boente, del Moral, González (d. Fernando y d. Julio), S. Movellán, Navarro, Riguera Montero, Rodríguez (d. Eumennio), Martínez Salazar, Couceiro Vales, Seijo Rubio, García Vaquero, Sande Valero, Rubio (D. Manuel), Cuevas (D. Esteban), Fariña (d. José), Torres Taboada, Ponte y Blanco, Abente, Taboada, Ossorio, Villar Martelo, Muiños, Rodríguez Pardo, Rodríguez Rouco, Otero García, Posse Nicilich, Asúnsolo, Otero Pensado, S. Ferrer, Gradaille, Golpe, Judel, Caruncho (D. Aquilino), Castro Arizcun, Torón Campuzano, Oviedo Arce, Carré Aldao, Murguía, Arias de la Maza, Paz Amado, Casares (D. Julio y d. Jesús), Gayoso, Moral Sanjurjo, Blanco Rajoy,

<sup>31</sup> César Alvajar Diéguez (A Crunha, 1892-Paris, 1965). Empregado municipal e jornalista, maçom, activo republicano, secretário particular de Manuel Iglesias Corral na etapa de *fiscal* e *alcalde*, Presidente do Casino republicano, vice do Circo (1935-36), e do Partido Radical em 1936. Militarará, na República, no Partido Radical Democrata e depois na Unión Republicana e será uma das figuras mais activas na Agrupación a la Tercera República. “Coruñesista” até à veemência, assinará as suas “coplas de los domingos” com pseudónimos como Sinforiano e César. Foi preso na sequência dos factos de Outono de 1934. Colaborador, em 1935, de *SER*, *Semanario Gallego de Izquierda* e vogal da *Liga de derechos do homem*, terá uma eminente participação nas eleições e acontecimentos no governo civil de Fevereiro de 1936. Em Março de 1936 será nomeado Governador civil de Sória, onde se encontrará em 18 de Julho, devido ao qual salvará a vida. Exilado no México e Paris será delegado nesta última do Conselho da Galiza. Amigo pessoal de Casal e o seu circo, contra o que chocará em 1933 pela sua actuação anti-estatutária. A sua dona, Amparo López Jean, foi presidenta da Agrupación Republicana Femenina, em que colaboraram activamente Elvira Varela e María Miramontes. Íntima amiga destas foi membro da Irmandade da Fala nos primeiros tempos e, posteriormente (desde 1935) do P.G.

<sup>32</sup> *Cuestionario de mejoras locales que el alcalde de La Coruña, D. Manuel Casás presenta a la Asamblea de corporaciones y entidades, reunida el 27 de Abril de 1916, para tratar del progreso local en sus distintos aspectos*, Tip. El Eco de Galicia, La Coruña, 1916. Este folheto de 12 páginas é interessante para ver – ainda que da perspectiva dum personagem tan particular como Casas – as demandas e carências da cidade. A secção quarta está dedicada às subsistências, nela indica-se como prioritária a “libre importación de trigo y maíz y las harinas, con carácter permanente”, a sexta trata da promoção do turismo.

Vieites, Durán Salgado, Arauhetes, Aspe (D. Nicasio), López Sors, Pan de Soraluce (D.E y D. J), Puga y Parga, Baldomir, Cancio, Martínez Morás, Soneira, Martelo Paumán, Prieto Puga, Fraga (d. Enrique), Piñeiro (D. Francisco), Conde de Canillas, Fernández Diéguez, Tormo, Saborit, Fernández (d. Jenaro), Vázquez (d. Marcelino), Salorio (d. Fernando y D. Demetrio), Prieto VillAbrille, Deus, Estrada, Rodeyro, Lafuente, Casal, Losada, Rebellón, Elo-la, Álvarez (d. Luis), Irimo, Bermúdez (d. Vicente), Guyyat (d. Enrique), Correa, Tojo, Toubes, Casas, Llópiz, Rogina, Suárez Pumariiega, Gómez Somoza, Méndez, Cirlot, Astray Caneda, Batista Díaz, Badía, Linares Rivas, Hernansáez, Zurita, Vilela Gárate, Boedo, Tejero, Fariña, d. Eduardo), Amenedo, Dafonte, Aznar, Valeige, Varela Recamán, Dans, Llamas Tojo, Vega, Méndez Brandón, Vidal (d. Ismael), Suárez Frige, Díaz (d. César), Mariñas (d. Jenaro), Fernández España, Pérez Neu, Domínguez (d. Florencio), León Núñez y Bescansa (d. Fermín, D. Jesús y D. Martín.)

*La Voz de Galicia* de 3 de Maio, noticia a publicação do folheto titulado *Nuestra afirmación regional. Apuntes para un libro* de Antón Villar Ponte, folheto que tem pronta divulgação e forte sucesso na capital galega.

No mesmo dia 3, publicava *El Noroeste* um artigo do “correspondente na Corte”, Wenceslao Fernández Flórez, na altura incipiente galeguista, titulado: “La esclavitud irlandesa”, assinado a “1 mayo 1916”. Nele, num tom apai-xonado, queixa-se da dura repressão e censura inglesa sobre o que está a acontecer na velha Erin, indicando (sublinhados nosos):

*[...] El viejo ideal nacionalista de Irlanda nos ha sido siempre simpático, como deben ser todos los ideales de esta naturaleza. Nada hay más legítimo que el ansia de sacudir dominaciones, por disimuladas que sean [...] Aun hay, para nosotros, los gallegos, una razón más a favor de los irlandeses, y es la comunidad de nuestros orígenes célticos. Más hermano nuestro es un irlandés ó un bretón que un gaditano.*

No nos admira la violencia de los nuevos fenianos; tiene en el pasado y en el presente numerosas justificaciones. El irlandés ha ocupado en la constitución social y política de inglaterra un puesto eternamente subalterno. Los campesinos de Irlanda son los más vejados, los que sufren las consecuencias de la codicia y de la inhumanidad de los grandes lores[...]

Continua com uma descrição da escalada de violência e manobras de terrorismo de Estado e, conclui, com umas verbas muito interessantes porquanto o autonomismo, especialmente catalão já se coloca a nível das Cortes:

Esto es un ejemplo que brindar á la consideración de los que sostienen que en Inglaterra no ejerce el menor influjo el militarismo. Y, desde luego es, también, la mejor prueba de que Irlanda padece un trato desigual, vejatorio, que autoriza y justifica todas las violencias de rebelión que presenciamos y que presenciaremos aún, como la autonomía no sea prontamente otorgada.

O tema irlandês é, na apaixonada Espanha de germanófilos e aliadófilos, interpretado em chave. As simpatias e negações, desencadeadas com a repressão do levantamento *feniano* e o fuzilamento de sir Roger Casement, tiveram em toda a imprensa espanhola mais a ver com os problemas internos do que com a análise dos fatos de Dublin<sup>33</sup>.

Nestas datas é elevado a ministro do Fomento Rafael Gasset, deputado *cunherista* adscrito ao *monterismo* pela Galiza: irmão do diretor de *El Imparcial* de Madrid, velho inimigo dos regionalismos. O que não semelha nenhuma mudança na política económica do governo, nem solução às reivindicações diante da crise inflacionista que estão a pagar as classes populares e médias.

*El Noroeste*, 7 de Maio de 1916, reproduz um interessante artigo de Juan Guixé: “Interés nacional y de clase. La tristeza de la clase media”, revelador da agitação que protagonizam as classes médias em todo o Estado.

Un intento de organización de la clase media se ha realizado estos días. Pretenden los iniciadores de ese intento orgánico –eso se desprende de los artículos de Juan José calomarde– dar unidad colectiva á la clase media española, y centrar sus actividades públicas hacia problemas concretos de clase. Es una reforma concreta, por consiguiente de interés inmediato. ¡Excelente cebo! La clase media española solo se mueve á impulso del ascenso y del huequecito en el escalafón. La supresión de eses impuesto solo representa un ascenso en cuanto se refiere al bolsillo.

[...] En España y en esa clase hay más. Ya lo saben sus organizadores, pero puesto que solo quieren enfocar el problema de la clase media desde el punto de vista de sus aspiraciones económicas, ampliense sus aspiraciones económicas. Tener por ideal la supresión de ese impuesto [...]no puede ser aspiración de toda una generalidad española cual la clase media, sino de una Sociedad de empleados, de funcionarios. Esa Liga de la clase media sería entonces la Liga para la supresión del impuesto de utilidades.[...]

Es la clase media, sin disputa, la más castigada en España. No disfruta de las ventajas que la condición humilde trae consigo al obrero, ni de la amplitud y dulzura de la opulencia, y en cambio se le exigen, por razón de clase y decoro, sacrificios que no puede atender sino á costa del estómago...

A reflexão de Guixé é a reflexão que desde a década de 90 mobilizara Espanha e os seus pensadores. De Maura –com a sua revolução de cima– a Costa –com os seus enunciados populistas–, passando por Cambó. A ideia de coligar as classes médias numa plataforma não política que permita evitar a revolução social e facilitar o progresso económico de Espanha.

É a ideia que vai tomando diversas formas e atitudes e que, à altura de 1916, está completamente madura e que disparada pela crise do 17 e a Revo-

<sup>33</sup> V.g. a insistência na equivalência *fenianismo* = cadáver, “tema morto”, “rezagado espírito” na antologia de artigos dun nacionalista espanhol integrado no socialismo: Araquistain (1916-1917).

lução da nascente União soviética terminarão por provocar a fratura nas suas plataformas e instituições (Cassinos, Centros recreativos, Maçonaria, partidos políticos, movimentos nacionalistas) em dous bandos que terminarão por se decantar na Guerra civil.

Daí que a proposta Irmandinha de 1916 deva ser compreendida como a manifestação particular dum movimento político social mais vasto que pretende dinamizar as estruturas espanholas. A crise do ano 17, como veremos, fragmentará esta frágil coaligação reformista, rompendo estes revolucionários burgueses retardatários em duas frentes. Uma mais achegada às massas, agora no seu turno revolucionário. Outra, ultrapassada por esta irrupção do proletariado, mais achegada à defesa do *status quo* que postulam as oligarquias<sup>34</sup>.

Entretanto, em Madrid, continuam atos relacionados com a Galiza. No dia 7 decorre a terceira conferência organizada pela revista *Estudios gallegos* no Ateneu de Madrid. O relator é o líder agrarista D. Rodrigo Sanz, o tema “El Laboratorio gallego y sus problemas económicos”. A conferência recorda, com a presença de Basilio Álvarez, neste ambiente de agitação, as atividades e propagandas do Agrarismo de 1907. Introduz no ambiente o perigo da consciencição política dos camponeses galegos. Pois, os políticos do sistema, deixaram o campo galego de voto fácil. Com o agravante atual do desabastecimento do milho, fonte de conflitos, receia-se que uma nova operação republicano-regionalista, dirigida ao campo faça saltar a engrenagem eleitoral.

Esta conferência faz parte dum ciclo organizado pela *Reunión de estudios gallegos*. Plataforma que nascera em Madrid em Fevereiro de 1916 com o objetivo de fazer publicações galegas e para começar uma propaganda do uso da língua galega. As suas atividades, complementares à revista que dirigia Ribalta, foram a organização dum amplo ciclo de palestras de temas de atualidade e cultura galega no Ateneu de Madrid, que se desenvolveram a partir de meados de Abril de 1916. Projetava ainda editar vários tomos duma Biblioteca-coleção: “Biblioteca do pobo gallego”<sup>35</sup>. Estabeleceu um regulamento e objetivos pelos quais se divide a reunião em seções destinadas ao estudo dos problemas da Galiza e se indica que “Pra estare na Reunión é necesario: Falar e mais esquivir a lèngua gallega”<sup>36</sup>.

No mês de Maio (9-5-16), e dada a postura oficial que acaba de tomar a Academia Española, tem especial transcendência o discurso de ingresso

<sup>34</sup> Para entendermos a importância desta divisão fundamental no contexto global, Serrano (1987).

<sup>35</sup> Esta editora que tinha várias obras em projecto, entre elas uma “Ortografía” feita pelo Director da revista, só chegou a publicar uma obrinha: Ventura Balaña, Miguel, *Fala armoñosa, non morrerás!*. Prólogo de D. Aurelio Ribalta e duas parolas do Autor ós gallegos, Asilo d’orfos do S.C. de Xesús. Biblioteca do Pobo Galego. Follas de Hoxe e de Onte v.1, Madrid, 1916, Poesía, 28 pp. 17.

<sup>36</sup> A respeito destas conferências, carácter e regulamento vid. “Reunión de Estudios Gallegos”, en *Estudios gallegos*, 20, Junho, 1916.

pronunciado por Augusto González Besada<sup>37</sup> na sua recepção na Academia Española. O tema do discurso “La mujer Gallega: Rosalía Castro”, é um lírico acto (ainda que cheio de tópicos e erros destinados a reelaborar para uso próprio a imagem rosaliana) de “enaltecimento” para a Galiza.

Mas também –acaso sem dúvida- nos primeiros dias de Maio (8-10) têm lugar num ambiente de catalanismo desafiante os “Jocs Florals” no Palau. Neste caldo de cultura, e respondendo, a uma elaborada rede de contactos prévios, dos quais não estão ausentes nem a Protectora da Havana nem a Academia Galega, começam a concretizar-se as primeiras iniciativas. Assim, *La Voz de Galicia* de 10 de Maio publicava a seguinte nota:

#### RENACIMIENTO REGIONAL

*Por el idioma Gallego*

Se nos ruega la publicación de la siguiente carta, que el secretario de la benemérita Asociación Iniciadora y Protectora de la Real Academia Gallega de la Habana -fundada por Curros Enríquez y otros dignos compatriotas- dirigió, con fecha 18 del mes último, a los iniciadores de la Liga de Amigos del Idioma.

Es un documento espontáneo, ejemplar, rebosante de entusiasmo y de amor a la tierra nativa, que ostenta carácter oficial; es precursor de otros de interés y dice así:

“Señores:

Nos, que tanto trabajamos pol’a nosa feiteiceira Galicia, e pol’a causa d’o seu resurgir grorioso, tivemos gran alegría o saber qu’ind’hay n-a Nosa Terra nobres corazóns que se lembran d’as belas e antigas costumes e da doce fala galiciana.

A Directiva d’Asociación Protectora d’a Real Academia Gallega, que ten no seu programa o cultivo e estudio d’o idioma, o saber a fundación da Liga d’Amigos do Idioma, acordou n’a última xunta facer caus común con vós, e animalos a

---

<sup>37</sup> Augusto González Besada, o amigo de Eduardo Pondal e Murguía, que escrevera aos 20 anos duas interessantes (para o momento) achegas à literatura galega, (GONZÁLEZ BESADA, Augusto, *Cuadro de la Literatura Gallega en los Siglos XIII y XIV. Composición Premiada Por el Ayuntamiento. de Santiago en Los Juegos Florales el 27 de Junio de 1885*, Tip. de Luis Carragal y Puga, Pontevedra, 1886, Historia da literatura, 64 pp., 21 x 15 cm. e *Historia crítica de la literatura gallega. Edad Antigua. Tomo I. Volumen I e Volumen II*, Andrés Martínez. Biblioteca Gallega, VIII e IX. Imp. de La Voz de Galicia, La Coruña, 1887, Historia da literatura, 174 e 98 pp., 19 x 12 cm), ainda publicaria em 1916 o seu discurso de ingresso na RAE, *Rosalía de Castro: Notas biográficas*, Biblioteca Hispana, Madrid, 1916, 151 pp. il., 19 cm. Não obstante isto e apesar de ter começado a sua carreira vinculado ao federalismo, mudou, para medrar, de bando político cara ao conservadorismo. A partir de 1900 foi grande defensor da monarquia, e deputado conservador por Cambados. Advogado de filiação datista, fora Ministro da Fazenda (1908), Governação (1905), Fomento (1907). Besada, que ingressara na Academia Española em Março de 1916, é um dos principais manipuladores da mensagem rosaliana e da literatura galega como manifestação do folclorismo. Defensor da predominância do castelão, participará nos debates de Junho e Julho de 1916, contra as propostas dos deputados catalães e as proposições de Morera i Galicia no Congresso. Durante 1917 e primeiros meses de 1918, dado o pulo que conseguem os Irmãos da Fala, parece querer posicionar-se diante duma possível mudança do sistema de partidos. Perante a influência do regionalismo catalão, começa a desenhar o que denominará “Regionalismo ortodoxo”, versão moderada do nacionalismo Irmandinho e destinado a abrir a situação política galega para evitar uma rotura.

non deixar o camiño emprendido e ofrendarlle o noso concurso, poñéndonos as suas órdenes e pedirllas nos manden o Reglamento e instrucciós para facerlle propaganda e tratar d'impoñer n'esta isla tan patriótica obra.

Xa nos sabemos c'o camiño s'atopará cheo d'espíñas e seixos, mais non por eso ase un d'acobardar e retirarse o recibir as primeiras feridas; hay qu'ensinar o mundo enteiro qu'o galego non é tan apático, cando vai animado d'esas santo amor a terra onde naceu, e que por ela, e por darlle gloria, non importan os aldraxes nin as bulras; e postos os ollos d'o corazón nos seus valles xeos d' encantos, nas suas prayas feiticeiras, e nos seus fríridos xardíns, e capaz d'os maores sacrificios hastra chegar a conseguir a palma d'o vencedor pr'o seu eido celta.

Temos a seguridade de qu'a idea e o entusiasmo desa Liga d'Amigos do idioma, trunfará e será o principio d'unha nova era de prosperidade, dando a coñecer o sentimento qu'aniña n'alma d'o gallego, e pra facer respetal'o seu nome en todas partes.

Nosoutros temos xa tomado acordo de facer canto poidamos en pro d'unha tan patriótica e nobre causa.

O darlle conta dos desexos d'esta Asociación, teño satisfacción d'ofrecerlles a consideración e o aplauso da Directiva, e aproveito o momento pr'a quedar de vostedes moi aentamente afcmo. s.s., q.b.s.m., José María Gil López, secretario.

\*

*También se nos ruega advirtamos que, cuantos simpaticen cordialmente - no de modo tibio- con esta causa de renacimiento regional abierta a todos los campos políticos, y deseen adherirse a la Liga de Amigos del Idioma (Hirmandá de Amantes d'a Terra), pueden hacerlo dirigiéndose a los señores que siguen: En Santiago, al doctor en Derecho y catedrático D. Luis Porteiro Garea; en Monforte, al también doctor en Derecho y notario D. Manuel Banet Fontenla; en Mondoñedo, a D. Eduardo Lence Guitián; en Cambados, al ilustre Ramón Cabanillas; en Orense, al poeta Noriega Varela; en Ferrol, al culto bibliotecario de "Airiños d'a miña terra", D. Emilio Bidegain; en Madrid, a D. Aurelio Ribalta, y en La Coruña, a D. Manuel Lugrís Freire, don Leandro Carré o D. Antonio Villar Ponte.*

La labor de organización requiere el que sea pronto conocido el número de adhesiones, aunque las que hay ya hasta la fecha son muchas y significadas y casi todas escritas en gallego.

El inspiradísimo vate Rey Soto, en una carta, bella como suya, augura un éxito completo, si hay tenacidad, a los iniciadores de este movimeinetto. "La Veu de Catalunya", en un vibrante artículo estimula a los buenos gallegos a que cumplan con su deber para salvar la Iberia (sublinhados nossos).

Que a iniciativa tem alcance político e social é evidente. Em 11 de Maio tem lugar a abertura do Parlamento no meio duma crise de Governo. No dia 12, a inatividade portuária da Crunha é quase total. Mentres, o Concelho regista um confronto con nova "pita en María Pita" entre a corporação do Alcalde de *Real Ordem*, Manuel Casás, e as diversas fações da maioria republicana coligadas puntualmente em contra dele.



O caso da existência de *Alcalde de Real Ordem*, num concelho de maioria republicana, como exemplo de violentação democrática ilustra as dificuldades dos grupos reformistas minoritários para acederem à política. Se isto é assim para os republicanos que ganham nas municipais sem rendimento, que não será para os regionalistas. Antes de continuar, para a compreensão da situação política bloqueada da Restauração é preciso determo-nos um pouco no papel e figura dos Alcaldes de Real Ordem. Pois, nos últimos anos, historiadores e sectores afins ao actual (1999) governo municipal da Crunha têm repetido a peregrina teoria, em especial para Manuel Casás, do benéfico e curioso papel desempenhado por estes alcaldes que, longe de se enfrentarem à corporação, a favoreciam no possível.

A realidade destes alcaldes é que eram impostos pelo governo e que contavam com o apoio do Governo civil e as suas armas, às quais recorreram não poucas vezes. Desde 1890, em que se permitem eleições livres de sufrágio universal na Crunha, não volta a ganhar nenhuma candidatura municipal, até 1936, que não seja republicana. Desde 1893, o Concelho da Crunha será especialmente rebelde ao governo e difícil a esses alcaldes, que, se querem governar, devem passar desapercibidos.

O Governo, já que não pode praticar a mesma estratégia clientelar que pratica no distrito, vê-se forçado a impor o alcalde e a destituir, chegado o caso, corporações municipais inteiras. Provocando uma situação de confronto constante na representação da cidade. É por isto que plataformas como o Circo de Artesãos e o Casino Republicano acadam por vezes o papel de “Concelhos populares”<sup>38</sup>. O crunhês semanário, *Adelante*, 2 (25-5-1930) definia assim o tipo:

[...]Un alcalde de real orden es un delegado del régimen. Cuando los pueblos nombran a los ciudadanos que han de regirlos conceden un derecho soberano. Cuando un Gobierno de la Monarquía hace Alcaldes a su capricho, los convierte en mandatarios de su disciplina. A los alcaldes de real orden se le tolera, pero no se les acepta. [...] Los alcaldes de real orden hacen los que se les manda, van donde se les dice y hablan como se les propone. La palabra lo expone bien claramente “Real orden”. [...] Los alcaldes de real orden no sirven más que para mixtificar los acuerdos del Concejo a gusto del que los nombra y constituirse en batallones civiles cuando hay que dar una sensación de popularidad o de entusiasmo colectivo (de *El liberal* de Madrid)”

<sup>38</sup> Para os feitos de 1893-94, com a insubmissão civil e a criação dun concelho paralelo, Vid. Castilla, Modesto, *Historia de la Junta de defensa de Galicia*, Tip. de la Papelería de Ferrer, La Coruña, 1894; Golpe Varela, Salvador, *De La Coruña a la cárcel pasando por Galicia. Relación de los trabajos por la Región de la Comisión de la Junta de Defensa de La Coruña*, s.i., La Coruña, 1894 e Martínez Esparís, Carlos, *La resistencia gallega. Discurso acerca del movimiento de protesta á que dió origen el proyecto de supresión de la Capitanía general de Galicia*, Imp. y estereotip. de Vicente Abad, La Coruña, 1893.

Visto isto, continuemos com o processo. No día 13 de Maio, convoca-se uma nova assembleia dos Dependentes de Comércio e assimilados. Entre os días 14 e 15 dão-se a conocer na imprensa local os resumos das assembleias de secretários de concellos e organismos públicos presididas por Joaquín Martín Martínez, em que se amostra o mal-estar do sector social que nutrirá à Irmandade e as forças afíns. (Secretários da Deputación e do Concelho são respectivamente Carlos Monasterio e Eladio Rodríguez).

Em 15 de Maio desse ano 1916, *El Noroeste* publica na primeira página uma tradución do manifesto completo que o Governo da República Irlandesa dirige ao seu povo, com a seguinte e reveladora nota:

*Documentos históricos. La República irlandesa.*

Seguramente lo que más durará de la frustrada revolución de Irlanda, está compendiado en los documentos que á continuación traducimos. *Hay que advertir que están en inglés, sin tener en irlandés, más que la cabecera –copiada literalmente– que significa “República de Irlanda”. Es curioso porque los revolucionarios del “Sinn Fein” piden el reconocimiento de la lengua irlandesa en el Gobierno y en la enseñanza y muchos de ellos la ignoran* (sublinhados nossos).

A 18 de Maio de 1916, a capa de *La Voz de Galicia* recolhia a conhecida crónica:

LA REUNIÓN DE AYER  
OS AMIGOS DA FALA

Ayer ha sido constituida en el local social de la Academia Gallega la “Hermandad de Amigos d’a Fala”.

Al acto que resultó de una sencilla sobriedad, realmente admirable, concurrió un grupo de entusiastas de las cosas de nuestra región. Todos los asistentes se expresaron con el mayor entusiasmo, proponiéndose contribuir de modo formal y solemne a la propaganda y al cultivo del idioma nativo.

Entre los reunidos hallábanse los Sres Lugrís, Oviedo Arce, Barreiro (D. Alejandro), Baldomir, Vaamonde (D. Florencio), Tettamancy, Carré (D. Eugenio), Martínez Morás, Villar Ponte (D. Ramón y D. Antonio), Iglesias Roura, Fernández Mourino, Moscoso, Carballal, Merino, Cortés, Faginas, Carré, Barreiro (D. Augusto), Sánchez Porto, Rodríguez (D. Francisco), Vaamonde (D. Cesar), Lamas (D. José), Román (D. Luis), Chao Maciñeira y Cao. recibíéronse adhesiones de toda Galicia, de catedráticos, escritores, abogados, poetas, maestros de escuela, médicos, notarios, etc. Aparte otras de colectividades artísticas.

El Sr. Lugrís. abrió el acto con una improvisación gallega elocuentísima que mereció los aplausos de todos.

Luego dióse lectura a los estatutos porque habrá de regirse la “Hermandad de Amigos d’a Fala”, que fueron discutidos y aprobados con gran entusiasmo, después de darles la forma definitiva. Dichos estatutos, verdaderamente

sencillos, constituyen el germen de futuras grandes obras. Puede asegurarse que ayer quedó colocado el cimientto de la anhelada afirmación regional.

Finalmente se procedió a la elección del Consejo directivo anual que ha quedado constituido en la forma que sigue:

Conselleiro 1º. Sr. Villar Ponte; Conselleiro 2º. Sr. Valcarcel (D. Antonio); Secretario, D. José Lamas; tesoureiro, Sr Iglesias Roura, y vocales, Sres. Faginas y Fernández Mourinho.

Cambiáronse impresiones sobre los primeros trabajos que se impone realizar; sobre el medio de federar cuantos grupos se organicen en Galicia -algunos ya están iniciándose- y sobre la publicación de un manifiesto, entre otras varias cosas muy oportunas y de verdadero interés. también se acordó rogar a todos los periódicos gallegos que en sus columnas publiquen de vez en cuando, con la mayor frecuencia posible, trabajos en nuestro idioma, en verso y prosa. Por su parte, los asociados, deberán usar entre ellos el gallego, lo mismo que en todas las cartas que dirijan a sus amistades. Cada seis meses los “Amigos d’a Fala” celebrarán concursos privados de toda clase de trabajos en la lengua nativa, en los cuales se premiará con el título de “Mestre” a aquel que mayores méritos reúna. Haránse además excursiones al campo, de íntima fraternidad.

Tal es, en síntesis, lo más esencial de cuanto se acordó ayer en la solemne reunión que nos ocupa, y que ha sido un acto realmente consolador.<sup>39</sup>

Parece deduzir-se que do projeto inicial de constituir uma Sociedade para toda a Galiza, dado o numeroso dos apoios, passam a constituírem-se diversas Irmandades em várias vilas galegas. Às velhas vozes dos grupos regionalistas, juntaram-se, nos meses seguintes, variados elementos reformistas e um amplo conjunto de moços republicanos e de tradição galeguista.

Esta longa cronologia muda um pouco, ainda que substancialmente, o processo descrito conscienciosamente por Justo Beramendi<sup>40</sup>. Assim, não teria sido uma iniciativa só de *Estudios Gallegos*, seguida por um grupo de velhos regionalistas crunheses que iniciam um processo de agrupamento que passa, logo em breve, a outras cidades galegas. Parece antes que, nas favoráveis condições dos cinco primeiros meses do ano 1916, se articula a nível galego (dentro e fora da Galiza) uma corrente de opinião que calha na Ideia de constituição duma sociedade que defenda os interesses da Galiza e especialmente da sua classe média, sem ter em conta as ideologias e filiações políticas.

Animados pelas opiniões da imprensa, principalmente de Villar Ponte<sup>41</sup>, os regionalistas crunheses, agora com o apoio de novos valores, convidam todos os interessados a constituírem-se (mais uma vez) numa Liga<sup>42</sup> de Ami-

<sup>39</sup> Posteriormente reproducida por Antón Villar Ponte, en *Nacionalismo Gallego, nuestra afirmación regional*. La Voz de Galicia, La Coruña, 1916.

<sup>40</sup> O autor tem desenvolvido o tema en numerosos estudos, com singulares rectificações. O resumo, para nós, máis sintético e claro em Vázquez Sousa (1991:10-12)

<sup>41</sup> Quem o sintetizará en *Nacionalismo Gallego. Nuestra afirmación regional*. La Voz de Galicia, 1916.

<sup>42</sup> Primeiro passo numa gradação reivindicativa. Para este aspecto Julià (1997:163-192).

gos do Idioma para organizar actividades culturais, filantrópicas ou fomentar publicacións de interese que alicerces a corrente de opinión e os apoios precisos para emprendimentos maiores.

O apelo conseguirá despertar maiores expectativas das previstas, polo que parece optar-se por constituir grupos diversos ali onde houver un número de interesados. A primeira das sociedades (que parecen ter mudado numa especie de Sociedades de Amigos do País) a comezar a funcionar é, como non podía ser doutro modo, a da Crunha, que establece rapidamente as pautas e o modelo de regulamento<sup>43</sup>.

O obxectivo de expandir-se non demorou moito a ver-se cumprido, pois en 28 de Maio do mesmo ano 1916 decorreu, no salón do "Círculo Católico de Obreros", o ato fundacional da "Irmandade" de Santiago, que presidiu Porteiro Garea. Assistiram, entre outros, Victoriano Taibo, Xesús Culebras, Cimadevila, José Pasín e vellos regionalistas como Cabeza de León ou Xil Casares, amigos e compañeiros de Branhas. Uma vez finalizado o ato, os fundadores enviaron telegramas a Villar Ponte, Aurelio Ribalta e Cabanillas. O deste último dizia: "Hirmandade Fala, primeira Xunta, numarosa entusiasta, saudando o vate glorioso alma rexurdimento rexional".

Cabanillas, que confessou que se fizera nacionalista ("Por ser de Cambados. De alí era Brañas, el profesor de Cambó; el que le indujo á seguir la política regionalista que hoy acaudilla el famoso ex-ministro catalanista"<sup>44</sup>) respondeu con una longa carta, dirigida a Porteiro, Culebras, Cimadevila, Taibo e Portal, en que pedía que na ringleira dos compañeiros da Junta santiagouesa pusessem o seu humilde nome<sup>45</sup>.

O pertinente pedido<sup>46</sup> para Constitución da Sociedade Irmandade dos Amigos da Fala da Crunha está datado a 24-6-1916. Trata-se dum pedido manuscrito dirigido ao gobernador civil da Provincia, datado a 24 de Junho de 1916, assinado por D. José Lamas e D. José Iglesias. Comunica-se o propósito de fundar una sociedade cultural divulgativa do idioma galego que levará por nome "Hirmandade dos Amigos da Fala" e para a qual presentan os estatutos. Anexo a este pedido encontra-se una interessantísima e desco-

<sup>43</sup> Pedido de Constitución (24-6-1916); Os Amigos da Fala Gallega. Estatutos. (Assinadas pelo gov. 24-6-16); Acta de Constitución de 3-6-16 (assinada a 7-7-16).

<sup>44</sup> Estévez Ortega, E., "Xente nosa: Ramón Cabanillas", *Vida Gallega*, 219, 10-3-1923.

<sup>45</sup> Vid. Cores Trasmonte, Baldomero, "A fundación da Hirmandade da Fala de Santiago de compostela", in *El Correo Gallego*, 9-4-1989. E "Os amigos da fala", *Estudios gallegos*, 20, Junho, 1916.

<sup>46</sup> Pastas de documentos pertencentes aos registos de asociacións do Goberno Civil da Crunha. Arquivo do Reino da Galiza. Carpeta G.-2496. Trata-se dum conxunto de tres pastas con pedidos e datos relativos á constitución da Sociedade "Hirmandade de amigos da fala", regulamentos e directivas; a súa transformación e varianza de regulamentos en "Irmandade da fala" e posteriormente en "Delegación do Partido Galeguista", bem como datos referentes á constitución da "Moedade Galeguista" da Crunha. Comprende os anos 1916-1935.

nhecida primeira versão dos estatutos da sociedade. Trata-se de 10 páginas em quartos de fôlio numeradas, à máquina. Assinadas por Antón Villar Ponte e Robustiano Faginas na Crunha a 18 de Maio de 1916. Aprovadas conforme aos efeitos do art. 4º da Lei de associações e assinadas pelo governador com data 24 de Junho de 1916 e a Ata de Constituição da sociedade, uma cópia certificada da ata em que se dá conta da constituição da Sociedade em data 3-6-16, com relação da directiva constituinte. Apresentada e assinada por José Lamas a 7-7-16 e com o acordo de Antonio Vllar Ponte, e que diz o seguinte:

José Lamas González, Secretario de la sociedad "Os amigos da fala".

Certifico: que el acta de constitución dice lo siguiente: Reunidos el día tres del corriente los inscriptos para formar la hermandad "Os amigos da fala" en el local que es la Academia Gallega, acordaron constituirse en Sociedad armonía con lo dispuesto en la vigente Ley de Asociación bajo las condiciones aprobadas por el Ilmo. Señor Gobernador procediéndose seguidamente a la elección de cargos habiendo obtenido el resultado siguiente: Consejero primero, Antonio Villar Ponte; Consejero segundo, Antonio Valcarcel; Tesorero, José I, Roura; Secretario, José Lamas González y Vocales D. Luis Fernández Mourino y Don Robustiano Faginas.

Y para que surta sus efectos en el Gobierno Civil la presente en la Coruña a tres de Julio de mil novecientos diez y seis.

José Lamas

Vº. Bª: Antonio Villar Ponte

O regulamento inicial, no seu artigo 1 estabelece que:

Esta sociedad se denominará "Os Amigos da Fala Gallega" y tendrá por objeto:

- a)- Hablar entre los asociados el idioma gallego, despertando hacia él la afición y el amor de los hijos de Galicia.
- b)- Trabajar por todos los medios para conseguir que los periódicos gallegos dediquen una sección en la cual los escritores que cultivan este idioma puedan dar a conocer sus producciones, y laborar asimismo en el sentido de que los aficionados y amantes de esta lengua dispongan de un periódico quincenal, por lo menos.
- c)- Acostumbrar a los asociados a escribir en nuestro idioma, haciendo, cada seis meses, una fiesta consagrada a aquéllos y en la cual sean leídos, en el seno del Consejo, todos los trabajos, ya en prosa, ya en verso, que se publiquen en gallego, y concediendo, como premio al mérito, si alguno lo mereciese, el honor de Mestre da Fala al que resultase ser autor del mismo.
- d)- La asociación dedicará días festivos a excursiones al campo, para fomentar el amor a éste, avivando en los espíritus la devoción a nuestro hermoso agro, por medio de la contemplación frecuente. También realizará, cuando lo crea conveniente, actos de propaganda.
- e)- Cuando la situación de la asociación lo permita se emprenderá una campaña que tenga por fines el fomento de la música tradicional y propia de nuestra tierra.
- f)- Todos los actos de legítima propaganda serán llevados a cabo con este fin exclusivo, y se dedicará en todos los aniversarios de la muerte de los grandes

cultivadores del idioma gallego que hayan recibido sepultura en esta ciudad un homenaje que consistirá en visitar su tumba, manteniendo así en nuestras almas el culto al galleguismo.<sup>47</sup>

O número de Junho de 1916 de *Estudios Gallegos* oferece numerosas informações sobre o começo das actividades das “pirmeiras irmandás d’*Amigos da fala*”. Que, segundo a revista, de momento são três: Crunha, Santiago e Monforte. Informa de que a da Crunha se reunirá em 26 de Junho, e que já contava com estatutos aprovados e Conselho directivo constituído por: Conselheiro 1º. A. Villar Ponte; Conselheiro 2º Antón Valcarce; Secretário, Lamas Carvajal (sic); Tesoureiro: Iglesias Roura; Vogais: Robustiano Faginas e Lois Fernández Mouriño<sup>48</sup>.

Constituir-se-ão, após a de Santiago e Monforte de Lemos<sup>49</sup> (15 Junho); Ourense (14 Novembro), Ponte Vedra (14 Novembro), Vila Alva (24 Novembro). E no ano seguinte, constituída na Crunha o “Comité de Acción Galleguista”, começa o movimento de proselitismo e organização por meio de *meetings*, palestras e conferências. Entre os oradores salientam Porteiro, Lugrís, os irmãos Vilar Ponte. Numerosas Irmandades<sup>50</sup> aparecerão fruto destas actividades.

O primeiro local que terá a nova sociedade será o que cede a Real Academia Galega, por essas datas ainda fiel reflexo dos ideais que a constituíram em 1906 e que, contra tudo, e contra muitos dos seus membros, conseguirá manter o núcleo regionalista fundador, até aos anos da ditadura de Primo de Rivera.

Fué entonces cuando la Academia Gallega se instaló en el primer piso de una casa de Riego de Agua. En tal local, pequeño, pobre e insuficiente, la Academia inicia sus provechosas tareas. Y como dato curioso es de interés hacer constar que en este local se celebró la reunión creadora de la “Irmandade da Fala” y que esta se albergó allí durante algún tiempo generosamente. Esta circunstancia fué motivo de que en su salón de actos, el político catalán D. Francisco Cambó dirigiese por primera vez su elocuente palabra a un auditorio gallego (Villar Ponte, 1953:18).

<sup>47</sup> Reproduzido em galego em “Os amigos da fala”, *Estudios gallegos*, 20, Junho, 1916.

<sup>48</sup> [Anónimo], “Os amigos da fala”; *Estudios gallegos*, 20, Junho, 1916.

<sup>49</sup> Conselheiro 1º: Manuel Banet Fontenla; Conselheiro 2º, Antón Dacal; Secretario: Ramón Piñeiro Pardo, Tesoureiro. Xulio R. Lecea; Vogais: Attiliano Areses, Carlos Vázquez Mariño. Dados em [Anónimo], “Os amigos da fala”; *Estudios gallegos*, 20, Junho, 1916.

<sup>50</sup> Ferrol (20 Abril 1917); Vigo (20 maio); Mondonhede (30 Outubro); Melide (30 Outubro). Entre 1918 e 1923 fôrman-se as Irmandades de: A Estrada (Centro Rexionalista) (30 Junho 1918); Vila García de Arouxa (Xuventude de Defensa) (30 Junho 1918); Betanços (30 Agosto); Ortigueira (Asemblea de Lugo, 1918); Mugia (assemblea de Lugo); Lugo (assemblea de Lugo); Ferreira do Valadouro (assemblea de Lugo); Baiona (assemblea de Lugo); Arçua (assemblea de Lugo); Riba d’Eu (assemblea de Lugo); Viveiro (assemblea de Lugo); Redondela (assemblea de Santiago 7-8 nov 1919); Mondariz (assemblea de Vigo Abril 1921); Lêrez (Asemblea de Vigo); Porrinho (assemblea de Vigo); Rianjo (Asemblea de Monforte, da ING, 18-20 Fevereiro 1922); Sada (afim à da Crunha, ANT, 15 Junho 1923).

Não podemos esquecer, nesta génese que, nestas mesmas datas, a partir de 8 de Julho, a campanha que os catalanistas sustentam, no Senado e no Congresso para reivindicarem uso do catalão e a sua autonomia<sup>51</sup>.

A 8 de Julho, Morera i Galicia, deputado no Congresso, defendia uma interpelação dirigida ao governo Romanones sobre o livre uso da língua catalã na vida interior da Catalunha. Na discussão da intervenção, que polarizou Espanha inteira, tiveram a palavra o Presidente do Conselho de Ministros, Romanones, o conservador A. Maura, em nome da minoria liberal o galego (e recente conferencista lírico sobre Rosalia) Augusto González Besada e os regionalistas Cambó, Ventosa, Bertran i Musitu, Rusiñol, Ferrer i Vidal, o marquês de Camps e o próprio Morera.

A apresentação dum projecto que contemplava a legalização do livre uso do catalão na Catalunha nas corporações públicas, tribunais de justiça, e as atas e documentos notariais e legais, bem como a obrigatoriedade do conhecimento do catalão para os funcionários e cargos públicos, provocou um amplo protesto na câmara (o resultado da votação foi a rejeição, com 120 em contra e 13 –nenhum galego– a favor).

Estes acontecimentos motivam por toda a Espanha fortes campanhas de imprensa em prol dos “regionalismos moderados”, folclorismos e tipismos, mas contra um catalanismo político e um “regionalismo separatista” que pretendia o uso “normal” das Línguas não castelhanas na administração do Estado na Catalunya.

Este é o ambiente em que nascem a Irmandades: moda da palavra “regionalismo” e hostilidade às reivindicações catalanistas que se espalham como modelo na Galiza e em Euzkadi.

O número de Novembro de *Estudios Gallegos* noticia as campanhas da “Irmandade de amigos da Fala” e, reclama, pela sua conta, a necessidade de contar com uma imprensa galega e em galego. A análise que se fai da imprensa da Galiza não pode ser máis desoladora: acusa-se os jornais galegos de não criarem opinião, de inventarem um tópico constante da Galiza lírica, “estas prédicas anulam o conceito duma Galicia real, biba e loitadora”<sup>52</sup>. Vários parágrafos do artigo são de repertório, e serão uma constante da imprensa galega contemporânea:

[...] Chama moito a atención o grande número de pródicos gallegos qe falan de Galizia coma de cousa allea. Estes, qe son os mais deles, serbidores dos caziques, parecen refrexo dos diarios de Madride, nos qe as notizias gallegas son un auzidente sin importancia, sin mais ouxeto qe o de qe o periódico teña unha “informazón compreta” [...]

<sup>51</sup> A polémica e o contexto, com a actuação dos deputados pela Galiza, em Ferrer i Gironès (1985).

<sup>52</sup> “A Campaña pola fala. Os diarios de Galicia deberían esquirbiarse en galego” em *Estudios Gallegos*, 21, Novembro, 1916.

Estes pródicos gallegos reduzen toda a información local a sucesos miudos: qe na parroquia de Teis ixose unha zenzerrada; qe foi curado un rapaz dunha frida na “cara palmar” da man esquerda; qe unha muller, de bolta do mercado de Salceda, dou a lus nunha carballeira un escorreito neno con toda felizidá... –Pareze qe en toda Galizia non pasa nunca nada, qe non aí custións fondas e intresantes.

E mais e zerto; pra moitos pródicos non hai mais custión d’importanzia qe os bombos aos púlíticos. “Grazias aas eficaces xestións do noso ilustre diputado, a qen tanto debe esta bila, as obras de tal parte ban tomar nobo incremento dentro de pouco...”

Deste modo os escrabos endiosan tantas medianías como temos de proteutores. ¡Non é mala proteución a sua!

Este modo de ser dunha gran parte da prensa gallega, a qe bibe suxeta a un dono en umillazón inacababre, acusa por eso un punibre modo de pensar da xente bilenga. Esta xente aspira a logralo todo da infruenza dos púlíticos...o aszenso do cuñado, as oposiziós do rapáz, o preito da Audienzia, o recurso no Supremo...Somentes así, neste tanto rebaixamento moral, compréndese qe axa qen poida bibir en Galizia mirando pra a propia terra como miraría pra un paisaxe pintado nun cuadro e qe recibe a lus de fora.

Pro eso os pródicos gallegos esqirbende Galizia igualiño qe os de Madrid. ¡Coma si estibesen da parte daló! E mais por eso resultan insinzeiros. Por eso a xente lee os pródicos locás, por ber si morreu a estanqueira, non por saber cómo andan os asuntos importantes da rexión. Salbas sean eszeuziós dinas de gabanza, qe, por sorte de todos, son mais cada día, pues aínda os mêmso boletís propiedá dos caziques, no qe a estes non estorba, gustan de axudaren ao progreso da terra.

[...]A prensa gallega podería lebar a Galizia por estes camiños si non fora escraba do que fan os púlíticos de Madrí e si estibese esquiarta en gallego. Para falar das nosas cousas, fainos falla a nosa fala (*ibidem*).

A constatación desta análise (que aínda é válida hoje) será um dos motivos de mobilização do galeguismo e do esquerdismo galegos. A necessidade de consolidar um meio de expressão que cumpra a função informativa e de opinião que a imprensa da Galiza não cumpre. Neste mesmo mês (re)nascera *A Nosa Terra* (n.º 1; 14-11-1916); a partir de 1918 serão várias as tentativas de constituir un jornal e em quase todas intervirá destacadamente Ánxel Casal: *El Noroeste*, 1918, *Galicia*, 1924, *El Momento*, 1930; e inúmeros os projectos, fazer de *A Nosa Terra* um diário, tentar de mercar *El Pueblo Gallego*, en 1934, fazer de *Ser*, en 1935, jornal.

A Irmandade da Crunha inaugura, ao mesmo tempo que o seu vozeiro, umas cátedras de língua galega, em que se fariam leituras comentadas dos “crásicos” galegos e em que se ministrariam rudimentos de gramática. As lições correriam a cargo de Manuel Lugrís, Uxío Carré Aldao e Leandro Carré Alvarellos, registando, segundo o Idearium, numerosa afluência de público.

Nesta Liga que são as Irmandades em 1916, aínda indefinida, com muito



“conservador folclorista” e “regionalista oportunista”, vai integrar-se o conjunto de activistas, moços crunheses de classes médias-baixas, formados nos ideários republicanos e regionalistas, onde começa a sua militância política no nacionalismo organizado. Mas lembremos que esta integração não era mais que uma consequência lógica da situação do país e do seu ambiente familiar próximo.

Nela é que se vai dar por primeira vez a associação do conflito lingüístico (até o momento sentido como problema intelectual de orde individual) com a reivindicação política, fazendo desta reivindicação uma demanda social e por ende nacional. Porém, talvez seja importante destacar como neste momento é precisamente o Estado que ao intervir contra as dinâmicas geradas pelos representantes eleitos pela sociedade catalã no processo de entrada na modernidade provoca uma corrente de reação que permite o sucesso global de uma proposta “regionalista”.

Essa proposta, ou moda regionalista supõe um revulsivo no modelo agonizante da *Restauración* que na Galiza o que impele a associação de um discurso identitário (nacional) ao discurso com que uma nova classe meia (emergente das baixas e rural) urbana pretende contestar o ascenso bloqueado.

Interessante é como esta associação vai provocar um salto radical e uma novidade no discurso político e história da cultura galega: a plena reivindicação da língua galega. Feito fulcral que obrigará não apenas a continuar a “inventar” a história, a amitologia e a simbologia nacional como no período anterior senão a “inventar” e tratar de modelizar uma Língua desde a precariedade.

Cumpre-se deste jeito o sonho dos membros da Cova céltica que não casualmente serão os mestres de língua e literatura (Carré Aldao, Lúgrís Freire e Vaamonde Lores) do grupo de moços autodidatas (mas galegofalantes) que conformam a Geração do 17. Muitos dos seus membros permanecerão já praticamente monolíngües até a sua morte (uns como Casal ou Vítor Casas massacrados em 1936 outros conforme a sua vida até fim dos setenta ou oitenta: Arturo Taracido, Federico Zamora, Alfredo Somoza)

E como bem sabemos os da minha geração a nação é algo que se formula, como a língua é algo que se constrói em coletivo, são produto dos relacionamentos mudáveis e modificáveis entre grupos de humanos. Ou como melhor conclue o Josep Fontana (1997:7):

Um dels errors més greus es produeix, però, quan es pretén de transformar “nació” i “nacionalisme” em categories absolutes, oblidant que es tracta, simplement de relacions entre grups d’homes, i d’unes relacions historiqués i canviants.

## Referências

Araquistain, Luis (1917). *Dos ideales políticos*. Madrid: Est. Tip. El Liberal.  
Azorín (1921). *Obras Completas*, Tomo XIV. Madrid: Caro Raggio.

- Baroja, Pío (1917). *Nuevo tablado de arlequín*. Madrid: Caro Raggio
- Baroja, Pío (1927). *Divagaciones apasionadas*. Madrid: Caro Raggio (Renacimiento, 2.ª ed.).
- Barreiro Fernández, Xosé Ramón (1991). *Historia Contemporánea. Política (siglo XX) Galicia*, Tomo VIII. A Crunha: Hércules Ediciones.
- Beramendi, Xusto (1991). *Obra Política de Ramón Villar Ponte*. Sada: Ediciós do Castro.
- Beramendi, Xusto G. (2007). *De provincia a nación: historia do galeguismo político*. Vigo: Xerais.
- Carnero Arbat, Teresa (1997). *El Reinado de Alfonso XIII*. Madrid: Aye.
- Durán, José Antonio (1981). *Crónicas 3*. Madrid: Akal.
- Ferrer I Gironès, Francesc (1985). *La persecució política de la llengua catalana*. Barcelona, Ed. 62.
- Fontana, Josep (1977). Prólogo. in Riquer, Borja. *Lliga regionalista: La burguesia catalana i El nacionalisme (1898-1904)*. Barcelona: Eds 62.
- Fox, Inman (1997). *La invención de España. Nacionalismo liberal e identidad nacional*. Madrid, Cátedra, Historia.
- Fuster, Joan (1975). *Contra Unamuno y los demás*. Barcelona: Ediciones 62.
- Hroch, Miroslav (1994). *The Social Interpretation of Linguistic Demands in European National Movements*. Florence: EUI Working Papers. European Forum 94/1.
- Julíá, Santos (1997). Protesta Liga y partido: tres maneras de ser intelectual. In Carnero Arbat, Teresa, *El Reinado de Alfonso XIII*. Madrid: Aye, pp. 163-192.
- Morán, Gregorio (1998). *El maestro en el erial. Ortega y Gasset y la Cultura del franquismo*. Barcelona: Tusquets, Andanzas.
- Núñez Seixas, Xosé Manuel (1992). *O Galeguismo en América, 1879-1936*. Sada: Ediciós do Castro.
- Real Academia Española (1906). *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Perlado, Paez y Cía.
- Riquer, Borja de (1977). *Lliga regionalista: La burguesia catalana i El nacionalisme (1898-1904)*, Barcelona: Eds 62.
- Rivas Moreno (1918). Del regionalismo. *La Voz de Galicia* (6/01/1918).
- Serrano, Carlos (1987). *Le tour du peuple. Crise nationale, mouvements populaires et populisme en Espagne (1890-1910)*. Madrid: Bibliothèque de la Casa de Velázquez, 2.
- Serrano, Carlos (1999). *El nacimiento de Carmen. Símbolos, mitos y nación*. Madrid: Taurus.
- Unamuno, Miguel (1969). *Obras Completas. La raza y la lengua* (T. VI). Barcelona: Afrodísio Aguado.
- Villar Ponte, Ramón (1953). *Días, hechos y hombres de la Real Academia Gallega*. Crunha: Litografía e imprenta Roel.

## Estado, Nação e Triade Linguística

### Teorização leve sobre factos graves

António Gil Hernández

**E**m Gil Hernández (1990-1991:368-382) referi o «Isolacionismo» à «constrita desgaleguização da Comunidade Lusófona» da Galiza. Neste artigo trato o tema, de um ponto de vista diverso, mas complementar: O “Reino de España” [RdE] em que a Galiza se acha incluída, é o quadro que explica os comportamentos idiomáticos dos cidadãos galegos e das instituições espanholas na “Comunidad Autónoma de Galicia” [CAG].

### Símbolos e realidade

Começo com uma citação do artigo intitulado «Una bandera acorazada» (*Público*, Madrid, 25 de maio de 2008, p. 10), de Jaume Asens (Vocal da “Comisión de Defensa” do Colégio de Advogados de Barcelona) e Gerardo Pisarello (Professor de Direito Constitucional da Universidade de Barcelona):

[...] a bandeira espanhola, como a unidade do Estado, não se acha desprotegida, antes zelosamente blindada pelo sistema político. Em primeiro lugar, pelo que o britânico Michael Billig denomina o “nacionalismo banal”<sup>1</sup> [que] opera a-

---

<sup>1</sup> Michael Billig contrapõe as variedades *perigosa* e *sensata* (ou *banal*) do nacionalismo. Na seção 2.2.2. volto sobre ambos os conceitos. Jordi Muñoz Mendoza, Politólogo da *Universitat Pompeu Fabra* e investigador visitante da *Universidad de Yale* num artigo intitulado «El nacionalismo separador» (*Público*, Madrid, quarta-feira, 30 de julho de 2008, p. 6) caracteriza o *nacionalismo banal* referido à “nación española”: «O nacionalismo banal é o da nação marcada pela bandeira que pendura, inalterada, na fachada dos edifícios oficiais. É a nação desenhada nos mapas do tempo. A que nos lembra o nosso BI. Ou os mádria, quando dividem a atualidade entre nacional e internacional, ou nos dizem de *nuestros* desportistas, ou *nuestra selección*, e celebram ao unísono os êxitos da *selección española* de futebol, [...]. O *nacionalismo banal español* não é nenhuma exceção: existe em todos os países do nosso entorno».

través de mecanismos cotidianos como a presença dos símbolos do Estado central em edifícios oficiais, moedas, competições desportivas ou singelamente no vocabulário que assumem sem crítica políticos e pessoas públicas, entre outros.

Em segundo lugar, pelo próprio aparelho coativo estatal. Segundo a “ley de banderas”, de 1981, tal insígnia é signo de “unidad e integridad de la patria”. A preservação desses valores é o alvo que a *Constitución española* encomenda ao Exército no art. 8, preceito sem parangão no âmbito europeu que reproduz quase sem modificações o art. 38 da *Ley Orgánica del Estado* franquista<sup>2</sup>. [...] Na teoria, as bandeiras autonómicas também têm na atualidade proteção jurídica. Na prática, porém, os únicos agravos perseguidos, apresentados quase sempre como desordens públicas, são os que atingem à bandeira espanhola. [...] A assimetria é evidente e a própria lei a reforça. [...]

Com ocasião de um procedimento judicial relativo ao uso da bandeira, os autores assinalam dous temas discutidos no RdE: (1) A monarquia e, intimamente ligado a ela, (2) a configuração territorial ou junção das comunidades, outrora reinos independentes e hoje nações sem estado<sup>3</sup>

Ambos os temas foram discutidos durante a «Transición democrática», segundo se depreende do articulado da *Constitución española* (1978) [CE 1978]: «nación» única (1.º), «indisoluble unidad» (2.º), única «lengua oficial», nacional (3.º), bandeira (4.º), o exército, garante da «integridad territorial» da «nación» (8.º), «El Rey [...], símbolo de su unidad y permanencia» (56.º), «corona [...] hereditaria» (57.º), «derecho a la autonomía reconocido en el artículo 2º» (143.º), proibição de «federación de Comunidades Autónomas» (145.º), controle das «Comunidades Autónomas» (150.º).

Na realidade são *factos* elevados à condição de *símbolos* da unidade ainda não implementada, já que persistem as relações conflituosas entre a «nación española» e as «nacionalidades [históricas]», Galiza, Euskal Herria e Catalunya, apesar da «pax hispanica», decretada na *Constitución das Cortes de Cádiz* (1812)<sup>4</sup>.

### Estado e Nação

É clássica a definição de Weber: «O Estado é aquela comunidade humana que no interior de um determinado território [...] reclama para si (com êxito) o

---

<sup>2</sup> Art. 38.º : «Una Junta de Defensa Nacional, integrada por el Presidente del Gobierno, los Ministros de los Departamentos militares, el Jefe del Alto Estado Mayor y los Jefes de Estado Mayor de los Ejércitos de Tierra, Mar y Aire, propondrá al Gobierno las líneas generales concernientes a la seguridad y defensa nacional. [...]» (*Ley Orgánica del Estado*, 1/1967, de 10 de enero in *Boletín Oficial del Estado. Gaceta de Madrid* núm. 9 (11/01/1967), pp. 466 - 477.

<sup>3</sup> Segundo o *nacionalismo banal*, ou estatal, etnias ou regiões ou simplesmente *comunidades autónomas*.

<sup>4</sup> «El Estado español contemporáneo se ha formado bajo la dirección política de una oligarquía cerrada y reaccionaria, y todos sus aparatos e instituciones están recorridos, de arriba a abajo, por la impronta de esa oligarquía. Cada intento democratizador se ha saldado con una reacción más violenta que las anteriores, hasta culminar en la catástrofe de 1939» (Solé Tura; Aja, 1984).

monopólio da violência física» (in Pérez-Agote, 1995:116). Pérez-Agote apostila: «o conceito de *território* é essencial à definição.» Eu acrescento que também é essencial a língua, formalizada num determinado jeito. Seja como for, Pérez-Agote procura delimitar a relação de estado e de nação, segundo perspectivas prevalentes desde a segunda metade do séc. XVIII. São reflexões factuais, sobre o que é e como age o estado moderno desde a Revolução francesa.

No Antigo Regime prevalecia a vinculação da pessoa, vassalo, ao senhor, e, afinal, ao monarca. A Modernidade ou Novo Regime torna abstrata essa vinculação: Os vassalos passam a ter a condição de cidadãos, com idênticos direitos (e deveres) nominais. A relação não é entre pessoas, dirigentes ou governantes, mas com o estado, entidade tão abstrata quanto a de cidadão. «A Nação é a ideia de comunidade (mística de todos os cidadãos) segregada pelo Estado; as funções centrais desta ideia são: produção duma sociedade à medida do Estado, o esquecimento da violência primitiva fundadora [...] e a anulação das relações fundamentais de significação social política dos territórios diferenciais, cuja unificação conforma o território do Estado. Desde a própria convenção, o *Estado* produz, *recria a história da construção do Estado como história da nação, como se esta fosse anterior e conseguisse, por fim, nesse momento da história dotar-se duma estrutura política diferenciada*» (Pérez-Agote, 1984:49; citado em Pérez-Agote, 1995:121; itálico meu).

A nova situação tem principalmente dous obstáculos: os «laços dos camponeses com a aristocracia (possuidora das terras)» e mormente a «diversidade linguística e cultural existente no interior do território» (Pérez-Agote, 1995:120). É desde essa doutrina que deveriam examinar-se os processos normalizadores, antes, da «lengua nacional» e, ultimamente, das línguas “autonómicas”, em particular da galega, para melhor os compreender<sup>5</sup>.

Seja como for, o estado moderno tende, com eficácia, a conseguir a uniformidade no seu território e entre as gentes que o habitam. Tal uniformidade evidencia-se, no RdE:

- a) Na unicidade simbólica dos poderes do estado (legislativo, executivo e judicial), materializada na pessoa do rei, na coroa.
- b) Na única língua nacional, a castelhana, nomeada «lengua española [...] oficial del Estado».
- c) Na conseguinte alfabetização, simbólica e universal, de todos os cidadãos, nessa língua.

A unidade de mercado, prioritária na origem, hoje tem importância menor, dadas as conformação sócio-política europeia e a globalização mundial da eco-

---

<sup>5</sup> Paradoxalmente os sociólogos e os politólogos costumem desentender-se de tratar esta face bem real da Modernidade.

nomia. Portanto, ao RdE e nele aos “Notables”, resta-lhes procurar o objetivo primário da dominação simbólica sobre os seus cidadãos, quer mercê da imposição dos símbolos nacionais adoptados e definidos por eles, quer mercê da hierarquização, igualmente simbólica, das comunidades linguísticas (e culturais) assentes, ainda, no território nacional, a teor do exprimido art. 3 da CE 1978:

- 1) El castellano es de lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.
- 2) Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.
- 3) La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.

### *Miséria do estado autonómico*<sup>6</sup>

A história do RdE, mas sobretudo os fundamentos filosóficos dados para justificar a primazia do estado face à nação (às nações)<sup>7</sup> induzem-me a esboçar duas sequências de argumentos: A rousseau-kantiana e a hegeliana, que Ortega acomodou às circunstâncias do RdE.

#### - Rousseau e Kant

Quanto à primeira, Cassirer adverte: «[...] Rousseau não apenas determinou os conteúdos e a sistematização da fundamentação kantiana, mas também a linguagem e inclusivamente o estilo» (Cassirer, 2007:197). E a seguir explica: «[...] Se na primeira expressão do imperativo categórico, que põe o acento na “legislação universal”, reconhecemos o Rousseau filósofo da *vontade geral*, na segunda encontramos o pensamento fundamental do Rousseau educador. No núcleo da teoria rousseauiana acha-se a exigência de educar o pupilo para si, não para outros» (Cassirer, 2007:197-198). Pela simples razão — prossegue — de que: «[s]ó quando se torna internamente livre [...], deve ingressar na sociedade, e só então poderá contribuir cabalmente a ela, já que apenas quem é livre é “cidadão” autêntico.»

É Cassirer quem, numa citação da kantiana *Metafísica dos costumes*, precisa o sentido do *contrato fundante da sociedade*, em definitivo fundamento do estado: «O ato pelo qual o povo mesmo institui o estado [...] é o contrato originário, segundo o qual todos (*omnes et singuli*) abandonam a sua liberdade externa, para a recobrar de imediato como membros da comunidade, quer dizer, do povo considerado como estado (*universi*)» (I. Kant ak VI: 315, in

<sup>6</sup> Esta epígrafe está inspirada no título do livro de Xacobe Bastida Freixedo, *Miseria de la autonomía. Una filosofía del Estado autonómico* (1999), cujo conteúdo sigo para desenvolver esta seção.

<sup>7</sup> E mesmo a plenificação da Nação [sic] ao constituir-se em estado ou, antes, em estado-nação.

Cassirer, 2007:200-201). Em parêntesis explica que apenas será possível conceber a legitimidade do estado, se aceitarmos esse contrato originário.

Se os “Padres de la Constitución” tivessem baseado nesta concepção o estado, os Povos incluídos no RdE, com línguas diversas da castelhana e cultura própria, teriam já naturalizado e normalizado as suas línguas e culturas.

- Hegel e Ortega

Mas não foi o caso. Desde antes da referida «Transición», no RdE veio aplicando-se a concepção hegeliana do estado, revista por Ortega y Gasset e ultimamente plasmada (e camuflada) na *Constitución española* (1978), como tem mostrado Xacobe Bastida Freixedo (Bastida, 1997; 1998).

A doutrina hegel-orteguiana dá total preeminência ao estado, «autêntico agente moral face às perversões monâdicas e egoístas das partes» e na realização das particularidades só possível «na hipóstase com a generalidade» (Bastida, 1998:140). Em particular, o objetivo orteguiano era conseguir «a anulação política das nacionalidades por meio duma discreta assimilação».

Estado e *Constituição* são, para o Hegel da *Filosofia do Direito*, realidades fulcrais e, nalguma medida, intercambiáveis. Explicam A. Bavaresco. E. Schmidt e S. Christino<sup>8</sup>: «A *Constituição* funda a concepção orgânica de Estado que se opõe à visão atomista dos jusnaturalistas. Hegel critica, por exemplo, a concepção do direito privado que pretende explicar o Estado, a partir da propriedade ou do contrato. Pois, se “o constitucionalismo é uma teoria da Constituição como garantia das liberdades individuais, o *constitucionalismo* de Hegel é uma teoria da *Constituição* como fundamento da unidade estatal” (Bobbio, 1991:110)». Os antecedentes da concepção hegeliana acham-se na reação contra o «individualismo político que floriu trás o triunfo da Revolução Francesa<sup>9</sup>» (Bastida, 1999:86).

É em Hegel que Ortega se inspira para caraterizar o estado e incardiná-lo no quadro da filosofia da história (Bastida, 1999:123 e ss.). Ambos acham a raiz do problema nacional nos elementos que dificultam e até impedem a unidade, «que se estima prévia», e advogam «pela relativização das especificidades não tanto do indivíduo [...] quanto do individualizado, do particular oposto à função generalizadora [universalizadora?] e por isso igualitária do Estado. O Todo, representado pelo Estado que age idealmente *ex ante*, explica a natureza das partes que o constituem e que surgem com posterioridade à aparição de aquele (Bastida, 1999:125-126).

<sup>8</sup> Cf. seção “3.- A organicidade Constitucional Hegeliana”, do artigo «Metamorfoses do Estado Constitucional e a Teoria Hegeliana da Constituição».

<sup>9</sup> Hegel dirigiu-lhe «duríssimas invectivas, mostrando clara antipatia contra a Ilustração e contra o subjetivismo abstrato que esta evidenciava, céptico e crítico, individualismo afastado ou emancipado da conexão com a comunidade, incapaz de ultrapassar problemas insolúveis de concorrência entre vontades pessoais individualizadas».

Cumprе salientar o facto de tanto Hegel quanto Ortega identificarem nação com estado, ou vice-versa. É por isso que o realmente acaecido na história dos reinos peninsulares é negado, para o recobrir com a oportuna mitificação nacionalizadora-estatalizante. Assim, «Ortega situa Castela como cabeça reitora, como elite nacional encarregada da direção histórica da nação» (Bastida, 1995:95), quer dizer do estado. Por palavras do próprio Ortega:

Para quien ha nacido en esta cruda altiplanicie que se despereza del Ebro al Tajo, nada hay tan conmovedor como reconstruir el proceso incorporativo que Castilla impone a la periferia peninsular. Desde un principio se advierte que Castilla sabe mandar. No hay más que ver la energía con que acierta a mandarse a sí misma. Ser emperador de sí mismo es la primera condición para imperar a los demás. Castilla se afana por superar en su propio corazón la tendencia al hermetismo aldeano, a la visión angosta de los intereses inmediatos que reina en los demás pueblos ibéricos. Desde luego se orienta su ánimo hacia las grandes empresas, que requieren amplia colaboración. Es la primera en iniciar largas, complicadas trayectorias de política internacional, otro síntoma de genio nacionalizador (Ortega, 2004:39-40, in Bastida, 1995:95).

Curioso esquecimento (ou deleção) da história: “Pueblo ibérico” é também Portugal (sobre que Castela —ainda— não domina), protagonista da *Descobertas*, anteriores às castelhanas. Seja como for, o paralelismo entre Hegel e Ortega fica firmado: Ambos, mas em particular Ortega «propugna a unidade imposta verticalmente» porque desconfia da possibilidade de mudança de mentalidade nas camadas populares, e da virtualidade da educação. Ortega, para acabar com os particularismos que destroem a nação (= estado), propõe, para além da imposição “vertical”, a generalização autonómica, «como dissolução das pretensão nacionalistas» (Bastida, 1995:32) porque:

- 1) As reivindicações nacionalistas basca, catalã e galega se tornarão objetivamente parelhas dos interesses particulares existentes nas outras partes de RdE (Ibídem).
- 2) Os nacionalismos periféricos são dissimétricos do nacionalismo espanhol, apresentado como paradigma (Bastida, 1995:33). De facto, no discurso político oficial do RdE apenas os “outros” são nacionalismos, enquanto fica proibido caraterizar os fundamentos teóricos e históricos do RdE ou estado espanhol por esse vocábulo.

Para os “Notables” do RdE a conjunção cultural (ou étnica) não necessariamente precede à unidade política ou político-administrativa; antes, é esta a que acaba *produzindo* a homogeneidade étnica. A «vontade das partes não cabe num processo determinista» como o espanhol; também «não cabem presumíveis fatores objetivos alegados pelas partes», porque são «assimilados pela culturalidade da nação absorvente [a espanhola]» e, no seu caso, «diretamente



recusados ou marginalizados» (Bastida, 1998:215) Contra esta imposição, Castelão revoltou-se, quando escreve: «A nós não nos custa trabalho separar o conceito de “nação” do conceito de Estado» (Castelão, 1977:295). Acrescenta: «um Estado jamais tem direito a esterilizar o génio das várias nações que o compõem, impondo as características duma delas a todas as mais, para que deste jeito a indivisível Nação garanta uma indivisibilidade do Estado» (Ibídem).

Acontece que, contra o que alguma quimérica ideologia afirma, no RdE hoje não pode ser propugnada a compatibilidade e integração dos diversos nacionalismos. Só, em exclusivo, é permitido o nacionalismo *banal* espanhol, enquanto os outros devem ser aniquilados ou simplesmente submetidos. (Vid. Solozábal, 1993:77, citado em Bastida, 1998:215).

A “realidade” da “Nación española” fica ensumida na “realidade” do discurso em que é afirmada, segundo evidenciam as discussões parlamentares sobre o art. 2.º da CE 1978:

La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas<sup>10</sup>.

Cumprir ter em conta que, sobre o modelo da *Revolução francesa* e as posteriores reflexões hegelianas, a «história das nações [em particular a do RdE] é-nos apresentada à maneira de relato que lhes atribui a continuidade de um assunto. A formação da nação aparece assim como cumprimento dum “projeto” secular, marcado por etapas e por tomadas de consciência que os partidários dos historiadores evidenciarão como mais ou menos decisivas [...]» (Balibar, 1990:117), inscritas num esquema constante, o da manifestação da personalidade nacional.

Esse é o sentido primário do art. 2.º, acima citado: «ao basear-se a *Constitución*, já não em *España*, mas na “indisoluble unidad de la Nación española”, reproduz-se o esquema básico que, face à artificialidade e mutabilidade do Estado e dos seus fins, opunha a afirmação da imodificabilidade da nação, realidade primordial natural, autêntica *natura naturans*» (Bastida, 1998:179; Vid. 179-180). A essência inalterável da “Nación española” ligar o passado com qualquer projeto de futuro e fica simbolizada na pessoa do rei (art. 56.º da CE; Vid. Bastida, 1998:181). Por fim, o processo de formação nacional aniquila a vontade comunitária e «redundna na vontade objetiva derivada da objetividade histórica da “nación» (Bastida 1998:181).

<sup>10</sup> A evolução formal que experimentou o art. 2.º nos debates constituintes –história externa– e a análise as categorias dogmáticas que o atravessam –história interna– evidenciam a ideia de «Nación española», descoberta ou invenção de que se nutre o atual nacionalismo espanholista constitucional (Bastida, 1998:11; veja-se o «Proemio»: 9-12).

As discussões parlamentares sobre o art. 2.º da CE, concordam com as reflexões de Ortega<sup>11</sup> sobre as minorias, dominantes, como garantidoras da continuidade nacional do estado:

Una nación [= estado] es una masa humana organizada, estructurada por una minoría de individuos selectos. [...] La forma jurídica que adopte una sociedad nacional podrá ser todo lo democrática y aun comunista que quepa imaginar; no obstante, su constitución viva, transjurídica, consistirá siempre en la acción dinámica de una minoría sobre una masa (Ortega, 2004:74-75).

## Triádes

É na atmosfera da ideologia nacional espanhola, acima esboçada, que interpreto a perspicaz observação de Josep J. Conill sobre o conflito glotopolítico dominante na Galiza. Na seção «5.4. Una análise triádica del cas gallec», da «Coda 2a. Sociolingüística de la sociolingüística: a propòsit del cas gallec» (Conill, 2007:169-194), considera-o representável por uma triáde fática<sup>12</sup>:

[...] trata-se de uma configuração familiar a qualquer conhecedor da teoria das coalizões entre triádes, caracterizada pela relação entre três elementos de poder desigual —os quais serão denominados, como é usual, com as letras A (= língua castelhana), B (= galego popular) e C (= português padrão)—, tais que  $A > B > C$ , tendo em conta, para além, que  $A > (B + C)$  (Conill, 2007: 186).<sup>13</sup>

### *Triáde fática dominante na CAG*

A respeito das línguas, a triáde fática dominante na “Comunidad Autónoma de Galicia” [CAG] é sem dúvida a descrita por Josep Conill. Mas, para melhor entender «o que se passa na Galiza (espanhola)», vou tentar desenvolvê-la. Distingo nela a *face simbólico-instrumental (S-I)*, a/s *língua/s*, e a *face agentiva (Ag)*, os agentes, a/s *comunidade/s* ou *grupos de pessoas* (ou cidadãos), que se servem das línguas para se comunicarem:

- 1) 1.º A *língua castelhana* (S-I, A) e as *instituições públicas e pessoas jurídicas* do RdE, que a têm como língua de ofício, e as pessoas físicas, individual e grupalmente utentes dela (Ag-A).

<sup>11</sup> Castelão assinala: «o mesmo título do livro de Ortega y Gasset [*España invertebrada*] nos obriga a pensar na estruturação duma Hespanha que Castela não foi quem de constituir» (Castelão, 1977:307).

<sup>12</sup> «Uma triáde é um sistema social formado por três membros relacionados entre si numa situação constante. [...] Não se precisa que os membros duma triáde sejam indivíduos. Podem ser coletividades agindo cada uma como uma unidade. Cabe que duas triádes do mesmo tipo se comportem de jeito similar, embora uma esteja formada por três jovens e a outra por três grandes aparelhos burocráticos» (Caplow, 1974:13).

<sup>13</sup> Em nota a rodapé explica: «Como é lógico, os diferenciais de poder atribuídos às variedades linguísticas constituem apenas formas abreviadas de aludir à distribuição desigual dos recursos comunicativos entre os grupos sociais, e não pressupõem em nenhum caso a existência de diferentes estados independentes do uso que se faça delas [das variedades linguísticas]».

- 2) 2.º A “*lingua galega*” (S-I, B), padronizada pela *Real Academia Galega* [RAG] com o assessoramento do *Instituto da Língua Galega* [ILG], e assumida pelas instituições espanholas (Ag-B) como única forma de Galego é objeto de ensino (e uso) nos âmbitos educativos, e de uso nos administrativos. Precisamente nos âmbitos educativos as Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego [NOMIGa] são objeto legal de *ensino* (e não de *conhecimento*), a teor da letra do art. 4.º do Decreto 147/1982 (de 17 de novembro), de normativización da lingua galega: «As normas aprobadas polo presente Decreto son de ensino obrigado en tódolos centros escolares de Galicia [...]»<sup>14</sup>.
- 3) 3.º A *língua portuguesa* (S-I, C) e as pessoas (Ag-C) assim como os grupos cívicos que a utilizam nas suas atividades, em geral, culturais, sejam nela mais ou menos competentes.

### *Complexidade real*

A realidade, porém, tanto na *face simbólico-instrumental*, quanto na *agentiva*, é mais complexa. Vejamos:

- Face simbólico-instrumental

a) Utilizam a mesma formalização da *língua castelhana* (S-I, A), mas de jeito bem diferente:

- 1) *As instituições públicas e pessoas jurídicas* do RdE ( S-I, A, a), nos usos administrativos, em que a primazia da «lengua nacional» fica patenteada como expressão da «indisoluble unidad de la Nación española». O castelhano usado é “normativo” e neutro, concorde com a norma académica (da RAE e das outras academias hispanófonas).
- 2) *Pessoas físicas e entidades privadas* (S-I, A, b), militantes do uso exclusivo de castelhano, embora pretextem respeitar o bilinguismo (institucional), como a atual *Galicia Bilingüe* ou *Asociación G. para la Libertad de Idioma* (AGLI). Junto delas empresas e entidades de facto são unilingues em castelhano. Utilizam uma língua que não difere muito da institucional.
- 3) *Pessoas físicas e jurídicas* (S-I, A, c), que usam o castelhano consuetudinariamente, porque nela se acham alfabetizados. O seu é o que pode chamar-se «castellano nacional» (sobre o equivalente francês: Balibar-Laporte, 1974).

b) Na “*lingua galega*” (S-I, B), distingo dous níveis de formalização tirados ambos das NOMIGa. Correspondem-se com os elementos (1) e (2) desta subtriade:

---

<sup>14</sup> No art. 5.2 do *Estatuto de Autonomía para Galicia* ordena-se: «Los idiomas gallego y castellano son oficiales en Galicia y todos tienen el derecho de conocerlos y usarlos». Enquanto no art. 3.1. da C.E. se prescreve o «deber de conocer» o castelhano, tal dever não existe a respeito do “galego”.

- 1) As *instituições espanholas* (S-I, B, a) (“Consellerías” e outros organismos cujo titular pertence ao PSOE) preferem, das NOMiGa, as formas afastadas das portuguesas (-ble, -eria; ó), que ILG-RAG aconselhavam nas edições de 1982 e 1995.
- 2) *Algumas instituições espanholas* (S-I, B, b), geridas mormente por militantes do BNG, optam, sem consequência excessiva, pelas formas mais respeitosas com as tradicionais galegas (-bel, -aria; ao), aconselhadas desde a reforma de 2003.<sup>15</sup>
- 3) As *pessoas físicas e entidades* (S-I, B, c) que usam o Galego seguem as NOMiGa, mas tão livremente que por vezes nem se sabe se as seguem: será esse o «galego coloquial»? Talvez...

c) Quanto à *língua portuguesa* (S-I, C) vale dizer, antes de mais, que se acha excluída das instituições do RdE, de modo que apenas a sustêm nos seus usos pessoas físicas e jurídicas não públicas. Contudo, a formalização lusofónica empregada na Galiza varia, pelo menos, nestes três graus:

- 1) *Português padrão*, acordado ou não (S-I, C, a).
- 2) *Norma AGAL* originária em que não se usa o til de nasalidade, enquanto na atualizada se usa para algumas palavras (*verão, irmão, mão...*) e nos plurais em -ões (S-I, C, b).
- 3) “*Galego de mínimos*” em que se utiliza basicamente a ortografia castelhana (ñ, ll, -n) com alguns traços da ortografia portuguesa, como o hífen (-) e a acentuação (S-I, C, c).

- Face agentiva

Na *face simbólico-instrumental* não acho conflito nenhum porque apenas translaticamente, como em metáfora, as línguas lutam ou conflituam. É na *face agentiva*, entre os agentes humanos confrontados, que os conflitos surgem e se desenvolvem, em regra, por uma parceria não respeitar os direitos fundamentais das outras. Na seção «Dimensão política» de «Que galego na escola? Anotações para umha proposta de planificação linguística na Galiza. Tese reintegracionista» (AA.VV., 1984:116-145), referi alguns dos conflitos entre os *Agentes* ou pessoas e grupos de utentes de “galego” e de português na Galiza.

---

<sup>15</sup> Desde o primeiro intento para formalizar o Galego (1970-1971) a RAG, assessorada pelo ILG a partir de 1982, fez sucessivas propostas: Em 1970-1971, 1982, 1995 e 2003. É desde 1982 que académicos vão mundando o «critério de corrección» (“Disposición adicional” da *Lei 3/1983*): A tímida aproximação às formas tradicionais (1970-1971) derivou ao predomínio da «fala» (1982, 1995) para voltar à tímida aproximação das formas tradicionais (2003). Esta logrou-se pela confluência dos «mínimos reintegracionistas», da AS-PG, e norma do ILG. A RAG, apesar de tudo, facilitou o encontro entre os representantes de ambas opções.

Aliás, na caracterização triádica considero mormente o discurso legitimador dos empregos das línguas em causa, assim como a correlativa condição dos utentes de uma e da outra língua. Portanto, é nesta *face agentiva* que assinalo, nas tríades respetivas, os elementos em conflito.

Duas são as condições mínimas que definem o conflito:

- a) Relação social entre os membros que realizam ações a influírem nas condutas dos outros, e vice-versa (Entelman, 2002:46).
- b) Objetivos incompatíveis, de modo que pelo menos alguns dos membros da relação social os percebam como deveras incompatíveis. (Entelman, 2002:49).

É indubitável que, na CAG, os utentes de castelhano, de “galego” e de português se acham socialmente relacionados. Para além, nos usos das respetivas línguas, procuram objetivos dificilmente coordenáveis ou, antes, objetivos incompatíveis, como, ao caso, o proceder da Administração espanhola evidencia e a experiência diária ensina ao cidadão.

A seguir, assinalo as incompatibilidades salientáveis no seio das subtríades, que desenvolvem os elementos da triáde básica (descrita por Josep Conill).

a) *Língua castelhana* (Ag-A): Os utentes de castelhano diferem não tanto na forma de língua utilizada, quanto na prioridade das motivações que justificam o seu uso:

- 1) *As Instituições*<sup>16</sup> (Ag-A, a): Regem-se à partida pelo ordenamento constitucional do RdE, acima exposto. Deriva dele a hierarquização das línguas: *Nacional*, a castelhana, «oficial del estado»; «autónomica», a “galega”, «propia» e oficial apenas na CAG, e «las modalidades lingüísticas de España», enquanto «patrimonio cultural [...] objeto de especial respeto y protección.»

---

<sup>16</sup> Em Gil Hernández (1995: 125-126) distingui entre âmbitos formais (institucionais e para-institucionais) e âmbitos não formais (coloquiais ou não institucionais), relacionado com o «duplo ligame incidente nos cidadãos». Aqui, “instituições” vale por “âmbitos formais”, institucionais e para-institucionais.

Por outro lado, é curioso o facto de o discurso sobre a língua segregado pelas instituições espanholas faz com que, aplicado ao castelhano, conforme um pensamento compato, enquanto aplicado a «las demás lenguas españolas» configure um pensamento fragmentado, de modo que tanto os “Notables”, quanto as pessoas “galeguizadoras” estimam, por exemplo que é indiferente a formalização da língua para exprimir adequadamente a cultura galega. Não diriam assim da ortografia do castelhano e da cultura espanhola.

- 2) *Grupos de pressão* (GB ou AGLI<sup>17</sup>) (Ag-A, b): São grupos de cidadãos que preterem a legalidade do RdE, ratificada por sentenças do Tribunal Constitucional, do Tribunal Supremo, do Reino, ou do “Tribunal Superior de Justicia de Galicia”, a garantir a dissimetria nos usos das «lenguas españolas»<sup>18</sup>, e pretendem, sob pretexto de defender os direitos individuais, que o unilinguismo em castelhano seja ratificado administrativamente. Em particular, GB denuncia os “abusos” contra o uso de castelhano, que cometem ou procuram cometer entidades ligadas ao BNG, anteriores<sup>19</sup> e posteriores<sup>20</sup> ao «Gobierno Bipartito». Em suma, são entidades nacionalistas espanholas, não públicas, que vão além da letra das leis fundamentais do RdE; contudo, coerem com a concepção do estado e com o “espírito” do correlativo processo nacionalizador do RdE.
- 3) *Gente do comum* (Ag-A, c). Acha-se, em grande medida, à margem das discussões entre os elementos (Ag-A, a) e (Ag-A, b), embora sejam dóceis ao estabelecido nas leis e, sobretudo, ao exigido pela Administração (nem sempre respeitosa com a legalidade) e ao discurso nacionalista espanhol dominante, em que o castelhano prevalece à partida sobre a «lengua propia de Galicia». Nos âmbitos institucionais e para-institucionais utiliza à partida o castelhano, também porque em geral os empregados nesses âmbitos, mesmo nos “autonómicos” (departamentos e delegações da “Xunta de Galicia”), empregam quase em exclusivo a «lengua nacional» do RdE.

---

<sup>17</sup> Cito essas duas, conhecidas na CAG. No web de AGLI consta em primeiro termo o «Manifiesto por la lengua común», que assinam “notables” espanhóis, como F. Savater, Vargas Llosa, José A. Marina, A. Arteta, F. de Azúa, Boadella, Castilla del Pino, L. A. de Cuenca, A. Espada, ... Nele reconhece-se a «asimetría entre las lenguas españolas oficiales, lo cual no implica injusticia de ningún tipo porque en España hay diversas realidades culturales pero sólo una de ellas es universalmente oficial en nuestro Estado democrático.» A ordem constitucional (art. 3 da CE 1978) é a única realidade possível (Vid. 1.2.2. Hegel e Ortega).

<sup>18</sup> Sobre a dissimetria real, por procurada simetria entre as “Comunidades Autónomas”, vale a pena ler Vilhar Trilho (2001:72 e ss). Em particular, na p. 75: «A persistência do conflito linguístico, que não pode ser resolvido através do modelo oficial de cooficialidades bilingue». Também Vilhar Trilho (1991-1994).

<sup>19</sup> Cita-se: “Mesa pola Normalización Lingüística” e «Asociaciones y Fundaciones que forman parte de “A Mesa”» (“Asociación sociopedagógica galega. AS-PG”, “Nais e pais polo ensino en galego”, “Mocidade pola normalización lingüística”, “Fundación Bautista Alvarez de estudos nacionalistas”, “CAE y CAF. Comités Abertos de Estudiantes y Comités abiertos de Facultade”).

<sup>20</sup> Cita-se, dependentes da MNL, “Fundación Vía galego”, “Observatorio de dereitos lingüísticos”, “VAL. Voluntarios pola Activación Lingüística”, “Longa lingua”. Da “Fundación Vía Galego”, «Declarada de interes cultural por la Xunta en octubre de 2006» dão os objetivos: «Además de preocuparse por cuestiones de formación y laboratorio de ideas sobre normalización lingüística, la fundación Vía Galego se centrará en la circulación cultural con los otros territorios pertenecientes al sistema gallego-portugués».

Paradoxalmente, nesta tríade, há oposição entre os elementos (Ag-A, a) e (Ag-A, b), como, aliás, apesar de tudo era conjecturável. De facto o terceiro elemento (Ag-A, c) pode estimar-se neutro.

b) A “*lingua galega*” (Ag-B):

- 1) *Instituições do RdE* (Ag-B, a). Os seus titulares dizem ser estritos no cumprimento da legalidade (“Disposición adicional” da *Lei 3/1983 e Decreto 147/1983*<sup>21</sup>), tanto nos âmbitos institucionais quanto nos para-institucionais. Contudo, cumpre assinalar que, não sendo oficial no RdE a ortografia de nenhuma das «*lenguas españolas*», também não pode ser exigida *de ofício* nenhuma ortografia, à partida, não oficial. Porém, a citada “Xunta” ou executivo, o Parlamento e os Tribunais, *in solidum*, fazem como se as NOMIGA fossem ortografia do “galego” exigível *de ofício*. Na realidade, essa exigência é apenas pretexto para discriminar os cidadãos e os grupos “dissidentes” da concepção regionalista ou isoladora das falas galegas relativamente à língua portuguesa, de que fazem parte, e em geral, à Lusofonia.
- 2) *Pessoas e grupos galeguistas* (Ag-B, b). Embora pareça contraditório que deem assentimento a umas normas gráficas que isolam as falas galegas a respeito da Lusofonia, de que ainda fazem parte, e as encerram no RdE, não obstante, entendem, uns (FPG e escritores, como Méndez Ferrín), que é patriótico praticar a unidade gráfica (ou NOMIGa) da “língua galega” imposta pelo processo nacionalizador do RdE, e outros (BNG através da AS-PG), que provisoriamente cabe transigir com uma determinada deturpação gráfica do “idioma galego”, enquanto o nacionalismo galego não consiga governar na CAG e, portanto, desde o governo, mudar a legalidade normalizadora do “galego”.
- 3) *Gente comum* (Ag-B, c). Como a utente do castelhano<sup>22</sup> (ou “español”) acha-se, em grande medida, indiferente, quando não ignorante, às litoras sobre “normativa” e normalização do “galego”. Parece entender que o único idioma é o castelhano e esse já se acha normalizado. Apesar de tudo, a gente comum galega desenvolve-se em galego mormente nos âmbitos rurais e em determinados urbanos, mas passa a castelhano, ao castelhano que conhece e usa, nos âmbitos institucionais e para-institucionais.

<sup>21</sup> Que contra toda a correção jurídica, mesmo do RdE, “desenvolve” um preceito legal antes da lei existir.

<sup>22</sup> Na realidade são os mesmos indivíduos em geral os utentes de castelhano, de galego e de português. Hoje, na CAG, podem achar-se pessoas unilingues em castelhano, mas é materialmente impossível achar pessoas unilingues em galego ou em português que desconheçam o castelhano.

Os conjuntos de pessoas e grupos, incluíveis nesta tríade, talvez sejam os menos caracterizados *por razão da grafia*. As oposições, conflituosas ou não, assinaláveis entre eles derivam da sua militância ideológica ou partidarista: Autonomismo ou independentismo, principalmente.

### c) A *língua portuguesa* (Ag-C)

Exigências do mercado levam ao facto de as chamadas grandes superfícies usarem, na rotulação de bastantes produtos, a língua portuguesa, junto da castelhana e, por vezes, de outros idiomas.

Mas em geral acha-se excluída dos âmbitos institucionais. Ocasionalmente é permitido o seu uso à iniciativa do cidadão. Por isso nesta seção a tríade consiste na forma, antes que nos âmbitos de uso. Remeto à distinção formulada acima (Face Simbólico-instrumental, 3.<sup>o</sup>):

- 1) *Português padrão* acordado ou não (Ag-C, a). É utilizado por pessoas físicas, em número indefinido, e, por vezes, segundo ocasiões; e por associações, como Amizade Galiza-Portugal, Irmandades da Fala, Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, ...).
- 2) A chamada *Norma AGAL* (Ag-C, b). É utilizada, igualmente, por pessoas físicas e por associações, mormente a AGAL. Também a emprega o partido político Nós-Unidade Popular.
- 3) “*Galego de mínimos*” (Ag-C, c). Foi mais empregada, até o ano 2003, em que a AS-PG e a RAG-ILG chegaram ao acordo normativo (que dizem), expresso nas NOMIGA 2003.

Curiosa e não paradoxalmente é nesta tríade que as correlações conflituosas e não conflituosas são mais difíceis de assinalar: Por vezes a *Norma AGAL*, por parte do seu utente, é sentida como expressão do Português comum; por vezes, os traços definidores desta norma são utilizados para salientar a distinção não só gráfica entre o Português e o Galego. Quanto ao “galego de mínimos”, salvas as distâncias, poderia dizer-se algo semelhante, embora hoje seja quase residual o seu uso.

## Conclusões

Brevemente aponto algumas conclusões:

### *Tríade ideal e possível*

Para ultrapassar a situação atual de progressiva “desnormalización” do Galego ou, simplesmente, de esvaziamento da Comunidade Lusófona na Galiza em benefício da Hispanófona, a tríade ideal (e possível) é a que Josep J. Conill assinala (Conill, 2007:190-192): Ag-B + Ag-C. Contudo, previamente, deveriam suceder-se dous movimentos, complementares no seio das subtríades:



- 1) Os elementos da subtriade Ag-C teriam de coordenar-se, de jeito que se somassem Ag-C, a e Ag-C, b, enquanto Ag-C, c progressivamente se esvaziasse em benefício destoutros elementos, como na realidade está a acontecer.
- 2) Na subtriade Ag-B os elementos b e c, igualmente, teriam de se ordenar, para, a seguir, lhes ser possível confluir com os elementos já coordenados da subtriade Ag-C.

Paralelamente, as subtriades Ag-A e Ag-B teriam de se reorganizar também por duas vias:

- 1) Na subtriade Ag-A o elemento a, correspondente a instituições espanholas, deveria libertar-se da pressão do elemento b e respeitar estritamente a legalidade do RdE tanto no que atinge à escrita correta, quanto no referente aos usos de português nos âmbitos institucionais.
- 2) Na subtriade Ag-B, os elementos a e b, teriam de se libertar da excessiva carga ideológico- partidarista (misturada por vezes com relações famulares, de simpatias e antipatias) para compreenderem que o processo naturalizador do Português na Galiza acarreta uma concepção nacional muito mais ampla, em correspondência com a «língua extensa e útil», identificadora não só da “galegidade”, mas também e sobretudo da Lusofonia, a que a Galiza pertence por direito próprio.

### *A função da Academia Galega da Língua Portuguesa*

Em consequência, seria bom que os Notáveis galegos, seja qual for hoje a sua opção “gráfica”, repensassem o seu papel no processo normalizador da sociedade (sem estado) que notabilizam, apesar de tudo.

Normalizar a sociedade da Galiza acarreta a passagem do chamado “Bilinguismo Harmónico” ao *Unilinguismo Lusófono*, sem sobressaltos, mas sem pausa, progressivamente, fornecendo ao Povo (e aos próprios Notáveis) a informação suficiente que facilite essa mudança.

É neste contexto que deve entender-se o papel da AGLP, porquanto ela, como entidade, e os seus componentes podem e devem servir não só de modelo de língua (ou de critério de correção idiomática), mas também contribuir, junto de outras entidades, associações ou grupos, ao processo naturalizador da sociedade galega no seio da Lusofonia.

A AGLP, portanto, está chamada a representar ou intermediar entre a Galiza, Comunidade “galegófona” e as outras comunidades de fala que integram a Lusofonia e os seus organismos, como a *Academia das Ciências de Lisboa* e a *Academia Brasileira das Letras*, o *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* e mesmo, no que for pertinente, a *Comunidade de Países de Língua Portuguesa*.

## Referências

- AA.VV. (1984). *Que galego na escola? Ponencias dos I Encontros Labaca*. Sada: Castro.
- Balibar, E.; Wallersteins, I. (1990). *Race, Nation, Classe. Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.
- Balibar, R.; Laporte, D. (1974). *Le français national (politique et pratique de la langue nationale sous la révolution française)*. Paris: Hachette littérature.
- Bastida Freixedo, X. (1995). *Miseria de la autonomía. Una filosofía del Estado autonómico*. Oviedo: Universidad, Servicio de Publicaciones.
- Bastida Freixedo, X. (1998). *La nación española y el nacionalismo constitucional*. Barcelona: Ariel.
- Bavaresco, A.; Schmidt, E.; Christino, S.B. (2004). Metamorfoses do Estado Constitucional e a Teoria hegeliana da Constituição. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, n.º 1.
- Benedicto, J.; Morán, M.L., Eds. (1995). *Sociedad y Política. Temas de sociología política*. Madrid: Alianza.
- Billing, M. (2006). *Nacionalisme banal*. València: Afers; Universitat de València.
- Castelão, A.R. (1977). *Sempre en Galiza*. Madrid: Akal.
- Caplow, Th. (1974[1968]). *Dos contra uno: Teoría de coaliciones en las triadas*. Madrid: Alianza.
- Cassirer, E. (2004[1946]). *El mito del estado*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Cassirer, E. (2007). *Rousseau, Kant, Goethe. Filosofía y cultura en la Europa del Siglo de las Luces*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Conill, J.J. (2007). *Del conflicte lingüístic a l'autogestió: materials per a una sociolingüística de la complexitat*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- Entelman, R.F. (2002). *Teoría de conflictos. Hacia un nuevo paradigma*. Barcelona: Gedisa.
- Gil Hernández, A. (1990-1991). “Isolacionismo” e constrita desgaileguização da Comunidade Lusófona na “Comunidad Autónoma de Galicia. Congruência do “autonomismo bien entendido” com o Language Planning, dito “possível” e “realista”, permitido pela legalidade fundamental espanhola. *Nós*, N.º 19-28, pp. 368-382.
- Gil Hernández, A. (1995). Para uma História do Processo “Normalizador” na Galiza. Um “auto” pouco móvel. Razão de Estado ou sem-razão estatuída. *Nós*, N.º 41-50, pp. 123-146.
- Ortega y Gasset, J. (2004[1922]). *España invertebrada. Bosquejo de algunos pensamientos históricos*. Madrid: Alianza.
- Pérez-Agote, A. (1984). *La reproducción del nacionalismo. El caso vasco*. Madrid: CIS.
- Pérez-Agote, A. (1995). Nación y nacionalismo: La politización de la identidad colectiva. Benedicto, J.; Morán, M.L., Eds., *Sociedad y Política*. Madrid: Alianza pp. 109-138.
- Solé Tura, J.; Aja, E. (1984). *Constituciones y periodos constituyentes en España (1808-1936)*. Madrid: Siglo XXI.
- Trevisan Scorza, F.A. (2007). O Estado na obra de Kant [em-linha]. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9580>>.
- Vilhar Trilho, X. (1991-1994). Análise de um Auto do Tribunal Superior de Justiça de Galiza, que Declara Judicialmente Inadmissível o Galego Escrito com a sua Própria Ortografia Histórica e Internacional (a Portuguesa)... *Temas de O Ensino de Linguística, Sociolingüística e Literatura*, n.º 27-38, pp. 185-194.
- Vilhar Trilho, X. (2001). *A remodelação «federal-confederal» do Reino da Espanha*. Santiago de Compostela: Laiovento.

## **Categorias gramaticais e dicionários**

Para uma didática dos advérbios

Maria do Carmo Henriques Salido

Um dos temas a que dedicam interesse os lexicógrafos no momento em que organizam a estrutura de um dicionário geral monolíngue de língua, como é o caso do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (DACL) e do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP), é à descrição das categorias gramaticais constituídas por séries abertas, que significam por si próprias, como os substantivos, os adjetivos e os verbos.

Existe, porém, dentro da categoria gramatical denominada *advérbio*, uma subclasse de advérbios lexemáticos, os advérbios em *–mente*, que recebem um tratamento muito dispar tanto na história da gramática e da lexicografia portuguesa quanto na história da gramática e da lexicografia espanhola.

Malaca (1982:99) já constatava que os advérbios de frase constituíam “uma classe distribucional praticamente ignorada dos nossos gramáticos” e acrescentava que apenas Celso Cunha (1976:499) “lhes faz uma breve referência na sua *Gramática da Língua Portuguesa* [...] ao afirmar: «Certos advérbios aparecem modificando toda a oração»”.

Mateus *et. al.* (1983:307-308) mantêm-se, realmente, na linha da tradição gramatical ao definir o advérbio como “a categoria nuclear do sintagma adverbial” e simplesmente mencionam que “os advérbios do tipo *francamente*, podem ser dominados pela F”, “daí a sua mobilidade”.

Cunha e Cintra (1985:530) destacam que “sob a denominação de advérbios reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas” e apenas dedicam umas linhas a comentar a “repetição de advérbios em *–mente*”.

Vilela (1995:191-199) salienta a falta de homogeneidade dos advérbios em *–mente* (e mesmo com uma boa parte dos advérbios simples), acrescenta informação sintática e semântica, põe em destaque que “os advérbios não modificam apenas os verbos, mas também adjectivos e mesmo outros advérbios” e que “um mesmo advérbio pode cumprir várias dependências semânticas” (pode funcionar como advérbio dependente directamente do verbo ou funcionar como advérbio de enunciação).

No que diz respeito ao tratamento e explicação desta categoria gramatical nos dicionários gerais da língua portuguesa, apenas dizer, com brevidade, que no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido Figueiredo (1986) a norma parece ser a da sua inclusão, a busca da exaustividade (porém, não incorpora *abnegadamente*, *acaloradamente*, *acentuadamente*, *afortunadamente*, *alegadamente*, *ardorosamente*, *assimetricamente*, *autonomamente*, etc.), pois que o número de unidades escolhidas como entradas, só na letra <A>, está por volta das 200 (ou talvez algumas mais), isto é, quase o duplo das que aparecem no *DACL*.

Nos dois grandes dicionários gerais monolíngues de língua do português, citados no primeiro parágrafo, observamos dois métodos absolutamente diferentes na forma de explicar e descrever estas unidades, pois que o *DACL* os selecciona (embora não apareçam como entradas *afortunadamente*, *apreciavelmente*, *apropositadamente*, *arrazoadamente*, *articuladamente*, *atenuadamente*, *audazmente*, *autocriticamente*, *autonomicamente*, e outros muitos mais que vemos no *Dicionário* de Figueiredo) e inclui importante informação gramatical, pragmática, semântica e sintática, com independência de que o seu significado possa ser inferível dos adjectivos de que se formam:

Advérbios em *–mente*

No presente Dicionário destacam-se com entrada própria os advérbios terminados em *–mente*.

- os que, pela sua riqueza semântica própria e pelos usos e características sintácticas, ultrapassam em muito o domínio semântico e sintáctico do adjectivo de que derivam.
- os que derivam de participios passados adjectivais sem entrada própria e que se tornam relevantes lexicalmente como, por exemplo, *designadamente*, *reiteradamente*, etc.

N.B.: No final do artigo respeitante ao adjectivo indica-se, quando possível, o advérbio em *–mente* dele derivado (*DACL*, 2001, I:XVI).

O *DHLP*, pelo contrário, não regista de modo metódico advérbios de sufixo *–mente* “por ser regular e facilmente inferível o seu significado a partir dos adjectivos de que derivam” (*DHLP*, 2001:XXX).

Autores de gramáticas do espanhol como Bosque (1991:127) manifestava que a classe dos advérbios era a pior definida pelas gramáticas, “por lo que

tampoco es de extrañar que la ausencia de detalle —y hasta de coherencia— en no pocas caracterizaciones del adverbio salte inmediatamente a la luz en cuanto se intenta dibujar sus límites”.

Nas últimas décadas, não obstante, estes advérbios têm merecido a atenção de gramáticos e linguistas como Kovacci (1999), Azpiazu Torres (2000), Kaul de Marlangeon (2002), Hernando Cuadrado (2007) ou Torner (2007), e continuam a ser objeto de discussão nos estudos gramaticais do espanhol atual, em que passaram de ser uma classe de palavras considerada apenas como exercendo a função de adjacente do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio, a ser estimada adjacente de outras partes da oração, nomeadamente do adjetivo e de outros advérbios, “sobre los que incide directamente, así como de frases u oraciones enteras, en cuyo caso su indencia es englobadora, llegando incluso a traspasar sus fronteras y a servir de conector discursivo” (Hernando Cuadrado, 2007:142).

O estudo de Torner (2007), centrado fundamentalmente no exame das relações existentes entre os adjetivos qualificativos com usos adverbiais e certas subclasses de advérbios, tem concluído com o postulado de que “los advérbios en *—mente* heredan la estructura argumental que tienen sus adjetivos de base en la acepción con la que se forma el adverbio” (Torner, 2007:269).

O tratamento e descrição destas palavras nas obras da lexicografia espanhola é bastante diverso: o *Diccionario del español actual* (DEA, 1999) não os exclui, mas o *Diccionario de Uso del Español* (DUE, 2007), que nas edições de 1966-67 e de 1998 os recolhia por serem palavras «de uso» no espanhol, introduz uma mudança substancial, no que diz respeito às duas edições anteriores, porquanto não elege como verbetes aqueles advérbios cujo significado é deduzível do adjetivo de que derivam, estes aparecem como subverbetes no parêntese inicial dos artigos correspondentes (DUE, 2007:XVI).

O *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE, 2001) não sempre acolhe todas as palavras derivadas de outras ou formadas por composição como “os advérbios em *—mente*”, dos quais “solo aparecen aquellos términos que, vista la documentación de su empleo real, el Pleno académico ha decidido incluir” (DRAE, 2001:XXXI).

Outros dicionários como o *Diccionario Salamanca de la lengua española* (DS, 1996), dirigido a estudantes e a professores que se dedicam a ensinar espanhol, incorpora dados que permitem conhecer a classe, valor, função e significado de determinados advérbios (por exemplo, de *respectivamente* diz que “es un adverbio oracional, encubiertamente deíctico y anafórico y siempre periférico respecto de la predicción principal”) ou o *Diccionario de Uso del Español de América y España* (DUEAE, 2002), embora não faça um registo exaustivo de todos os advérbios no conjunto do léxico “con *sabor* panhispánico”, classifica-os pelo modo de significar, assinala as funções sintáticas (modificadores do adjeti-

vo, de outro advérbio, do verbo, da oração e do enunciado), menciona os advérbios conjuntivos (DUEAE, 2002:45-47) e descreve-os, com certo pormenor.

Bosque (2004) explica a sua combinação com outras unidades léxicas e fornece explicações sobre os sentidos que podem apresentar advérbios como *expresamente* (o sentido de ‘a propósito’ e ‘em términos explícitos’ que a miúdo se entrecruzam na língua comum e culta).

Exposta esta sucinta visão dos advérbios em *–mente* em estudos gramaticais e obras lexicográficas quer do português quer do espanhol, procedemos a enunciar os objetivos deste estudo:

- a) apresentar uma breve informação sobre a descrição e o tratamento que recebem os advérbios em *–mente* no *DACL* e no *DHLP*, tomando como base documental as entradas que abrem os verbetes no *DACL*, exclusivamente as da letra <A>;
- b) comentar as informações que contêm os dicionários no que diz respeito ao significado, valores e funções sintáticas, e
- c) demonstrar a necessidade e importância de incluir esta classe de advérbios lexemáticos nas obras lexicográficas, tanto por razões de tipo lexicológico e lexicográfico quanto por motivos de carácter didático, pois que estes advérbios podem incidir em níveis muito diferentes do significado oracional e discursivo.

### Os advérbios em *–mente* no *DACL* e no *DHLP*

Acabamos de assinalar que o *DHLP* afirma taxativamente que não regista de modo metódico advérbios de sufixo *–mente*; porém assinala que “os raros casos que fazem parte da nominata justificam-se por alguma irregularidade semântica ou determinada informação sobre eles que se achou valer a pena prestar ao leitor” (*DHLP*, 2001:XXX). Na verdade, não são muitos os verbetes que assinala (*absolutamente*, *estupidamente*, *respectivamente*, *sensivelmente*, etc.).

O *DACL*, como já temos manifestado, sim os selecciona; daí que possamos contar com um corpus suficientemente representativo para um estudo como o presente. Da leitura atenta do texto, sem que em nenhum modo busquemos a exaustividade, o número de unidades léxicas seleccionadas pelo *DACL* alcança uma cifra superior às 100 unidades<sup>1</sup>; no entanto, no *DHLP*, do con-

---

<sup>1</sup> O inventário é o seguinte: abertamente, abnegadamente, abreviadamente, abruptamente, absolutamente, abstractamente, absurdamente, abundantemente, abusivamente, acaloradamente, acentuadamente, acidentalmente, acintosamente, activamente, actualmente, adequadamente, adiantadamente, adjectivamente, administrativamente, admiravelmente, adverbialmente, afanosamente, afectivamente, afectuosamente, afincadamente, afirmativamente, afitivamente, agitadoamente, agradavelmente, agressivamente, agudamente, ajuizadamente, aleatoriamente, alegadamente, alegremente, alfabeticamente, altamente, alternadamente, alternativamente, altivamente, amargamente, amarguradamente, amavelmente, ambigualmente, ameaçadoramente, amigavelmente, amistosamente, amiuda-

junto das unidades seleccionadas pelo DACL só elege um exemplo, o advérbio *absolutamente*, um advérbio que indica totalidade, mas que pode apresentar outros valores:

- *absolutamente adv.* (De *absoluto* + suf. *-mente*). 1. De modo completo, total, exacto, pleno, intenso ou absoluto; sem restrições ou reservas [...]. 2. Usa-se para exprimir, de um modo enfático, negação [...]. 3. Usa-se para exprimir, de um modo enfático, concordância [...]. 4. *Bras.* Usa-se para exprimir, de modo enfático, desacordo ou discordância (DACL).
- *absolutamente adv* (s. XVII) 1 de modo absoluto <*gostar a. de algo*> 2 B de modo nenhum; de jeito algum <*não permito a. que você repita isso*> 3 P sem dúvida que sim <*Desejas passar? – A., minha senhora*> USO além de adv. de modo, esta palavra é empregada no B como adv. de negação e em P como adv. de confirmação ETIM *absoluto* + *mente*; ver solv- (DHLP).

Como se deduz da anterior informação, o advérbio *absolutamente*, pelo seu comportamento sintático-semântico, poderia classificar-se como ‘advérbio de grau’, que funciona como modificador pre-adjetival e quantifica indirectamente as qualidades ou propriedades que o adjetivo denota (*Isso é absolutamente falso*), ‘advérbio de negação’ em função de circunstancial (*O qual se distinguia por não as ter absolutamente*) ou como uma palavra com a qual se pode expressar num texto ou num enunciado dado concordância ou discordância. Um mesmo advérbio em *-mente*, como dizia Vilela (1995), pode cumprir, pois, várias dependências semânticas (funcionar como advérbio dependente directamente do verbo ou funcionar como advérbio de enunciação).

Os adjetivos dos quais se formam, são derivados de verbos (*aberto, abreviado, acentuado, adequado, afirmativo, agitado, agressivo, alternativo, antecipado, assustado*, etc.) ou de substantivos com os sufixos *-al* (*acidental, artificial*), *-ário* (*arbitrio > arbitrário > arbitrariamente, autoridade > autoritário > autoritariamente*), *-ico* (*alfabeto > alfabético, análise > analítico, analogia >*

---

damente, amavelmente, amorosamente, amplamente, analiticamente, analogamente, analogicamente, andrajosamente, animadamente, animosamente, anonimamente, anormalmente, ansiosamente, antecipadamente, anteriormente, antigamente, apaixonadamente, aparentemente, apressadamente, aprioristicamente, aprofundadamente, apropriadamente, aproximadamente, arbitrariamente, ardorosamente, arrebatadamente, arriscadamente, arrogantemente, arrojadamente, artificialmente, artisticamente, asperamente, assiduamente, assimetricamente, assombrosamente, assustadoramente, astronomicamente, astuciosamente, atabalhoadamente, atempadamente, atenciosamente, atentamente, autenticamente, automaticamente, autonomamente, autoritariamente, avidamente, etc. O advérbio *apelatoriamente* não está como cabeça de verbete, mas sim aparece como exemplo dentro do conjunto de informações contidas no lugar que abre o verbete *apelatório*.

analógico, arte > artístico, assimetria > assimétrico) ou -oso (afanoso, amoroso, andrajoso, amoroso, ansioso, assombroso, astucioso, ...).

Em geral, estes advérbios admitem a comutação pelas paráfrases, fórmulas ou glossas <de modo/de um modo + adjetivo> (abertamente, abnegadamente, abruptamente, absurdamente, acaloradamente, acidentalmente, admiravelmente, afirmativamente, agitadoamente, alternativamente, amavelmente, ambigualmente, analiticamente, analogamente, animadamente, ansiosamente, apaixonadamente, apressuradamente, apropriadamente, arbitrariamente, arriscadamente, artificialmente, assimetricamente, assombrosamente, autonomamente, autoritariamente...), ou <preposição + substantivo abstrato> (amargamente, ameaçadamente, aprofundadamente...) ou <de forma/de uma forma + adjetivo> (agressivamente, ajuizadamente, alternadamente...).

A partir do comportamento sintático-semântico que se observa nos exemplos utilizados como fonte documental, de modo muito simples, podemos integrá-los em dois grandes grupos: os *advérbios modais*, os que modificam o verbo (ou se relacionam com o predicado), o adjetivo, outro advérbio e até um sintagma nominal (por exemplo, *Todas as pessoas e especialmente os jovens e as crianças são influenciadas pela publicidade*) e os *advérbios de frase*, *advérbios de enunciado* ou mesmo *advérbios oracionais*, os que modificam toda a oração (Cunha, 1976:499) no seu conjunto, que “gozam de ampla mobilidade na frase, podendo ocupar, além da posição inicial, as posições medial ou final” (Malaca, 1982:100), apresentam o traço de isolamento marcado por pausas na língua oral e vão delimitados por vírgulas na língua escrita.

Dentro destes dois grandes grupos podem distinguir-se várias classes e sub-classes semânticas. Assim, dentro dos advérbios que modificam um verbo e exprimem, basicamente, circunstâncias de modo, ainda podem distinguir-se, como no espanhol, três classes (Kovacci, 1999:728-732):

- a) ‘advérbios de ação e agente’ (*alegremente, afanosamente, amorosamente, apressadamente*) qualificam a ação no seu desenvolvimento e também qualificam o agente;
- b) ‘advérbios de ação’ comportam-se como os anteriores, mas os adjetivos correspondentes não podem aplicar-se ao agente (*admiravelmente, assombrosamente*), e
- c) ‘advérbios resultativos’ (*adequadamente, afirmativamente*) modificam verbos de ação, processo ou estado “considerados globalmente em su cumprimento total, de modo que califican este resultado” (Kovacci, 1999:731).

Além destas classes, documentamos no inventário resenhado outras classes e sub-classes. Assim, os ‘advérbios de marco temporal’ que teem alcance sobre o verbo, correspondem-se com a pergunta *quando?*, e comportam-se



“como relacionales de distancia temporal indefinida de la relación que establecen” (Kovacci, 1999: 736); indicam tempo anterior (*adiantadamente*, *antecipadamente*, *anteriormente*), em tempo (*atempadamente*) ou numa época anterior ao tempo presente (*antigamente*):

- *adiantadamente. adv.* Antes do tempo previsto ou devido (*A camioneta partira adiantadamente pelo menos cinco minutos*).
- *antecipadamente. adv.* Em tempo anterior a determinado momento ou ao momento previsto ou certo (*Informou antecipadamente os concorrentes das regras do jogo*).
- *anteriormente. adv.* 1. No período de tempo que antecede determinada data, acto ou acontecimento (*Já o vira anteriormente*). 2. No tempo passado (*Anteriormente não pensava assim*).

O ‘advérbio de frequência indeterminada’ (*assiduamente*) que tem alcance sobre a oração no seu conjunto, denota iteração e indica um processo repetido ou repetível:

- *assiduamente. adv.* Com continuidade e frequência; repetidamente e sem interrupções; com constância e assiduidade ou de modo assíduo (*Os alunos que não vão assiduamente à escola prejudicam-se*).

Pode assim mesmo indicar frequência indeterminada, quando expressa que não acontece quase nunca ou que acontece raras vezes, o advérbio *anormalmente* (*Levantou-se anormalmente cedo*).

Os advérbios ‘nacionais’ ou ‘de ponto de vista’ admitem a comutação pela expressão <do ponto de vista + adjetivo> ou <em termos + adjetivo>, teem alcance sobre a oração no seu conjunto, são limitadores nacionais, restringem o valor de verdade a “um dado domínio ou sector das artes, da ciência, da técnica” (Malaca, 1982:107), e indicam o domínio dentro do qual se mantem as condições de verdade da oração, coisa que deve ficar isenta de dúvida por parte do receptor. Estes advérbios derivam de adjetivos ‘relacionais’ (*administrativo* ‘concernente à administração’, *afetivo* ‘relativo a afeto ou afetividade’, *artístico* ‘relativo às artes’, *astronómico* ‘relativo ou pertencente à astronomia’) e conservam a natureza relacional que possuem os adjetivos de base.

A função sintática que vemos nos exemplos, recolhidos pelo *DACL*, é sempre a de circunstanciais de uma forma verbal finita (*dividia-se, revelara-se*) ou não finita, isto é, um particípio (*O país dividia-se administrativamente em três áreas; Era uma criança afectivamente carente; O jovem revelara-se artisticamente muito dotado*); do advérbio *astronomicamente* não inclui nenhum exemplo.

O ‘advérbio restritivo do valor de verdade da aserção’ (*aparentemente*) expressa noção de aparência ou suposição e suspende o valor de verdade da

oração. Pode funcionar como circunstancial (*O doente aparentemente estava até melhor*) ou como modificador de um adjetivo (*Neste país, aparentemente ditoso, há gente que se suicida*), e integra um grupo sintático cujo núcleo é o adjetivo; expressa que a verdade da aserção não se dá por segura, apesar de que as apariências assim parecem indicá-lo.

O ‘advérbio focalizador’ particularizador (*aproximadamente*) destaca ou focaliza um segmento oracional sobre o qual tem alcance (*A lua formava aproximadamente um semicírculo*) e assinala o predomínio do elemento da construção, na qual “no se excluyen otros miembros del universo del conjunto involucrado” (Kovacci, 1999:776).

Outros advérbios, além de *absolutamente*, como já temos visto, participam de mais de uma classificação. Por exemplo, *abreviadamente* pode caracterizar “a forma, a maneira como o falante expressa a proposição” (Malaca, 1982:106), mas também pode caracterizar o ‘marco temporal’ e expressar “em pouco tempo”. O advérbio *anormalmente* pode ser classificado como advérbio modal (*As pessoas que se comportam anormalmente são alvo de atenções*), ‘advérbio de frequência indeterminada’ que modifica todo o enunciado (*Anormalmente, chegou atrasado aquele dia*) ou até como ‘advérbio de grau’ que modifica um adjetivo e quantifica as qualidades ou propriedades que denota o adjetivo *longas* (*E espreita-me através das pestanas que são anormalmente longas para um homem*):

- *abreviadamente. adv.* 1. Desus. Em pouco tempo; com brevidade. 2. Em poucas palavras; de forma resumida, sucinta ou breve; de modo abreviado. 3. Usa-se para introduzir uma abreviatura ou para indicar que se trata de uma abreviatura, de uma expressão que representa outra, com menos letras ou palavras. 4. Usa-se para indicar que se trata de uma afirmação, pergunta, descrição..., feita em grandes linhas e sem quaisquer detalhes ou pormenores.
- *anormalmente. adv.* 1. De um modo que não é usual, que não condiz com as regras ou os padrões estabelecidos, que é fora do comum ou do vulgar; de um modo anormal. 2. De uma forma que não acontece quase nunca ou que acontece raras vezes (*normalmente, vulgarmente*). 3. Em quantidade, grau ou extensão superior ou maior que aquela que é habitual ou comum; de um modo anormal. 4. De uma forma que indicia ser doente psíquico ou psicomotor; com anormalidade ou de modo anormal.

Outras unidades apresentam outros matizes de certo interesse. O advérbio *atenciosamente* “usa-se como fórmula de desfecho em correspondência formal ou comercial, antes da assinatura”, pelo contrário o advérbio *atentamente* “usa-se como fórmula de fecho, numa carta comercial, antes da assinatura”. O advérbio *alegadamente* “expressa os limites dentro dos quais se

deve encarar o conteúdo da proposição” (*A ONU interveio na Somália, alegadamente por razões humanitárias*) e o advérbio de frase ou de enunciado *ajuizadamente* expressa “capacidade de agir ou decidir bem” (*Ajuizadamente, obedeceu ao médico e deixou de fumar*):

- *ajuizadamente. adv.* 1. Demonstrando bom senso, capacidade de agir bem, com tino ou juízo, de uma forma ponderada ou ajuizada. 2. Sem fazer barulho, algazarra ou alvoroço.
- *alegadadamente. adv.* Usa-se para indicar que é assim, segundo o que se diz ou é afirmado por alguém e não de acordo com a veracidade dos factos, que não foram confirmados; expressa, pois, os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo da proposição, indicando tratar-se de informação cuja veracidade ou confirmação é alheia à responsabilidade do locutor.
- *atenciosamente. adv.* 1. Com amabilidade, delicadeza e cortesia. 2. Usa-se como fórmula de desfecho em correspondência formal ou comercial, antes da assinatura.
- *atentamente. adv.* 1. Procurando ver, ouvir ou pensar com todo o cuidado, intensidade e pormenor; com atenção ou de modo atento. 2. Usa-se como fórmula de fecho, numa carta comercial, antes da assinatura.

Certos advérbios são intensificadores e podem ter o traço quantificativo na sua base adjetiva (*absolutamente*). A sua função sintática mais frequente é a de modificador de adjetivos (*Os efeitos negativos da droga já foram abundantemente provados; Substâncias altamente perigosas*), mas também podem exercer a função de circunstanciais de um predicado (*O doente sofria agudamente; O empregado satisfazia amplamente os requisitos*):

- *abundantemente. adv.* 1. Em quantidade ou grau muito elevado, em abundância; de modo abundante. 2. Com recursos económicos e bens materiais em grande quantidade, em abundância.
- *agudamente. adv.* 1. Em bico ou formando um ângulo agudo. 2. Com inteligência, esperteza, sagacidade; com capacidade para ir ao cerne da questão e de perceber bem a essência das coisas; com agudeza; de modo agudo. 3. Em grau muito elevado; com muita intensidade; de modo agudo. 4. Com um som muito alto ou agudo.
- *altamente. adv.* 1. Em lugar ou posição alta ou elevada. 2. P. Us. Em voz alta; de modo a ser facilmente ouvido. 3. Em grau muito elevado. 4. func. adj. Gír. Que é muito bom; que agrada muito.
- *amplamente. adv.* Em quantidade, intensidade, extensão ou importância que ultrapassa bastante o necessário, o suficiente ou a média.

### Para uma didática dos advérbios em –mente

Nas páginas anteriores temos posto de relevo, que os advérbios em –mente apenas são descritos e analisados nas gramáticas destinadas a estudantes dos primeiros cursos dos estudos universitários, e não são objeto de atenção nos textos escolares dirigidos ao ensino primário e secundário, embora sejam de uso frequente na língua comum.

Vistas as carências observadas nas gramáticas, os dicionários gerais monolíngues de língua, nomeadamente o *DACL*, convertem-se em instrumentos de grande ajuda pela abundante, rigorosa e específica informação de carácter morfológico, sintático, semântico e pragmático que encerram.

Neste dicionário, os docentes dispomos de um conjunto muito elevado de exemplos (por acaso, mais de um milhar?), em que se podem analisar e estudar o seu comportamento sintático, os valores semânticos e/ou significado que fornecem, os adjetivos de que derivam, a base e o tipo de sufixo que forma o adjetivo, e a acepção de que deriva o correspondente advérbio, quer dizer, contamos com um valiosíssimo material para levar à prática um ensino global e multidisciplinar desta classe de palavras desde a perspectiva das diferentes disciplinas linguísticas, pois que estas unidades léxicas são “uma classe heterogênea”, “com funções às vezes muito diversas”, modificam verbos (e esta parece ser a função mais frequente), mas também adjetivos, outros advérbios, sintagmas, orações ou enunciados em todo o seu conjunto, e até podem comportar-se como conectores discursivos (*O método é perigoso e consequentemente deve ser evitado*).

A partir desta base documental, os docentes podem preparar e realizar na aula atividades bem diferentes:

- a) iniciar os alunos na técnica lexicográfica e no estudo científico do léxico (sinonimia, homonimia, antonimia);
- b) analisar e comentar estas unidades léxicas do ponto de vista da morfologia léxica, da sintaxe, da semântica e da pragmática;
- c) trabalhar com textos e/ou exemplos de tipo jornalístico, literário, jurídico, técnico, histórico, filosófico;
- d) analisar e comentar exemplos com emprego pertencentes à língua popular e familiar, e
- e) observar empiricamente a repartição do vocabulário por países lusófonos (em que há que citar em próximas edições, necessária e urgentemente, algumas referências à Galiza), no que respeita à entrada no seu todo ou em alguma(s) das suas acepções.

Entre as competências específicas que devem alcançar os estudantes, apenas assinalar:

- a) reconhecer, isolar e analisar os morfemas que constituem cada unidade léxica e explicar os valores com que contribuem para a unidade resultante do processo morfológico;
- b) identificar, definir e caracterizar as categorias gramaticais adjetivo e advérbio;
- c) buscar nos dicionários advérbios em *–mente* em forma negativa e explicar as causas pelas quais alguns advérbios não admitem as correspondentes construções negativas, mesmo quando morfológicamente possíveis (por exemplo, *\*desonestamente*, *\*illogicamente*, mas *desembaraçadamente*, *desenvolvidamente*, *inesperadamente*, *inevitavelmente*, *inexplicavelmente*, *infelizmente*, *injustamente*, *inquestionavelmente*, etc.);
- d) analisar advérbios em *–mente* de base adjetiva terminada em *–vel* e ver as restrições léxicas que na língua padrão experimentam os adjetivos deverbais em *–vel* para combinar-se com o sufixo *–mente* e estudar as derivações negativas ou privativas existentes com os sufixos *des-* e *i-* ~ *im-* ~ *in-* (*agradavelmente/desagradavelmente*, *amavelmente*, *amigavelmente*, *amoravelmente*, *evitavelmente*, *compreensível*, *favoravelmente*, *razoavelmente*, etc.);
- e) distinguir em diferentes textos os tipos e subtipos de sintagmas e identificar as funções existentes no seu interior, nomeadamente, os sintagmas adjetivais (em que exista um advérbio em *–mente* em posição pre-adjetival) e os sintagmas adverbiais (núcleos, modificadores, alcance dos advérbios em *–mente*, outros complementos introduzidos por preposições, etc.);
- f) examinar em diferentes exemplos o comportamento sintático e os valores que aportam os advérbios em *–mente*, e
- g) explicar, a partir de exemplos, o postulado de que os advérbios em *–mente* recebem a estrutura argumental que tem os seus adjetivos de base na aceção com a qual se forma o advérbio, a partir das definições documentadas em dicionários gerais monolíngues de língua.

### A modo de conclusão

Os advérbios em *–mente* apresentam muitas semelhanças de carácter formal, sintático e semântico na língua portuguesa e na língua espanhola. No *Diccionario de Autoridades* da Real Academia Española (1726-1739) aparecem como vocábulos de uso habitual, nas primeiras décadas do século XVIII, por volta de umas 30 unidades das 100 registadas pelo *DACL* na letra <A> (*absolutamente*, *abundantemente*, *afectuosamente*, *afirmativamente*, *alegremente*, *altamente*, *alternativamente*, *amistosamente*, *analógicamente*, *animosamente*, *ansiosamente*, *anteriormente*, *aparentemente*, *arbitraria-*

mente, arrebatadamente, arrogantemente, artificialmente, atentamente, etc.), isso, sem contar vocábulos como *afincadamente*, do qual diz que é ‘uma voz antiquada’. Gramáticos, lexicógrafos, lexicólogos, linguistas e investigadores destas duas grandes e extensas línguas românicas temos ainda muito trabalho pendente de realizar, devido à problemática complexa e pluridisciplinar que apresentam estas unidades, por tratar-se, precisamente, de uma série aberta muito heterogênea com numerosos valores semânticos e um conjunto de propriedades sintáticas ainda pouco exploradas.

## Referências

- Azpiazu Torres, S. (2000). Los adverbios en –mente orientados hacia el sujeto y la llamada función de predicativo en español. In G. Wotjak, Ed. *En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual*. Frankfurt am Main: Vervuert-Iberoamericana, p. 422-448.
- Bosque, I. (1991). *Las categorías gramaticales*. Madrid: Síntesis.
- Bosque, I. (2004). *Redes. Diccionario combinatorio del español contemporáneo*. Madrid: SM.
- Cunha, C. (1976). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ministério de Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar.
- Cunha, C.; Cintra, L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- DACL (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo.
- DEA (1999). *Diccionario del español actual*. Madrid: Aguilar.
- DHLP (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- DRAE (2001). *Diccionario de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- DS (1996). *Diccionario Salamanca de la lengua española*. Madrid: Santillana.
- DUE (1966-67). *Diccionario de Uso del Español*, de María Moliner. Madrid: Gredos.
- DUE (1998). *Diccionario de Uso del Español*, de María Moliner. Madrid: Gredos.
- DUE (2007). *Diccionario de Uso del Español*, de María Moliner. Madrid: Gredos.
- DUEAE (2002). *Diccionario de Uso del Español de América y España*. Barcelona: Spes Editorial.
- Figueiredo, C. de (1986). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Hernando Cuadrado, Luis Alberto (2007). El problema del adverbio como parte de la oración. *Verba*, N.º 33, p. 123-146.
- Kaul de Marlangeon, S. B. (2002). *Los adverbios en –mente del español de hoy y su función semántica de cuantificación*. Madrid: Iberoamericana.
- Kovacci, O. (1999). El adverbio. In I. Bosque; V. Demonte, Dir., *Gramática descriptiva de la lengua española*, 1. Madrid: Espasa Calpe, p. 705-786.
- Malaca, J. (1982). Análise gramatical dos advérbios de frase. *Biblos*, vol. LVIII, pp. 99-110.
- Mateus, M.<sup>a</sup>; H. Mira, et al. (1983). *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Real Academia Española (1990 [1726-1739]). *Diccionario de Autoridades*. Madrid: Gredos.
- Torner Castells, S. (2007). *De los adjetivos calificativos a los adverbios en –mente: semántica y gramática*. Madrid: Visor Libros.
- Vilela, M. (1995). *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da palavra, Gramática da frase, Gramática do texto*. Coimbra: Livraria Almedina.

## O hexâmetro dactílico greco-latino e a sua adaptação à métrica galaico-portuguesa

Ângelo Brea Hernández

O hexâmetro é, sém dúvida, o verso mais conhecido e de mais ampla difusão das literaturas grega e latina. Foi um verso de origem grega, utilizado nos primeiros tempos para a poesia épica. Em hexâmetros foram escritas *A Iliada*, *A Odisseia* e os demais poemas pertencentes ao ciclo homérico. Posteriormente foi usado também para algumas formas de poesia religiosa, oráculos e hinos e na poesia didascálica, desde os primeiros tempos até à época helenística. Na sua forma canónica o hexâmetro (denominado já assim desde Heródoto, no século V a.C.) apresenta-se como uma sucessão de seis pés dactílicos, sendo o último deles cataléctico<sup>1</sup>. A forma ἑξάμετρον, indica que nessa época era sentido já como uma sucessão de seis *metra*<sup>2</sup> dactílicos. Cada pé dactílico apresenta um *elementum longum* e um *elementum biceps*. O elemento *longum* realiza-se com uma sílaba longa. O elemento *biceps* pode ser realizado bem com uma sílaba longa, bem com duas sílabas breves.

Na literatura latina o hexâmetro foi introduzido por Quinto Ennio<sup>3</sup>. Este autor, que nasceu em Rudiae no ano 239 a.C. e que morreu em Roma em 169 a.C, foi decisivo na substituição do arcaico verso saturnio, que aos olhos

<sup>1</sup> Um verso cataléctico é aquele que apresenta um último pé abreviado respectivo ao pé normal. Nos pés trissilábicos, como os dáctilos, o último pé cataléctico pode ser realizado com uma única sílaba (denomina-se neste caso *in syllabam*), ou ter duas sílabas (neste caso denomina-se *in disyllabum*).

<sup>2</sup> Denominamos *metron* (μέτρον) a unidade de medida de alguns versos que se articulam através da repetição de grupos elementares similares.

<sup>3</sup> Ennio nasceu em Rudiae em 239 a.C. e morreu em Roma em 169 a.C. Escreveu umas vinte tragédias, inspiradas em Eurípides, mas a sua obra mais importante foi os *Annales*. Esta obra, distribuída em 18 livros, narrava a história de Roma até a época do poeta. Estava escrita em hexâmetros e, infelizmente, só se conservam alguns fragmentos dela. Podem consultar-se em: Quinto Ennio (2006).

dos romanos da época devia resultar demasiado áspero, pelo inovador hexâmetro, muito mais musical<sup>4</sup>. Contudo, o trabalho de adaptação foi longo e difícil, porque o latim não apresentava uma estrutura prosódica ajeitada para o ritmo dactílico, devido a que um 10% das palavras que constituem o vocabulário latino não poderiam entrar no hexâmetro a causa da sua estrutura.

Só com Vergílio, século e meio depois dos primeiros versos de Ennio, podemos dizer que o labor de adaptação foi realmente completado.

Dos diferentes tipos de pés que se utilizam nos versos greco-latinos, só temos que ter em conta os seguintes, ao falarmos deste verso:

- a) dátilo: longa-breve-breve. ex: **lītōră**. Em galego-português, ao não existir as vogais longas e breves, usaremos a distinção entre tónicas e átonas. Palavras dactílicas seriam: **música**, **ópera**... ainda que também são dátilos pés como: **Tenho** que, **Disse**-lhe. Isto quer dizer que duas ou mais palavras podem fazer um pé qualquer.
- b) Espondeu: longa-longa. Ex: **cōgō**. Em galego-português um pé espondeu seria: **Eu sou** (tónica-tónica).
- c) troqueu: longa-breve. Ex.: **ărmă**. Em galego-português são pés dactílicos: **levo**, **tenho**, **sei** que, **ir** a...

Em latim e em grego, o hexâmetro está composto por quatro pés dactílicos, que se podem substituir por espondeus. O quinto pé é obrigatoriamente dátilo e o último um troqueu ou espondeu. Na posição final, seria melhor falarmos de uma sílaba indiferente, porque pode utilizar-se, indistintamente, sílaba longa ou breve. Este seria o esquema:

\_ \_ \_ \_ \_ \_ \_ \_

<sup>4</sup> O verso sátúrnio era propriamente um verso longo; consta de um mesmo íctus repetido duas vezes, que geralmente está construído de forma ascendente e depois de forma descendente. Os sátúrnios mais antigos são os versos do elogio dos Escipiões, composto ao redor do ano 230 a.C:

*Honc oino ploirume    cosentiont Roman  
duonoro optumo    fuisse viro,  
Luciom Scipione.    Filios Barbati  
consol censor aidilis    hic fuet apud vos.  
Hec cepit Corsica    Aleriaque urbe,  
Dedet Tempestatebus    aide meretod.*

“Deste só dizem os romanos todos / que entre os homens bos foi o melhor de todos / Lúcio Escipião. O filho de Barbato / cônsul, censor, edil entre vós esteve. / Este Córcega tomou e a cidade de Aléria, / deu aos espíritos da tempestade do mar este edículo para o seu serviço”.  
Pode consultar-se, para entender bem este tipo de verso, o manual de Bruno Luiselli (1967).



## O hexâmetro nas línguas modernas

Quando adaptamos o hexâmetro às literaturas modernas, como por exemplo o têm feito Goethe ou Hölderlin na literatura alemã, o processo típico de substituição é o de tratarmos a sílaba longa como sílaba tónica e a sílaba breve como sílaba átona. Os pés que se utilizam já não seriam o dactilo e o espondeu, mas o dactilo e o troqueu. Isto é devido a que nas línguas modernas a tonicidade das palavras é um risco distintivo, e no caso de utilizarmos o espondeu em lugar do dactilo, acumular-se-iam três sílabas tónicas, o que deve evitar-se na prosódia dos versos romances. A substituição dos espondeus por troqueus foi algo comum na poesia alemã do século XVIII, e é algo que continuou nos exemplos de hexâmetros utilizados nas línguas românicas.

No hexâmetro clássico existiam dezasséis esquemas possíveis<sup>5</sup>, o que dava ao poeta uma capacidade bastante grande de variação rítmica. Não todos tinham a mesma presença, porque existiam uns modelos mais usuais que outros, mas todos eram possíveis num poeta. Ao adaptarmos esses esquemas ao galego-português encontramos com que também temos os mesmos dezasséis esquemas rítmicos. A única diferença é que na poesia clássica alternavam os dactilos com os espondeus nos primeiros quatro pés e nós alternaremos dactilos com troqueus. O quinto pé será sempre um dactilo tanto na poesia clássica como na nossa adaptação, e o sexto pé será só um troqueu, sem possibilidade de usarmos um pé espondeico, como podia fazer-se na poesia greco-latina. Em latim e grego o hexâmetro oscila entre as 13 e as 17 sílabas métricas. Devemos ter em conta que nas literaturas românicas, o italiano, o espanhol e o rumano mantêm essa contagem silábica tradicional, enquanto o português, o francês e o provençal contam unicamente até à última acentuada, pelo que podemos dizer que nestas últimas literaturas o hexâmetro acentual oscila entre 12 e 16 sílabas mais uma sílaba átona final que não se conta. Tendo em conta o antedito, os esquemas do hexâmetro que utilizaremos são os seguintes:

*17 sílabas latinas (16 em português). Os quatro primeiros pés são dactílicos*

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	5º pé	6º pé	Total
Dactilo	Dactilo	Dactilo	Dactilo	dactilo	Troqueu	16 sílabas

*1 troqueu nos primeiros quatro pés (4 possíveis esquemas).*

*16 sílabas latinas (15 em português)*

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	5º pé	6º pé	Total
dactilo	dactilo	Dactilo	troqueu	dactilo	troqueu	15 sílabas
dactilo	dactilo	Troqueu	dactilo	dactilo	troqueu	15 sílabas
dactilo	troqueu	Dactilo	dactilo	dactilo	troqueu	15 sílabas
troqueu	dactilo	Dactilo	dactilo	dactilo	troqueu	15 sílabas

<sup>5</sup> Poderiam chegar a 32 esquemas se o quinto pé for um espondeu, mas o quinto pé espondeico é muito raro, e muito menos frequente no hexâmetro latino que no grego.

2 troqueus nos primeiros quatro pés (6 esquemas). 15 sílabas latinas (14 em português)

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	5º pé	6º pé	Total
dáctilo	dáctilo	Troqueu	troqueu	dáctilo	troqueu	14 sílabas
dáctilo	troqueu	Troqueu	dáctilo	dáctilo	troqueu	14 sílabas
dáctilo	troqueu	Dáctilo	troqueu	dáctilo	troqueu	14 sílabas
Troqueu	dáctilo	Dáctilo	Troqueu	dáctilo	troqueu	14 sílabas
troqueu	dáctilo	Troqueu	Dáctilo	dáctilo	troqueu	14 sílabas
troqueu	troqueu	Dáctilo	dáctilo	dáctilo	troqueu	14 sílabas

3 pés trocaicos nos primeiros quatro pés (4 esquemas)  
14 sílabas latinas (13 em português)

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	5º pé	6º pé	Total
Dáctilo	troqueu	Troqueu	troqueu	dáctilo	troqueu	13 sílabas
Troqueu	dáctilo	Troqueu	troqueu	dáctilo	troqueu	13 sílabas
Troqueu	troqueu	Dáctilo	troqueu	dáctilo	troqueu	13 sílabas
Troqueu	troqueu	Troqueu	Dáctilo	dáctilo	troqueu	13 sílabas

4 pés trocaicos nos primeiros quatro pés (1 esquema). 13 sílabas latinas (12 em português)

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	5º pé	6º pé	Total
Troqueu	troqueu	Troqueu	troqueu	dáctilo	troqueu	12 sílabas

## As cesuras

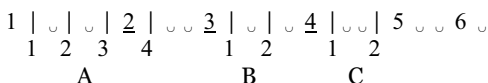
As pausas no hexâmetro devem estar situadas em lugares bem estabelecidos. Estas cesuras dotam a este verso de uma grande flexibilidade rítmica. Existem cinco cesuras canónicas no hexâmetro greco-latino. Delas, as cesuras mais usuais, iam sempre no terceiro pé, após a sílaba longa, ou após a primeira sílaba breve. As cinco cesuras são as seguintes:

- 1) A cesura tritemímere, que cai após o longum do segundo pé (Frankel, 1926:197-229). Vou denominá-la A4. Ex. (Vergílio, *Églogas* 10,39: **ēt** nīgrāē / violae sunt et vaccinia nigra).
- 2) A cesura pentemímere ou masculina ia colocada após o longum do terceiro pé. Vou denominá-la B1. Ex. (Vergílio, *Geórgicas* 3,1: **Tē** quōquē **māgnā** Pālēs / et te memorande canemus)
- 3) A cesura trocaica ou femenina ia após a primeira sílaba breve do terceiro pé. Vou denominá-la B2. Ex. (Vergílio, *Eneida* 2,3: **infā-**ndūm rēgīnā / iubes renovare dolorem)
- 4) A cesura heptemímere, após a sílaba longa do quarto pé. Vou denominá-la C1. Ex: (Vergílio, *Eneida* 1,25: **nēcdum** \_ ētiām cāusae \_ **īrārūm** / saevique dolores)
- 5) A diérese bucólica, após o quarto pé. Vou denominá-la C2. Ex. (Vergílio, *Eneida* 1, 154: **sīc** cūnctūs pēlāgī cēcīdīt frāgōr /aequora postquam)

No hexâmetro utilizado por Calímaco parece claramente estabelecida uma divisão em quatro partes, sendo esta explicitada por primeira vez por H. Fränkel<sup>6</sup>, que a deduziu quando procurava observar as “leis métricas” dos hexâmetros desse autor. O hexâmetro de Calímaco sempre utiliza uma cesura no terceiro *metron*<sup>7</sup> (zona B), quer a pentemímere (= B1), quer a trocaica ou do terceiro troqueu (=B2). À direita (zona A) ou à esquerda (zona C) colocava outra cesura. No primeiro caso prefere-se a cesura tritemímere, após a sílaba longa do segundo pé (= A4), mas também podia colocar-se uma pausa não canónica no primeiro pé, geralmente após a segunda breve (= A3), mas também após a sílaba longa (= A1) ou mesmo na primeira breve (= A2).

À esquerda do terceiro troqueu, na zona que ele denomina C, pode colocar-se outra cesura, no quarto pé. Uma delas pode ser a heptemímere, após a sílaba longa (= C1), ou já no remate do quarto pé (= C2) que é a denominada pausa bucólica.

Este seria o esquema do hexâmetro em Calímaco para Fränkel:



Da mesma maneira que existem uns pontos determinados para os cortes, existem outros lugares nos que se evitam:

- 1) Proíbe-se rigorosamente a colocação de uma cesura após o terceiro pé, já que não se permite no hexâmetro que o verso se divida em duas metades.
- 2) Proíbe-se dividir o verso κατά πόδα, quer dizer, fazer coincidir o final de cada dactilo com o final de cada palavra.
- 3) Proíbe-se dividir o verso em três partes iguais, por isso não pode haver uma pausa no final do segundo pé e ao mesmo tempo uma pausa no final do quarto pé.
- 4) Uma limitação ulterior foi indicada em época moderna, como é a proibição de colocar fim de palavra na primeira sílaba breve do quarto dactilo (esta é conhecida como “ponte de Hermann” [Herman, 1805:692]). Não obstante, essa proibição refere-se exclusivamente à poesia grega, não sendo de aplicação na poesia latina: *sāxā sōnānt vōcīsque ōffēnsā rēsultāt imāgō*<sup>8</sup> (Vergílio, *Geórgicas* 4, 50). Por esse motivo, não seguimos esta proibição na nossa versão.

<sup>6</sup> Para além do artigo citado anteriormente, pode consultar-se, igualmente: Fränkel (s/d:173:248).

<sup>7</sup> No esquema de Fränkel, na zona que denomina B. A pentemímere seria B1 e a do 3º troqueu seria B2.

<sup>8</sup> Existe final de palavra no quarto troqueu (*offensa resultat*).

## A adaptação do hexâmetro

Não se têm feito na literatura portuguesa tentativas sérias de adaptação da métrica e das estrofes greco-latinas. Nisto contrasta muito com as literaturas do nosso entorno, onde sim que as houve, embora, infelizmente, com resultados não inteiramente satisfatórios. Começando pelas literaturas neolatinas, as tentativas mais constantes foram as da literatura italiana<sup>9</sup>. Francesco Patrizi da Cherso usou no *Eridano* versos de 13 sílabas sem cesura. Mais vezes foram utilizados dois versos italianos para imitar o hexâmetro. Bernardino Baldi, em o *Diluvio universale*, usa versos de 18 sílabas que em realidade estavam compostos por setenários + hendecassílabos<sup>10</sup>. Giosué Carducci tentou essa adaptação nas suas *Odi barbari*. Carducci utilizava um verso longo dividido em dois hemistíquios de diferente número de sílabas. O primeiro hemistíquio tinha como base um setessílabo grave (e menos frequentemente agudo), sendo o segundo hemistíquio geralmente um eneassílabo com acentos em 2<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> sílabas<sup>11</sup>. Como pode comprovar-se com o que foi dito mais acima, comparando por uma parte os textos clássicos e por outro as adaptações de Carducci, os ritmos originais não foram tidos em conta. As suas adaptações dos hexâmetros dactílicos resultam pouco satisfatórias, já que os converte em versos compostos de dois versos romances.

Sem modelos fiáveis na literatura portuguesa ou espanhola, as possibilidades de êxito na adaptação eram reduzidas, já que a maioria dos estudiosos na nossa língua acham que este trabalho está condenado ao fracasso. Um primeiro passo é o de estudar o hexâmetro na literatura latina, começando pelos manuais de Crusius (1951) ou o de Lucio Ceccarelli (1999). Centram-se estes volumes no estudo da poesia lírica, em especial Horácio e Catulo, que têm uma grande versatilidade métrica, adaptando muitas estrofes e versos líricos gregos. Sobre o hexâmetro na literatura grega, há que ter em conta que existem algumas diferenças entre o hexâmetro homérico e o utilizado por outros autores,<sup>12</sup> e que também há algumas diferenças entre as literaturas latina e grega na sua utilização.

---

<sup>9</sup> Pode consultar uma breve história dessas tentativas de adaptação em Beltrami (1981), em particular o apartado 3.4. (pp. 195-206). Sobre o hexâmetro pp. 198-199.

<sup>10</sup> São hexassílabos + decassílabos na métrica portuguesa.

<sup>11</sup> Para a métrica portuguesa devemos falar de um hexassílabo grave ou agudo + um oitossílabo grave com acentos em segunda, quinta e oitava.

<sup>12</sup> Veja-se, por exemplo, Gentili e Lomiento (s/d). Veja-se o capítulo 19 (pp. 268-285), em que se trata do hexâmetro homérico (pp. 271-274); o hexâmetro post-homérico (cíclico e elegíaco), pp. 274-276 e o hexâmetro alexandrino e post-alexandrino, pp. 276-279. Veja-se, também, Martinelli (s/d). Veja-se o capítulo 4: “L’esametro” (pp. 59-76). Divide-se o capítulo nas seguintes partes: 4.1. “Definizione e caratteristiche generali”; 4.2. “L’esametro omerico”; 4.3. “L’esametro ellenistico” e 4.4. “L’esametro di età imperiale”.

Na adaptação dos hexâmetros greco-latinos à lírica galego-portuguesa, devemos respeitar a divisão em pés, sem utilizar dois versos romances para fazê-lo. Devem-se ter em conta as pausas canónicas do hexâmetro clássico, assim como as três primeiras proibições existentes. Isto é o que se fez na literatura catalã, que conta com vários exemplos deste labor de adaptação. Em especial a tradução de Josep Maria Llovera das *Odes* de Horácio (1975), foi muito fiel com os ritmos originais. O livro de Jordi Parramon (1999), que estuda a métrica quantitativa e como se adaptam os versos greco-latinos à métrica acentual, é particularmente um exemplo de como deve efetivar-se essa adaptação.

No nosso esquema, o hexâmetro consta de seis acentos separados por uma ou duas sílabas átonas<sup>13</sup>. A primeira sílaba do hexâmetro porta o acento rítmico, mesmo quando o verso começa por uma conjunção copulativa<sup>14</sup>, por uma palavra de três ou quatro sílabas grave ou aguda ou por uma preposição, advérbio ou conjunção, que não se considera geralmente que portem acento tónico<sup>15</sup>.

Ao menos o quinto pé deve ser dactílico, embora para manter o carácter rítmico do verso, é aconselhável que exista ao menos outro pé dactílico nos primeiros quatro pés do hexâmetro. No conjunto de um poema os pés trissilábicos deveriam ser os predominantes sobre os bissílabos porque, para além de facilitar a prosódia, é a melhor maneira de fazer notar o carácter ternário próprio deste verso. Não existem restrições à hora de combinar as cesuras do hexâmetro, sendo possíveis também a elisão e a sinalefa.

O esquema do hexâmetro romance que eu utilizo seria o seguinte, utilizando T para indicar a sílaba tónica e A para a sílaba átona. Indico cada pé com o signo / e com uma vírgula cada uma das 5 pausas canónicas.:

T A (A) / T, A (A) / T, A, (A) / T, A (A), / T A A / T A  
1º pé      2º pé      3º pé      4º pé      5º pé      6º pé

### Um exemplo de poema em hexâmetros

Vejamos um exemplo de poema em hexâmetros em galego-português. Indicamos em negrita as sílabas tónicas (com as que podem observar-se com claridade os seis pés) e com o signo / uma cesura não indicada pelos signos de pontuação. As sinalefas obrigatórias indicamo-las com o signo —, ficando ao arbítrio do leitor as não obrigatórias.

<sup>13</sup> Embora pode permitir-se um pé espondeico (portanto bissílabo) nalguma ocasião.

<sup>14</sup> Por exemplo: **e** guardarei na mem**ó**ria / o **br**ilho da **luz** nos teus olhos.

<sup>15</sup> Por exemplo versos como: **que** trans**fi**gura a **luz**, entre **for**mas difusas que **nas**cem. Ou: **para** pousar na tua **pe**le / **in**úmeros **be**ijos solares. Ou: trans**fi**gurando as **il**has, num **cân**tico **quas**e solene.

Desolatio	Tipo de cesura
Neste outono que_afoga_as lembranças, como rescaldos,	C2
páginas brancas sinalam, com ecos ou vozes perdidas,	B2
todas as eras da vida, mas fica a pálida lua	B2
firme / no alto dossel das esferas, deusa das sombras,	A2, C2
entre as nuvens cinzentas, de lívidos dedos soturnos.	B2
Antes choveu, e um rasto / de húmidos sons esquecidos	A4 e B2
foram marcando caminhos nos montes, leves nascentes	C2
cheias de _estranhos sussurros, que evocam o altar do silêncio.	B2
Toda_a tristeza que tenho, a dor / que me _oprime_as entranhas,	B2 e C1
nada parece se _observo, na própria quietude dos dias,	B2
como a chuva_aparece, batendo com força nos vidros.	B2
Há / uma mágica luz / na distância, lôbrega_e triste,	A1, B1 e C2
cúmulos pretos que _em círculos vogam, presos no vento,	C2
e rememoram na cor / um obscuro desejo de ter-te.	B1
Nada ficou / desta _espera, que só / a _esta chuva conhece,	A4 e B2, C1
nada de mim / nos seus olhos, perdido num lânguido_olvido,	A4 e B2
sei que perdi, porque_o tempo / me marca sofrer cada hora,	A4 e B2
chove com força nos montes..., e_o mundo parece _extinguir-se	B2

## O dístico elegíaco

O hexâmetro pode utilizar-se *katà stichon*<sup>16</sup>, ou combinado com outros tipos de verso, formando estrofes. A mais famosa seria o dístico elegíaco (veja-se Luque Moreno, 1994). Há poetas, como o latino Propércio, que escreveu toda a sua obra utilizando este tipo de estrofe.

No dístico elegíaco, o primeiro verso é um hexâmetro, sendo o segundo o mal chamado pentâmetro dactílico. O termo πεντάμετρον está documentado por vez primeira em Hermesianacte de Cólofon. Calímaco menciona os πεντάμετρα ao lado do ἥρωον. Dionísio de Halicarnaso também se refere ao πεντάμετρον ἑλεγειακόν. No âmbito latino o termo *pentameter* está completamente difundido para designar o segundo verso do dístico. Trata-se de um nome erróneo, mas que se foi mantendo ao longo dos séculos por mor da tradição. Na realidade cada uma das duas partes do pentâmetro soma dois pés e meio, e entre as duas somam cinco pés. Mas com dificuldade podem ver-se neste verso cinco medidas, e menos ainda cinco medidas dactílicas. Porém, os poetas latinos, como Ovídio, referem-se a este verso, como o verso dos cinco pés<sup>17</sup>. Alguns autores antigos, começando por Hefestião, davam-lhe o nome de verso elegíaco.

<sup>16</sup> Diz-se de um tipo de composição articulada segundo a repetição contínua do mesmo tipo de verso.

<sup>17</sup> Em duas ocasiões se refere a esta questão: a) “sex mihi surgat opus numeris, in quinque residat” (*Amores* I, 1, 27) e b) “apposui senis te duce quinque pedes” (*Ex Ponto* III, 3, 30).

Apesar da tradição antiga, os metricólogos modernos, como Hermann<sup>18</sup>, Müller (1894:102) ou Rasi (1894:13 e ss.), consideram esse termo como uma interpretação errônea da estrutura do verso por parte dos antigos.

Modernamente, alguns estudiosos inclinam-se a considerar o pentâmetro como a soma de dois *cola penthemimere* ou *hemiepe*, frente aos que o consideram como um hexâmetro dicataléctico, quer dizer, com um elemento menos nos pés terceiro e sexto.

Em Roma, o dístico elegíaco foi introduzido em época temperã. Possivelmente Ennio escreveu dísticos elegíacos, não conservados, não em poemas longos, senão alguns breves epigramas. Pode ser também que os escrevesse Lucílio, nos livros XXII-XXV<sup>19</sup> da sua obra. A finais do século II a.C. e começos do I a.C. foi cultivado pelos “preneotéricos”: Valério Edítuo, Pórcio Licínio, Quinto Lutácio Catulo. No livro de Catulo os escritos em dísticos elegíacos encontram-se claramente diferenciados (LXIX-CXVI) dos mais longos (LXV-LXVIII) e dos polímetros (I-LX). Alguns poemas de Catulo podem ser considerados autênticas elegias, que antecipam o labor dos poetas posteriores, Cornélio Galo, Tibulo, Propércio e Ovídio. Este último será o poeta que melhor logrará aclimatar o dístico elegíaco e o seu melhor representante nas letras latinas.

Para nós, o pentâmetro é uma união de dois *hemiepe*, forma cataléctica e sincopada no terceiro pé. O pentâmetro apresenta-se sempre dividido em dois hemístiquios de dois dáctilos e uma sílaba tónica; é, portanto, a repetição da conhecida como pentemímere dactílica. No primeiro hemístiquio os dáctilos podem substituir-se por espondeus, pelo que terá entre 5 e 7 sílabas, mas o segundo hemístiquio não permite substituições nos dáctilos, e terá sempre sete sílabas. O esquema para representar o pentâmetro clássico é o seguinte:

$$-\overline{uu}, \overline{uu}, -| - uu, -uu, \odot$$

Para adaptar este verso à métrica das línguas neolatinas, Carducci optou por um verso composto, na maior parte dos casos um duplo setessílabo<sup>20</sup> (um 67% dos casos nas *Odi Barbare*, mas já um 95% em *Rime e ritmi*). Outros esquemas carducianos são 5 + 6 (grave ou esdrúxulo), ou 5 + 7. Para a adaptação correcta deste verso, não podemos utilizar versos romances, como Carducci. Ao contrário, há que utilizar dois versos de três acentos tónicos em cada hemistíquio, com o seguinte esquema, sendo T a sílaba tónica e A a sílaba átona.

<sup>18</sup> “Versus elegiacus nomen pentametri a prava distinctione accepit, qua quidam grammatici usi erant, versum hunc e duobus dactylis vel spondeis, tum spondeo et duobus anapaestis compositum rati” (*apud Hermann, 1816:356*).

<sup>19</sup> De Lucílio conservam-se aproximadamente uns 1400 fragmentos da sua obra. Postumamente teria sido recolhida numa coleção de 30 livros, ordenados por metros, sem ter em conta a sucessão cronológica.

<sup>20</sup> Tenha-se em conta que na nossa métrica os versos italianos têm uma sílaba menos, porque unicamente contamos até a última sílaba acentuada.

T A (A) / T A (A) / T // T A A / T A A / T

Como nos dois primeiros pés os dois dáctilos podem substituir-se por troqueus, pomos uma das sílabas entre parênteses. Cada pé vai indicado pelo signo / e a cesura por //. Neste caso, ao contrário que os 16 esquemas possíveis do hexâmetro, só temos 4 possibilidades:

- a) dáctilo + dáctilo + sílaba tónica // dáctilo + dáctilo + sílaba tónica = 14 sílabas (7 + 7)
- b) dáctilo + troqueu + sílaba tónica // dáctilo + dáctilo + sílaba tónica = 13 sílabas (6 + 7)
- c) troqueu + dáctilo + sílaba tónica // dáctilo + dáctilo + sílaba tónica = 13 sílabas (6 + 7)
- d) troqueu + troqueu + sílaba tónica // dáctilo + dáctilo + sílaba tónica = 12 sílabas (5 + 7).

### Um exemplo de poema em dísticos elegíacos em galego-português

Para ajudar à realização dos pentâmetros, devemos ter em conta que, como no hexâmetro, a primeira sílaba de cada um dos hemístiquios será considerada, a efeitos métricos, como a primeira sílaba tónica, embora a palavra em questão for uma conjunção, uma preposição ou mesmo uma palavra polissilábica, cujo acento tónico coincidisse com a tónica do segundo pé, tendo pois dois acentos tónicos, sendo o primeiro deles o secundário.

**Volto à praia de Traba, após** dois anos passados,  
**e a conter** a emoção, tudo convida a sonhar.  
**Lá** na distância os penedos graníticos, **como** vigias,  
**mostram** os mesmos sinais, **altos** faróis frente ao mar.  
**Nestas** areias douradas, que **hoje também** te aguardavam,  
**lembro** que um **belo** sol-pôr, **como** o que **hoje** virá,  
**fora** marcando desenhos em **ti**, remoinhos salgados,  
**diáfanos** traços azuis, **dando-lhe** forma à nudez.  
**Vai** declinando esta **tarde**, **deixando** o sabor da saudade,  
**como** declina esta **dor**, **já** quase um ano sem **ti**.

### O epodo dactílico

Com o hexâmetro dactílico pode formar estrofe o tetrâmetro dactílico cataléctico. Horácio utiliza esta estrofe nas *Odes* (nos poemas 7 e 28 do livro I) e num *Epodo* (12). Possivelmente o modelo seja grego. Na tardia época helenística utiliza-se esta estrofe num hino a Deméter. Sabe-se que Arquíloco utilizou o tetrâmetro dactílico como segundo verso de uma estrofe epódica. O tetrâmetro dactílico segue o mesmo esquema que os últimos quatro pés do hexâmetro. Isto quer dizer



que o primeiro e segundo pé podem ser dactílos ou espondeus, o terceiro pé será obrigatoriamente um dactílo e o último pé um troqueu ou espondeu.

Ao adaptarmos o tetrâmetro dactílico, utilizaremos, como no hexâmetro, dois pés dactílicos (ou trocaicos), um terceiro pé dactílico e um quarto pé trocaico. O verso resultante oscilará entre as 8 e as 10 sílabas<sup>21</sup>, com remate grave. Não existe um lugar obrigatório para colocar as pausas no tetrâmetro dactílico. Como no pentâmetro, também no tetrâmetro dactílico, há 4 possíveis esquemas:

1º pé	2º pé	3º pé	4º pé	
dactílo	dactílo	dactílo	Troqueu	decassílabo grave
dactílo	troqueu	dactílo	Troqueu	Eneassílabo grave
troqueu	dactílo	dactílo	Troqueu	Eneassílabo grave
troqueu	troqueu	dactílo	Troqueu	Oitossílabo grave

O esquema que utilizaremos é o seguinte:

T A (A) / T, A (A) / T, A, (A) / T, A (A), / T A A / T A,  
T A (A) / T A (A) / T A A / T A.

Cíclicas **nuvens** percorrem, com **rápidas** **asas** de **vento**,  
estas **paragens**, que **ficam** **caladas**  
dentro dum **sonho febril**, entre **sombras** **soturnas** que **nascem**.  
**Sempre** **vermelho**, num **céu** **estrelado**,  
**brilha** **Marte** no **alto**, **enquanto** o **outono** **avança**:  
**Rítmicos** **sons** **peregrinos** **convoca**,  
**pois** na sua **música** **audaz**, a **noite** **parece** **elevantar-se**.  
**Sente-se** a **dor** da **palavra**, o **remorso**  
**que** **entregou** o **amor** às **essências** mais **puras** da **vida**.  
É quase **triste** a **presença** da **lua**,  
**bela** no **espaço** **indistinto**, mas **firme** num **pálio** **estrelado**.  
**Quantas** **ideias** **aguardam** na **noite**,  
como **cometas** **azuis**, num **rasto** de **caudas** **celestes**!  
**Quantos** **silêncios** que **abarcam** **recantos**,  
**qual** **renovadas** **sombras**, que **vivem** **ocultas** na **mente**.  
**Nesta** **noite**, a **dor** que **convoca**,  
**veste** este **hino** de um **rio** de **pranto**, **como** em **suspiros**;  
**arde** na **alma** uma **funda** **saudade**,  
**que** **vivifica** a **tristeza** de um **verso**, **lenta** **percorre**  
**rostos** **formosos** e **leves** **olhadas**.  
**Vago** **sozinho** no **mundo**, **percorro** em **longas** **jornadas**  
**cada** **momento** e **observo** nas **ruas**  
**uma** **esperança** **perfeita**, que **abarca** **todo** o **presente**.  
**Cada** **palavra** **parece** que **vive**  
**num** **palpitar** **sem** **limite**, na **espuma** que **vem** com as **ondas**,

<sup>21</sup> Entre 9 e 11 sílabas na métrica italiana e espanhola.

**sei** que uma **voz**, um **alento** infinito,  
**brilha** no **sol** desta **tarde**, ou **surge** também com a **lua**,  
**é** o sentido da **minha** existência,  
**dar** sem **medir**, entregando-me **sempre** à **causa** da **vida**,  
**sem** aguardar recompensa **nenhuma**.

### A estrofe arquiloquiana menor

Sabe-se que o modelo desta estrofe estava em Arquíloco, segundo atestiguam gramáticos antigos, embora não se conservou nenhum exemplo dela entre os seus fragmentos. A um hexâmetro dactílico segue-lhe um *hemiepes*. Seria um hexâmetro seguido do segundo hemistíquio do dístico elegíaco. O dactílo do hemiepes não admitem realização com duas longas, pelo que o verso terá sempre sete sílabas, sendo um verso agudo com três acentos em primeira, quarta e sétima sílaba. Aparece na sétima ode do livro quarto de Horácio e é empregada, posteriormente, por Ausônio.

O seu esquema, na métrica galaico-portuguesa, será o seguinte:

T A (A) / T, A (A) / T, A, (A) / T, A (A), / T A A / T A,  
T A A / T A A / T .

**Passam** as **nuvens** cinzentas, que **trazem** alforjes de **chuva**,  
**sobre** as montanhas **azuis**,  
**passam** **velozes** sem **pausa**, com **leves** **aromas** **marinhos**,  
**marcam** **mudanças** na **luz**.

**Há** um **rumor** de tormenta, um **sussurro** que **guarda**  
**ecos** que **chegam** do **mar**.

**Nuvens** **escuras** **ocupam** os **céus**, que se **adensam** **opacas**,  
**logo** **começa** a **chover**.

**Junho** **findou**, e na **dança** do **vento** os **cúmulos** **pretos**  
**choram** por **mim** e por **ti**.

**Cada** **palavra** que **escrevo**, na **tarde** que **cai** **lentamente**,  
**guarda** o seu **rítmico** **som**.

**Longo** **sol-pôr** **transparente**, nas **límpidas** **horas** que **descem**,  
**com** **renovado** **vigor**,

**vai** **estendendo** as suas **asas** **cansadas**, **cheias** de **cores**,  
**na** **mansidão** do **verão**.

**Ruas** **desertas** **observam** **chegar**, com **íntimo** **assombro**,  
**estas** **tormentas** sem **fim**.

**Quando** **pareça** impossível, ou **quando** **menos** se **aguarde**,  
**já** **chegará** o **calor**,

**já** os **lamentos** **rematam**, as **tristes** **lembranças** **declinam**,  
**já** **passará** esta **dor**.

### Hexâmetros dactílicos e pentapódia dactílica regular

Na literatura grega, há um exemplo de hexâmetro dactílico formando estrofe com uma pentapódia dactílica regular. A pentapódia recebe o nome de *metrum simmieum* (σμμίειον), devido a que foi utilizada estiquicamente pelo poeta Simias de Rodas<sup>22</sup>. Consta de quatro dactilos regulares, mais um quinto pé em forma espondaica. Hefestião (VIII, 5) utilizou também o verso *simmieum* em séries estíquicas.

O verso *simmieum*, formando estrofe com o hexâmetro, aparece em Estesícoro (*Gerioneida*, fr. 8 B; 6 D; 185 P, v. 1 e 2). Encontram-se exemplos parecidos em Terpandro, Alcman ou Safo. Esta estrofe não teve adaptadores na literatura latina.

A pentapódia dactílica regular adapta-se como um verso grave de treze sílabas, acentuado em primeira, quarta, sétima, décima e décimo terceira. Não existem lugares estabelecidos na pentapódia para colocar as cesuras.

Vejo a lua que **paira** nos **céus**, neste Outubro ominoso,  
alta num **pálio** de **estrelas**, qual **fiel** companheira;  
vejo-a **dançar** sobre os **campos** de **milho** e as **densas** florestas,  
logo se **apresta** **detrás** das colinas de **Baio**.  
**Quase** amarela caminha num **arco** de **vagas** lembranças,  
é uma lua de **dor** e de **ausências** **eternas**.  
Enche-me a **alma** de **fundas** **saudades**, **quando** aparece,  
**porque** me **faz** **companhia**, nas **horas** mais **longas**.  
**Nunca** a **verei** ao seu **lado**, **deitados** na **areia** da **praia**,  
**nunca** **palavras** de **amor** **florirão** nos seus **lábios**.  
**Nuvens** de **chumbo** **percorrem** o **ar**, com **formas** **mudáveis**,  
**quando** **atravessam**, **fugazes**, o **disco** de **prata**,  
**noite** após **noite** as **observo** **passar**, **apagando** as **estrelas**,  
**quem** como **elas** **pudesse** **fugir** desta **terra**!

### Outras estrofes com hexâmetros.

As estrofes vistas mais acima combinam entre si dois versos homo-rítmicos, pois a sua base é sempre o pé dactílico. Desde o ponto de vista métrico, são facilmente adaptáveis à métrica acentual. Veremos, para além dessas, outras estrofes que combinam entre si versos de diferente ritmo.

Começaremos pela estrofe *dáctilo-iâmbica menor*, que consta de um hexâmetro seguido de um dímetro iâmbico<sup>23</sup>. É conhecida também como estrofe pitiâmbica I. Aparece como testemunho num fragmento de Arquíloco. Na literatura latina foi utilizada nos epodos 14 e 15 de Horácio:

*Nox erat et caelo fulgebat luna sereno*

<sup>22</sup> Por exemplo na invocação a Apolo de Simias, in: *Collectanea. alexandrina*, ed. I. U. Powell, Oxonii, e typ. Clarendoniano, 1925, fragmento 17, pp. 114.

<sup>23</sup> Pode consultar-se o apartado referido ao dímetro iâmbico em Ceccarelli, (1999:64-65).



*Illic omne malum vino cantuque levato,  
Deformis aegrimoniae dulcibus alloquiis* (Horácio, *Epodos* 13, vv. 17-18).

## Referências

- Beltrami, Pietro G. (1981). *La metrica italiana*. Bologna: Ed. Il Mulino.
- Ceccarelli, Lucio (1999). *Prosodia y métrica del latín clásico. Con una introducción a la métrica griega*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, Manuales Universitarios, nº 42.
- Crusius, F. (1951). *Iniciación en la métrica latina*. Barcelona: Bosch.
- Frankel, H. (1926). *Der Kallimachische und der Homerische Hexameter*, NGG, pp. 197-229.
- Fränkel, H. (s/d). L'esametro di Omero e di Callimaco. Fantuzzi, Marco; Pretagostini, Roberto, Eds. *Struttura e Storia dell'esametro greco*, vol. II. Roma: Grupo Editoriale Internazionale, pp. 173-248.
- Gentili, Bruno; Lomiento, Liana (s/d). *Metrica e ritmnica. Storia delle forme poetiche nella Grecia antica*. S/l: Ed. Mondadori, Università.
- Hermann, G. (1805). *Orphica*, Lipsiae.
- Homer (1975) *Versions de l'obra completa d'Horaci i de quinze rapsòdies de la Ilíada d'Homer* [trad. de Josep M. Llovera]. Sabadell: Acadèmia Catòlica.
- Luiselli, Bruno (1967). *Il verso saturnio*, Studi di metrica classica. Roma: Edizioni dell'Ateneo.
- Martinelli, Maria Chiara (s/d). *Gli strumenti del poeta. Elementi di Metrica greca*. S/l: Cappelli.
- Moreno, Jesús Luque (1994). *El distico elegíaco. Lecciones de métrica latina*. Madrid: Ed. Clásicas.
- Müller, L. (1894). *De re metrica poetarum latinorum praeter Plautum et Terentium libri septem*. Leipzig.
- Parramon i Blasco, Jordi (1999). *Ritmes clàssics. La mètrica quantitativa i la seva adaptació accentual*. Barcelona: Quaderns Crema.
- Quinto Ennio (2006). *Fragmentos* [rev y trad. por Juan Martos Fernández]. Madrid: Gredos.
- Rasi, P. (1894). *De elegiae Latinae compositione et forma*. Patavii.



**Galiza, terra e mãe**  
Mulheres e exílio  
na obra de Luís Seoane

Bárbara Kristensen

A tradição da emigração na história e, por conseguinte, na literatura galega já é, de longe, conhecida. Desde o comparecimento galego nos ‘*campos de Castilla*’, narrado já no século XIX por Rosalia, às escrituras do outro lado do Atlântico, vasto são o espectro e as distintas ramificações deste tema no pensamento galego nas suas mais variadas representações.

Fundamentando-nos nessas premissas, verificamos a existência de um corpus literário não só rico por natureza senão que merecedor de estudos mais detidos e que valorem com a justiça merecida os anos de esquecimento e de distância. Fruto da grande diáspora daqueles nativos da Galiza, os trabalhos –de todos os âmbitos das Ciências Humanas– realizados no outro lado do ‘charco’, nas ‘quintas províncias’ galicienses, ainda que estejam cada vez mais presentes na formação dos galegos e galegas, fazem parte de um passado frutífero afastado geograficamente daquela terra que efetivamente foi “musa inspiradora”, e sofredora, que aos poucos foi semeando os seus filhos pelos diversos cantos do mundo tal qual um “criadouro de carne humán, prara enviar às Américas en paquetes teutóns” (Castelao, 1961:42).

Castelao (1961:227-228), no fundamental *Sempre en Galiza* dizia:

Disque unha tribu de alma viaxeira enfiou o roteiro do sol, e, anda, anda, chegou ao cabo do mundo, ao noso Fisterre, onde ficou varada de asombro, ante a inmensidade e o infinito. E velahí cómo a alma viaxeira d-unha tribu de Ourense enraizou os seus anseios de coñecimento na pedra ígnea do noso chan e formou a primeira capa da nosa nación. Disque outras tribus de alma viaxeira foron chegando, po-lo mesmo camiño, ao noso Fisterre, e alí vararon os seus anseios, a contemplaren o sol mergullándose nas augas do mar.

Tendo em conta as suas palavras, e se assim o quisermos ver, a Galiza é fruto das misturas e sedimentações de sucessivas levas de emigrantes que deixaram nesta terra o seu particular contributo desde a mais remota antiguidade. Se é devido a esta natureza o fato de ser, ainda nos dias de hoje, um povo voltado para o mundo, ficará muito provavelmente incógnito, mas o fato é que durante os últimos séculos, e em certas épocas de forma mais intensa do que em outras, os galegos têm percorrido e estabelecido comunidades (maiores ou menores em função do caso) nos mais recônditos cantos do globo: “Galicia (...) parece un país destinado a criar hombres que solo han de servir a otras naciones”, lamentou Seoane (1963[2004]:61).

E quando um povo, que submetido a uma ‘longa noite de pedra’ por um regime ditatorial, somente encontra no deslocamento (neste caso através do exílio) a via de escape e de produção cultural, certamente a sua arte se adentrará em processos peculiares. Neste sentido, o presente trabalho trata de tentar compreender a dor da Galiza, melhor expressa “por sus poetas y artistas que por nadie dedicado a cualquier ciencia dedicada a aliviar el dolor” (Seoane, 1964[2004]:106); busca ser uma pequena contribuição para a, felizmente, cada vez mais presente recuperação e para o questionamento do acervo artístico do exílio galego frutiferamente criado nas terras de além-mar, e especialmente possível devido ao panorama editorial peculiar<sup>1</sup> e político (a ditadura do regime franquista que submeteu grande parte da elite pensante galega ao ‘desterro’) da primeira metade do século passado.

Esta arte ‘extraterritorial’ (Steiner, 1990) fruto de um momento de combate, de busca e de questionamento, ou seja, comprometida com a sua função social (Eagleton, 1976, 1980; Said, 1980 etc.), foi a escolhida por Luís Seoane López, galego nascido na Argentina que trabalhou incansavelmente (para livrar-se da “desesperación e todas as amarguras que produce estar lonxe de todos aquilo que ún quere entrañablemente” [Seoane, 1952[2002]:62]) e dedicou toda a sua vida –e profissão– a uma causa específica: desafogar a sua terra, não só da ‘noite longa’ em que lhe sumiram, mas das noites longas de esquecimento às que sempre esteve submetida a Galiza.

Para isso, teve que enfrentar aos próprios galegos emigrantes que, muitas vezes, na sua opinião, não queriam realizar obras em benefício da terra-mãe, considerando-a, apesar da saudade, somente um lugar “de turismo e descanso circunstancial” (Seoane, 1950 [2002]:43).

---

<sup>1</sup> Conforme explica Neira Vilas (2001:24-26), além da existência de editoriais fictícias, a partir de 1940 e principalmente devido o impulso de Luís Seoane, começam a fundar-se editoriais orgânicas dedicadas ao livro galego, como, por exemplo, Emecé Editores, Editorial Nova, Editorial Botella al Mar, Ediciones Galicia, Editorial Citanía, Alborada, As Burgas, Ánxel Casal, Lérez, Nós, Follas Novas, Rueiro, Muxía, Alén-Mar, Miño, Arsnovos, Cuco-Rei, entre outras, a maior parte delas de propriedade de Seoane.



O presente trabalho busca compreender a conformação dessa Galiza extraterritorial sob o ponto de vista do artista Seoane. Para isso, primeiramente trataremos de compreender a dolorosa (e em Seoane atinge uns graus de comisseração intensos) experiência do exílio sob várias perspectivas e diretamente na obra e na conformação da forma de ser desse artista para, finalmente, buscar compreender as mulheres presentes na sua produção, especialmente na literária. Neste sentido, proporemos uma nova categorização, sem desprezar as já feitas, mas concretizando-a sob o prisma da distância (metáfora do exílio), procurando elucidar a função que desempenham tanto o afastamento como a(s) figura(s) feminina(s) na obra do escritor.

Como já reconheceu Xesús Alonso Montero (*apud* Axeitos, 2004), faltam ainda muitos trabalhos a serem feitos sobre Seoane, já que um conjunto artístico tão vasto como o seu oculta muito por desvelar. Já diria o crítico suíço George Flosheim a respeito de Luís Seoane –e parafraseando Mallarmé–: “Como tanto esplendor pode conter tanto segredo!” (*apud* García-Sabell, 1979:264). Mas também resta muito por respeitar e homenagear. Isso porque, na sua última carta a Díaz Pardo, faltando pouco menos de dois meses para que um derrame cerebral o fulminasse e depois de quase 45 anos ao serviço integral da Galiza –e a maior parte desde a distância e da profunda saúde–, o artista Seoane revelava a sua completa decepção e descrença:

Non me quedan aspiracións de nengún xénero para o porvir. Xa entreguei moitos anos da miña vida a todo aquilo que me pareceu xusto en perxuício dos meus intereses, como saben ben todos aqueles que me trataron. Pola miña parte dounos por perdidos. Agora é tarde para escomenzar de novo outra vida e tratar de vivir de xeito distinto a como o fixen no pasado (Seoane, 1979[2004]:726).

Realmente, foi tarde para que Seoane começasse outra vida, vivendo de jeito distinto. Mas não é tarde para que voltemos os nossos olhos ao artista e a sua obra, buscando novas formas e novos sentidos; descobrindo o poço sem fim de cultura, placidez, luta social e, acima de tudo, amor pela sua terra e pelas suas gentes que nos deixou impresso, marcado, gravado, representado, enfim, no seu próprio mundo, o alquimista Seoane.

### **Luís Seoane e o exílio**

A poli-facetada natureza humana permite ao homem estabelecer um pleno contato com o mundo material e com as diversas concepções e ideologias que o rodeiam. É no contato, no espelhamento e no questionamento consigo e com o seu entorno que o ser humano, através da interação social que lhe é inerente, se constitui como ente consciente de *si* e do *outro*, consolidando-se como parte do conglomerado comunitário ao que inevitavelmente pertence.

Acerca desta conscientização, Bajtin (1982:41) argumenta que a forma da vivência concreta de um homem é a correlação das categorias de imagens do *eu* e do *outro*. Este relacionamento, esta construção do eu, dá-se através de um processo dialógico, que consiste exatamente na ‘conversa’ que o homem, dentro das suas capacidades, consegue estabelecer com o seu meio (e consigo), confrontando Ideias, agrupando conceitos, formando novas visões; enfim, operando como um ser ativo e agente do espectro social em que se encontra.

Como diria Axeitos (2004:15), a “creación artística de Seoane, esencialmente testemuñal, non pode ser comprendida sen o contexto histórico no que nace”. O próprio artista diria, em carta a Fernández Del Riego (Seoane, 1949[2002]:33): “toda a miña obra está dedicada a Galicia”, já que para ele, era antinatural “vivir al margen de la desgracia común, sin tratar de hacer, con poco, lo que uno puede” (Seoane, 1964b[2004]:113). E é neste sentido que, cremos, se justifica a construção da consciência artística e humana de Luís Seoane. Primeiro, por considerarmos o ambiente em que viveu o artista: o apogeu da cultura e do renascer galeguista –ainda que, ressaltamos, sendo a mesma Galiza faminta e explorada–, representado pela conquista do Estatuto de 1936 e pela intensa atividade em que, naquele tempo, se envolviam os intelectuais galegos (Beramendi; Núñez Seixas, 1996:173). A fundação das *Irmandades da Fala*, em 1916 e do *Seminario de Estudos Galegos*, em 1923, que muito contribuíram para este processo, são bons exemplos.

Assim, o fato de conviver intensamente com certa ‘revolução’ artística e política (pensemos nas correntes vanguardistas e na influência que exerceram, por exemplo) permitiu a formação de uma consciência social (Marx; Engels *apud* Eagleton, 1976:4), e galeguista, em Seoane, que, ainda que ‘espacialmente’ interrompida pelo advento da Guerra Civil, foi fator central e determinante na produção –e vida– do artista.

No entanto, esta consciência social faz com que lute incansavelmente, e desde Buenos Aires na maior parte do tempo, “pola memoria do pasado e loita por acadar os medios expresivos necesarios para facelo con dignidade” (Axeitos, 2004:37). A condição do exílio, na obra de Seoane, é, desta forma, fundamental e um dos objetos de estudo do presente trabalho, neste texto abordado mais um menos superficialmente.

De acordo com a diferença proposta por Guillén (1995:31), pode-se dizer que a produção artística de Seoane enquadra-se na “literatura del exilio”, na que o poeta dá voz às experiências dessa situação de fragmentação, situando-se nele, direta e confessionalmente. É o próprio Seoane (*apud* Axeitos, 2004: 33-34) quem afirma:

Eu pensei sempre que o intelectual ten que estar co seu pobo e tomar posición sempre, comprometerse cos problemas da época, por isto vin a parar, como tantos de toda a península, a Buenos Aires, cando podía ter quedado de aboga-

do, facendo cicais cartos na Coruña, e aínda que se faga esteticismo (unha forma de fuxida e de extremado desterro, decimos nós) que non hai si é natural no escritor, fondamente sentido, e non imitación de franceses de segunda man.

É neste sentido que, muitas vezes, Seoane foi considerado o “máis exiliado de tódolos galegos” (Ayala *apud* Axeitos, 2004:23), fazendo da Galiza, da guerra, e do exílio (seu e alheio) assunto fundamental de toda a sua obra. Sucarrat (1977:107) já reconhecia que, na produção de Seoane, o exílio tem uma enorme influência. Mais que enorme, fundamental, diríamos, posto que “Seoane quixo vivirse a si mesmo como galego e como exiliado”, conclui Axeitos (2004:23). Não lhe faltavam, no entanto, o desejo de regressar e a constante análise crítica da sua situação:

Dieciséis años soñando día a día con el regreso, que seguramente nunca podremos realizar los que estamos aquí y los que están en otra parte, olvidados de casi todos, sin contar para nada en aquellos y en aquello que más queremos, sumidos en un sacrificio que para las generaciones más nuevas debe de parecer estúpido y que a nosotros mismos ya nos parece inútil (Seoane, 1953[1991]:88-89).

Numa situação como esta, de distância absoluta e sem perspectivas reais de retorno, a pátria acaba por transformar-se em um lugar de certa forma utópico, de referência, em “vias de dissolução” (Vidal 1994:31), pelo que as realizações artísticas feitas no exílio estão “permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre” (Said, 2003:46).

A recuperação do deixado faz-se através da memória que, como bem explica Martínez (2007:21), no exílio, cultiva-se de maneira voluntária, pelo que a sua existência por si só já implica uma posição ideológica. Além do mais, a memória (e a sua recuperação) torna-se um ente único e responsável para garantir a relação mútua entre o sujeito e o seu lugar, que está intimamente vinculado ao passado: “Ese pasado que é para os emigrados ouro brillante que como o avaro acarina na soedade, sumando lembranza a lembranza e gozando en cada unha, aínda nos casos máis tristes”, confessaria Seoane (1954[2002]:84).

A respeito disso e sobre Luís Seoane, Marino Dónega (1979:270) afirma que, na base intelectual de este artista, estava uma “fenomenal, pasmosa, memoria”, visto que guardava as informações todas com notável facilidade e, ademais, fazia das recordações, através da associação, motivo para a sua obra:

Figurando recordos movía o pincel, a gubia, e máis o lápiz. E mesmo tamén o poema. Pintava *recordos*, gravaba *recordos*, dibuxaba *recordos*, poetizaba *recordos*. Vivía na retentiva, lembrando sempre. Exilóuse co *recordo*; cos *recordos*; e regresóu co *recordo*, cos *recordos*.

Como bem explica Dónega (1979:270, ênfase nossa), a lembrança – consequência intrínseca da situação particular do ser exilado – na obra de Seo-

ne chega a ser a base *criadora* e *explicativa*; volta a recordação com “la búsqueda de la solución a un problema estético, con el estudio de nuevos modos de expresión” (Seoane, 1959a:s/n). E é justamente a través dessa memória que se deixa claro o fato de que o galego, ainda que ausente de corpo, jamais abandona a Galiza, posto que ela é um pano de fundo, sempre o espaço e o tempo no que toda a sua existência primária (e por isso *fundamental*) se baseia; porque é ela a *terra* que, das suas entranhas, fez nascer e reproduzir o ser galaico, na sua essência e na sua pluralidade; e porque é ela a sua *tellus mater*, o território através do qual, não rompido o cordão umbilical (porque com a nação nunca se rompe [ou nunca se deveria romper-se, já o disse Seoane], e todo espaço que dela se dista é um espaço mais de inexistência e de saudade), ele se alimenta e se revigora:

¿Cómo dejar de ser fiel a aquellas imágenes que hemos vivido y querido intensamente? Podemos cambiar de oficio, de tierras, como el poeta gallego anónimo del siglo XVII huyendo lejos de los piratas moros y decir: ‘Todos levaron e nós fuximos-alá para lonxe, lonxe, lonxe...’ (Seoane, 1959a:s/n).

E mais: essa memória não se configura em “simple saudade, demasiado decimonónica para o seu gosto, senón dun revulsivo, dun motor que obriga a traballar arreo a prol da concienciación da identidade diferenciada de Galicia” (González Fernández, 1994:103). Através dessa sua “experiência singular” subjetiva (Said, 2003:47), Seoane, metaliterariamente falando, também aborda a faceta autobiográfica de exilado de maneira intensa.

No caso da Galiza, falar do abandono da terra e da partida a outra distância é, conforme afirmava o próprio Seoane, “unha teima permanente” (Seoane, 1952:9) e igualmente fundamental para compreender a história, a vida, as perspectivas e o presente desta nação.

Dentro da sua particular visão, e desde o exílio, Luís Seoane dedicou-se a representar o povo da sua terra, através da presença de figuras emblemáticas da cultura e da história galega (o marinheiro, o emigrante, o labrador, o peregrino, a soldadeira, o cavaleiro...) ou da marcada influência da figura feminina, representante sempre presente da *tellus mater*, reflexo desta Galiza que, olhar ao longe, ‘ensimesmada’ aguarda um futuro em um “estatismo solemne” (Seoane *apud* Otero Vázquez, 1991:75), que veremos adiante, assim como o poder de “despertar a conciencia colectiva para reivindicar os direitos de Galicia como pobo con personalidade propia” (Otero Vázquez, 1991:187).

Desde o exílio, o autor busca no seu passado os referentes para a sua existência, mas agrega um tom de exagero, de mitificação, de exaltação dos personagens do seu discurso, já que, como explica o poeta, era um “emigrante dun país extraño, somado máis que vivido. Emigrante dun pasado moi lonxano, de hai coarenta anos. Un sobrevivente que aínda traballa” (Seoane *apud* Dónega, 1979:273).

Era como se, como confessa Díaz Pardo (1979:285), “o sentimento e a impresión dos poucos días de esperanza na terra [fose] unha luz desproporcionada, fronte ás decenas de anos arredados dela soñándoa, imaxinándoa, contra o tempo que avanza en sentido contrario botando esquecemento mentras a luz medra”, mas, ao mesmo tempo, a forma que pensava Seoane ser a melhor para representar a historia: não extremamente científica, senão narrativa, sonhada, imaginada.

Talvez seja por isso que Axeitos (2004:35) afirma que a feliz fecundidade do artista nasce ao redor do “sentimento exílico, do sentimento de soidade que leva ao noso artista ao traballo como forxa dunha moral que loita por acadar os horizontes do seu pobo”. Dentro desse povo, destacam-se os camponeses e, dentro desses, é nítida a presenza, na sua obra, especialmente plástica, das mulheres que, como mesmo diria o autor, são o reflexo de uma mãe-galega.

Neste sentido, e considerando um texto literário como um “acto socialmente simbólico, que proyecta imaginarios sociales de identidad y identificación” (Zavala, 1993:55), o presente trabalho também analisa a figura da mulher na sua obra literária (algo que já se tem feito), mas a conjugando com a dura e fragmentária perspectiva do exílio e buscando desvelar a importância desta situação para a representação e conformação do mito feminino.

A presença feminina em Seoane não é novidade e tampouco foi ignorada nos estudos que se tem feito sobre a sua produção, ainda que sempre se abordasse de maneira mais ou menos superficial. Há-se de concordar que não é fácil, de todo modos, deixar passar despercebida a sua predileção, especialmente na sua obra plástica na que a figura feminina é onipresente (Fundación Luís Seoane, 1997), demonstrando, como chamaria Otero Vázquez (1991:100), uma “obstinada constancia” que chega a evoluir até os limites da não-figuração.

Neste sentido, é preciso ter claro, antes de aprofundarmo-nos nesta questão, que, no caso da obra de Seoane, por exemplo, é unânime considerar a presença feminina como um “símbolo de Galicia” (Otero Vázquez, 1991:34), como o reflexo de uma “especie de Nai galega, outra constante que nos vén desde a prehistoria, a diosa que incorporou Roma ás súas crenzas, a dos cruzeiros, as que pintaban Souto e Colmeiro” (Seoane, 1974b:312).

Luís Seoane não cria (e justifica a sua convicção) que a mulher galega vivia em uma sociedade na que o homem era o centro único de referência e de ação. E não ia por muito mal caminho a sua crença. Carmen Blanco (1995:44) reconhece que no contexto da realidade galega, “a muller está vista moi positivamente, sem mostras de misoxinia directa e de acordo coa imaxe feminina autóctona creada pola tradición galeguista liberal: unha muller á vez agarimosa e forte cunha sensualidade non reprimida”.

Em toda a sua obra, Seoane valeu-se da metáfora Galiza(Terra-Mãe)/Figura Feminina, já bastante utilizada na literatura galega (Blanco, 1995:15), utilizan-

do-a com propósitos de recuperação, mitificação, mistificação, heroicização e evocação bastante claras e intencionadas. Diria (Rossi, 1993:20): “todo el discurso sobre la ‘mujer’ (...) de ninguna manera puede ser considerado neutral”.

Essa figura da Terra-Mãe, um dos principais arquétipos da época (pós) moderna, nas palavras de Rof Carballo (1989:53), encontra-se presente já no subconsciente dos humanos, em todas as épocas e todas as civilizações. A obra de Seoane é, neste caso, um paradigma da ultra-exposição deste arquétipo, já que não há mostra de Seoane que não conte com pelo menos uma forma de representação feminina.

Para se ter uma Ideia, representando mulheres existem centenas de desenhos, gravados, etc. seus espalhados por capas de livros, revistas, etc., como demonstra a quase meia centena de imagens de mulheres nas suas *Figuracións* (publicadas em *La Voz de Galicia* entre 1971 e 1977). Patente também é a presença feminina em *Figurando Recuerdos* de 1959, no que reproduz as portadas da revista *Galicia Emigrante*, elemento bastante significativo para a análise da figura da mulher na sua vasta produção. Neste livro de debuxos, as imagens dessas mulheres silenciosas (que não silenciadas, e isso é importante ter em mente), “reconcentradas, envoltas nos seus mantos e panos, recollidas as mans nas faldas ou apoiada a cara nunha das palmas, sempre ollando gravemente ao lonxe, inda que a angueira sexa a malla, ou a recolleita das mazáns ou remecer a comida que se coce no lume” (Gómez Paz, 1979:294) trazem consigo a própria representação da Galiza que ficou a trabalhar incansavelmente, perdida numa distância misteriosa na que se sobressai um “trasfondo de melancolía”. Como as camponesas que continuaram a lavrar a terra galega, a fazer um trabalho que permanece na “infra-estructura, en la base, en el terreno emocional y consuetudinario” (Martínez, 2007:34). Todas essas figuras, da mesma forma, também estão presentes de forma repetida e impactante na produção em óleo de Seoane.

Aproximando-se mais à faceta de Seoane que nos interessa especificamente neste trabalho (a de escritor), mas ainda sem chegar ao tema principal (o literário), é importante considerar a vasta obra ensaística do pintor na que se nota um claro esforço por incluir a figura feminina. Além dos textos que buscam, de uma maneira ou de outra, traçar uma espécie de explicação teórico-temática sobre a sua obra, a maior parte dos trabalhos ensaísticos de Seoane, concentra-se em três publicações específicas: os 5 anos da revista *Galicia Emigrante* (1954-1959); as audições radiofônicas homônimas, cuja seleção foi realizada em 1989; e a compilação que o próprio artista fez das suas melhores contribuições durante o seu programa de rádio, *Comunicacións mesturadas*. Em tais textos, destaca a preocupação de Seoane pela recuperação de certas personagens históricas (geralmente vinculadas a episódios militares) e, por outro lado,

a exaltação das galegas atuais, aquelas cujo trabalho merece admiração e reconhecimento (destacam-se, por exemplo, as mariscadoras ou camponesas).

Desta forma, Seoane aborda figuras femininas desconhecidas, mas heroínas em todos os casos, que sirvam como exemplo e orgulho para os galegos. Destaca, por exemplo, o artigo publicado, na seleção radial, sobre Maria Lobera, alcaidessa de Havana no século XV. Datado de 1958, pode-se dizer que, desta compilação, é o texto no que Luís Seoane mais explica e expõe o caráter forte<sup>2</sup> e a condição que crê possuir a mulher galega: “unha igualdade que non existe em muitas partes do mundo” (Seoane, 1958:148). Lembra também, como o faz em outros textos, as figuras de Rosalia de Castro, Pardo Bazán, Concepción Arenal, Maria Pita, Maria Castaña ou Manuela Sánchez, a quem lhe dedicará um artigo no ano seguinte, intitulado *A historia e os heroes populares*, no que louva a coragem desta camponesa, que se deixou queimar diante da sua casa 12 anos antes, mas silenciada da história pelo medo que a repressão franquista ainda impunha (Seoane, 1959b:309), solicitando, inclusive, em um ato claro de revisionismo, uma história na que se considerassem como verdadeiros sujeitos da construção o povo, que neste texto representa a camponesa Manuela (Seoane, 1959b:308): “Un manual da história de Galicia que descuide as insurreccións artesás e campesiñas, ou só as cite como algo de valor secundário, é algo que, en canto a Galicia, falta á verdade mais profunda do seu povo e resulta unicamente arqueoloxía”.

De onde se podem tirar mais informações (e conclusões), no entanto, é da revista *Galicia Emigrante*, que Seoane editou e dirigiu durante os 5 anos da sua existência. A começar pelos desenhos da capa (dos 37 números, em tão somente 6 as mulheres não são protagonistas das portadas, nas que, exceto num caso, compartilham com representações masculinas), que apresentam sempre mulheres nos trabalhos diários, demonstrando a “profunda significación que posúen como imaxes populares” (Otero Vázquez, 1991:48), esta revista traz informações como mínimo curiosas no que concerne a esta temática.

Escusa detalhar, por exemplo, a presença, em quase a totalidade dos números, de reportagens sobre atrizes galegas de êxito internacional, com especial relevância para Carolina Otero e Maria Casares, muitas delas assinadas por Seoane, sendo consideravelmente mais importante a presença (nos 2 primeiros números como uma seção e nos outros como tema ocasional) do apartado *Mujeres Gallegas*, assinado por Maximino Brocos, pseudônimo de Seoane<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Carmen Blanco (1995:46) afirma que esta visão da fortaleza da mulher é tradicional no pensamento galego, especialmente criada devido à “peculiaridade do protagonismo das mulleres de Galicia” (Blanco, 1995:91).

<sup>3</sup> Baseando-nos na correspondência trocada entre Seoane e Fernández del Riego (Del Riego, 2002) temos as informações necessárias que expliquem o uso de pseudônimos nesta publicação. Conforme comenta ao seu amigo (colaborador em *Galicia Emigrante* usando o pseudônimo Salvador Lorenzana), o uso desta onomatopose ou bem das iniciais servirá para fazer crer que há mais

Como não se trata aqui de fazer uma abordagem quantitativa desse aspecto da obra de Seoane, basta com ressaltar algumas das contribuições mais interessantes que os textos de *Galicia Emigrante* aportam para compreender a relação de Seoane com o ente feminino galego. Na primeira entrega, Brocos dá a (re)conhecer a personalidade de Juana de Vega, considerando-a como uma mais dessas galegas exemplares que transmitiram a mensagem da sua “ternura, de su inteligencia y de su fortaleza de carácter” (Brocos [Seoane], 1954a:24), dando especial ênfase na relação e na admiração que sentia Concepción Arenal por esta “ilustre dama”. Também é interessante ressaltar, observação que vale para todos os números da revista, a presença de gravados reproduzindo imagens femininas, assinados por Luís Seoane, especialmente em um tipo de seção de variedades ou de humor.

É no segundo número, no entanto, através de um artigo intitulado *La mujer en la Historia Gallega* que Seoane, na voz de Maximino Brocos ([Seoane]1954b:22) dá uma visão bastante mais clara sobre o que pensa a respeito das mulheres na composição galega, afirmando, inclusive, que a mulher tem um “puesto prominente” na formação do caráter diferencial dos galegos. Esta afirmação merece certa atenção quando nos dirigirmos à obra literária de Seoane. Com um pensamento bastante revolucionário para os homens da época, Seoane questiona se, ao participarem da vida do lar, da agricultura, do comércio, da indústria, da história militar e cultural, as mulheres não seriam, já, pelo menos, metade dessa história.

No mesmo texto, lista uma série de mulheres galegas que, bem por sua bravura, bem por sua inteligência, demonstrada em várias épocas do desenvolvimento da Galiza, na sua opinião, merecem um lugar na historiografia, anunciando que, sobre elas, falará essa seção da revista, “no sólo para que las feministas tengan en Galicia un ejemplo de su modo de pensar, sino también para que los descendientes de gallegos y los que no son, encuentren en nuestra tierra un nuevo valor, un poco escondido (...)” (Brocos [Seoane], 1954b:22).

Evadindo-se do passado, Seoane também afirma que a mulher galega é a responsável por tudo quanto tem o presente da Galiza, reconhecendo, ademais, que fazer a crônica das mulheres para esta comunidade seria “de gran utilidad para reconocernos como pueblo”, informação também bastante relevante para compreender a constante imagem das mulheres na obra seoanesca.

A presença dessa seção tal e como se configurou nos dois primeiros números já não ocorre a partir do seguinte, mas, a partir do número 6, com uma frequência mais ou menos regular, aparecem artigos de Concha Castro-viejo nos que aborda a problemática feminina, especialmente centrando-se

---

colaboradores dos que em verdade há. Assim, não cremos que seja –motivo mais comum do uso deste recurso– uma forma de proteger a sua identidade por questões ideológicas (que, ao contrário, é o caso de *Galicia Hoy*, na que tanto Seoane como Díaz Pardo se valem desta solução).



na figura da mulher galega e adotando o mesmo discurso de exaltação comum em Seoane. A intencionalidade da aparição de uma seção como esta fica patente em duas das cartas que troca com Fernández Del Riego, nas que, explicando ao amigo o que seria a nova revista, comenta em uma epístola de 11 de maio: “Tamén pensaba en lle escribir a Concha Castroviejo para que se encargase dunha sección sobre a muller galega. Dime que che parece todo isto e contéstame urxentemente” (Seoane 1954b[2002]:82).

Os textos de Castroviejo, no entanto, não perduram por todos os números. No n.º 12 da revista, no entanto, volta a aparecer um texto não assinado –e, por isso, de responsabilidade do diretor, Seoane<sup>4</sup>–, intitulado *Mulleres galegas*, no que o autor justifica que, se em outras culturas se adorou os homens pela sua bravura e valentia, na Galiza sempre se adorou “á madre, á muller”, porque viu nela “un símbolo, o da fecundidade da terra, o da resistencia á adversidade, o da trasmisión da costume, da lei e da historia” (Anônimo, 1955:14).

Partindo para o âmbito literário e não havendo ânimos de desprezar as duas tipologias existentes até então que reconheçam a presença feminina na obra literária seoanesca, nomeadamente a de González Fernández (1999) e García López (2001), mas julgando que, vistas sob a perspectiva da distância e do afastamento, um dos objetivos deste trabalho, não conseguem desvelar a complexidade implícita desta representação, pretende-se, aqui, propor uma nova taxonomia que busque desvelar justamente a importância desta situação de ‘ser fragmentado’ na configuração da (macro)personagem feminina.

Para isso é preciso reconhecer a multiplicidade dessa figura na obra de Seoane, que de forma nenhuma pode ser condicionada sob uma única perspectiva fechada e unidirecional. Ao contrário, é imprescindível ter em mente todo o complexo mítico, histórico e real da mulher galega que Seoane conhecia em profundidade e, ainda considerando e aceitando uma divisão estamental, esta só se conforma em um nível organizativo e para a melhor compreensão do fenômeno do aparecimento figuração da mulher na sua obra.

Considerando-se o dito, podem-se estabelecer dois grandes tipos de mulheres que, sob a perspectiva circunstancial do afastamento, se confluem para conformar o reflexo da terra-mãe: por um lado, as *entidades femininas mítico-místicas* e, por outro, as *mulheres atadas ao afastamento*, não nos esquecendo dos tipos híbridos que, configurando-se individualmente, estabelecem um marco de interação fundamental para concretizar os propósitos do conjunto da obra.

---

<sup>4</sup> Não nos parece arriscado conferir a autoria (ou, pelo menos, a responsabilidade) deste texto a Luís Seoane. Conhecendo os textos que escreveu sobre as mulheres galegas, podem-se encontrar uma série de características discursivas coincidentes. Além disso, nota-se a presença das mesmas reflexões e das mesmas personagens aludidas em outros textos –cartas incluídas– assinados pelo artista: as *Mater Galleciae*, a comparação dessas com as virgens dos cruzeiros, a exaltação do seu caráter, a afirmação do *status* de igualdade perante os homens, a referência a Rosalia de Castro e, finalmente, talvez a marca mais patente do artista, a alusão a Maria Pita e Maria Castaña.

Resumidamente, podem-se considerar as primeiras as figuras que, como já se indica, fazem parte do aparato mítico-místico galego. Entre elas, destacam-se, na obra literária de Seoane, as figuras das mouras, das fadas, das meigas e das bruxas, profundamente arraigadas no complexo mitológico da Galiza; também se incluem algumas personagens históricas (a sempre presente Maria Pita, por exemplo), cuja presença alcança um status heróico e mitificador e as figuras das velhas e das mães, transmissoras da cultura e das raízes e, como vimos através da metáfora da terra-mãe, alegoria da própria Galiza. Através da reconfiguração das suas imagens, fazem parte igualmente desta categoria as camponesas e as raparigas donzelas, perante as quais se manifesta uma espécie de amor cortês.

Conforme explica Squirri (1976), o fato de Luís Seoane enfatizar a figura da mulher confere a esta um aspecto de dignidade, já que o faz elevando-a a um tom heráldico, considerado como eco da forte influência medieval que leva dentro de si e que elevou ao princípio feminino a hierarquia de estrela tutelar e guia dos passos cavaleirescos, exaltação que se representa principalmente através de personagens históricos, como rainhas ou até mesmo a corunhesa Maria Pita.

No entanto, e sem reduzir a importância das personagens históricas na conformação da visão nacionalista de Seoane, é no território da natureza onde logicamente –por ser intrínseca e ancestral– se encontram os referentes mais importantes. É no espaço natural onde estão os múltiplos exemplares daquela bela moça “estрана e soia/enfeitada de violas e verdes trebos,/que ollaba fixamente cara a estrela” (Seoane, 1977:106), formas místicas (e míticas) que adquirem a sua figuração mais representativa nas mouras, imagem que “máis destaca dentro do imaxinario galego”.

A questão da Deusa-mãe (ou das deusas-mães) encontra-se presente de forma consciente na obra de Seoane. Conforme já se comentou, Seoane insistia recorrentemente na figura da *Mater Galleciae*, deusa pré-romana a que também os romanos assumiram no seu ecleticismo característico. A alegoria da Mãe da Galiza também se encontra representada através das matres celtas, cuja escultura se encontrou (incompleta) em certas escavações no Monte Mozinho, Porto (Alberro, 2004:89).

De acordo com a mitologia, as três matres levam, respectivamente, um bebê, um couro e um cesto, e são consideradas protetoras da provisão de riquezas agrícolas, adotando um caráter de “personificación da terra produtiva” (Brañas, 2000:67). Daí que Seoane, admirador confesso da riqueza e importância do rural galego, tenha conferido a esta *Mater Galleciae* o poder de ser a grande metáfora da Galiza e das suas mulheres.

Como ressalta Blanco (1995:225), a frequente mitificação da figura materna entronca ideologicamente “coa gabanza da maternidade cristiá, por

unha banda, e, por outra, co especial simbolismo da *mater*”, próprio da cultura galega, na que tem um peso considerável para o inconsciente coletivo, que identifica a mãe rural com a autêntica mulher. Essa Grande Mãe, “fantasma onnipresente”, engloba e é tudo, começo e final: “desde a Terra, Galicia, á mesma Noite, á Morte e á Nada”.

Todas essas mulheres, criadas pelo artista sob o prisma do exílio e relacionadas intimamente com a mitologia e o simbolismo galego, exercem a função deífica de mantimento das raízes, proteção e espiritualismo, elementos fundamentais para compreender a obra de Seoane. São, ao contrário das outras, que são mulheres reais e da vivência cotidiana e prática, elementos tropológicos de uma Galiza místico-mítica, cuja fortaleza e caráter são pontos (telúrico-espirituais) de referência e bálsamos para consolar as galegas reais, atadas à dor que causa o afastamento; angústia que o artista Seoane –desgostado toda uma vida– imprimiu e transfigurou às suas mulheres-espelho: sofredoras, lutuosas, usadas e desgastadas. Galizas únicas que padecem em corpos femininos a gigantez e a robustez da dor que causaram aquelas noites de pedra.

Dentro da outra tipologia proposta, *mulheres atadas ao afastamento*, bastante menos complexa, poderíamos enquadrar as mulheres relacionadas com a condição da distância, seja vivida direta e pessoalmente por elas (emigradas, exiladas, peregrinas; ou híbridas como certas marginalizadas também míticas), seja sofrendo a ausência de alguém que partiu (as viúvas de vivo ou as apaixonadas por exilados ou errantes, por exemplo).

Na maior parte dessas personagens, a aura da desgraça e da loucura paira sobre as suas existências. A Tia Medusa que enlouquece com a partida do homem para as Américas, Celsa R. I. que se pendura de uma viga ao estar emigrada e já sem ninguém representam a Ideia de Seoane na vida conjugal e da sua importância para a perpetuação da Galiza. Conforme se viu, o artista crê que os homens e as mulheres na sociedade galega compartilham as suas vidas como companheiros sem desigualdade, pelo que a perda do marido se converte não só na perda do cônjuge, senão que a perda daquele com que conjuntamente se realizava os trabalhos, instância fundamental no processo de dignificação do povo galego.

A peregrina, a exilada, a prostituta conformam um mosaico de mulheres que, através da sua “poética de evocación picassiana” (Otero Vázquez, 1991:108), Seoane tenta compor, mas nunca sob uma única perspectiva, já que a realidade –plural, dialógica– não pode ser condicionada desta maneira. Nesta sua poética, Seoane constrói o que Spears e Bentley (*apud* Lima, 2007:310) chamariam uma “mulher cubista”, recolhendo personagens de mulheres condenadas desde a arte, a história, o mito e a vida contemporânea, criando um “multiperspectival portrait of women in waste lands, of wasted women in history and nature”.

Essas ‘mulheres cubistas’ que sacrificam até o fruto do seu ventre para alimentar a terra são as mulheres de Seoane, são a própria Galiza. Fortes, rígidas, perseverantes, mas, sobretudo, símbolos da possibilidade do retorno. Esperança de liberdade, esperança de voltar às raízes, esperança de rever os filhos perdidos. Esperança (quase) infinita. O retorno, peça chave na busca interior do ser humano, acontece sempre voltado às “esencias maternas”. No entanto, necessita passar pelo momento de crise, pela que deve atravessar para retornar, através do caótico (a Natureza, de acordo com Heidegger), à Terra-Mãe (Rof Carballo, 1989:53).

No caso do criador Seoane, o exílio que durou quase toda a sua vida constituiu esse momento crítico de reflexão e inflexão, foi o que permitiu a materialização intensa (do real e do mítico, transfigurados no plástico) do heroísmo de um povo: gerado, alimentado e representado pelas mulheres galegas, espelho da *tellus mater*, fruto legítimo da Galiza abandonada.

### Algumas palavras finais

Reconhecer obra de Seoane como fruto de uma situação de particular de exílio e de saudade pode ajudar a desvelar uma série desses “segredos” que dizia o crítico suíço George Flosheim. É por essa situação extraterritorial que o artista valoriza a memória, as “cores rosas da nenez” (Seoane, 1977:34), as lembranças daquela terra distante da que teve que partir “desagarrimado”: “La literatura, en un territorio sin pasado propio, se convierte en el espacio consciente que evita el olvido”, diria Martínez (2007:17-18). Por isso, a sua memória adquire o caráter de recuperação.

E se o pintor exilado ainda sentia “o orgulho da [s]ua gloria popular, antiga” (Seoane, 1977:37), foi através desse sentimento que dedicou a sua vida a uma causa clara e intencionada: recuperar os fatos históricos relevantes para a Galiza; criar história de fatos e gentes ignoradas (como os emigrantes) e, acima de tudo, consolidar uma espécie de ‘enciclopédia do orgulho galego’, bem para aqueles que não compreendiam a importância da Galiza, bem para aqueles que eram filhos de emigrados e que, por isso, se sentiam distantes dessa terra.

Dentro dessa ‘enciclopédia’, Seoane presta muita atenção à natureza, elemento intrínseco ao ser galego (Rof Carballo, 1989), mas a considera sob uma perspectiva especial: o natural, ainda que belo e fundamental, adquire a sua importância quando é trabalhado pelos humanos. O trabalho é, assim, a base da união, do companheirismo e da conformação da identidade galega. É em busca de trabalho que partem os emigrantes; é devido ao ofício de cada um que se conformam os tipos históricos: o miniador, o mestre, a soldadeira. Também é através do trabalho da terra que brotam os frutos que dão de comer aos galegos que nascem.

A metáfora da fecundidade da terra é utilizada por Seoane de maneira constante, e representada unanimemente pela mulher, essa mulher invencível que, na visão de Concepción Arenal (1974: 84-86), “se arrastra” quando o homem já não pode caminhar. Na obra de Seoane, como na de outros literatos galegos, a figura materna aparece personificando a terra, que se identifica com a pátria e com a nação, num processo de literaturização e mitificação que vai da comparação à metonímia, à metáfora e ao símbolo (Blanco, 1995:228), o que não é nenhuma novidade na conformação de textos de caráter nacionalista: “el cuerpo [da mulher] ha proyectado históricamente identidades, naciones o sujetos nacionales; la multitud de metáforas sobre el cuerpo que se han empleado para estrechar los lazos entre cuerpo sexuado y cuestión nacional o concepto de patria”, diria Zavala (1993:37); “women play crucial roles in biological, cultural and political reproductions of national and other collectives”, diria Yuval-Davis (1998:31).

E ainda que Seoane tenha caído nos mesmos tópicos de considerar a mulher como representação da terra, como o mito da fecundidade, como aquela que trabalha na esfera reprodutiva; ainda que ignorasse que muitas mulheres se encontram (ainda hoje) em situação de inferioridade perante os seus maridos, dizendo que na Galiza, desde sempre, tiveram um *status* de igualdade, não se pode dizer que tivesse uma visão machista da figura feminina, nem tampouco feminista: Seoane era, simplesmente, um homem moderno (Díaz Pardo, 2008).

Bastante mais presente na sua obra plástica, a mulher camponesa, a mulher que espera, a mulher que reflete é, como afirmam todos aqueles que estudaram a obra do artista, o reflexo puro de uma Galiza distante e fecunda; uma Galiza trabalhadora, mas que pondera o seu futuro, o destino dos seus, sempre em silêncio, que não era tempo de falar mais do que se devia.

Na obra literária, a mulher adquire novas facetas, e tem como elemento referencial não mais a camponesa, que também aparece e é louvada, mas as figuras típicas do rico complexo mitológico galego. São essas mulheres – bruxas, sereias, mouras, donzelas místicas... – as que carregam consigo uma força delicada, porém inexplicável; uma força que provém da natureza no seu estado mais impermisto, mais fundamental, mais ancestral.

Também na obra literária de Seoane encontramos a mulher histórica que, lembrando-nos do artigo de Maximino Brocos (1954b:22), pseudônimo de Seoane, ocuparam um “puesto prominente” na formação do caráter diferencial dos galegos. É bem verdade que ainda que reconheça a importância da mulher para os grandes fatos históricos galegos, Seoane não consiga citar mais do que meia dúzia de nomes que se repetem incansavelmente em diversas situações e metáforas: as três-marias (Maria Castaña, Maria Balteira, Maria Pita), a monja Etheria, Manuela Sánchez... mas reconhece que essas

são as que merecem um lugar na historiografia (Brocos [Seoane], 1954b:22), já que são de “de gran utilidad para reconocernos como pueblo”.

Tais mulheres históricas, ainda que reais, porque há constância da sua existência, adquirem no verbo do poeta um caráter mítico que exalta e extrema a sua fortaleza, oriunda dessa terra mí(s)tica de presente obscuro e futuro incerto, mas passado glorioso. Mulheres que traziam já em si o caráter associado por Kristeva (*apud* Rossi, 1993:42) de aberto, inestável e, acima de tudo, revolucionário, subversivo, heterogêneo.

Essas mulheres do passado (passado glorioso), vistas através da memória do exílio (memória deturpada, memória apagadiça, memória em dissolução...), fortificam-se e organizam-se, desde o Olimpo das recordações de Seoane, funcionando como espécies de deusas que, através do caráter popular do mito, da transmissão oral que fazem as galegas nas horas de trabalho doméstico, são inconscientemente evocadas para auxiliar e inspirar aquelas galegas do presente (presente obscuro), emigradas, abandonadas, superficializadas, a construir da melhor forma um futuro (futuro incerto...).

As mulheres do presente de Seoane são, desta forma, agentes da construção da Galiza doente, na que luta, desde há tempo, “o home cas ratas” (Seoane, 1977:149). No entanto, ao mesmo tempo são o mesmo reflexo dessa terra, submetida a um regime ditatorial, com os filhos emigrados para ter o que comer (em alguns casos para fazer as Índias, ...) ou para mesmo sobreviver à repressão que fez cair homens e mulheres fortes e dispostos a não deixar que se afogasse. São reflexo de uma Galiza desesperada como a velha dos corvos, louca e doída como a tia Medusa, saudosa e atormentada como Celsa R. I.

Mulheres que retratam a crônica do engano (González Fernández, 1994:59) que representou a emigração e que Seoane recolhe em *Galicia Emigrante*, no *Fardel de Eisilado*, em *A maior abundamento*: a trabalhadora “enganad[a] e fracassad[a]”, que desmitifica a emigração ‘positiva’ e que augurava para a Galiza verdadeira de Seoane um futuro não mais incógnito, senão que de desesperação e suicídio.

Resta agora questionar se os prognósticos de Seoane foram acertados.

## Referências

- Alberro, Manuel (2004). *Os celtas da antiga Gallaecia*. Noia: Toxosoutos.  
Anónimo (1955). Mulleres galegas. *Galicia Emigrante*, n.º 12, pp. 14.  
Arenal, Concepción (1974). El trabajo de la mujer. In *La emancipación de la mujer en España*. Madrid: Júcar.  
Axeitos, Xosé Luís (2004). *A academia no discurso exílico de Luís Seoane*. Discurso lido o día 30 de outubro de 2004, no acto da súa recepción, polo Ilustrísimo Señor Don Xosé Luís Axeitos Agrelo e resposta do Excelentísimo Señor Don Xesús Alonso Montero. Corunha: Real Academia Galega.  
Bajtín, Mijail M. (1982). *Estética de la creación verbal*. México: Siglo Veintiuno.  
Beramendi, Justo G.; Núñez Seixas, X. Manoel (1996). *O Nacionalismo Galego*. Vigo: A Nosa Terra.  
Blanco, Carmen (1995). *Nais, damas, prostitutas e feirantas*. Vigo: Xerais.

- Brañas, Rosa (2000). *Deuses, heroes e lugares sagrados na cultura castrexa*. Santiago de Compostela: Sotelo Branco.
- Brocos, Maximino [L. Seoane] (1954a). Juana de Vega. *Galicia Emigrante*, n.º 1, pp. 24.
- Brocos, Maximino [L. Seoane] (1954b). La mujer en la Historia Gallega. *Galicia Emigrante*, n.º 2, pp. 22.
- Castelao, A. D. R. (1961). *Sempre en Galiza*. Madrid: Akal.
- Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Ed. do Castro.
- Díaz Pardo, Isaac (1979). Notas encol da obra e da personalidade de Luís Seoane. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 281-286.
- Díaz Pardo, Isaac (2008). Entrevista com Isaac Díaz Pardo, 28/02/2008. Santiago de Compostela.
- Dónega, Marino (1979). O afora e o máis adentro de Luís Seoane. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 269-273.
- Dónega, Marino (1994). *Luis Seoane: vida e obra literaria*. A Corunha: Real Academia Galega.
- Eagleton, Terry (1976). *Marxism and Literary Criticism*. Londres: Methuen & Co.
- Eagleton, Terry (1980). Text, Ideology, Realism. In Said, Edward; Ed. (1980). *Literature and Society*. Londres: English Institute.
- Eiroa, Beatriz; Moure, Concepción (1989a). Introducción. In Seoane, Luís. *Fardel de Eisilado. Na bretema Sant-Iago*. Vigo: Xerais.
- Eiroa, Beatriz; Moure, Concepción (1989b). Introducción. In Seoane, Luís. *As cicatrices. A maior abundamento*. Vigo: Xerais.
- Freire Lestón, Xosé Vicente (1993). *Lembranzas dun mundo esquecido. Muller, política e sociedade na Galicia contemporánea 1900-1939*. Compostela: Laivento.
- Fundación Luís Seoane (1997). *Mater Galliciae. Presencia e significado da muller na pintura de Luís Seoane* [Catálogo da exposición]. A Corunha: Fundación Luís Seoane.
- García López, Xosé Anxo (2001). A muller na obra poética de Luís Seoane. *Madrugal*, n.º 4, pp. 45-59.
- García-Sabell, Domingo (1979). Luís Seoane. Relembro. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 263-267.
- Gómez Paz, Xulieta (1979). Dinámica da Saudade. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 294-300.
- González Fernández, Helena (1994). *Luis Seoane. Vida e obra*. Vigo: Galaxia.
- González Fernández, Helena (1999). Figuras femininas na obra literaria de Luís Seoane. In Álvarez, Rosario; Vilavedra, Dolores. Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 655-664.
- Guerra Palmero, María José (1998). *Mujer, identidad y reconocimiento. Haberlas y la crítica feminista*. La Laguna: Instituto Canario de la Mujer.
- Guillén, Claudio (1995). *El sol de los desterrados: literatura y exilio*. Barcelona: Quaderns crema.
- Lima, Joana P. de (2007). A Escrita e a Pintura do feminino em T.S. Eliot e Pablo Picasso. *Reflexões. Revista científica da Universidade Lusófona do Porto*, n.º 2, pp. 301-316.
- Llinares García, Mar (1990). *Os mouros no imaxinario popular galego*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Martínez, Josebe (2007). *Exiliadas. Escritoras, Guerra Civil y Memoria*. Barcelona: Montesinos.
- Neira Vilas, Xosé (2001). *A cultura galega en Buenos Aires: 1950-1960. Dúas singraduras na construción*. Discurso lido o día 17 de novembro de 2001, no acto da súa recepción, polo Ilustrísimo Señor Don Xosé Neira Vilas e resposta do Excelentísimo Señor Don Xesús Alonso Montero. A Corunha: Real Academia Galega.
- Otero Vázquez, C. (1991). *Luis Seoane*. A Corunha: Diputación Provincial da Coruña.
- Piñeiro, Ramón (1979). A Galicia de Seoane. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 288-292.
- Rof Carballo, X. (1989). *Mito e realidade da terra nai*. Vigo: Galaxia.
- Rossi, Rosa (1993). Introducción. Instrumentos y códigos. La 'mujer' y la 'diferencia sexual'. In Díaz-Diocarte, Myriam; Zavala, Iris M., Coords. *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)*. I. *Teoría feminista: discursos y diferencia*. Madrid: Anthropos; Comunidad de Madrid, pp. 13-25.
- Said, Edward (2003). Reflexões sobre o exílio. In *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 46-60.
- Squirri, R. (1976). Seoane (Estudio crítico-biográfico). Buenos Aires: Dead Weight.
- Said, Edward; Ed. (1980). Preface. In *Literature and Society*. Londres: English Institute.

- Seoane, Luís (1949[2002]). Carta a Francisco Fernández del Riego, 25/01/1949. In Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Edicións do Castro, pp. 33-35.
- Seoane, Luís (1950 [2002]). Carta a Francisco Fernández del Riego, 24/11/1950. In Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Edicións do Castro, pp. 42-44.
- Seoane, Luís (1952). *Fardel de Eisilado*. Buenos Aires: Edicións Anxel Casal.
- Seoane, Luís (1952[2002]). Carta a Francisco Fernández del Riego, 22/11/52. In Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Edicións do Castro, pp.62.
- Seoane, Luís (1953[1991]). Carta a Carlos Maside, 28/09/1953. In Seoane, Luís (1991). *Textos inéditos*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 88-89.
- Seoane, Luís (1954[2002]). Carta a Francisco Fernández del Riego, 19/10/1954. In Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Edicións do Castro, pp. 84-86.
- Seoane, Luís (1954b[2002]). Carta a Francisco Fernández del Riego, 11/05/1954. In Del Riego, Francisco Fernández (2002). *Cartas de Luís Seoane desde o exilio*. Sada: Edicións do Castro, pp. 81-82.
- Seoane, Luís (1958). Unha alcaldesa galega na Habana. In Braxe, Lino; Seoane, Xavier (1989). *Escolma de textos da audición radial de Luís Seoane. 'Galicia Emigrante'*. Sada: Ed. do Castro, pp. 148-150.
- Seoane, Luís (1959a). *Figurando recuerdos*. Buenos Aires: Citania.
- Seoane, Luís (1959b). A historia e os heroes populares. In Braxe, Lino; Seoane, Xavier (1989). *Escolma de textos da audición radial de Luís Seoane. 'Galicia Emigrante'*. Sada: Ed. do Castro, pp. 308-311.
- Seoane, Luís (1963[2004]). Carta a Isaac Díaz Pardo, 04/04/1963. In América Díaz, María (2004). Luís Seoane. Notas ás súas cartas a Díaz Pardo 1957-1979. Sada: Edicións do Castro, pp. 59-62.
- Seoane, Luís (1964 [2004]). Carta a Isaac Díaz Pardo, 18/05/1964. In América Díaz, María (2004). Luís Seoane. Notas ás súas cartas a Díaz Pardo 1957-1979. Sada: Edicións do Castro, pp. 103-107.
- Seoane, Luís (1964b[2004]). Carta a Isaac Díaz Pardo, 11/09/1964. In América Díaz, María (2004). Luís Seoane. Notas ás súas cartas a Díaz Pardo 1957-1979. Sada: Edicións do Castro, pp. 112-113.
- Seoane, Luís (1972). *A maior abundamento*. Buenos Aires: Cuco-Rei.
- Seoane, Luís (1973). *Comunicacións mesturadas*. Vigo: Galaxia.
- Seoane, Luís (1974a). *Arte mural. La ilustración*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Seoane, Luís (1974b). Encol da miña aportación ao arte mural. *Grial*, 45, pp. 308-318.
- Seoane, Luís (1977). *Obra Poética de Luís Seoane*. Sada: Edicións do Castro.
- Seoane, Luís (1978). *Imaxes de Galicia*. Buenos Aires: Albino e Asociados.
- Seoane, Luís (1979[2004]). Carta a Isaac Díaz Pardo, 19/02/1979. In América Díaz, María (2004). Luís Seoane. Notas ás súas cartas a Díaz Pardo 1957-1979. Sada: Edicións do Castro, pp. 726-727.
- Seoane, Luís (1979a). *Homaxes. Lorenzo Varela*. A Corunha: Cuco-Rei.
- Seoane, Luís (1979b). O rego da cultura. *Grial. Seoane*, n.º 65, pp. 388-392.
- Seoane, Luís (1980). *O irlandés astrólogo*. Sada: Edicións do Castro.
- Seoane, Luís (1989). *Fardel de Eisilado. Na bretema Sant-Iago*. Vigo: Xerais.
- Seoane, Luís (1994b). Figuracións. Debuxos e textos publicados en La Voz de Galicia (1971-1977). A Corunha: La Voz de Galicia.
- Seoane, Luís (1995). *Tres hojas de ruda y un ajo verde o las narraciones de un vagabundo* [edição facsimilar]. Sada: Edicións do Castro.
- Seoane, Luís (1996). *A soldadeira*. Sada: Edicións do Castro.
- Seoane, Luís, (Dir.) (1954-1959). *Galicia Emigrante*, n.ºs 1-37 [edição fac-similar, tomos I-III, 1994]. Sada: Edicións do Castro.
- Steiner, George (1990). Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem. São Paulo: Cia das Letras, pp. 15-21
- Sucarrat, Francine (1977). *Luís Seoane: su poética y su importancia en la literatura gallega actual*. Sada: Edicións do Castro.
- Vidal, Paloma (2004). *A história em seus restos: literatura e exílio no cone sul*. São Paulo: Annablume.
- Yuval-Davis, Mira (1998). Gender and nation. In Wilford, Rick; Millar, Robert L., Eds. *Women, Ethnicity and Nationalism. The politics of transition*. Londres; Nova Iorque: Routledge, pp. 23-35.
- Zavala, Iris M.(1993). Las formas y funciones de una teoría crítica feminista. Feminismo dialógico. In Díaz-Diocarte, Myriam; Zavala, Iris M., Coords. *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)*. I. Teoría feminista: discursos y diferencia. Madrid: Anthropos, pp. 27-76.



## Notas



## Sobre o conceito de Notáveis na obra sociolinguística de António Gil \*

Xavier Vilhar Trilho

Neste avanço de um ensaio da nossa autoria que, com o mesmo título, temos em elaboração, limitámo-nos a expor a problemática da sua ideia central: qual é a operatividade do conceito de notáveis ou notabilidade utilizado por António Gil, na sua obra sociolinguística, sobretudo nos seus dois livros *Silêncio ergueito* (1996) e *Temas de política linguística* (2005), para explicar, desde essa categoria conceptual, a atuação dos agentes do tipo de processo institucional de padronização do português da Galiza. Esta operação inicial de fixar a produtividade analítica do conceito de notabilidade, que ele emprega, vem facilitada pelo autor, quando explica que, para definir o conceito de notabilidade ou notáveis, “atende sobretudo ao étimo *notare*, frequentativo de *gnosco*... *gnotum* = conhecido, que pode ser entendido como aquele que conhece e aquele que é conhecido. Enquanto conhece, assinala o caminho; e enquanto é conhecido / reconhecido, dirige”. Essa notabilidade fica cingida “aos estamentos (ou classes?), antes de mais dirigentes e, secundariamente, dominantes, entendendo por dirigente aquele que dirige em nome de outro, enquanto o dominante exerce um poder que lhe é diretamente atribuído”. Acrescenta que “pertencem à Notabilidade os cidadãos que têm consciência, reflexa, de integrarem uma Nação e desde ela [Nação e consciência], procuram continuar as tradições mormente culturais dos seus concidadãos, de que em diferente medida se percebem responsáveis”. Esta concepção da notabilidade talvez seja demasiado generalizadora.

---

\* Título original: “Avanço do estudo em confeção sobre a problemática do conceito de notáveis presente na obra sociolinguística de António Gil no relativo ao processo de codificação do corpus da variedade galega da língua portuguesa”.

Desde tal concepção da notabilidade e desde o seu confronto com a realidade sociolinguística galega, António Gil elabora uma tipologia, por que distingue os “notables” espanhóis, os “sub-notáveis” hispano-galaicos ou “notabilillos” e os “notabiliños” ou também “sub-notáveis” galego-espanhóis. Todos contribuem a implementar o projeto nacionalizador do Reino da Espanha [RdE]. Face a esta notabilidade espanhol-galega ou pseudonotabilidade galego-espanhola, acham-se, em número crescente, “notáveis (nacionais) galegos, lusófonos, com consciência mais ou menos esclarecida da sua lusofonidade, da sua pertença a uma Notabilidade não hispanófona”. Deste dado, qualitativo e quantitativo, infere-se a distinção, adequada, entre notáveis (galegos) e Notáveis (do resto da Lusofonia), porquanto os galegos tem de “notar” e “ser notados” no seio de uma nação sem Estado, no seio de uma coletividade com um débil e hesitante processo de construção nacional, enquanto os do resto da Lusofonia exercem a sua função notabilizadora sobre sociedades constituídas em Estado. A notabilidade espanhola é notabilidade e espanhola. Espanhola, porque dirige com efetividade (embora não o tenha conseguido plenamente devido a que não foi capaz de erradicar totalmente a persistência do carácter plurinacional do RdE); e notabilidade, porque consegue que os *notabilillos* e *notabiliños* galegos se subordinem a esse processo. Os *notabilillos* e os *notabiliños* dedicam-se aos labores de difundir o discurso nacionalista espanhol e executar as diretrizes que se seguem de tal discurso. Os que são autênticos notáveis galegos, mas grupo disjuntado ou inclusive ainda em processo de conformação, estão a elaborar de forma descontínua algum discurso nacionalizador galego. E os notáveis lusófonos não galegos (mormente os portugueses, mas também quase todos os do resto da Lusofonia) se interessam na questão galega quer como uma curiosidade estrangeira, quer como hipótese de futuro que não tem porque ser proveitosa para Portugal e nem para a Lusofonia. O que explica as reticências das instituições portuguesas e lusófonas em se relacionar com os lusistas galegos, quando não têm inconveniente em ter relacionamento com as instituições e autoridades académicas galegas espanholizadoras da Galiza e do galego.

No recente livro *Temas de linguística política* (2005) António Gil caracteriza a natureza das fases do processo político-cultural nacionalizador do RdE, relativas a “desnormalização” ou “subnormalização” da língua oral e escrita da comunidade lusófona galega, de uma maneira que nos ajuda a definir o papel nesse âmbito da notabilidade espanhola (da qual tem feito parte a subnotabilidade ou pseudonotabilidade galego-espanhola) desde o séc. XV até o XXI:

- a) Supressão fatural dos usos escritos do português galego acompanhada pela supressão dos notáveis ou dirigentes galegos.

- b) Indução no povo galego do sentimento de incapacidade expressiva quer das mesmas pessoas galegas, quer da sua língua identificativa, como evidenciam textos da literatura espanhola em língua castelhana.
- c) Recuperação desde meados do séc. XIX de alguma das capacidades possíveis do galego mercê da expressão lírica sob formas mais ou menos castelhanizadas e por notáveis galegos, com maior ou menor consciência de serem nacionais espanhóis.
- d) Pretensão pela parte das instituições políticas e culturais do RdE (entre elas, as regionais e autonómicas galegas), de “normalizar” as formas mais ou menos castelhanizadas com o intuito de construir uma “língua de seu”, propositadamente distinta da portuguesa e em conflito com as realizações orais que dizem representar.

Em definitivo, podemos concluir, por palavras do autor ao resumir o resultado de todas essas fases do processo “desnormalizador” ou “subnormalizador” do galego: “de fato hoje está institucionalizado na Comunidade Autónoma da Galiza o antilusismo entendido como recusação das formas linguísticas semelhantes às portuguesas”.

Para a tarefa de definição do conceito de notabilidade, assim como para o trabalho correlativo do estudo da distinção entre notáveis e “sub-notáveis” (seria preferível chamá-los *pseudonotáveis*) com os seus diversos tipos, está a ser-nos de muita produtividade analítica acudir, na elaboração do nosso ensaio, ao desenvolvimento em profundidade das implicações do pedagógico critério das distintas dimensões da oposição *regional* vs. *nacional* do construto nacional-estatal (*universalidade* / *localismo*, *inovação* / *tradição*, *totalidade* / *redução funcional*, *unidade linguística* / *fragmentação dialetal*, *épica* / *lírica*). A oposição *nacional* / *regional* é uma das denominadas, pelo próprio António Gil, oposições “[im-]pertinentes” (*tradição* vs *inovação*, *regional* vs *nacional*, *nacionalismo galego* vs *nacionalismo espanhol*, *isolacionismo* vs *reintegracionismo*, *Lusofonia* vs *Hispanofonia*, *normalização* vs *subnormalização*).

Ainda que na historiografia o conceito de notabilidade se tem aplicado e se aplica, por extensão, a tempos posteriores aos do final do Antigo Regime, estimamos que não é apropriado para o “Novo Regime” que nasce depois das revoluções burguesas. O termo *notável*, já de forma significativa com parentesco léxico com *nobre*, toma carta de natureza com a *assembleia de notáveis*, assembleia de caráter consultivo, composta dos indivíduos mais representativos pelas suas qualidades (nascimento, fortuna, moralidade) de cada um dos estados ou estamentos (nobreza, clero, povo), convocada na França pelo Rei nos momentos de crise da fase final de Antigo Regime, para sopesar a opinião dos súbditos e obter subsídios deles). Também se empregara, de 1789 a 1792 (período inicial da revolução burguesa francesa), o termo *notáveis*, para designar os funcionários que eram eleitos, o qual não deixa de ser

significativo relativamente a demonstrar uma certa continuidade, apesar da ruptura revolucionária, entre o Antigo Regime nobiliário e a nova ordem liberal-burguesa. No RdE empregou-se por primeira vez o termo com ocasião da convocatória da Assembleia de Notáveis de Baiona de 1808, convocada por *Proclama da Junta de Madrid*, de acordo com Napoleão, na que se convocava uma reunião “de deputados das cidades e províncias e dos corpos principais do Estado” com o objeto de entronizar o regime napoleónico no RdE e proclamar rei a José Bonaparte. Esta Assembleia seria a que aprovasse a chamada *Constituição de Baiona* (uma Carta outorgada mais do que uma verdadeira Constituição), o primeiro texto, nominalmente constitucional, da história do RdE.

O conceito de notabilidade ou notáveis, elaborado para descrever esse tipo de grupo social nascido no Antigo Regime absolutista nobiliário e categorizado na historiografia francesa sobre o *Ancien Régime*, tem virtudes e limites para caraterizar o papel da *intelligentsia* nacional galega atual no *nation-building*, no processo de construção nacional galego, e no concomitante processo de elaboração da norma padrão da língua nacional da Galiza. Com efeito, tem a virtude de, por uma parte, ser apropriado para pôr de manifesto que a maior parte da atual *intelligentsia* nacional galega não é realmente uma autêntica e própria *intelligentsia* nacional (categoria própria das constituídas, ou em processo de constituição, nas sociedades modernas de massas, industriais, urbanas, com sistemas políticos nacional liberal-democráticos ou que aspiram a consegui-los, nos que os intelectuais, no seu role de direção, apelam à elevação do nível cultural do povo e a que este passe a ser protagonista em primeira pessoa no processo nacionalizador e modernizador da sociedade e cultura nacionais), A maior parte da atual intelectualidade galega é, mais bem, uma simples *notabilidade*, categoria social própria do Antigo Regime, cujo role se limitava a ser o intelectual coletivo orgânico da nobreza, organizador dos interesses gerais da ordenação nobiliária da sociedade estamental e que, portanto, não se tinha por que preocupar de elevar o nível cultural das massas populares nem de estimular o protagonismo político do povo, coisa que iria em contra da ordem social feudal fechada, na que cada indivíduo permanecia no estamento social no que tinha nascido e no que essa posição social determinava a situação jurídica, política, económica, religiosa e pessoal. Toda pessoa pertencia a um só estamento social, era em todo momento comerciante, camponês, artesão ou nobre.

Tudo o que acabamos de dizer é muito evidente, precisamente, na questão linguístico-escolar, como lugar privilegiado de opção na luta ideológica no final do *Ancien Régime*. Como têm posto de relevo Renée Balibar e Dominique Laporte, não só a nobreza foi hostil a qualquer tentativa de educação do populacho senão também a burguesia aristocrática e os elementos da burguesia do Antigo Regime, comprometidos em servir o Estado absolutista

monárquico, foram hostis a quanto pudesse pôr em causa o *statu quo* dos seus privilégios. As atitudes elitistas-oligárquicas dos *intendentes* (curiosamente também conhecidos por *notáveis* no Antigo Regime) estiveram claramente manifestas em que, segundo eles, havia certas instruções educativas que não convinha dar aos camponeses, pois, de se generalizar a educação, as terras seriam pronto abandonadas, faltas de quem as cultivar. Queixavam-se de que não se achariam operários para trabalhar as terras e que essa só razão exigia que se impedisse aos camponeses aprender a ler e, com muita maior razão, a escrever. Quem estavam feitos para trabalhar a terra não necessitavam mais instruções educativas que as fornecidas pelos sacerdotes. A simplicidade de conhecimento era preferível aos mais amplos e perfeitos conhecimentos que lhes poderiam proporcionar os livros. Curiosamente, similar forma de razoar repete-se entre os “normativizadores” isolacionistas do galego, quando argumentam que a utilização da ortografia do espanhol para o galego vem exigida porque o povo galego não estaria preparado para a aprendizagem da ortografia do português. Os atuais intelectuais “normativizadores” institucionais galegos não são *notáveis* elitistas que se oponham a educar o povo galego na escrita do galego; são intelectuais ou *notáveis* populistas, que não elevam o nível cultural do povo ao nível da alta cultura, ao não recomendar para a escrita do galego o padrão “mais culto” (com cultivo literário mais continuado no tempo e mais geograficamente extenso) e internacional, quer dizer, o padrão português. Não recomendam tal escrita pela razão, entre outras, de que dizem que seria de difícil aprendizagem para os cidadãos galegos, ao ser mais fácil para eles escrever um galego com uma ortografia basicamente coincidente com a do espanhol, de referência preferente, e melhor aprendida na escola, e mais presente num espaço público gráfico dominado pelo espanhol.

Se pretendermos pôr de relevo o caráter de categoria de Antigo Regime que tem a atual intelectualidade nacional galega, não há dúvida que o termo de notabilidade é totalmente adequado. Inclusivamente poderíamos ver na sua utilização por António Gil uma ironia afortunada, talvez inconscientemente querida por ele: nada mais apropriado que o termo de *notáveis* (como também o de *persoeiros*, assim mesmo muito utilizado pelo histórico galeguismo regionalista), para uma sociedade como a galega, ainda não nacional e escassamente moderna, industrial, urbana, democrática e com mínimo protagonismo direto em política. O autor utiliza deliberada e conscientemente os termos *notáveis* ou *notabilidade* e as formas “*notabilillos*” e “*notabilhões*”, talvez para salientar mais a sua conexão com a função que tinham no Antigo Regime, escassamente nacionalizadora e democraticamente educadora, ao contrário da altamente nacionalizadora e democratizadora desempenhada pelas elites dirigentes, os intelectuais, a *intelligentsia*, nas revoluções liberal e democrático-burguesas e nos movimentos de construção nacional

liberal-democráticos europeus. É evidente que, mesmo utilizando o autor o conceito de notáveis, categoria originada no Antigo Regime, ele lhe dá um significado moderno, que têm as categorias contemporâneas como *intelectuais* ou *intelectuais orgânicos* na terminologia gramsciana, ou o que tem o conceito de *intelligentsia* na tradição cultural dos russos e demais povos eslavos, hoje já globalmente espalhada nas ciências sociais. A prova é que, por vezes, utiliza de forma expressa, como equivalentes de notabilidade, termos como os de *intelectuais orgânicos*, *vanguarda*, *classe dirigente*.

O emprego do conceito de *notáveis* tem virtudes e limites: a virtude também se pode converter em limite. O emprego do conceito seria, por uma parte, adequado a uma sociedade como a galega atual, que ainda não chegou a ser nacional e, então, nada mais lógico que tenha notáveis em lugar de ter uma *intelligentsia*. Mas também, se *notáveis* fosse entendido equivalente de uma autêntica *intelligentsia*, seria inadequado, porque deveras se lhe está dando o significado de *intelligentsia*, o qual não se corresponde com a situação atual da Galiza.

Portanto, para entender a função nacionalizadora e democratizadora das elites dirigentes seria muito funcional o emprego de categorias conceptuais como elites, classe dirigente, *intellectuells*, *intelligentsia*. Pode tirar mais produtividade analítica a essas categorias conceptuais. O autor pôde acudir aos conceitos de *intelligentsia* (surgido na Europa central e oriental no séc. XIX na luta dos movimentos de libertação nacional dos países eslavos contra a opressão imperial russa, austro-húngara e turca) ou aos da distinção gramsciana entre *intelectuais tradicionais* e *intelectuais orgânicos*, porque são mais operativos para assinalar as deficiências da intelectualidade nacional galega e desenhar as tarefas que esta deve realizar.

Os intelectuais em Gramsci são intelectuais pela sua função social de organizadores da classe hegemónica, da classe social da qual são representantes, tanto no terreno da produção quanto no da cultura, da política e da administração. São os que — em expressão marxista— poderíamos chamar “funcionários, especialistas, arquitetos da superestrutura”.

Gramsci distingue entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Os intelectuais orgânicos, sendo produzidos pela nova classe ascendente, são os que lhe fornecem homogeneidade e consciência. O intelectual orgânico é orgânico na medida em que é responsável da coesão e da homogeneização não só da classe social dominante, mas também da sociedade civil, da coletividade nacional, em função dos interesses gerais, não dos corporativos, da classe social dominante. Os intelectuais orgânicos são aqueles dedicados a formar gente capaz de pensar, de estudar, de dirigir, ou de *organizar* ideologicamente a quem dirige. Têm o objetivo democrático de que todo o cidadão possa chegar a ser governante, de o pôr, embora seja só idealmente, nas condições gerais de chegar a sê-lo. Os intelectuais orgânicos são os pensado-



res que cada classe social produz “organicamente” (como um órgão próprio) desde as suas próprias fileiras. Pelo contrário, os intelectuais tradicionais são aqueles intelectuais que se veem como autônomos e independentes, sem compromisso com qualquer classe social, os intelectuais que se consideram independentes da classe social dominante. Assim, os eclesiásticos, enquanto intelectuais da aristocracia latifundiária, tinham missão oligárquica por esta destinar-se à geração de grupos dirigentes fechados e chegar a ser eles mesmos classe dirigente não aberta. Os notáveis (os intelectuais) das classes dirigentes tradicionais limitam o mais criativo pensamento original das massas e não influem politicamente de forma positiva sobre elas, pois abandonam as massas populares à cultura inferior do sentido comum.

Para Gramsci não só são intelectuais tradicionais gente como os eclesiásticos no Antigo Regime (que nós consideraríamos também intelectuais orgânicos, no sentido de ser funcionais aos interesses dos estamentos dominantes da sociedade nobiliária, embora eles se considerassem independentes de ditos estamentos), mas também os intelectuais que em si mesmos não pertencem a nenhuma classe social essencial (como, por exemplo, os intelectuais tradicionais de tipo rural (os mestres de escola, os advogados, os médicos, que trabalham no rural), que devem ser conquistados ideologicamente hegemonizados pelos intelectuais orgânicos de tipo urbano-industrial (empresários, engenheiros, técnicos de todo tipo e profissionais liberais ligados a eles) para a transformação da sociedade desde a óptica da nova classe ascendente. Que quantidade de ensinanças não poderia extrair da análise de Gramsci, para desenhar as diretrizes das tarefas que teria de empreender, o setor filológico (os desenhistas das políticas linguísticas e planificadores linguísticos) da intelectualidade galega, tanto a sua fração de inspiração isolacionista (para deixar de ser isolacionista) como a de orientação lusófona (para conseguir conetar com a maioria da sociedade galega)! Quê quantidade de ensinanças não poderíamos extrair os investigadores sociais e os dinamizadores políticos nacionais galegos, para analisar o que é a intelectualidade galega e projetar o que deveria chegar a ser!

Especialmente produtivo para o caso galego, seria inspirar-se no surgimento, na experiência histórica da chamada *intelligentsia* e no processo de elaboração da categoria conceptual correspondente. Do uso do termo *intelligentsia* (termo russo, procedente da palavra latina *intelligentia*, transliterado dessa maneira às línguas de alfabeto latino, que faz referência ao que na nossa língua chamaríamos *intelectualidade* ou grupo social dos *intelectuais*) tem-se notícia na primeira metade do séc. XIX no Império Russo. A palavra foi utilizada, por primeira vez, nos diários do escritor russo Vasily Zhukovsky, datados em 1836. Na Grande Polónia, que então era uma parte da Prússia, fora popularizado, com o significado restrito que tem na atualidade, pelo filósofo polaco Karol Libelts, e chega a difundir-se extensamente na

ciência social polaca, após a publicação da sua obra *O miłocęci ojczyzny* (*Sobre o amor da madrepátria*), em 1844, na que se define a *inteligencya* como aquelas pessoas com um elevado nível cultural de educação, que se encarregam de dirigir o povo (como os mestres, professores, letrados, engenheiros) em função do seu mais elevado esclarecimento intelectual. Na Rússia czarista fora popularizado pelo escritor Pyotr Boborykin em 1860. Desde lá passou ao inglês e a outras várias línguas europeias.

Na língua inglesa o termo *intelligentsia* tem sido com frequência aplicado de forma restrita à intelectualidade da Europa central e a dos países da Europa oriental entre os séc.s XIX e XX. Esta aplicação restringida está baseada na situação económica e cultural peculiar dos intelectuais desses países, que era muito diferente da que os intelectuais tinham na Europa ocidental e na América do Norte. A emergência da intelectualidade tem sido observada em outros países europeus, por exemplo, tem-se falado do role dos *intellectuels* na França (ou dos *Gebildeten* na Alemanha). Contudo, há importantes diferenças com as dos países do antigo Império Russo. Diferenças causadas por processos históricos diversos, como: longa duração de regimes autocráticos, existência de opressão nacional e baixo nível de educação do conjunto da população nos países da Europa central e oriental durante o séc. XIX. Essa situação motivara os intelectuais dos países dessas partes da Europa para elaborar um sistema de valores comuns e um sentido de camaradagem entre eles. A circunstância de a intelectualidade da Europa central e oriental ter estado muito dividida pela sua pertença nacional favoreceu um sentido de responsabilidade para com a sua nação, até acreditar que o progresso cultural e a realização política da nação dependiam principalmente do compromisso deles com a mesma. De fato, a posição da *intelligentsia* sempre teve significativas consequências para as revoluções e movimentos de libertação nacional na Europa central e oriental. Em concreto, a *intelligentsia* polaca foi especificamente estimada como a coluna vertebral da moderna nação polaca. Os membros da *intelligentsia* polaca eram os mais conscientes do seu *status* social e dos seus deveres, dos quais trabalhar para o país e o patriotismo eram considerados os mais importantes. Daí a explicação de por que a *intelligentsia* polaca fosse especialmente massacrada tanto pelos nazis alemães quanto pelos russos soviéticos durante a II Guerra Mundial.

Na ideologia bolchevique criticara-se, como uma simples ilusão ideológica, a pretensão da *intelligentsia* (considerada como o estrato social formado pelos intelectuais), de se apresentar como grupo social independente da estrutura de classes da sociedade, Mesmo Lenine chegara a dizer que “a *intelligentsia* não é o cérebro da nação, é o lixo da nação”. Ironicamente, a teoria bolchevique de os trabalhadores intelectuais e criativos (embora pudessem ser uma categoria social explorada) serem simplesmente lacaios da burgue-

sia e dos latifundiários, foi propugnada por Lenine e Trosky, especialmente representativos, eles mesmos, da mesma *intelligentsia*. Opinião sobre a *intelligentsia*, por outra parte, contraditória com a ideia leninista do partido como vanguarda intelectual do proletariado e de o socialismo ser importado pelos intelectuais revolucionários no seio do movimento operário, o qual, de não ser assim, cairia nos erros da praxe espontânea e do economicismo.

Ora, não por se chegar mais a notabilidade galega do role de categorias —como seriam a *intelligentsia*, os intelectuais orgânicos de Gramsci, a classe dirigente (elaborada a partir dos teóricos fundadores do elitismo Pareto, Mosca e Michels), a vanguarda leninista ou a *leadership* (liderança) democrática nos sistemas sociopolíticos de democracia liberal—, iria atuar de forma como se esperaria que atuassem essas categorias. Pois, assim como a deficiência estrutural (vista de uma óptica contemporânea) da notabilidade tradicional do Antigo Regime nobiliário, ou dos chamados intelectuais tradicionais na terminologia gramsciana, era o da sua despreocupação por elevar o nível cultural dos setores sociais populares, o defeito (além do elitismo) em que essas novas categorias sociais modernas e contemporâneas podem cair, é o do populismo. A notabilidade do Antigo Regime tinha um defeito, o do elitismo, e a *intelligentsia* do “Novo Regime” pode ter dois defeitos: o elitismo e o populismo. O defeito do elitismo de atuar como uma elite afastada do povo e de voltar, assim, a se converter em notáveis do Antigo Regime, em intelectuais tradicionais gramscianos, em intelectuais de antes da aparição da nação moderna. E o defeito do populismo, de reproduzir tal qual o nível da cultura popular com o pretexto de não se afastarem das massas populares.

O mesmo Antônio Gramsci, que não era populista no relativo à direção política das massas, caía, paradoxalmente, no populismo em relação ao processo de padronização linguística do italiano. No campo do político, Gramsci criticava o senso comum das massas populares, pois considerava que a missão dos intelectuais e do partido (o “príncipe coletivo”) era a de converter o senso comum num bom sentido. Gramsci considerava que o bom sentido estava sepultado no homem massa pelo senso comum. O senso comum é sempre o senso da ideologia da classe dominante. Para Gramsci, os intelectuais orgânicos das classes revolucionárias do mundo contemporâneo não se devem limitar a manter a unidade com o povo no baixo nível cultural do mesmo; antes devem orientar-se a fazer possível um progresso intelectual das massas populares. A grande missão dos intelectuais é criar para o povo um movimento de alta cultura que ultrapasse o senso comum. Não há elevação cultural do povo sem uma prévia crítica do senso comum.

Mesmo para o sistema escolar, o próprio Gramsci era partidário de não rebaixar o nível da educação, porque, para ele, toda educação exigia um esforço intelectual no processo de aprendizagem, um esforço que era educati-

vo em si mesmo. Daí que Gramsci propugnasse o estudo do latim e do grego pelo seu valor formativo e também porque o italiano era latim moderno. Não obstante, de forma contraditória com o que acabamos de dizer que defendia, Gramsci criticava a forma em que fora elaborado o padrão do italiano por ter seguido uma linha muito afastada da língua popular. Para ele, os literatos e gramáticos da língua italiana, ao se inspirarem no latim, elaboraram o italiano como *língua vulgar ilustre*. O italiano era um *fiorentino* (toscano) elaborado pelos intelectuais da velha tradição, era um *fiorentino* de vocabulário e também de fonética, mas latim de sintaxe. Para Gramsci, os intelectuais italianos não escreviam já em latim, mas em italiano; num italiano que não era falado pelo povo, uma língua de sábios e não da nação: “Mais uma vez, esse italiano é uma língua escrita e não falada, uma língua de sábios e não da nação”. Gramsci pensava que o italiano ilustre era pouco popular. Em definitivo, Gramsci ignorava, devido ao seu “populismo linguístico”, que o processo de elaboração da forma escrita de uma língua nacional não se pode limitar a reproduzir simplesmente o registo oral dessa língua, entre outras razões, porque toda língua tem várias realizações orais.

Que próximos nos soam os argumentos populistas dos antilusistas galaiços a essa posição populista de Gramsci sobre a forma em que foi padronizada a língua italiana!

O reintegracionismo vem sendo acusado de ser uma forma de elitismo, porque pretende canonizar uma forma escrita do galego, a portuguesa, de que se diz ser muito distante da forma em que é falado o galego na Galiza. Seria elitismo pretender reservar essa forma de escrever o galego só para uma elite culta, como língua corporativa dessa elite, como língua só dos “lusistas”, da mesma forma em que a aristocracia russa falava em francês para se distinguir do povo camponês russo. Pelo contrário, os reintegracionistas procuram que a forma “cultu” (quer dizer, a forma mais cultivada) do galego, a portuguesa, seja aprendida por todos os galegos, que o povo galego alcance o mesmo domínio dessa forma culta como o que possa ter a elite intelectual.

Agora, a maior parte dos intelectuais da Galiza não são notáveis elitistas, que se oponham a educar o povo, são intelectuais populistas que, em lugar de educar o povo, se deixam educar pelo povo ou, na realidade, educam o povo, tomando como topo cultural aquele que tem um povo deseducado pelo labor deseducador da elite presente e das elites precedentes, dizendo que, dessa forma, os intelectuais são educados pelo povo. A função de uma verdadeira elite intelectual é a de elevar o nível cultural do povo, formando novas elites de origem popular que façam desnecessárias as elites. A função de uma verdadeira elite dirigente é a de se renovar constantemente pela integração dos elementos com mais capacidade intelectual das classes populares e chegar assim a desaparecer na medida em que todos os cidadãos dirigidos alcancem

a se converter em dirigentes, na medida em que façam desaparecer de forma progressiva a separação entre dirigidos e dirigentes.

As reticências a usar categorias analíticas (como classe dirigente, intelectuais, *intelligentsia* ou inteletualidade, intelectuais orgânicos, elites, vanguarda) e, nomeadamente, a ter uma praxe social como essas categorias analíticas o exigiriam, talvez seja devido às conotações elitistas dessas categorias, que nos fazem recordar os vituperados dirigismos das minorias seletas da ideologia fascista, vanguardismo iluminado dos partidos leninistas e inteletualismo das minorias seletas, considerados hoje não politicamente corretos numas sociedades onde predomina o populismo barato, mesmo no campo das atividades intelectuais. Mas a inteletualidade não há de ter vergonha da sua missão dirigente (de organizadora, de coesora, de educadora social). Os lusistas têm de perder o medo a ser qualificados de elitistas, pois o role das elites, das minorias dirigentes, das vanguardas continua a ser necessário, ainda que só for para que qualquer pessoa chegue a fazer parte da elite e estar pronto a deixar de formar parte dela, porque chegue a ser desnecessário, e permitir que todos os cidadãos possam ser dirigentes durante algum tempo, já que não o podem ser durante todo o tempo. O labor de direção está presente inclusivamente nas organizações espontâneas de massas baseadas na autogestão. É inevitável a presença dalgum tipo de direção. O que deve e pode ser evitado é que uma casta dirigente, burocratizada e fechada em si mesma, se eternize na direção de uma organização social ou de uma comunidade política.

Em conclusão, para a análise das funções que António Gil atribui à notabilidade, acreditamos que seria mais operativo acudir àquelas funções atribuídas às realidades sociais conceptualizadas em categorias teóricas, que — na literatura historiográfica e das ciências sociais posteriores ao Antigo Regime e nas praxes política, militar e artística contemporâneas — conhecemos por *intellectuels*, *intelligentsia*, elites, classe dirigente, intelectuais orgânicos, vanguardas, líderes e *leadership*. Mas, para esclarecer em profundidade todo isso será preciso desenvolver o ensaio que aqui temos insinuado e que será acompanhado de todo o aparato crítico imprescindível.



**Dum (assombrado)  
complexo de Bartleby**

*Isto [não] é um livro e eu [não sou  
daqui (ou da [im]possibilidade  
lusófona da Galiza)\**

Álvaro J. Vidal Bouzon

*A Pastor B., in memoriam;  
a Brenda T.; E a Raquel M.*

**A**lguma vez tem Gabriel Albiac (1997:100-101) evocado, como quem retrata um fantasma, o poeta. E focado, assim, a sua figura da imaginária objetiva que o fixa numa terra nem alguém nem além da Estátua da Liberdade. Depois de ter deixado (em éxodo, acaso, também?) uma França, e uma Europa, persistentemente rendendo a sua alma ao diabo. Na sequência precisa da sua resposta ao funcionário estado-unidense de alfândegas que o recebeu a ele e àqueles peregrinos dos quarenta do mais cruel dos séculos sobre onde iria viver em Nova Iorque: *'J'habiterai mon nom'*, (Perse, 1960:160) Albiac pergunta(-se): como é possível habitar o próprio nome? E afirma não existir nenhum outro problema político para qualquer que trate de pensar honestamente nos inícios do novo milénio. O título que o poeta deu ao pequeno volume que representa (e desloca, pois) essa experiência refere para nós o estado de tão (des)aprazível maldição: Exil. Quer dizer: *morada. E lar. Sempre.*

Nomes próprios. Dentre as palavras. Que têm? Que há neles? E que fazem? Resta-nos somente invejar Saint-John Perse pela sua coragem não apenas ao criar um para si, mas também por assim o fazer com o intuito de o habitar... além de todo o devir? Além do limiar, isto é, onde Pessoa (& Co.) se detivera(m). Mais do que uma assinatura —uma assinatura riscada. Um altamente

---

\* É, a deste trabalho, uma versão diferentemente desenvolvida de, sobretudo, a parte III da minha tese de doutoramento, inédita (Vidal Bouzon, 2007:237-272).

incómodo e sinistro castelo, sim, como toda e qualquer identidade. Muito provavelmente, também, assombrado. Mas dele. No feitio como na nominação.

E eu, agora, contudo, gostava de falar em nomes, palavras, língua. E na sua inflação. E na sua falta. Eu, agora, gostava de convidar os leitores a passear comigo pelo lado selvagem desse monstro de tantas cabeças: *a Lusofonia*. Indicarei (indicarei, só: aludindo e elidindo como uma espúria nódoa délfica) umas gentes num lugar que representa(m), mesmo se *a contrario*, o seu início e que invoca(m), ao mesmo tempo, os seus riscos e o seu final. Eu, e outros, dizemos-lhe, *ainda*, “Galiza (espanhola)” —o canto noroeste da Península Ibérica em que a língua portuguesa nasceu, malvive e está agora incluída em Espanha:<sup>1</sup> um duplo (tão excessivo quanto, embora de jeito diferente, defeituoso) enclave (*vide* Vidal Bouzon, 2006) “cultural”,<sup>2</sup> digamos. Eu, e outros da Galiza,<sup>3</sup> estamos sempre *em exílio* mesmo quando lá estamos. *Nomeadamente* quando lá estamos. Nômadadas sem querer. Não em movimento mas obrigados a mudar-nos sem nunca ter ido embora. Aonde? Onde?

Mas eu, claro, estou “perto” de mais dessa situação —que sorte de *eu* ficaria de *mim*, de facto, uma vez amputado a ela? A literalidade é âmbito e privilégio só do matemático e, acaso, do poeta. Como a morte, o complexo entramado de linhas de fuga que *n’importe qui* diz (ser) a sua identidade não é verdadeiramente enunciável em primeira pessoa. É *aquém*, antes de *mim*. Nós (eu) podemos (posso) invocar apenas os seus espetros a meio de tropos: metáforas, símbolos. Mitologias. Ou, hoje, sinédoques. Gostava de escrever sobre uma sinédoque, pois. Que aponta para o castelo identitário da Galiza. Todavia, (não) como no caso de Perse, é este nosso e, consequentemente, somos livres para dispor dele? Ou, ao contrário, é propriedade da nossa (mal-)assombrada alternativa linguístico-nacionalitária em duplo ligame?<sup>4</sup> É ele um castelo, sequer? Ou é o castelo somente um precário heterónimo do fantasma do nada? Está o castelo no fantasma e não vice-versa? É a nossa casa, mesmo se sob forma de exílio? Ou é ele exílio, mesmo se sob forma de casa? Ambos? Mas, então, e enfim; exilados, nós, (alguns?) galegos, de que? De quem?

<sup>1</sup> E não, por exemplo, em *Hespanha...* e/ou mesmo em *Hespanya...* e/ou mesmo em *Espainia...* e/ou mesmo em *Hespaña...*

<sup>2</sup> Sirvam as aspas, pelo momento, para visibilizar a mascarada e atroz face política que a palavra cultura encobre com nada surpreendente frequência.

<sup>3</sup> Assim dito; e não, por exemplo, destoutro modo e com estoutra pontuação: “Eu e outros galegos”.

<sup>4</sup> Sobre a condição de duplo ligame que atenaza os galegos (e, dentre eles, e com particular “pureza”, sobretudo àqueles que se dizem/são ditos “elites nacionais”, “dirigentes nacionais” ou, sem mais, na terminologia revolucionária que o próprio Gil Hernández recupera e cuja “crise” submete a crítica, “notáveis”) *vide* Gil Hernández, 1995 e Gil Hernández, 1996 (sobretudo o Prefácio [1992:7-53]). Tal condição não apenas gera consequências identitárias definitivas como também, de algum modo, está na base do fenómeno sociolinguístico e glotopolítico que também Gil Hernández tem caracterizado como correlacionamento diglósico deslocado da língua portuguesa na Galiza, e a que me referirei mais adiante.



Num já clássico artigo de Lluís Vicent Aracil (1989) somos golpeados quase desde o início por um muito básico e desassossegante (especialmente para aqueles que pensam à margem e/ou nas margens da Universidade) truísmo deduzido da história de, pelo menos, as línguas indo-europeias — simplificando-o só um bocado e reduzindo-o às suas mínimas variáveis: digamos que duas “línguas” estão “disponíveis” para uma só (do ponto de vista da sua relativa unificação geopolítica) população. Tudo na história desse povo (ou, desses povos?) e da sua relação com as suas (suas?; de quem?) línguas balanceará de um destes polos para o outro.

No início há uma invasão. Há sempre uma invasão ao princípio —ou, para o dizer com maior rigor, não há princípio senão sob a forma de uma invasão. E, com ela, a chegada de outra, a segunda, língua. É claro que questões de relações de poder vão estar imediatamente em jogo. E, pois, que não todas as línguas implicadas vão ter o mesmo valor simbólico e material. Mas, de qualquer maneira, vai haver um tempo durante o qual ambas serão insuficientes (tipicamente: uma é requerida na esfera da domesticidade, do domínio privado, e só nela; a outra, apenas na esfera do domínio público) e, portanto, necessárias. Por mais transicional que esta situação (o primeiro polo referido acima) for, estará sempre à beira de se tornar algo diferente, dependendo da correlação de forças. Porque um segundo polo, ao outro extremo, condiciona o resultado da luta: não há sociedades bilíngues (plurilíngues)... há, só, indivíduos com, normalmente, um certo desequilíbrio no grau do seu bilinguismo (plurilinguismo). Aquelas sociedades, aquelas comunidades com mais de uma língua acabarão inevitavelmente por seguir este caminho: uma das línguas tornar-se-á progressivamente suficiente (usada tanto na esfera privada quanto na pública) ao invadir os âmbitos de uso da outra, que acabará por se tornar *des-necessária*. Tais sociedades, a propósito, habitam um suspenso mas diacrónico *topos*, à vez além e aquém das andersonianas comunidades “imaginadas” (Anderson, 2006): naufragam num excesso da ordem do real (que devém o *locus* da fantasia quando as outras ordens quebram), deambulam por uma ordem do imaginário implosionada (e infantilizada), tudo por (mal) dispor de uma ordem do simbólico (in)acessível (sob condições de paroxísmico duplo ligame).<sup>5</sup> Tais comunidades são, assim, quotidiana e ampliadamente (re)produzidas na materialidade anímica das suas gentes. Porque, que outra cousa é, de facto, (um)a língua senão (uma) estrutura constituinte de subjectividade?

Evitei até agora qualquer qualificação especificamente política. Opressores e colonizados. Domínio. Soberania. Nação, sobretudo. Ou, na sua hifeni-

---

<sup>5</sup> Sobre o estatuto e relações estruturais das três ordens não apenas na teoria psicanalítica de raigame lacaniana *vide* Deleuze (1979).

zada forma moderna: Estado-Nação. Deambulei, assim, pelos prolegómenos da análise. Só isso. Antes de descrever. Não classificar. Não ainda. Terei, no fim, e de algum jeito, que classificar, que julgar? *Ou preferiria não?*

Descrevamos, pois, primeiro.

Em 2003 João Guisan Seixas, muito provavelmente o mais imaginativo dos escritores galegos contemporâneos, publicou *Isto é um livro. Projecto Dicionário Vivo*. O texto é concebido desde o início —ao modo dos velhos, e acaso veneráveis, intuítos vanguardistas— como um “projecto de Projecto” (2003:7) que manteria uma essencial relação com a língua e a escrita mas que potencialmente acabaria por as exceder, atravessando assim as fronteiras da suposta autonomia dos artefatos e práticas culturais. Depois de reconhecer a generalidade ou universalidade do princípio que articula o projeto (“O dito seria de aplicação em muitas Línguas e territórios”) (2003:24), explicitam-se os seus imediatos objetivos práticos, políticos aliás, e circunscreve-se a um caso e território em particular:

[...] mas tudo isto concretiza-se, no caso da Língua Galego-Portuguesa e do território da Galiza e Portugal (cujas circunstâncias e problemáticas inspiraram a ideia do “*Projecto Dicionário Vivo*”, embora possa ser trasladado a outros âmbitos) nos seguintes objectivos:

- Facilitar o conhecimento da Língua Galega culta aos castelhanofalantes da Galiza.
- Facilitar a aquisição de neologismos, termos técnicos, léxico urbano, e outras áreas do vocabulário fortemente castelhanizadas, aos galego-falantes da Galiza.
- Familiarizar de maneira não traumática a toda a população com a escrita histórica e universal da Língua originária da Galiza.
- Contribuir para alimentar a consciência da unidade linguística entre os cidadãos de Galiza, Portugal e países de Língua Portuguesa (2003:24).

É importante assinalar aqui que, através de tal explicitação, o texto se distancia dos comuns objetivos culturais e linguísticos do nacionalismo galego contemporâneo, a cujo meio intelectual pertence o autor. Distancia-se, em concreto, de um desses objetivos: o dito de “normalização linguística”, quer dizer a explícita e discursivamente privilegiada centralidade que para o nacionalismo galego tem conseguir uma situação em que o “galego” seria a única língua social/oficialmente usada na Galiza.<sup>6</sup> Na textualidade de Isto é

<sup>6</sup> Designação simbólico-territorial cuja geografia é, aliás, e no mínimo, bastante nebulosa: que faz aí esse “e Portugal” senão à vez e no mesmo gesto marcar —para bem e para mal— e ultrapassar —para revigorar quanto para diluir— uma fronteira?: “Precisamente a maneira de aceder às empresas galegas seria por meio daquelas que dirigem boas (sic) parte das suas actividades a Portugal. Se a marca “*Projecto Dicionário Vivo*” “vendessee” em Portugal disporíamos de uma arma infalível para fazê-las vender também produtos “*Projecto Dicionário Vivo*” na Galiza” (Guisan Seixas,

um livro uma posição em relação ao que tecnicamente a sociolinguística chama de *language planning* é, como muito, implícita — a realização de um “monolinguismo social” em galego não é nunca explicitamente promovida. Por enquanto, uma específica posição na batalha sobre a “qualidade de língua” daquela que se apresenta (ocultando, potanto, *algo mais*; ou, talvez, *algo menos*) sob o nome “galego” é, no campo técnico do *corpus planning*,<sup>7</sup> claramente formulada: *Isto é um livro*, no espectro político deste fortemente desequilibrado “debate”, sabe que o “galego” é ao português o que o “castelhano” é ao espanhol. Que galego é, ainda, português.<sup>8</sup>

*Ainda: até agora. Neste (fugaz, imensamente fugaz) instante. Porque nada há de imobilidade nem na situação sociolinguística da Galiza sobre a qual o projeto de Isto é um livro gostava de intervir nem, aliás, na formulação mesma desse projeto. Acaso haja uma certa estancação. Pelo menos na primeira. Que induz, aliás, uma certa podridão. Nunca estabilidade. Há, sim, no segundo, pelo contrário, algo que provisoriamente podíamos chamar de gozosa necessidade. Uma sorte de fruição cuja urgente exigência é só percebível e compreensível se uma das “comunidades” de língua identificadas na Galiza sofre um processo de deterioração (por interposição modelizadora da*

---

2003:50). Assim, a modo de exemplo, “[n]ós produzimos uma parte considerável do leite que se comercializa em Portugal. Mas um importador português de leite galego pode realizar a mesma operação que uma central leiteira galega nem vai nunca realizar por motivos políticos (entendendo aqui a política na sua acepção mais ruim). Uma boa parte desse leite empacotado por um importador português com a marca “*Proyecto Dicionário Vivo*” pode voltar para a Galiza onde se revenderia para a sua distribuição nos circuitos comerciais” (Guisan Seixas, 2003:49). No fim, se as caixas de leite “podem servir para apreender (sic?) grego ou búlgaro, para atravessar fronteiras tão longínquas, por que não hão-de servir [...] para apreendermos (sic?) a nossa própria Língua e ultrapassarmos uma fronteira, muito mais próxima e mesquinha, que nos separa de pessoas que falam algo mais familiar, e de beleza mais evidente para nós, que a do grego ou o búlgaro?” (Guisan Seixas, 2003:20). *Ultrapassar*, pois, essa *fronteira*. Ao tempo que, no mesmo gesto, fica subtilmente *marcada*, essa fronteira. Por exemplo: a “*operação*”, em e de Portugal, para a “*distribuição*”, no território espanhol da *Galiza*, daquele leite deviria a *generalización* da marca gráfica (no sentido de *pegada*) — *om* tanto em *Galicia* (quer dizer, em *España*) como, sobretudo, em Portugal? Ultrapassar uma fronteira, dizia Guisan. Mas também, com não pouca e certa ambiguidade, *uma* fronteira que nos separa de pessoas que falam *algo mais familiar*... “Uma”: gramaticalmente, numeral cardinal. Embora, assim mesmo, artigo indefinido; tal como o pronome “algo”: segundo o dicionário, alguma coisa, qualquer coisa... Por que não, então, no limite, *outra coisa*, mesmo se da família? Acaso não é o castelhano “da família” do galego? Ultrapassar uma fronteira, dizia, com razão, Guisan. E escrevi eu: para revigorar como para diluir... *poluindo*? E, em que direções?

<sup>7</sup> Ou, por fazer uso do termo mais comumente empregue pelos sociolinguistas estudiosos da situação do português da Galiza (incluindo aqueles que explicitamente se dizem nacionalistas galegos), termo, contudo, não carente de inexactidão e ambiguidade em igual medida: “estandardização”.

<sup>8</sup> “O carácter reintegracionista do *Proyecto* será, porém, especialmente amparado nos Estatutos das sociedades para evitar qualquer intento de desvirtuá-lo [...]. A única condição que lhe pomos é que consideramos que a Língua de que se deve cobrir o território da Galiza é a Língua Galego-Portuguesa, conhecida internacionalmente sob o nome de Português. E admitimos que trabalhem no *proyecto* pessoas que, caso contrário, pouco se importassem com a sorte dessa Língua” (Guisan Seixas, 2003:72).

língua da outra) em termos do correlacionamento entre os seus distintos níveis sociais de uso e a correção linguística apropriada a cada um deles; um correlacionamento, e diferenciação, essenciais para o normal funcionamento de toda e qualquer língua (e, portanto, nem falta faz dizê-lo, para “a sua sobrevivência”), como Gil Hernández tem repetidamente (de)mo(n)strado e ao qual Charles A. Ferguson deu o nome de *diglossia*.<sup>9</sup> É evidente que tal comunidade não pode ser aquela que o livro-projeto que nos ocupa refere como “os castelhano-falantes”. Depois de tudo *estes* não precisam de um “dicionário vivo”; não apenas porque um tal dicionário está pronto para eles em toda a parte mas, sobretudo, porque ele está inscrito nas atitudes glotopolíticas da população: os olhos deles irão procurar, bem(-)educados, e antes de mais, qualquer texto em “castelhano” (quer dizer, em espanhol). *Estes*, claro, são *todos* os “castelhano-falantes” *na/da* Galiza e, sobretudo, para o caso, *aqueles de nacionalidade espanhola*.<sup>10</sup> Inclusive, isto é, aqueles nacionais espanhóis *da/na* Galiza que *também* falarem/usarem a “outra” língua *da* Galiza: português (quer dizer, “galego”) —porque, *na* Galiza, talvez seja possível distinguir uma “comunidade” de monolíngues sociais em espanhol. Mas não há *já* nada parecido com uma “comunidade” de monolíngues em “galego” —esses “galego-falantes” que o texto menciona necessitam o espanhol para funcionar “normalmente” em sociedade e, de jeito correlativo, têm o dever constitucional (Art. 3.º da vigente Constituição Española, 1978) de conhecer somente essa dentre as línguas faladas nos territórios delimitados pelas fronteiras do Reino de Espanha. Uma primeira conclusão, pois, por agora: ao contrário do que o esquematismo (acaso política e perversamente [des]necessário?) de *Isto é um livro* sugere, não há (além do inicial e exigível momento heurístico com que regular uma cartografia conceitual e uma lógica operativa que testar na e com a que proceder à descrição do fenómeno) duas comunidades de língua clara e/ou até complementarmente separadas na Galiza espanhola. E isto na medida exata em que há sujeitos forçados a

<sup>9</sup> Vide a tradução e adaptação para a situação do português da Galiza do seminal artigo de Ferguson em Gil Hernández e Rabunhal (1989). E, sobretudo, prolongando as teses inicialmente delinhadas neste artigo, Gil Hernández (2006); de jeito especial o capítulo 2, intitulado Capítulo fundamental: *conceito de diglossia*, p. 37-49, e, correlativamente, o capítulo 5, que leva por título Capítulo explorante: *diglossia, normalidade, literariedade vanguardista*, p. 73-76.

<sup>10</sup> Para esclarecer o sentido dos termos empregues em relação à questão da nacionalidade, permita-se-me aqui formular uma hipótese apenas em aparente, e muito sucinta, forma silogística: se a condição *nacional* e a condição *cidadã* estão, de algum modo, enfrentadas. Se a segunda se constitui, *simultaneamente*, de *mas face a* o Estado(-Nação), e a primeira *quer* na ou à margem *quer* no coração do Estado-Nação. Um *excesso* da *descomunal* tendência deste a de jeito despótico fazer uso do seu poder como da sua potência erode gravemente a condição *cidadã* mas não necessariamente (um)a condição *nacional*; muito pelo contrário, pode esse ser o caminho da reconfiguração hegemónica e reinscrição ideológica desta. Assim, no Estado espanhol há súbditos (sujeitos) nacionais *na medida em que* a sua (possível) condição *cidadã* é subsumida (e submetida) à(s) sua(s) condição(-ões) nacional(-ais).

pertencer a ambas segundo uma correlação de forças na qual a tendência hegemónica (e não apenas) pode ser sucintamente reduzida à fórmula, consagrada no vigente texto constitucional espanhol: com o castelhano-espanhol (da Galiza) basta; o galego-português (ou português-galego ou português da Galiza) é, sem mais, (i- e des-)necessário. Quer dizer, sobeja e, por isso mesmo, não pode bem ser tornado em supérfluo. Menos ainda redundante.

Esta situação sustenta-se numa desigualdade básica em virtude da qual todos os níveis de uso do “galego”, da língua portuguesa da Galiza (formais, informais, coloquiais; orais e escritos) estão invadidos pela pauta de correção, de *propriedade* linguística do castelhano. O “galego” é, assim, de facto, *defeituoso*. E lembram o que escrevi acima?: a língua é a estrutura constituinte da subjetividade. Quer dizer, da identidade.

Torna-se óbvio, agora, como, apesar da literalidade do discurso em *Isto é um livro*,<sup>11</sup> os destinatários privilegiados dos objetivos deste “livro”-projeto são, em geral, aqueles que *ainda* usam “galego” e, dentre estes, em particular aqueles que quereriam “promovê-lo” socialmente na Galiza espanhola. É, de algum modo, então, um projeto dirigido aos já convencidos. E isso devido precisamente ao facto de a problematização do “language planning” ter sido preterida nele —quem, dentre esses “castelhano-falantes”, estaria interessado em “[conhecer] a Língua Galega culta” (isto é, português) se não há necessidade patente alguma de assim o fazer? Não maior, em todo o caso, que a de conhecer... italiano, romeno... ou, por estabelecer uma analogia *só até certo ponto* mais rigorosa, basco ou catalão. Menos ainda, de facto, porque o texto constitucional espanhol pode (e é, muito consequentemente, sim —mas, sobretudo, muito *legalmente*; embora não *necessariamente* de modo *legítimo*) ser invocado para os “proteger” contra qualquer tentativa de lhes “fazer aprender” essas “outras” (tal a displicente e anónima referência que a Constitución española lhes *reserva*) heteróclitas línguas *próprias* (i.e. *particulares, privadas*) face a *única comum* (i.e. *nacional*)... e menos a meio do sistema público/estatal de ensino!

---

<sup>11</sup> Sob a epígrafe “Dos critérios na captação de membros”, o texto crucialmente assim o explicita, após assertar que “Só nom serão admitidas pessoas que pertençam a grupos violentos, xenófobos, racistas ou de qualquer tendência totalitária, ou que defendam atitudes desse género, por nom considerá-las como formas de pensamento, e por tanto (sic) susceptíveis de desfrutar do respeito que merece a livre opinião” (Guisan Seixas, 2003:71-72):

Como se vê, pretende-se evitar qualquer critério de exclusom, afora o já referido [...], e nos critérios estabelecidos nom pretendemos senom dizer que estamos abertos a círculos cada vez mais amplos: em primeiro lugar a membros e militantes de Associações e grupos reintegracionistas, depois a pessoas reintegracionistas, de qualquer tendência ou com qualquer grau de divergência, que nom se sentem identificadas com nenhuma dessas Associações, e em terceiro, e *nom em último lugar*, [o itálico é meu] a pessoas que, ainda nom sendo reintegracionistas ou nom preocupando-se especialmente dos problemas linguísticos do Galego, achariam formoso que um espectáculo social assim se levasse a efeito em qualquer Língua ou país.

Deixem-me, portanto, reformular o primeiro objetivo, mesmo nos seus aparentemente paradoxais termos: “Facilitar o conhecimento da Língua Galega culta aos *português*-falantes da Galiza”. Os objetivos segundo e terceiro são, assim, correlativos de ou desenvolvedores/elaboradores daquele primeiro.

E, todavia, uma muito interessante deslocação sintagmática tem acontecido ao restituir ao texto a sua inscrição paradigmática. Em qualquer discurso político, com certeza no discurso —historicamente apenas “de esquerda”— do nacionalismo galego, a Utopia (assim, com inicial maiúscula) joga um papel (mesmo se sempre desassossegador) sustancial. A Utopia, neste caso, e programaticamente privilegiada entre outras, de uma Galiza (espanhola?; *ainda*?) socialmente monolíngue em português galego. *Isto é um livro*, ao decidir não defrontar (teoricamente ou *doutro jeito*) este condicionamento espaço-temporal começa a perder o sentido, até devir mesmo *uma sorte de agramaticalidade* da qual reconheceríamos e perceberíamos a forma do conteúdo enquanto a forma de expressão nos resultar um tanto esquisita. A Utopia é, aliás, mencionada no texto um par de vezes num par de bem relevantes lugares. Mesmo no início, onde os objetivos do projeto são declarados pela primeira vez (Guisan Seixas, 2003:7):

O livro que tens nas mãos constitui, de facto, o primeiro objecto produzido por ele, de acordo com as leis internas que ao longo do texto se desenvolvem. Um passo tímido, é verdade, mas afinal um passo certo para chegar a esses objectivos que, num excesso de realismo, qualificámos como utópicos.

Porém só restituindo uma inscrição paradigmática que deixe fora (em vez de explicitamente articular um projeto que, por exemplo, faça o português da Galiza necessário para todos, para eles também... quiçá, *para eles nomeadamente*?) a *fração monolíngue (espanhol-falante, portanto) da comunidade* é razoável qualificar aqueles objetivos como utópicos, *politicamente*.

E, depois, no fim do “livro”, num “Corolário acerca da Utopia”:

Sei que todo este Projecto pode parecer [u]m delírio utópico. Razões nom faltam para apoiar esta impressom e, se tenho pretendido ser tão exaustivo, e que tudo aparecesse nele como tão acabado e tão “real”, deve-se precisamente a que talvez eu também o considere uma “ilusom”. A própria Língua é que identifica nesta palavra o impossível e o desejado.

Mas o que resulta de veras utópico, considerando realistamente a situação hoje em dia em Galiza, é pensar que a Língua se vai salvar se nom acontecer algum milagre como este que proponho (Guisan Seixas, 2003:79).

Não o milagre *da* salvação, claro —o milagre *como* salvação baixo as condições, *em elipse no texto*, que produzem tal realistamente considerada situação sociolinguística na Galiza de hoje em dia. Delírio utópico (mesmo se

é difícil evitar na expressão uma certa suspeita de pleonasma). Loucura, que precisa de *crítica e clínica* (Deleuze, 1993).<sup>12</sup> Discurso, afinal, cuja imanência pode ser só a inscrição material na e a elisão discursiva do escatológico que regula a limpeza (linguística ou outras) e, no limite, a pureza. Já que no por vezes bastante metafísico prólogo (significativamente intitulado “Anteporjecto” (sic), com azaroso mas apropriado erro tipográfico) a co- e inter-polinização de línguas e culturas é celebrada, a possibilidade mesma do projeto reside em estabelecer as necessárias normas reguladoras para controlar as transferências e os seus efeitos. Uma coisa é enriquecer, criativamente. Outra muito diferente invadir... tão criativamente, talvez. A vida está em jogo. O estar vivo. Como uma comunidade linguística (Lusofonia) *versus*, nomeadamente, outra comunidade linguística (Hispanofonia). Como um dicionário!?

E se fosse, então, o “livro” — não como objeto, ou coisa, mas como um projeto de dicionário vivo— o artefato ou mecanismo realmente utópico? Não é um certo delírio condição expressiva de qualquer estrutura fechada e absolutamente auto-centrada? Um “livro”, que é o primeiro *objeto* criado de acordo com as leis internas, e os meios de produção, que ele mesmo tem desenhado. Uma sorte de auto-ultra-teologia. O discurso de uma vontade perfeitamente autónoma. De um livre alvedrio sem falha. De um Deus —é o mesmo. Ou (a maiúscula é persistente em todo o texto) duma *Língua*. Não se (me) interprete mal, porém; não há ingenuidade alguma na formulação deste projeto:

Um “Dicionário Vivo” seria um objecto impossível, uma quimera. Um “Dicionário Vivo” seria um dicionário em que cada uma das palavras dicionarizadas, em vez de se explicar com outras palavras, se explicaria com a própria coisa. [...] E o “Dicionário Vivo” é um objecto impossível por antonomásia, posto que nom existe um “copo” por antonomásia, um copo que seja compêndio e definição de todos os copos, que nom tenha uma cor, um material, um tamanho específicos que o invalidem para designar todos os copos do mundo. [...]

Mas nom surgem apenas problemas da parte das palavras para as cousas, também as cousas teriam problemas de capacidade com as palavras, pois da coisa nom só se pode extrair o seu “nome”, mas o da sua cor, o da sua forma, o do seu material, o do seu uso, e aliás o número de palavras de um dicionário, por completo que for, é sempre finito e limitado, e o número de cousas do Universo [...], apesar do [que] digam os Físicos, é, polo menos do ponto de vista da nossa limitada capacidade para contar, infinito e ilimitado.

Daí que este Projecto nom se chame “Dicionário Vivo”, mas “Projecto Dicionário Vivo”, porque se trata de um Projecto de Projecto, porque ainda que se levasse à prática (coisa que duvidamos tanto como desejamos) continuaria a ser um Projecto para conseguir uma meta cuja impossibilidade conhecemos à partida: um dicionário do tamanho do Universo, em que cada coisa (ou fenómeno) tivesse ao seu lado a palavra que a designa (Gisan Seixas, 2003:23).

<sup>12</sup> Para os nossos propósitos é de especial interesse consultar o Chapitre X, pp. 89-114.

Uma muita específica variante da borgesiana biblioteca de Babel (Cf. Borges, 1989) —uma na qual o Universo é não a biblioteca mas qualquer das línguas dos livros que esta armazena. Em particular, essa primeira tentativa de enciclopédia: o dicionário. Então, se isso é que é e, ao tempo, é impossível que seja *um dicionário vivo*, que é o que constituiria *um projeto* de dicionário vivo? Ou, nos termos em que põe a questão Guisan, “Que é o ‘*Projecto Dicionário Vivo*?’”:

O “Projecto Dicionário Vivo” é uma tentativa de realizar o “Dicionário Vivo” a pesar (sic) de ser conscientes da impossibilidade do seu acabamento. Daí que, podendo ser perfeitamente um dicionário multilíngue (o modelo de actuação que vamos apresentar seria perfeitamente utilizável em qualquer outra Língua ou grupo de Línguas) pretendamos limitar-nos, por enquanto, a uma Língua e a um território determinados. O “Projecto Dicionário Vivo” é pois todas estas cousas:

- É um “happening” social, uma loucura colectiva consistente na mania de cobrir o mundo de palavras [...].
- É um sistema prático de aprendizagem social de uma Língua, em que se pode empregar para com—pensar processos de deterioração, pressões de Línguas que ameaçam a sobrevivência da própria, perdas ou maus usos de determinados campos léxicos (e nom só) e favorecer a permeabilidade linguística e o conhecimento mútuo em comunidades divididas por causa do idioma.
- É uma “festa da Língua” destinada a promover a consciência da Língua Comum entre comunidades linguísticas divididas por razões políticas ou administrativas (Gisan Seixas, 2003:23-24).

Uma tentativa, pois, de totalidade. De *completude*. E uma que é cónsca de não poder jamais ir além de tal estágio de tentativa. Uma espécie de versão territorializada de Babel com a torre em permanente, eterna, edificação (a unidade de língua é uma —instável— suposição ou alicerce do projeto todo). Uma espécie de versão, contudo, que desterritorializa a potência simbólica e mesmo mitológica da própria Babel (fazendo quase irrelevante tanto a punição divina da proliferação de línguas quanto o bálsamo de Pentecostes ao declarar *ab initio* que o projeto é perfeitamente impossível de realizar e, portanto, ao declarar a sua precária, ameaçada unidade). Nem nostalgia de um paraíso perdido e descrito na extraviada página de uma enciclopédia de Tlön ou de Uqbar ou, melhor, acaso, de Orbis Tertius (Cf. Borges, 1989a); nem necessidade da mão de Deus. Só a reverberação da humorosa definição que Ambrose Bierce deu do seu próprio projeto na entrada “dictionary” de *The Enlarged Devil’s Dictionary*:



*Dictionary*, n. A malevolent literary device for cramping the growth of a language and making it hard and inelastic, The present dictionary, however, is one of the most useful works that its author, Dr John Satan, has ever pro-duced. It is designed to be a compendium of everything that is known up to date of its completion, and will drive a screw, repair a red wagon or apply for a divorce. It is a good substitute for measles, and will make rats come out of their holes to die. It is a dead shot for worms, and children cry for it (Bierce, 1989:96).

E “Como se executa na Realidade o ‘*Projecto Dicionário Vivo*?’”:

[...] compreende [...] todas estas frentes ou fases:

- 1.1. Etiquetagem em espaços públicos.
- 1.2. Elaboração, distribuição ou venda de “objectos-etiqueta”.
- 1.3. Etiquetagem ou empacotado geral de produtos.
- 1.4. Elaboração, distribuição ou venda de objectos ideados para de-finir outros conceitos, para além deles próprios (Máquinas de significar).
- 1.5. Realização de “performances” ou actos públicos com idêntico sentido do ponto anterior, quer dizer, para criar significados (Gisan Seixas, 2003:25).

Isto é, desenvolvendo uma série de lúdicas, gozosas, *imaginativas* estratégias que recordam imediatamente os métodos comunicativos usados na sala de aulas para o ensino moderno de línguas *estrangeiras*. E que fazem, para três das cinco “frentes” (termo militar e metáfora política) ou “fases” consideradas, parte da etiquetagem de um considerável número de produtos de consumo comercializados na Península Ibérica —um multilinguismo ao que já se tinha referido o prefácio do “livro”. Em não poucos casos não seria, pois, o nome da cousa o que se necessitaria mas a vontade determinada —ou, melhor, a inquestionada necessidade— de ler na etiqueta a sua versão portuguesa primeiro e antes das outras<sup>13</sup>.

Dirigindo-se, então, e inelutavelmente, aos já convencidos de promover essa específica necessidade, como sugeria antes? Sim e não. Propondo, em rigor, um projeto àquela seção dos “galego-falantes” que já saberiam (embora em diferentes graus ou em processo de completar tal conhecimento) os nomes *corretos* das coisas do Universo em português. Com um alvo: alistá-los no projeto de disseminação desses nomes e significados para os pôr à disposição de aqueles que *ainda* falam a língua e estão dispostos a lutar pela sua sobrevivência na Galiza espanhola. O destinatário deste “livro” quanto *livro* mora nalgum lugar entre a sua textualidade discursiva e o destinatário do “projeto”

---

<sup>13</sup> Dá, assim, em ser, *a imaginação*, como quase sempre, “*incapaz de salir del mundo, pero los poetas y los filósofos tienen siempre la esperanza de que no esté enteramente contenida en él: buscan efectos imposibles para definir un concepto enterrado y resulta que, en alguna parte, casi todos los días, esos efectos se producen, y se repiten, sin que nadie aprenda nada en ellos*” (Alba Rico, 1992:6). Os itálicos são todos do autor).

quanto *projeto*. Mas, sabemos-lo, o “livro” é —pelo menos ele assim no-lo diz— o *projeto*. Bom, claro, apenas a *formulação* do projeto, se lermos com atenção. O “livro” é, assim, um projeto *sem a sua projeção*. A julgar pela relação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão, Isto, enfim, *não* é um livro em absoluto. Exatamente na forma em que *Ceci n’est pas une pipe*. Como alguma vez tem sugerido Michel Foucault (1973), invocando a reprodutibilidade da etiquetagem: a mimese sobre a qual toda a identificação descansa não é nunca completada, a mediação é sempre interrupta, o nome não é jamais a coisa. E este “livro” não é um livro. É somente uma coisa que diz que é “um livro”. É um livro riscado linha a linha. Não é senão, como a sua contracapa (*de)mo(n)stra*, a reflexão (*sem espelho*) de um livro.

E uma acabada sinédoque da condição (linguística) dos (duns?) galegos: crendo ser saber a (nossa) ignorância sobre exatamente que língua usam(os), com os nomes de que língua designam(os) as cousas. Unidos a Espanha por uma língua diferente. Separados de Portugal (e da Lusofonia?) pela mesma língua. Mas também de Espanha separados pela “mesma” língua; e a Portugal (e à Lusofonia?) unidos por uma língua “diferente”. Gerindo, em precário, uma (propositadamente incutida) inflação linguística (de espanhol) causada por um severo défice (de português) quando fazem(os) uso de “galego”. Sempre, como Bartleby em Gilles Deleuze (1993:89-114), à beira da agramaticalidade e maniacamente dizendo *através* de um dizer *sem propriedade*. Sendo utentes defeituosos de português<sup>14</sup> e incompletos utentes de espanhol<sup>15</sup>. Os (uns?) galegos, forçados, assim, a estar permanentemente (s)em exódo: como António Gil Hernández tem sugerido, potencialmente um perfeito paradigma de submissão, efeito tendencial de um cuidadoso programa de analfabetização dos “galegos” nas (suas?) duas línguas. Projeto para o qual (uma certa formalização de) o português da Galiza se torna<sup>16</sup> instrumento co-necessário (co-oficial, assim mesmo), e *imprescindí-*

<sup>14</sup> Como “defeituosa” a comunidade judia luso-hispana do Amesterdão do século XVII que produziu a fantástica anomalia que chamamos Baruch, ou Bento, Spinoza. Vide Negri, 1981.

<sup>15</sup> Como “incompletos” os judeus conversos que a estultícia criminal dos cristãos ibéricos batizou com o injurioso *marranos* —porcos, sim, mas, também, em castelhano, “*los que marran*”: os que erram, aqueles aos que falta, que têm falha ou mancha. Vide Albiac, 1987. Especialmente o capítulo II da seção I intitulado Apologia del fallido: la epopeya marrana, p. 49-107.

<sup>16</sup> Em extremamente instável e perversa variante, com muita probabilidade achada em *serendipitas*, do modelo araciliano de explicação dos processos de substituição linguística referido anteriormente (Aracil, 1989). E uma que, pelo menos em aparência, não ocasionaria (nem, o que é talvez mais importante, aspiraria... Outra coisa é que pudesse realmente congelar em tal estado um processo tão atravessado de tensões heteróclitas) à desapareição de (nenh)uma das línguas em contato, mas à deterioração anímica dos indivíduos por esta variante efetados na medida em que *sujeitos* dotados de e determinados por uma condição linguística (ou *sujeitos humanos*, que vem a ser o mesmo). E isto a meio de processos e com intuítos em nada dissimilares dos estudados por Victor Klemplerer (2001). Ou, para o caso do Reino de Espanha contra a Galiza, por Gil Hernández (1986).

vel. Instrumento que (apenas e mal, deste jeito) sobeja, escrevi antes —o “galego”. Instrumento, aliás, susceptível de arriscar a (consistência) acaso não da Lusofonia, mas certamente da sua dimensão portuguesa. Os “galegos”, assim, sempre, e à diferença de Bartleby em Gilles Deleuze, não sendo nem o enfermo nem o *Medicine-man*: só a doença —loucura. Não sendo Bartleby, mas o seu complexo. E não saber (não) sabê-lo.

Galiza ou Galícia? Sei que, no nosso identitário duplo ligame, *preferia não* é a única resposta *racional*. Mas, um tanto paradoxalmente, também a única fórmula *razoável*. E, então, sobretudo, a única palavra de ordem. Sei, assim mesmo, com Alain Badiou, que toda a tentativa de forçar “politicamente” a nomeação de uma comunidade induz um mal desastroso.<sup>17</sup> Por que, pois, essa permanente tentação, como Saint-John Perse escreveu, de ter chegado a “l’heure, ô Poète, de décliner ton nom, ta naissance, et ta race...”? (Perse, 1960:163). *Declinar*, em toda a sua proliferante (e tão ambígua) carga semântica: a seta de Zenão de Eleia está sempre no ar, viajando pelo espaço entre dous pontos infinitamente separados por infinitos intervalos. Acaso a única cousa que possamos fazer seja destruí-la. Eis a cifra da nossa *tragédia*. Eis a cifra da *nossa* tragédia?

## Referências

- Alba Rico, Santiago (1992). *iViva el Mal! iViva el Capital!*. Barcelona: Virus Editorial.
- Albiac, Gabriel (1987). *La sinagoga vacía. Un estudio de las fuentes marranas del espinosismo*. Madrid: Libros Hiperión.
- Albiac, Gabriel (1997). Transcrição sem título da intervenção do filósofo Gabriel Albiac numa sessão de “Los Encuentros” organizados pela Câmara Municipal de Oviedo (Astúrias) aos 13 e 14 de Dezembro de 1995. In Albiac, G., et al. *50 propuestas para el próximo milenio*. Oviedo: Fundación de Cultura del Ayuntamiento de Oviedo, p. 95-113.
- Anderson, Benedict (2006). *Imagined Communities. Reflections on the Origen and Spread of Nationalism*. Londres-Nova Iorque: Verso.
- Aracil, Lluís V. (1989). Questionário de História contemporânea. *Agália*, n.º 17, p. 5-15.
- Badiou, Alain (1993). *L'éthique. Essai sur la conscience du Mal*. Paris: Hatier.
- Bierce, Ambrose (1989). *The Enlarged Devil's Dictionary*. Londres: Penguin Classics.
- Borges, Jorge Luis (1989). *Obras completas*. Barcelona: Emecé Editores, Tomo I.
- Deleuze, Gilles (1973). A quoi reconnaît-on le structuralisme?. Châtelet, François, Dir. *La Philosophie*. T. 4. Belgique: Marabout, p. 293-329. Primeira edição em Paris: Librairie Hachette, 1973.
- Deleuze, Gilles (1993). *Critique et clinique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Foucault, Michel (1973). *Ceci n'est pas une pipe*. Montpelier: Fata Morgane.
- Gil Hernández, António (1986). Aproximação à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da “filologia oficial” na Galiza. Traços fascistóides no discurso e prática (dos) isolacionistas sobre o galego. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Portuguesa na Galiza*. Crunha: Associação Galega da Língua, pp. 81-126.
- Gil Hernández, António (1995). Para uma história do processo “normalizador” na Galiza: Um “auto” pouco móvel. *Razão de Estado* ou sem-razão estatuída. *Nós*, n.º 41-50, p. 123-146.

<sup>17</sup> Cf. Badiou (1993). Em particular a seção sobre “L’innommable”, p. 71-77.

- Gil Hernández, António (1996). *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos sobre questões aparentemente idiomáticas (Infelizmente certificados apenas dez anos depois)*. Sada: Ed. do Castro.
- Gil Hernández, António (2006). *Temas de linguística política. Seguidos dum avanço de Temas de política linguística. Leves reflexões sobre política Nacional "Espanhola"*. Braga; Crunha: Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2006.
- Gil Hernández, António; Rabunhal Corgo, Henrique Manuel (1989). O conceito de "diglossia", segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação. *Nós*, n.º 13-18, pp. 361-388.
- Guisan Seixas, João (2003). *Isto é um livro. Projecto Dicionário Vivo*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento..
- Kemplerer, Victor (2001 [1947]). *LTi. La lengua del Tercer Reich. Apuntes de un filólogo*. Barcelona: Editorial Minúscula.
- Negri, Toni (1981). *L'anomalia selvaggia. Saggio su potere e potenza in Baruch Spinoza*. Milão: Feltrinelli.
- Perse, Saint-John (1960 [1942]). *Éloges suivi de La Gloire des Rois, Anabase, Exil*. Paris: Gallimard.
- Vidal Bouzon, Álvaro J. (2006). De enclaves e Império: excesso de Estado e defeito de Nação. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 27, n. 36, pp. 159-179.
- Vidal Bouzon, Álvaro J. (2007). *A Galiza (não) é longe daqui... Lendo(-se) em imagens, mirando(-se) em textos* [Tese de Doutoramento em Estudos Lusófonos e Hispânicos e em Teoria Crítica e Estudos Culturais]. Nottingham: Universidade de Nottingham.

## **Revendo as noções de ‘Lusofonia’**

Uma aproximação conceitual

Joám Evans Pim e Bárbara Kristensen

**H**á quem diga que a Lusofonia seria “menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo (...)[:] seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua” (Margarido, 2000:12), outros, afirmam que a Lusofonia nada mais é do que uma “Ideia mágica” que, na realidade, não passa da esfera de compreensão e comunicação determinada pela língua portuguesa, isto é, um ‘continente imaterial’ disperso pelo mundo (Lourenço, 1999). E há outros, por exemplo, que crêem ter nascido no Encontro da Unificação Ortográfica da Língua, no Rio de Janeiro em maio de 1986 (Fontenla, 1993:22).

Também poderia constituir “a primeira linha de defesa numa frente de acção alargada, coerente, amplamente reconhecida pelas mais diversas entidades e forças vivas da sociedade civil portuguesa, ligadas às mais diversas actividades do sector económico” (Santos, 2004:131) que, conforme Chacon (2002:25), teria como primeira lição a “firmeza da vontade nacional portuguesa (...). Vontade nacional de independência e projecção transoceânica pela África, América, Índia (...), Japão (Nagasaki) e China de Macau, portuguesa até 1999, mais os cinquenta anos independentes, paralelos aos cinquenta dos britânicos em Hong Kong. Sem esquecer a luta de Timor Leste pelo auto-governo e autodeterminação lusófona”. Conceitos, sem dúvida, a serem questionados e debatidos, principalmente num momento de globalização como o em que vivemos.

Atualmente, oito são os estados que adotaram a língua portuguesa como materna ou oficial, nomeadamente Portugal, Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae, devendo também mencionar a Galiza, com certa autonomia política no marco do

Estado espanhol e Macau, recém devolvido à China (tampouco podemos esquecer certos lugares nos que, em situações diversas, se fala ou se falou o Português, nas suas diversas variantes, além dos seus crioulos, como é o caso de Casamansa, no Senegal; Ilha de Ano Bom, Ajudá, no Benim; Goa, Damão, Diu, Mangalor, Mahé, Fort, Cochim, Tellicherry, Chaul, Korlai, Coromandel, Vaipim, Battcaloa, Puttalan no Sri Lanka; Bali, Java, Kuala-Lumpur, Penang, Jehove, Tapin, em Oceania; Olivença e outros pequenos enclaves no Estado espanhol; Curaçau, Aruba e Bonaire, além do Suriname e da Guiana Holandesa). Cabe ainda mencionar os dois países com *status* de observadores associados na CPLP: Maurícia e Guiné Equatorial.

Conceito fruto do pós-colonialismo (Kristensen; Evans Pim, 2005), a Lusofonia só se pode entender como um espaço cultural, de múltiplos imaginários, de pluralidade e diferença, remetendo, inevitavelmente, para o território dos arquétipos culturais, do inconsciente coletivo lusófono, do “fundo mítico de que se alimentam sonhos” (Martins, 2004:4). Neste sentido, a cultura, vista como mito, como imaginação simbólica, é “vida imaginária partilhada e caminho construído em comum”.

De todas as formas, há um eixo central que, de uma maneira ou de outra, acaba por guiar uma espécie de ‘matriz cultural’, como reconheciam Gilberto Freyre ou Jorge Dias. É nesta matriz, representada pela Lusofonia como um todo, que encontramos, diria Freyre (*apud* Chacon, 2002:134), um “mundo transnacional ou supranacional que constituímos, pelas nossas afinidades do sentimento e de cultura, portugueses e luso-descendentes”, onde residem “a esperança e expectativa de um messianismo sebastianista” nas que, por sua vez, “mergulham as raízes da utopia do Quinto Império” (Cristóvão, 2005:652).

Essa visão mística e messiânica da Lusofonia, no entanto, recebe as suas críticas. Alfredo Margarido (2000:12), por exemplo, comenta que se deve ao fato de “procura[r] assegurar aos portugueses inquietos um futuro, senão promissor, em todo caso com razões e desrazões para defender a lusofonia”. Neste sentido, o autor –como outros que se empenharam no mesmo– trata de rever esta aura que a envolve, questionando o papel de Portugal e, principalmente, as intenções portuguesas nesta tentativa de ‘unificar’ o que fora, durante alguns séculos, o seu império.

Na mesma linha, Tabucchi (*apud* Cristóvão:2005:654) considera a Lusofonia suspeita pelo fato de que Portugal, tendo perdido o seu império e as suas colónias, tentaria encontrar nela o “terreno fértil para a invenção meta-histórica como esta, que funciona como sucedâneo, no imaginário colectivo”. É mais bem aquilo que comentava Margarido (2000:6, 7, 66) de fazer da língua portuguesa um instrumento de legitimação da colonização e, indo mais além, de devolver aos portugueses parte do espaço perdido, desprezando toda “uma longa história de relações polémicas com aqueles que escolhe-

ram falar o português” e acreditando que “os Outros [existem] por obra e graça da nossa [a portuguesa] intervenção marítima ou terrestre”.

Polêmicas à parte, hoje, de certa forma constituída, pode-se dizer que a *Lusofonia* teve como primeiro projeto concreto a proposta do jurista, historiador e filósofo brasileiro Sílvio Romero, em 1902, de se constituir um modelo de união entre os falantes da língua portuguesa, inspirando-se na observação de “movimentações políticas expansionistas das grandes potências do tempo, em relação às quais era necessário organizar uma defesa” (Cristóvão, 2005:653).

Como se imagina, e dado o panorama político-cultural do Brasil no começo do século XX, as Ideias de Sílvio Romero não foram levadas adiante e, somente mais de 80 anos mais tarde, foram retomadas com afinco pelo lingüista brasileiro Sílvio Elia, em 1989, após tomar em conta a eleição, feita pelas antigas colônias africanas, de adotar como língua oficial o Português.

Neste sentido, o lingüista, seguindo o conceito arquetípico de *România* e países românicos, estabeleceu um modelo lusófono (Elia, 1989), mapeado como uma unidade diversificada na geografia e na história: *Lusitânia Antiga* (Portugal), *Lusitânia Nova* (Brasil), *Lusitânia Novíssima* (países africanos de expressão portuguesa e, mais recentemente, Timor Lorosae), *Lusitânia Perdida* (territórios antigos como Goa, Macau e outros em Ásia e África) e *Lusitânia Dispersa* (comunidades migrantes de fala portuguesa).

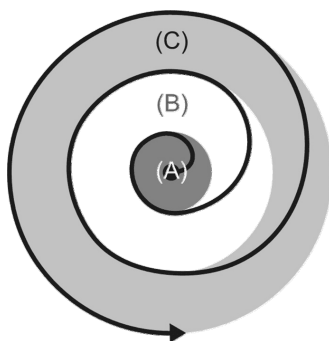
Também foi neste ano que, após a Primeira Cimeira de Chefes de Estados Lusófonos, por iniciativa do então presidente brasileiro José Sarney e do Ministro da Cultura José Aparecido (com a presença dos presidentes de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) se fundou o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em São Luís, cuja lentidão na implantação levou a Câmara Municipal de Lisboa ao ato constitutivo de 7 de Setembro de 1992, data evidentemente simbólica, a criar a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa (Chacon, 2002:82).

Compreendendo a fundação de entidades desse tipo e reconhecendo a importância desta língua comum, Léonard (1999:437-438), considera três interpretações inter-relacionadas para este bloco político-cultural. Primeiro, aborda a Lusofonia como um espaço geolinguístico composto por regiões ou países nos que a língua portuguesa é materna ou oficial. Em seguida, considera-a como um sentimento, uma memória de um passado comum, ou a partilha de histórias e culturas coincidentes. Em terceiro lugar, entende-a como um leque de instituições políticas e culturais, tanto em espaços designadamente lusófonos como exteriores.

No mesmo sentido, mas de uma forma mais ‘gráfica’, Cristóvão (2005:654) apresenta-nos uma concepção similar sob a forma de “três círculos concêntricos de valores, reunidos pela língua comum”, representada, no gráfico elabo-

rado a partir dos dois autores, pelo espiral. O primeiro de todos (letra A), é composto basicamente pelos oito países que assumiram ou mantiveram o Português como língua materna, oficial ou de patrimônio (como é o caso de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), além de outras regiões, pertencentes a outros países e culturas, mas que partilham a língua e a História com a realidade lusófona (é o caso, por exemplo, da Galiza). Tampouco se despreza a presença de certas regiões, já citadas anteriormente, nas que, em diversas situações, falou-se ou ainda se fala o Português, em qualquer das suas variantes, ou mesmo os crioulos.

**Gráfico 1.** A espiral lusófona



Fonte: Elaboração própria a partir das Ideias de Léonard (1999) e Cristóvão (2005).

Dentro deste primeiro círculo, mais especificamente no “núcleo duro dos oito países independentes”, explica, joga-se o futuro da língua portuguesa e, mais importante, o da solidariedade entre as nações que as falam. Neste círculo, ademais, processam-se “as estruturas e dinâmicas que possibilitam e realizam a ação externa dos lusófonos”, especialmente junto a organizações internacionais.

Entre estas estruturas, vale a pena chamar a atenção a algumas delas, como o já citado Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), fundado em São Luís do Maranhão no ano de 1989, cujo objetivo era a defesa, a ilustração e a difusão da língua comum. Também não se pode desprezar a existência de outros diversos projetos, ainda que valha a pena deter-se um pouco mais naquele que, de alguma forma ou de outra, tem exercido maior influência nos panoramas interno e internacional: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fundada em 17 de junho de 1996, em Lisboa, e considerada como um verdadeiro suporte político para os oito países lusófonos, a CPLP está destinada à “concertação político-diplomática em matéria



de relações internacionais, cooperação especial nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e para pôr em prática os projectos de promoção e difusão da língua portuguesa” (Cristóvão, 2005:654-655).

Na sua Declaração Constitutiva, reconhece-se a importância *matricial* da língua portuguesa, comentando o ‘relacionamento especial’ e a ‘experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação’, e os princípios subjacentes a uma plataforma consensual e legitimadora da vontade política dos estados signatários. Assim, os membros propõem-se a levar a cabo iniciativas para a ‘promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maior da língua portuguesa’ (CPLP, 1996).

Desta forma, os países membros concordam que, entre os objetivos da CPLP estão ‘incentivar a difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito (...); incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa’, para além de ‘envidar esforços no sentido do estabelecimento (...) de formas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização’ (*idem*).

Domingues, a respeito do seu surgimento, o considera como consequência do desmantelamento do sistema bipolar em vigor (concretizado com a queda do Muro de Berlim): “é neste contexto”, explica, “que a formação de blocos culturais e económicos é a última forte tendência geopolítica do pós-Guerra Fria” e continua: “terceiro bloco do género, cronológica e demograficamente, a CPLP foi a primeira comunidade nascida do pós-1989, com toda a responsabilidade e expectativa que tal acarreta” (Domingues, 2006:44). Assim, “expressão institucionalizada do mundo lusófono, convencionalmente formalizada, no plano político-diplomático (...) afirmando-se a par de numerosas comunidades de luso-falantes espalhadas pelo mundo” (Santos, 2004:126), comunidades como a CPLP “podem assumir um importante papel na coordenação de interesses securitários e políticos, comuns aos seus membros” (Domingues, 2006:42).

Desde a sua origem, os seus membros mostraram interesse na iniciativa, apesar de possuírem metas e motivações não-coincidentes entre todos eles. Como se percebeu ao longo dos pouco mais de 10 anos de constituição da CPLP, a dinâmica interna da comunidade pode ser considerada ainda como “incipiente e dispersa, verificando-se algum desajustamento entre os objectivos enunciados e a realidade dos factos”, devido à “interactividade causal complexa derivada (...) dos caminhos diferenciados, dos processos de maturação política diversificados e das perspectivas de cada um dos estados membros, em relação à Comunidade (Marchuetas *apud* Santos, 2004:38). Assim, e conforme alerta Vítor Marques dos Santos (2004:139), a CPLP não se considera tanto como “uma comunidade de sociedades civis e de povos lusófonos projectada na acção” mas como, nas palavras de Marchueta (*apud*

Santos, 2004:139), “uma comunidade imaginada, assente numa noção que tem de essencial a ‘alma do povo português’, que se identifica com a diversidade cultural, étnica e geográfica dos povos que a integram”.

Retomando o modelo de círculos concêntricos da Lusofonia, partimos para o segundo deles (letra B), formado pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contato entre si e com a língua comum, enriquecendo cada uma dessas línguas e culturas, trazendo-as ao conhecimento e ao estudo num âmbito certamente mais vasto que o regional ou setorial, através da pesquisa, da escolarização e da produção editorial (Cristóvão, 2005:655).

Finalmente, o terceiro círculo, mais amplo (letra C), é formado pelas instituições, grupos, pesquisadores, alunos, empresários, religiosos, familiares de emigrantes, etc. que não pertencem aos países lusófonos, mas que, por diversas razões, mantêm uma relação dialógica de admiração, erudição e amizade.

Carlos Reis (1997), por outro lado, propõe caracterizar a Lusofonia através de três princípios fundamentais. São eles: a interdisciplinaridade, a diversidade e a relatividade. Por interdisciplinaridade, Reis explica que a Lusofonia, devido ao seu amplo espaço geográfico, envolve sociedades estatais e civis díspares que, por sua vez, são representadas por instituições, escritores, professores, empresários, jornalistas, economistas, etc., portadores, dentro do seu âmbito, de diversos discursos interdisciplinares. Por diversidade, o autor considera o caráter diverso e amplo da comunidade lusófona, alertando para o fato de que não se deve vê-la através do prisma lusocêntrico, partindo para o reconhecimento das outras realidades culturais que conformam, além da portuguesa, como, por exemplo, as realidades tribais nos países africanos de expressão portuguesa ou as influências italiana, alemã, japonesa, etc. no Brasil. Por último, explica o teórico o princípio da relatividade, componente da Lusofonia. Neste caso, dado o imenso espaço geográfico deste bloco cultural, e as quase infinitas assimetrias entre os países integrantes, insta-se que toda e qualquer suposição generalizada ou estereotipada deve ser revisada, questionada e debatida.

Neste sentido a Lusofonia poderia atuar, seguindo a Ideia de Armando Teixeira Carneiro (2006:134), como um “novo modelo reticular geopolítico”, explicado pelo fato de que o que assuma um determinado domínio sobre os nós principais das “redes de conhecimento” estará garantido um reforço do seu “posicionamento internacional”, já que tais fluxos de informação são justamente suportados num veículo linguístico específico, de aí ser prioritária a defesa e a difusão do uso da língua aglutinante. De todas as formas, e é preciso sempre tê-lo em mente, a lusofonia “está a ser”, está a se fazer, num “processo irreversível, por decisão soberana dos países soberanos”, para o que o que importa discutir não é o seu passado ou o seu conceito, mas o seu futuro que,

nas palavras de Sil Monteiro (1993:34), “já o é; é-o porque começou no passado e num passado bem longínquo, que se vem fazendo patrimônio”.

Como se tentou mostrar, a Ideia de bloco cultural está longe do de uma entidade monolítica pois, muito além da simples existência de certos elementos históricos ou lingüísticos análogos, baseia-se no intercâmbio efetivo nos planos cultural, econômico, educativo e mediático, entre outros. É neste sentido que à continuação se propõem ou recuperam uma série de propostas, nas que cumpre aprofundar no intuito de fortalecer vínculos, até agora precários, entre os tecidos das distintas capas (ou círculo) que compõem esse projeto comum que denominamos Lusofonia, pois esta não constitui uma base pré-existente sobre a qual trabalhar ou conviver: ela se faz, constrói-se, entre todos.

No plano da formação e dotamento em infra-estruturas, embora os esforços de cooperação entre os países da CPLP têm sido significativo, resta ainda muito por fazer, e certamente muito mais poderia ter sido feito. Apesar das iniciativas já existentes, a implicação das instituições do ensino superior deve se aumentar notavelmente, sendo os programas recentemente desenvolvidos no Timor em diversos campos uma amostra interessante das possibilidades destas instituições. A construção de pontes não é responsabilidade exclusiva dos departamentos governamentais ou das organizações do terceiro setor centradas no desenvolvimento, pois a extensão a outros setores pode contribuir para a supressão da premissa da unidirecionalidade, a se analisar de forma crítica repensando seus pontos de partida.

Em pleno processo de implementação dos acordos assinalados na Declaração da Bolonha para um Espaço Europeu do Ensino Superior, muitos reclamam passos similares e decisivos para o estabelecimento de um ‘Espaço Lusófono do Ensino Superior’, além das Declarações de Luanda (2002) e Fortaleza (2004), como “*conditio sine qua non* da construção do ‘Espaço Lusófono sem mais’ ou da C.P.L.P., tal qual está a ser entendida” (Neves, 2005:189). Já com anterioridade, a necessidade de fomentar o intercâmbio entre as instituições de ensino superior impulsionou diversos projetos no âmbito de disciplinas concretas, como pode ser a Lusocom no caso das ciências da comunicação, e mesmo de caráter geral, como a já referida Associação de Universidades de Língua Portuguesa.

Anos antes, o Dr. Adriano Moreira tinha proposto já a criação da Universidade Internacional Luís de Camões, que, possuindo um caráter federativo, associaria diversas entidades de caráter cultural e de pesquisa do mundo lusófono (Santos, 2004:125). Mais tarde, no marco de uma Mesa Redonda Luso-Afro-Brasileira celebrada em Lisboa em 1993, lançou-se de novo a proposta de criação de uma “Universidade dos Sete” como projeto conjunto dos estados de língua oficial portuguesa (Viggiano, 1994 *apud* Chacon, 2002:82). Ainda não se tendo materializado sob estas premissas, as propos-

tas supracitadas, cujos caminhos sim levaram, direta ou indiretamente, à criação de entidades como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa ou o Instituto Camões, ainda conservam toda a sua legitimidade originária em pleno século XXI, aguardando pacientemente o esforço empreendedor que deverá ser desenvolvê-las quando chegar o momento. Desta forma, a criação e fortalecimento de redes, associações e federações de pesquisadores nos mais variados âmbitos do saber configura-se como passo importante para a materialização de projetos de maior envergadura.

## Referências

- Alves, Dário de C. (1995). 'A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa'. *Nação e Defesa*, 74: 77-91.
- Alves, Luís Alberto Marques (1983). *Subsídios para a história da Imprensa em Portugal*. Porto: CEH.
- Carneiro, Armando Teixeira (2004). 'La cultura y los media en Portugal: un análisis interpretativo'. *Pensar Iberoamérica: Revista de Cultura*, 5 [em-linha]. Disponível em [consult. 03/12/06]: <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/rico5a03.htm>>.
- Carneiro, Armando T. (2006). 'Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa'. *Nação e Defesa*, 114: 99-139.
- Chacon, Vamireh (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Chrystello, J. Chrys (2003). 'Mitos da Lusofonia (I)'. *Agália*, 75-76: 209-214.
- Cohen, Michel (2003). 'What good is Portugal to an African?', In Lloyd-Jones, Stewart; Pinto, António Costa (eds.). *The Last Empire. Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol; Portland: Intellect, pp. 83-98.
- CPLP (1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* [em-linha], disponível em: <<http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declaração%20Constitutiva%20CPLP.pdf>>.
- Cristóvão, Fernando (2005). 'Lusofonia' In Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, pp. 652-656.
- Elia, Sílvio (1989). *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo: Ática.
- Fontenla, José Luís (1993). 'Ciência, cultura e política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 21-30.
- Graça, Pedro B. (1997). 'Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos'. *Africana*, 18: 78-79.
- Léonard, Yves (1999). 'As ligações a África e ao Brasil', In Bethencourt, F.; Chaudhuri, K (eds.) *História da expansão portuguesa* (vol 5). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Lourenço, Eduardo (1999). *Imagem e Miragem na Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Marchueta, Maria (2003). *A CPLP e o seu Enquadramento*, Lisboa: M. dos Negócios Estrangeiros.
- Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, Moisés de Lemos (2004). 'Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários'. Disponível em [consult. 02/12/06]: <<http://cecs.uminho.pt>>.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (1994). 'A CPLP num mundo globalizado' In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 9.11.1994.
- Neves, Fernando Santos (2005). 'Espaço Lusófono de Ensino Superior (ELES): ir além da "Declaração de Luanda" e da "Declaração de Fortaleza"?, *Rev. Lusófona de Educação*, 7:189-190.
- Reis, Carlos (1997). 'A Questão da Lusofonia', In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30/06.
- Santos, Luís António (2003). 'Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded disillusion', In Lloyd-Jones, Stewart; Pinto, António Costa (eds.) *The Last Empire. Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol; Portland: Intellect, pp. 67-81.
- Sil Monteiro, Maria Rosa (1993). 'Cultura e Política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 31-35.
- Sousa, Helena (2005). 'The mobilization of the 'Lusophony' concept. The case of RTP International channels'. Disponível em [consult. 02/12/06]: <<http://cecs.uminho.pt>>.
- Vitorio, Benalva da Silva (2003). 'Lusofonia: Proposta para a Reinvenção de uma Comunidade', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1:11-23.

## Por um *Corpus Musicum* em liberdade

Rudesindo Soutelo

“**L**imites são pontos de impasse, de conflito. Pontos de encontro e de imbricações. Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais. Os territórios femininos, assim como outros, constituem combinações, territórios híbridos. Não há limites a priori. Há percepções e interpretações que podem limitá-los, mas eles se revolvem e criam outras demarcações.”

Estas são algumas considerações que, a respeito dos limites do território feminino, fez a Doutora Irene Tourinho da Universidade Federal de Goiás (Brasil) —investigadora de educação musical e cultura visual— como comissária da exposição *Mitos e territórios* no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

Nesse território feminino é que eu enquadro a música e mesmo toda a cultura, pois esse é o único território que pode definir uma comunidade, um país, uma nação. Os limites desse espaço não os determina a política, senão os criadores das senhas de identidade do povo: poetas, compositores, romancistas, pintores, cineastas, escultores..., o mesmo povo.

Sem cultura própria não existe uma verdadeira coesão social nem sequer uma economia própria, apenas negócio, oportunismo, ou mesmo corrupção, fraude e caciquismo. E sem alta cultura também não há uma alta economia.

Alta e baixa cultura não é uma definição classista porque ambas coexistem em todas as capas sociais e interagem entre si. O grau de complexidade, elaboração estética, transcendência do ser, formação ética, são o que define uma expressão cultural e caracteriza um povo. Se nos percebemos limitados é preciso revolvermo-nos para criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que nos limitam, mas sobretudo, criar massa crítica.

A música culta bem como a tradicional enquadram-se na alta cultura, não sendo assim com a música popular e/ou ligeira —que não *lixeira*, ainda que

muitas dessas musiquetas só mereceriam este apelativo. A música tradicional é uma reelaboração continuada por gerações sucessivas que a corrige, emenda, pule, aprimora, eleva delicadamente o grau de complexidade e a melhora até a tornar uma expressão perfeita do povo que a exprime, para assim transmitir as suas ideias, sentimentos e emoções dum modo requintado e ao mesmo tempo singelo. Na música culta, essa complexa elaboração realiza-a um compositor com o engenho, habilidade e agudeza de espírito para captar a realidade oculta da sociedade na que está imerso e fazer refletir a consciência social, daí que a maior parte das vezes, e isto é uma constante histórica, o reconhecimento do génio produz-se pouco a pouco em gerações posteriores quando a sociedade consegue assimilar as suas propostas. Pelo contrário, a baixa cultura não suscita dilemas, apenas entretenimento, passatempo, distração; é a cultura do vagar, lazer ou preguiça, que é algo saudável e até necessário mas quando isso pre-domina no corpo social, então também a consciência se torna preguiçosa. “Limites são pontos de impasse, de conflito”.

As multinacionais que controlam 80% do negócio mundial da música identificam, interessadamente, a cultura com o ócio para logo a pôr à venda nessas modernas quinquilharias que chamam Centros de Ócio, onde o paradigma é a comida-lixo de vistosas cores e inutilidade alimentar. Bagatelas e miudezas culturais são o que nos oferecem as multinacionais do ócio global. Aí é que ninguém duvida da saúde da música galega, essa que a imprópria etiqueta celta inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano. Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heróica dos compositores ou estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante. Nem toda a música alegadamente culta é alta cultura por si própria e nem toda a música popular, mesmo a de consumo de massas, é baixa cultura. Há “pontos de encontro e de imbricações”, “territórios híbridos”.

A música culta galega começa a sua história, escrita em cinco linhas, no século XIII, com as cantigas de Martim Códax e de Afonso, o Sábio. O eminente musicólogo catalão Higínio Anglés disse que “é o maior monumento da música culta ocidental”. Anterior a estas partituras temos o indecifrável códice de Fernando I (séc. XI), em escrita musical neumática assim como o famoso códice calixtino do século XII —contemporâneo do Pórtico da Glória esculpido em pedra pelo Mestre Mateus— que contém as primeiras polifonias conhecidas da música ocidental, escritas ainda em tetragrama mas sem identificar os autores nem a procedência das músicas. Devemos, pois, considerar Martim Códax como o primeiro compositor galego documentado e de quem se conservam partituras. O códice com as músicas das cantigas de amigo de Martim Códax foi leiloadado em Londres no ano 1977 e nenhuma

instituição galega ou espanhola mostrou interesse nele, tendo sido adquirido pela Pierpont Morgan Library de Nova Iorque.

Esse esplendor medieval da nossa cultura foi esmorecendo e assim vieram séculos obscuros para os nossos criadores musicais, ainda que a música continuava a ser cultivada tanto dentro como fora dos templos galegos, os nossos criadores foram eliminados da cena musical. Nos arquivos galegos da época encontram-se cópias de obras de grandes compositores europeus do momento, o qual induz a pensar que existia uma exigente demanda musical e uns qualificados músicos. Por outro lado, não é casual que a história da imprensa galega comece justamente com um livro de música, o *Missale Auriense* da catedral de Ourense, feito no ano 1494 em Monterrei. Mas como se explica a desapareição absoluta dos compositores galegos?

Até ao século XVIII o cultivo da música culta na Galiza permaneceu no entorno das Capelas de Música das Catedrais e Colegiatas, sempre com Mestres não galegos. Esses Mestres escreveram muita música na Galiza e alguns mesmo de certa altura artística como é o caso do barroco navarro José de Vaquedano ou do italiano Buono Chiodi, que introduziu na Galiza o estilo clássico, não chegando qualquer um a desenvolver características próprias da música galega (ritmos, harmonias, temas, estilos). Cinco séculos de total obscuridade na criação musical galega, depois de dar à luz o maior monumento da música ocidental, não pode depender do acaso. Após os trovadores e com uma vida musical relevante e propícia, que acompanha os acontecimentos na Europa, é difícil imaginar a carência absoluta de compositores galegos num período de tempo tão extenso.

No século XIII, a Galiza foi integrada na coroa de Castela e aí começou a paulatina substituição da nobreza galega e a castelanização das camadas altas da sociedade. A Igreja galega assumiu como próprios os interesses da coroa e teve um papel fundamental no declínio da nossa cultura, no desprestígio e marginalização da língua, na desgaleguização da sociedade. Nesse empenho colonizador não podia permitir-se um Mestre de Capela —ou seja, um compositor— galego e, se algum existiu, foi expurgado ou obrigado a mudar a sua origem para sobreviver. Sem cultura própria não existe economia própria nem coesão social que impeçam a submissão coletiva.

Nos fins do século XVIII, os iluministas, com Frei Martim Sarmiento à frente, iniciam a recuperação da língua e cultura galegas. Também nos finais deste século começam a chegar à Galiza as companhias italianas de ópera indo propiciar a construção da maioria dos teatros que se fizeram na primeira metade do século XIX, praticamente todos nomeados de *Principal*. O quase monopólio musical, que até esse momento tinha a Igreja, iria quebrar. Não deixa de ser simbólico que tenha sido nesse contexto quando um Mestre

de Capela de Compostela e natural de Guadalajara, Melchor López, compôs uns vilancetes galegos.

Ao longo do século XIX a Igreja galega perde o esplendor económico dos séculos obscuros e com ele o controle cultural do país. É o ressurgimento ou renascimento da Galiza. A pequena burguesia, toda ela vinda de fora, levanta os teatros para desfrutar da ópera italiana e cria instituições de ensino musical. Aparecem as Sociedades Filarmónicas, Liceus, Casinos e Cafés onde a música não religiosa se expande e começam a borbotar os criadores galegos. Marcial del Adalid é o primeiro compositor relevante desse renascimento galego, chegando a utilizar melodias populares galegas e textos de Rosalia Castro.

É no último terço do século que o fervilhar de compositores galegos se manifesta com força (Baldomir, Castro 'Chané', Montes, Veiga), criando um grande número de baladas e melodias populares com textos de Rosalia, Curros Enríquez, Pondal e outros poetas. Também aparecem nes-sa época os primeiros Orfeões que, junto com as Bandas de Música que já começaram a surgir em meados do século, têm um papel primordial na difusão e formação musical. O mais importante desse período é o surgimento da primeira editora de música galega, Canuto Barea, permitindo a difusão e consolidação da nossa incipiente criação musical.

O século XX dispersa toda essa atividade. Os compositores galegos emigram para completar a sua formação —Gaos, Quiroga, Soutullo, Bal y Gay— e os que permanecem no país não evoluem na sua linguagem. Depois da guerra (1936-39) a atividade musical vai-se recuperando, reproduzindo-se, no entanto, o esquema dos séculos obscuros onde os compositores galegos eram ignorados, tanto os exilados quanto as novas gerações que tiveram de sair do país para sobreviver ou desenvolver o seu labor criativo.

O acontecer criativo da música culta galega sempre se produziu ligado ao acontecer criativo da língua, e a desgaleguização intensificada pela ditadura fascista ainda persiste tanto na sociedade como nas instituições.

No ano 1994, elaborei o primeiro projeto para criar uma coleção sistemática da música culta galega, pretendendo que tal empenho fosse tutelado por uma instituição pública. Rogélio Groba e eu fizemos muitas visitas aos responsáveis da política cultural do governo galego para explicar a necessidade de acometer tal empreendimento histórico e abrir assim o caminho a uma indústria de música culta galega fundamentada nos compositores vivos, que são os que estão a criar a nossa identidade atual. O passado já é uma obrigação ineludível das instituições como garantes da memória social.

Ninguém nos compreendeu —ou até talvez sim perceberam o perigo que a nossa proposta implicava para os objetivos desgaleguizadores daquela direita antinacional— e nada conseguimos. Mas a criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e, com a editora de música *Arte Tripha-*



ria, assumi o desafio de demonstrar que temos suficientes criadores de qualidade vivos para justificar a publicação dum *Corpus Musicum Gallaeciae*. Com escassos meios, mas com a vontade de tornar visível a música culta galega, foram-se publicando um bom feixe de obras. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se: A Rádio e TV galega chegou a proibir a emissão das obras editadas; As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza, altamente desgaleguizados, não compraram nem um só exemplar. Após 10 anos de trabalho editorial e mais de um cento de artigos publicados semanalmente na imprensa, sobre a nossa música culta, parecia que algo começava a movimentar-se com a queda da direita no governo. Mas a *intelligentsia* militante dos partidos políticos da Galiza é ainda muito inculta para saber capitalizar a cultura. Embora já se programem algumas obras de compositores galegos, e os Conservatórios tenham recebido partituras por iniciativa da D. G. de Criação e Difusão Cultural, não existe um plano para que a indústria da criação musical enraíze. Há, sim, planos de subsídio cultural, mas uma cultura subsidiada é uma cultura aleijada, submetida, mutilada e, portanto, de escassa criatividade e inovação. “Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais.”

Fundei a editora de música *Arte Tripharia* em Madrid no ano 1980 e transferi-a para a Galiza em 2005, para assentar esse património cultural no seu berço natural e prosseguir o labor editorial iniciado por Canuto Berea, mas não encontrei sensibilidade cultural, empresarial nem política para tornar realidade a utopia. Talvez o facto dos títulos das obras publicadas no *Corpus Musicum Gallaeciae* estarem escritos corretamente tenha incomodado os próceres da *intelligentsia* pois iniciaram uma campanha de descrédito contra a editora e contra mim chegando a publicar notícias falsas numa web institucional como *culturagalega ponto org*. A história demonstra que a música culta e a cultura galega em geral estão unidas ao acontecer da língua. Portanto, se queremos inserir a música galega no mercado internacional temos de a ligar ao devir da língua de cultura que, desde a Gallaecia, foi espalhada pelos cinco continentes. Assim é que eu aderi, desde o início, ao projeto da Academia Galega da Língua Portuguesa para criar um futuro mais promissório para os compositores da música culta galega, porque a música da língua é a base da cultura musical dos povos.

O desenvolvimento duma cultura só é possível em liberdade. Sem uma absoluta liberdade de expressão não há uma verdadeira criação cultural. Essa liberdade só é possível se os criadores forem totalmente independentes. Na sociedade atual essa independência passa pela emancipação económica. O criador que não pode viver do seu trabalho criativo, antes ou depois cede às pressões dos subsídios ou abandona a criação. As multinacionais do ócio musical não têm interesse pela alta cultura senão pelos produtos fingida-

mente culturais de consumo de massas. Qualquer trabalho criativo que ache-gue massa crítica à sociedade é rejeitado como pernicioso para os seus inte-resses [globalização e alienação]. Mas hoje o desenvolvimento económico dos povos assenta na cultura diversificada, inovadora e criativa.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-a à de mero consumidor. A globalização transformou-nos em simples mercadoria. Já não somos clientes nem consumidores, tão só meros utentes, sem direito a opinar ou protestar pela bai-xa qualidade do que recebemos porque a mercadoria já somos nós mesmos. “Não há limites *a priori*”.

A Doutora Irene Tourinho concluía as considerações citadas acima com esta outra reflexão: “Somos antes de tudo seres culturais e sociais. Aprende-mos com a troca, com os deslocamentos e com as passagens e paisagens de mundos diferentes.”

A cultura galega —e a música— como território feminino que é, tem de revolver-se e criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que a limitam, mas sobretudo, tem de criar massa crítica.

## Instituição



# **Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa**

## **Estatutos**

Associação Cultural Pró AGLP

### **Capítulo I: Denominação, Fins, Domicílio e Âmbito**

Artigo 1.º - Com a denominação de Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa constitui-se uma associação cultural, a teor da *Lei Orgânica 1/2002 de 22 de Março, reguladora do Direito de Associação*, com personalidade jurídica e plena capacidade de obrar, carecendo de ânimo de lucro.

Artigo 2.º - A Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa constitui-se por tempo indefinido.

Artigo 3.º - Tem como fins os seguintes:

- a) Promover, colaborar, assistir e contribuir materialmente à constituição e desenvolvimento da Academia Galega da Língua Portuguesa;
- b) Promover ações de colaboração de personalidades dos diversos âmbitos da sociedade nas atividades da AGLP;
- c) Quaisquer outros fins não recolhidos nos estatutos e conformes com as Leis e, em todo o caso, requerer dos poderes públicos o cumprimento das leis relativamente aos fins propostos.

Artigo 4.º - Para o cumprimento destes fins, realizar-se-ão todas as atividades formativas, culturais e de estudo, através de reuniões com diversos setores da sociedade interessados nas atividades académicas, e quaisquer outras coincidentes com os fins assinalados no Artigo 3.º, enquanto forem conformes com a Lei e acordadas nos órgãos competentes.

Artigo 5.º - A sede da Associação é fixada, provisoriamente, em Padrão (C.P. 15900), R/ Castelão, núm. 27.

Artigo 6.º - A Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa desenvolverá primordialmente a sua atuação na Galiza. Ocasionalmente, por si ou com outras entidades, poderá realizar atividades fora deste território nos países ou comarcas da Lusofonia.

## Capítulo II: Órgão de Representação

Artigo 7.º - A Junta Diretiva representa e administra Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa. Está integrada pelas pessoas que exercerem os seguintes cargos:

- Presidência
- Vice-Presidência
- Administração-Tesouraria
- Secretaria
- Vocalias, num número entre 1 e 6.

Os cargos que integram a Junta Diretiva são gratuitos e eleitos pela Assembleia Geral. O mandato da Presidência, Vice-Presidência, Administração-Tesouraria e Secretaria terá uma duração de quatro anos, podendo ser eleitos de novo até completarem os oito anos de mandato.

Artigo 8.º - As pessoas da Junta Diretiva, finalizado o prazo para o que foram eleitas, continuarão desempenhando as suas funções até ao momento de os novos elegidos aceitarem o mandato da Assembleia Geral.

Artigo 9.º - A eleição de membros da Junta Diretiva pela Assembleia será realizada dentre as listas fechadas que se apresentarem, nas quais necessariamente constarão os cargos que há de desempenhar cada pessoa integrante da candidatura.

Artigo 10.º - Poderão apresentar-se candidaturas até quinze dias antes da data da Assembleia, quer por meio de carta quer por correio-e enviado ao Presidente da Junta Diretiva. Extraordinariamente poderia apresentar-se uma candidatura única, consensuada, durante o desenvolvimento da Assembleia em causa.

Artigo 11.º - As vacantes que puderem produzir-se por renúncia voluntária, comunicada mediante escrito à Junta Diretiva, ou por incumprimento das obrigações inerentes ao cargo poderão ser ocupadas provisoriamente por membros que designar a própria Junta Diretiva, até à realização da imediata reunião da Assembleia Geral.

Artigo 12.º - A Junta Diretiva terá de se reunir, pelo menos, uma vez cada seis meses e sempre que for convocada pelo seu presidente, ou por petição escrita de um terço das pessoas integrantes da Junta Diretiva.

Artigo 13.º - As faculdades da Junta Diretiva estendem-se, com caráter geral, a todas as atividades derivadas dos fins da Associação, sempre que, conforme com os Estatutos, não for precisa autorização expressa da Assembleia Geral.

São faculdades da Junta Diretiva:

- a) Dirigir as atividades da Associação e levar a gestão económica e administrativa, acordando realizar os oportunos atos e contratos.
- b) Executar os acordos da Assembleia Geral.
- c) Formular e submeter à aprovação da Assembleia Geral os balanços de contas, assim como a programação anual de atividades.
- d) Resolver sobre a admissão de sócios, se for preciso.
- e) Nomear delegados para alguma determinada atividade da Associação.
- f) Qualquer outra faculdade que não for da exclusiva competência da Assembleia e for conforme com a legalidade.

Artigo 14.º - A pessoa que desempenhar a presidência terá as seguintes atribuições:

- a) Representar legalmente a Associação perante quaisquer organismos públicos e privados.
- b) Convocar, presidir e levantar às sessões que realizar a Assembleia Geral e a Junta Diretiva, assim como moderar as deliberações de uma e outra.
- c) Ordenar pagamentos e assinar, junto da pessoa que exercer a administração-tesouraria, os livramentos, cheques e quaisquer outros documentos ao caso.
- d) Receber em nome da Associação qualquer quantidade de dinheiro proveniente de subsídios de entidades públicas e privadas.
- e) Autorizar com a sua assinatura os documentos, atos e correspondência da Associação.
- f) Adotar qualquer decisão urgente que o desenvolvimento da Associação aconselhar, precisar ou convir, sem prejuízo de, posteriormente, dar conta à Junta Diretiva
- g) Assumir, em qualquer caso, as faculdades que a Lei estabelece.

Artigo 15.º - A pessoa que desempenhar a Vice-Presidência exercerá as funções da Presidência em ausência da pessoa titular desta ou em caso de força maior.

Artigo 16.º - A pessoa que desempenhar a Administração-Tesouraria, de conformidade com a Presidência e, quando for o caso, com a Secretaria, responderá, perante a Assembleia, dos movimentos económicos da Associação.

Artigo 17.º - À pessoa que desempenhar a Secretaria corresponde-lhe notificar as convocatórias, custodiar as Atas e expedir certificados destas, com o visto da Presidência. As Atas serão aprovadas no fim de cada Assembleia ou na reunião imediata desta. Desempenhará as funções que lhe reconhecem as Leis vigoradas.

Artigo 18.º - As pessoas que desempenharem as Vocalias desenvolverão as funções que a Presidência lhes encarregar, de que a Assembleia tomará conhecimento.

Artigo 19.º - A vacante de qualquer dos membros da Junta Diretiva que se produzir durante um mandato será assumida provisoriamente entre os membros restantes, até que a Assembleia Geral eleja a pessoa que desempenhar o cargo vacante.

### **Capítulo III: Assembleia Geral**

Artigo 20.º - A Assembleia Geral é o órgão supremo e soberano da Associação e estará integrada por todos os sócios. A presidência e a secretaria da assembleia serão ocupadas pelas pessoas que ocuparem a presidência e a secretaria da Junta Diretiva.

Artigo 21.º - As reuniões da Assembleia Geral serão ordinárias ou extraordinárias. A Assembleia Geral ficará constituída, em primeira convocatória, se houver um quorum da metade mais um dos sócios, e em segunda convocatória, pelos sócios presentes nela.

Artigo 22.º - A convocatória para a Assembleia Geral será comunicada por escrito aos sócios, quer através dos correios ordinários, quer através do correio-e, dez dias, pelo menos, antes da sua realização.

Artigo 23.º - A Associação deverá realizar uma Assembleia Geral Ordinária no ano, em data que determinará a Junta Diretiva, que também poderá convocar diversas Assembleias Gerais Extraordinárias. Estas também podem ser convocadas por um grupo de

pessoas igual ou superior ao 10% dos sócios. Neste último caso será solicitada por escrito dirigido à Presidência, autorizado com as assinaturas dos solicitantes, no que se deve indicar o motivo da convocatória e a ordem dos trabalhos.

Os acordos serão tomados por maioria simples das pessoas participantes e representadas na Assembleia. Se houver empate, o voto de qualidade, emitido pela Presidência, deixará sem efeito a igualdade dos votos.

Artigo 24.º - Requerer-se-á a maioria qualificada, que resultará se os votos afirmativos ultrapassarem os dous terços dos associados (presentes ou representados), quando deva resolver-se e acordar sobre os seguintes assuntos:

- a) Dissolução da Associação.
- b) Modificação dos Estatutos.
- c) Disposição ou alienação dos bens.
- d) Solicitude de declaração de utilidade pública da Associação.
- e) Integração em federações de associações.

#### **Capítulo IV: Pessoas Associadas: Direitos e Deveres**

Artigo 25.º - Poderão pertencer à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa as pessoas que atingiram a maioridade legal e que tiverem interesse em fomentar a Lusofonia galega.

Também podem fazer parte da associação pessoas jurídicas de acordo com a Lei e a teor do estabelecido no Regulamento de Regime Interno da Associação

Artigo 26.º - São direitos das pessoas associadas:

- a) Cooperarem nas atividades da Associação e nos órgãos de governo e representação, exercerem o direito de voto, assim como participarem na Assembleia Geral, de acordo com os Estatutos.
- b) Serem informadas sobre a composição dos órgãos de governo e representação da Associação, do estado das contas e do desenvolvimento das atividades.
- c) Serem ouvidas com caráter prévio à adopção de medidas disciplinárias contra elas e serem informadas dos factos que dêem lugar a essas medidas, devendo ser motivado o acordo que, no seu caso, impuser a sanção.
- d) Impugnarem os acordos dos órgãos da Associação que estimarem contrários à Lei ou aos Estatutos.

Artigo 27.º - São deveres das pessoas associadas:

- a) Compartilhar os fins da Associação e colaborar para o seu conseguimento.
- b) Satisfazerem as quotas, derramas e outros contributos que, a teor dos Estatutos, puderem corresponder-lhes.
- c) Cumprirem o resto de obrigações que derivarem das disposições estatutárias.
- d) Acatarem e cumprirem os acordos validamente adoptados pelos órgãos de governo e representação da Associação.



## **Capítulo V: Recursos Económicos**

Artigo 28.º - Os recursos económicos para o desenvolvimento dos fins e atividades da Associação são os seguintes:

- a) As quotas, periódicas ou extraordinárias, das pessoas associadas. Serão determinadas pela Assembleia Geral, à proposta da Junta Diretiva.
- b) Os subsídios, legados, heranças ou doações (provenientes quer de pessoas físicas, quer de instituições públicas ou de pessoas jurídicas), que receber a Associação, a teor da legalidade vigente.
- c) Qualquer outro recurso de procedência lícita.

Artigo 29.º - A Associação carece de património fundacional. O património social a constituir-se será integrado pelos bens que forem adquiridos para a realização dos fins sociais. A administração corresponde à Junta Diretiva.

Artigo 30.º - O exercício associativo e económico coincidirá com o início e fim de cada ano natural.

## **Capítulo VI: Dissolução**

Artigo 31.º - A Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa poderá ser dissolvida, quando assim o acordarem, em Assembleia Geral convocada ao efeito, por uma maioria de dous terços das pessoas associadas, a teor do estabelecido na Legalidade vigente.

Artigo 32.º - Se for aprovada a dissolução, na mesma Assembleia será nomeada a Comissão Liquidadora que, extintas as dívidas de vez, destinará à AGLP o remanente líquido que existir.

Salvo acordo em contrário, a Comissão liquidadora estará constituída pelas pessoas integrantes da Junta Diretiva, que procederá segundo determina a Lei reguladora do Direito de Associação.

## **Disposição Final**

A Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa desenvolverá estes Estatutos num Regulamento de Regime Interior que será aprovado e, no seu caso, reformado em Assembleia Geral Extraordinária por maioria de 2/3 dos votos das pessoas associadas, assistentes ou representadas.



Recepção da Delegação da Galiza na Academia das Ciências de Lisboa



A Delegação da Galiza na Conferência Internacional de Lisboa

## Crónica da Conferência de Lisboa, intervenções institucionais e documentos

Vários autores

### *Crónica do invisível: o acordo ratificado*

Concha Rousia

**P**artimos de Padrão, daí fomos a Pontevedra, onde se uniu a nós o quinto ocupante do carro, José Martinho; este nos mostrou o ponto exacto onde mataram Alexandre Bóveda. Sentimo-nos muitos no carro, mais dos que éramos, e éramos muitos...

O trajeto até Lisboa foi um fio de palavras. As conversas foram conosco, o já feito, o por fazer... O cansaço tomou logo conta dos corpos, paramos, Ângelo pode assim descansar os olhos enchendo-os de verde em lugar do negro do asfalto. Tiramos a primeira foto. Eu lembrei-me, como é meu costume, de todos os que estavam conosco sem estar... entre eles Rosalia, entre eles Bóveda, entre eles a minha mãe a ensinar-me o cantar da joaninha:

«*Voa joaninha voa, que teu pai vai em Lisboa, e vai-che tragner pão e cebola...*» —deves repetir até que a joaninha voar...

E a canção do *Malhão* que eu sempre julguei era galega e depois foi que aprendi que o não era. Aqueles foram tempos em que eu vivia na verdade imersa na lusofonia... e as nossas casas feitas pelos castrejos de Castro Laboreiro, e o senhor João, e o Freitas que traz café, sabão, e as duas mulherinhas de olhos gázios, mãe e filha, a nós trazer os panos de cozinha, os refaixos, e as toalhas, e a feira de Santos de Montalegre... e os bois, e a chega, e subir as calças, e os guardinhas sempre a perguntar:

—*Mas que há de novo lá por Lisboa?*

—*Cousa má nenhuma, somente ouvi dizer que o mar se volvera papas.*

—*Mas isso não pode ser...!*

E atravessar um lameiro e do outro lado é Portugal... *Mas como pode ser isso?* De crianças procurávamos entender o que era a fronteira; depois fomos aceitando que era invisível, que era algo no que se falava, algo que nos obrigava a ir classificando tudo...

A canção do *Malhão* é portuguesa... A da *Carolina* é galega. Eram tempos sem televisão, e as rádios, como nós, também não aprenderam a parar suas ondas em raías imaginárias e nós sentíamos Montalegre ali pertinho. É esta-va mesmo.

Hoje o mundo recoloca-se todo dentro de nós e as conversas vão servindo de apoio a este processo que vai tendo lugar em cada um de nós... e o acordo do 86, e o do 91, e os que chegaram a Lusofonia pela via do estudo e a análise profunda, e os que simplesmente nascêramos ali, e depois se nos arrancou para nos transplantar na Hispanofonia... Eu fui desses que não chegaram a prender; e hoje mentes o carro vai bebendo os ventos que nos falam do futuro, vamos abraçando naquinhos esquecidos do nosso passado... E como sempre, era à terceira que os guardinhas eram enganados...

—*Mas que há de novo lá por Lisboa?*

—*Coisa má nenhuma, somente que quando eu vir, vi como a gente toda, grandes e pequenos, homens e mulheres, iam com colheres a correr para o mar....*

—*Aió, pois olha que vai ser certo que o mar se volvera papas...!*

E os guardas do nosso jogo corriam também para o mar, e a raia era livre e nós passávamos de um lado para o outro vencedores ao final.

E chegamos a Lisboa; ao pouco tempo veio o Estraviz e Manuela, e depois Alexandre e Margarida; Joel ligou para nós, ao telefone de Ângelo, e combinamos para o dia a seguir, o dia da Assembleia da Republica. E lá estava eu, começara enganando a uns guardinhas há perto de quarenta anos e agora era eu a que viera até Lisboa com a minha colher. Era tarde, mas ainda levávamos trabalhinhos para ser acabados no silêncio dos nossos quartos. Foi um momento no que eu agradei todos os conselhos que me foram dados. Dormimos.

De manhã, logo de um pequeno almoço, ao que, a meu modo de ver, o nome não lhe liga nada bem, fomos para o Palácio de São Bento; uns de metro e outros no carro de Margarida para carregar os livros; já lá estavam Teresa e Rodrigo. Fomos os primeiros em chegar, os galegos e galegas chegamos mesmo antes de que se abrissem as portas. Éramos onze em total, todos convidados pela Assembleia. Todos respeitados como membros da Lusofonia, e assim nos receberam, e assim no-lo fizeram sentir também os primeiros portugueses que foram chegando, reconhecendo aos mais velhos entre nós, falando em encontros passados, e fazendo sonhar aos mais novos com um dia ser assim reconhecidos pelos que hoje aqui encontrávamos.

A manhã começou a ir deixando passar os oradores. Abriu a sessão o Presidente da Assembleia da República; a seguir falou o presidente da Academia

de Ciências de Lisboa; depois veio Bechara e o abraço morno do Brasil, pela parte da Academia Brasileira de Letras; falou também o representante de São Tomé e Príncipe; e finalmente, com uma energia que se fez notar, fechou esta sessão a Presidenta da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Antes de a gente ir a almoçar, os corredores se encheram, as mãos se encontraram, os cartões e os livros mudam de lugar, os sorrisos, os jornalistas, as televisões, o descanso, a imensa escalinata, o bacalhau, o vinho verde, a sobremesa e o café, ai o café... o café aqui é outra cousa, o café aqui é “o café” ...

De volta na nobre sala continuou a jornada. Falou o primeiro dos convidados, Vasco de Graça Moura, que não soube estar a altura de si mesmo, talvez por ele se saber perdedor antes de abrir a boca. Atrás dele falou Carlos Reis, que o derrubou com a primeira frase, e continuou a falar com palavras e com suas mãos e com seus olhares vivos e sinceros, e com verdades... e no momento da pausa todos o quiseram cumprimentar e nem foi possível para todos conseguirem isso. Na pausa voltaram as conversas e os abraços e os irmãos que nos chamaram de irmãos... sim, definitivamente, por incrível que pareça, o mar se volvera papas e eu fora lá convidada.

A pausa foi breve e cedo voltamos todos à sala. A mesa estava agora integrada pelos representantes dos diferentes grupos parlamentares, e ante eles falaram todos os da audiência que tinham turno para isso. Começou a sessão Malaca Casteleiro. Ele estava sentado do lado dos galegos, junto dele estava Bechara, e o outro dos três daquela bancada era Estraviz; eu tive o privilégio de tirar a foto. Lá permaneceram os três, eu lembro ter pensado que nem sempre é por acaso que o destino junta a gente.

Atrás de Casteleiro falaram o resto de oradores; todos se foram alinhando com o discurso de Carlos Reis e o apoio ao acordo ortográfico, com alguma exceção, como a do livreiro que parecia magoado por ter que destruir tanto livro como há na norma antiga... e ele não reparou em que isso nunca se tem feito ao longo da história, se isso se fizer poucos livros de valor haveria nas bibliotecas das Academias; mas enfim, ele falava em nome dos livreiros...

Finalmente chegou a nossa hora, a hora dos galegos...

Eu estava sentada no meio, equidistante entre Alexandre e Ângelo, os nossos oradores; agora era a nossa voz que ia encher a sala. Primeiro falou o Alexandre, e todos falamos com ele, porquanto falou em representação de todos os grupos reintegracionistas ou lusófonos da Galiza, a começar pela AGAL, de que é presidente. Depois falou o Ângelo em nome da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa; também todos falamos com ele. Falamos bem e fomos cumprimentados depois, saudados, parabenizados, e até talvez por algum, temidos, os galegos... Nós, contentes, nossa pertença a Lusofonia tornara-se o que tinha que ser: óbvia... Não podemos saber aonde poderemos chegar, sabemos é que lá chegamos, e sabemos que vínhamos de

muito longe e não nos vamos precipitar agora que estamos mais perto... Nós entraremos onde quer que tenhamos de entrar... Como lhe dizia o Ângelo ao representante do PCP, «Os galegos entramos na Lusofonia pela porta grande.» E eu reparei que as portas eram muito grandes, e como no conto dos guardi-nhas, que deixavam o passo livre, estas portas foram abertas para nós passar... E nós passamos, e nos sentimos em casa, aquele espaço era nosso.

Com o final da tarde vieram as despedidas e os planos de futuro. Mas o dia ainda não ia acabar aí para nós que estávamos sendo aguardados no Baixo Chiado, lá na Brasileira, pelos membros de AGAL de Lisboa que nos prepararam uma festa que coroou um dia que nascera republicano... Na porta da Brasileira, sem medo da chuva que nos seguira até Lisboa, tiramos nossas fotos com Pessoa, mesmo parece que levava muito tempo a nos aguardar...

### *A chavinha de vidro*

*Portugal está pechado  
c'uma chavinha de vidro  
se essa chavinha se perde  
Portugal fica perdido.*

Da Brasileira fomos ao restaurante guiados pela mocidade de AGAL de Lisboa, éramos vinte, três ou quatro éramos portugueses, outros éramos os que chegáramos o dia anterior, outros éramos galego-portugueses simplesmente. Foi um jantar-ceia inesquecível: as caipirinhas, o picadinho mineiro, o sorvete de maracujá, o café, de novo o café... Mas o café só veio ao final; antes vieram as apresentações, que foram ideia do Alexandre, que ia anotando os nomes num livrinho pequeno...

O primeiro em falar foi Antonio Gil, e a seguir fomos um por um despin-do nas palavras e nos risos e brincadeiras tudo o que éramos e o que não éramos. Foi uma festa... um convívio entranhável, que fez com que a cama tivesse que aguardar por nós... E de novo o metro, linha azul, depois amare-la; entramos no hotel lá perto das duas da madrugada, mas o corpo ainda não nos pedia cama, não...

Nós, caros e caras que estais a ler esta crónica, sentíamos a necessidade de saber de vós, de saber que vós sabíeis que tudo fora bem; foi nesse instante que eu entendi o argumento sobre a necessidade da Trindade que exprimira Xavier quando íamos a caminho de Lisboa... «Se Deus é amor, necessita amar, daí a necessidade do Filho, mas para que tenha existência real, a cena necessita ser contemplada por um terceiro: o Espírito Santo...»

Não estou a dizer que vós fosseis o Espírito Santo, mas isso é exatamente o que estou a dizer mesmo... Nós tínhamos falado, e tínhamos sido ouvidos, mas para nós saber isso, para que isso fosse realmente certo, nós necessitávamos a segurança de que vós nos tínheis visto. O portátil do Ângelo não nos

dava para conetarmo-nos à rede desde os quartos por causa de um antivírus de última hora, e foi a net de moedas, como as antigas cabinas de telefone, que nos permitiu vermos-nos, vermos-nos através de vossos olhos...

Nunca esquecerei a imagem do hall do hotel... lá na esquina José Martinho não cessa de meter moedas para que a máquina nos siga mostrando o PGL, eu que ficara preocupada porque a minha câmara se tinha parado no minuto três da intervenção de Alexandre fiquei de boca aberta ao ver que já lá estava no portal... parecia uma miragem.

Aos poucos a gente foi indo para a cama, eu fiquei de última esgotando os minutos que restavam por gastar na cabina-net. Abri meu correio. Tinha uma mensagem de Selmo Vasconcellos, que me avisava de que no número 51 de *O Rebate* revista que ele dirige em Porto Velho (Rondônia), saíram seis poemas meus. Pareceu-me um bom sinal receber aquela mensagem vinda do Brasil em Lisboa; a noite não podia ter melhor final para mim. Na máquina esgotaram-se os minutos. Fora seguia a chover; quando já me ia, o guardinha do hotel desejou-me boa noite e falou-me de que antes chovia no Norte e agora chovia em Lisboa... Quem sabe este guardinha não seja do Norte, desses que nós enganávamos nos nossos jogos; quase quis perguntar mas vi que tinha cara de muito falador e simplesmente lhe respondi ao da chuva, os dous concordamos com que o tempo anda com o de acima para abaixo...

De manhã no pequeno almoço acabamos de organizar as atividades nas que já tínhamos falado nos dias anteriores... e que já agora, não incluíam uma visita pausada e afetuosa a esta cidade que nos dava o que tinha: sua alma. Em muitos momentos eu senti a necessidade de pedir perdão a Lisboa por não a poder visitar como ela, senhora que é, merece; mas prometi-lhe voltar... Os trabalhos foram repartidos muito bem, escritórios para visitar, documentos para apanhar, embaixadas que informar... e num par de horas no hotel para outra sessão de trabalho. Foi uma jornada muito frutífera; ficamos satisfeitos com os planos de futuro, que já são pressente; julgamos que encontramos alguns aliados que nos vão ajudar no cuidado dessa chavinha de vidro que nos abre as portas da Lusofonia. De novo almoçar para ir depois a visitar a Academia de Ciências de Lisboa.

A cita era as 16:30, e era com o Presidente da Academia, o Dr. Adriano Moreira. Fomos de metro, de novo a linha amarela e a azul... Chovia, íamos partilhando os guarda-chuvas como partilhávamos nossos destinos, e nossos encantamentos de como todo ia saindo... Desde a parada Baixa-Chiado fomos a pé até a Academia... esses foram os escassos momentos com luz de dia que andamos algo pela cidade, mas sem parar de andar... Chagamos.

O senhor Presidente da ACADEMIA recebeu-nos como membros da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa. Uma pessoa com saber diplomático; sentado entre o Ângelo e o Alexandre manifestou interesse

por nós, pela nossa Academia, pelas futuros relacionamentos, pela Galiza... no plano mais pessoal ao final nos disse que ele era de Bragança, por tanto vizinho do Norte; rematou a reunião e antes de nos ir embora mostrou-nos a biblioteca... Impressionante, por dizer alguma palavra. Tiramos fotos dos tesouros linguísticos e da estância. Era hora de partir... Lisboa parecia querer-nos pegar nos pés, mas havia muita distância que percorrer. Voltamos ao lugar do carro, fomos às compras de última hora... Eu tinha uma encarga, só uma...

Quando o domingo sai de casa minha filha disse: trai-me ovinhos moles de Aveiro. E eu fui a procura disso, e de umas revistas das Winx, que ela adora. Na livraria tivemos que tirar uns dos outros porque os livros nos prendiam... parecíamos esfameados que sabiam que apenas tinham uns momentos e depois a estrada os separaria desta liberdade de escolher leituras. Trouxemos connosco dicionários e outros livros, e eu ainda entrei numa loja para trazer vinho do Douro...

O caminho de volta foi igual de intenso que o de ida, as conversas, agora depois de tantas horas juntos até tínhamos a sensação de nos conhecer melhor, como de toda a vida... Paramos nas beiras do Porto para comer um bocado e compramos a imprensa. Lá por volta das duas da madrugada chegamos a Padrão depois de passar por Pontevedra; ainda ficavam Compostela e Crunha a aguardar por alguns de nós. Esta viagem saciou-nos de tudo o que nos leva faltado durante tanto tempo, saciou-nos com respeito por nós, por nós ser o que somos; isso que se nos nega na nossa própria terra e que Portugal, desta vez muito generoso, nós ofereceu, e por uns dias nós fez sentir o centro do universo. E nós, guerreiros e guerreiras contra o silêncio e o esquecimento, prometemos cuidar da chavinha de vidro, que nunca, nunca vamos deixar partir...

### **Comunicado das Entidades Lusófonas Galegas na Conferência Internacional de Lisboa sobre o Acordo Ortográfico**

Intervenção de Alexandre Banhos

**E**x.<sup>mo</sup> Sr. Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, prezados intervenientes neste encontro sobre o Acordo Ortográfico. Senhores membros desta nobre Câmara.

Quero em primeiro lugar agradecer o convite da Comissão Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa, que nos permite apresentar brevemente a posição galega sobre um tema tão importante para a Galiza e para a Lusofonia como é a escrita da nossa língua comum desde a nossa diversidade de sotaques e falas. Intervenho neste encontro não só em nome da AGAL, mas de todas as entidades lusófonas galegas que, reunidas para tratar esta questão, acordamos manter uma posição comum a respeito do Acordo Ortográfico e a situação da língua na Galiza. É a seguinte:



*Comunicado*

Ex.<sup>mos</sup> senhores:

1. Em 1958 o professor Rodrigues Lapa, que na altura se encontrava exilado no Brasil, encaminhava carta para o seu amigo galego Fernandes del Riego em que consta o seguinte parágrafo:

A inesperada visita que tive ontem de um professor galego, Guerra da Cal, residente nos E.E.U.U., tornou forçosa esta carta de hoje. Que rapaz admirável: belo tipo físico, sentimento transbordante de galeguidade. Veio aqui para fundar na sua Universidade um Instituto de Estudos Brasileiros. Falámos em vocês, Castelão, Otero Pedrayo, Ramón Pinheiro, tudo veio à baila, política, literatura, ortografia. Pensa ele, e muito bem, que devíamos fazer uma reunião entre portugueses, brasileiros e galegos para lançar as bases de uma reforma ortográfica.

Quer dizer, há 50 anos dous vultos como Lapa e Da Cal sonhavam com um instante como o que propicia este Acordo Ortográfico; e ambos concordavam em que seria ótima a presença da Galiza.

Em 1963, na sequência do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Coimbra, Ernesto Guerra da Cal defendeu conjuntamente com o português Alberto Machado da Rosa (na altura professor na Universidade de Winsconsin), e os brasileiros Celso Cunha e Pedro Calmon (este último era Reitor de uma Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) uma proposta que propunha a constituição de um "Centro de Documentação e Informação da Língua Portuguesa Contemporânea". Segundo consta nas *Actas* desse acontecimento, editadas pela Universidade de Coimbra em 1965, a proposição foi aprovada, mas resultou muito polémica e provocou numerosas intervenções, entre as quais a de Celso Cunha, que insistiu na

necessidade de simplificações ortográficas que permitam uma uniformização ortográfica que, sem prejuízo de ocasionais diferenças fonéticas (unidade na diversidade), apresente uma grafia única do português de Portugal e do Brasil.

É, pois, outro instante marcante em que participou Guerra da Cal, a ver com a questão da uniformização ortográfica.

Ernesto Guerra da Cal foi convidado para ser um dos partícipes do Acordo Ortográfico de 1986, tanto por Portugal como por Brasil, e ele manifestou participar nos encontros na sua condição de galego e, por tanto, lusófono, e desde 1986 presidiu à Comissão para a Integração da Galiza no Acordo Ortográfico. Gestões suas propiciaram a participação galega nas reuniões do Rio e de Lisboa de 1986 e 1990, respetivamente. Tenho a honra de estar acompanhado neste ato pelo professor Isaac Alonso Estraviz, Vice-Presidente da AGAL, um dos grandes lexicólogos da nossa língua e um dos membros galegos ativo nesses Encontros.

A Delegação de Observadores da Galiza colaborou ativamente na redação do texto acordado em 1990 e agora finalmente ratificado pelo governo português. Com a nossa presença nesta conferência internacional continuamos e reafirmamos a nossa pertença à Lusofonia.

2. As Entidades Lusófonas Galegas, que de longo tempo vimos mantendo uma atividade de defesa, ilustração e dignificação do galego, entendido como a variedade da língua portuguesa utilizada na Galiza -o português da Galiza- cientes da necessidade de reforçarmos a unidade da escrita, melhorarmos a coesão da comunidade linguística e a sua projeção internacional, manifestamos a nossa satisfação do Acordo Ortográfico de 1990, gostaríamos de falar da adesão da Galiza ao Acordo mas infelizmente nesta altura não é possível, por questões políticas que estão ao além da própria língua e das nossas vontades.

3. No caminho que a Galiza tem de percorrer para conseguir a inserção plena nas instituições internacionais, nomeadamente a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, os responsáveis políticos podem contar, hoje como ontem, com a nossa colaboração para favorecer um diálogo construtivo, e encaminhar da forma mais satisfatória esta questão ainda não resolvida. Julgamos que, atualmente, existem as condições suficientes para dar os primeiros passos neste sentido.

4. O nosso país faz parte essencial do território em que nasceu a língua portuguesa. A sua origem, a secular elaboração popular e a literatura galega contemporânea conferem à comunidade linguística da Galiza um espaço próprio e singular, cuja riqueza expressiva ainda não foi incorporada aos dicionários da língua comum.

5. Ao mesmo tempo chamamos a atenção para um maior reconhecimento da diversidade cultural e linguística em toda a extensão da lusofonia, dos diferentes sotaques, pronúncias e variedades nacionais e regionais, que devem ter o seu espaço de difusão, sem pôr em questão a unidade da língua escrita.

6. O processo de normalização linguística da Galiza encontra-se numa encruzilhada histórica, cheia de dificuldades, mas também de oportunidades. As circunstâncias históricas criaram uma fronteira política no rio Minho, partindo em dois o território onde nasceu e deu seus primeiros passos a nossa língua comum, e posteriormente fizeram com que esta perdesse a sua condição de língua administrativa e literária na Galiza, isolando-se durante séculos do tronco comum. Língua do povo, perdeu porém a sua condição de língua escrita. Já no século XIX, uma vanguarda de intelectuais e literatos liderados pela imortal Rosalia de Castro iniciou a dignificação da língua, retomando a sua escrita. Esta formidável geração de poetas românticos carecia,

porém, duma formação linguística, e empreenderam a sua obra utilizando regras ortográficas improvisadas, amiúde, com decalcos do castelhano.

O percurso posterior do movimento de dignificação e normalização linguísticas na Galiza é o do progressivo caminho, nem sempre fácil, para a reintegração no tronco comum, liderada polos mais notáveis defensores da língua e cultura galegas, como Castelão, que afirmou no início do passado século “*A nossa língua floresce em Portugal*”. Hoje, apesar do indiscutível avanço nessa direção, a comunidade linguística desenvolve-se, ainda, em condições difíceis do ponto de vista legal e social.

Ante esta situação reclamamos o livre movimento de informação através da fronteira com o norte de Portugal, a recepção livre das rádios e televisões portuguesas na Galiza, a facilitação do acesso aos produtos culturais da lusofonia, e o definitivo reconhecimento do nosso direito ao emprego normal do galego, da língua portuguesa, a todos os níveis na Galiza.

### Assinantes

Associação Galega da Língua (AGAL); Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), Associação Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, Associação Sócio-pedagógica Galaico-portuguesa (ASPG-P) Movimento Defesa da Língua (MDL).

Muito obrigado pola vossa atenção.

### **Intervenção do Presidente da Associação Cultural Pró AGLP na Conferência Internacional / Audição Parlamentar de Lisboa**

Intervenção de Ângelo Cristóvão

**E**x.<sup>mos</sup> Sr.<sup>es</sup> Presidente e Vice-Presidente da Comissão, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>es</sup> Deputados; prezados intervenientes nesta Conferência sobre o Acordo Ortográfico; caros prof. Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro,

Permitam-me em primeiro lugar agradecer à Assembleia da República, em nome da Associação Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, o convite para esta Conferência Internacional, e manifestar o meu respeito por todas as opiniões aqui apresentadas.

Na Galiza existe, há décadas, um movimento cívico e cultural de influência crescente conhecido como Reintegracionismo cujos integrantes trabalham, em diversos campos, por integrar as falas da Galiza no Português escrito universal. A produção escrita no português da Galiza aumenta sem pausa, e está a atingir sucesso nos âmbitos literários, nos estudos da língua histórica ou da sociologia da linguagem, com professores e autores como Martinho Montero, Isaac Estraviz, Gil Hernández, Teresa Carro, Manuela

Cascudo, Xavier Vilhar ou Concha Rousia, entre outros galegos presentes nesta nobre sala. São contributos que merecem alguma atenção e que nos permitem comparecer no espaço lusófono com conteúdos próprios.

Um forte sentimento e consciência cívica de pertença à Lusofonia está a tornar-se geral no mundo da cultura da Galiza. Neste contexto, os galegos aspiramos a contar também com uma instituição congénere das Academias Portuguesa das Ciências e Brasileira de Letras.

Confiamos em que a Academia Galega da Língua Portuguesa realize a sessão constituinte nos próximos meses na capital da Galiza. Será entidade que assuma a mais longa e genuína tradição galega que representaram vultos como Manuel Murguia e Lugris Freire, Guerra da Cal e Carvalho Calero, Rodrigues Lapa e de Lindley Cintra, que consideravam as falas galegas e as portuguesas setentrionais fazerem parte dum “continuum” nortenho da língua portuguesa, reconhecível por traços caraterizadores face às outras variedades ortoépicas da língua comum.

A nossa Academia, que nasce por iniciativa da sociedade civil com vocação de serviço público, tenta ser uma instituição científica independente dos governos e das suas circunstâncias, que concentre os seus estudos na língua portuguesa da Galiza com critérios de rigor científico e vontade de abertura às diferentes sensibilidades existentes na sociedade. Nesta linha e, atendendo às circunstâncias históricas em que nos desenvolvemos, parece conveniente orientar os esforços dos primeiros anos num sentido mais prospectivo e divulgador do que normativo.

É sabido que as línguas mantêm a sua unidade, principalmente, através de uma ortografia, que permite a realização de diferentes ortofonias. Este é um valor que apreciamos especialmente na Galiza, onde temos o exemplo da língua castelhana, caso em que as decisões em matéria de norma linguística são adotadas conjuntamente por todas as academias da língua, e editadas em textos comuns. Belo exemplo digno de considerarmos. Portanto, a Academia Galega da Língua Portuguesa não deveria ter como objetivo constituir uma terceira norma para a escrita, depois da lusitana e a brasileira. O português galego reflete, em qualquer caso, os nossos traços caraterísticos, nomeadamente no léxico e na pronúncia, a cuja singularidade começam a habituar-se os lusófonos em geral e os portugueses em particular.

Senhores Deputados: A decisão do governo português, o passado dia 6 de Março, ratificando o segundo protocolo modificativo, dá continuidade a um processo de unidade em que os galegos estivemos presentes já há 50 anos com o professor Guerra da Cal. A adesão da Galiza aos Acordos data de meados da década de 1980, por meio da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cujo Presidente de Honra fora o próprio Guerra da Cal. Foi por intermédio do professor Isaac Estraviz e da ONG galega Irman-

dades da Fala da Galiza e Portugal que uma delegação observadora foi convidada às sessões de debate do Acordo no Rio de Janeiro em 1986 (da Ortografia Simplificada), e depois em Lisboa, em 1990 (da Ortografia Unificada), um de cujos participantes foi António Gil, aqui à minha direita. O comunicado que, em nome dos Estados lusófonos, anunciava o Acordo de 1990, citava: “... a participação de uma delegação de observadores da Galiza...”; frase que se repetiu em 1991 na publicação no Diário da República. Com a nossa presença nesta Conferência Internacional ratificamos a nossa adesão ao processo de unificação ortográfica e reafirmamos a pertença da Galiza à Lusofonia.

O Acordo Ortográfico foi promovido e redigido em função dos parâmetros e condições do português como língua nacional, no sentido que adquiriu na Europa desde a Revolução Francesa.

A Base IV estabelece a «pronúncia culta» como único critério para a supressão ou manutenção da representação gráfica de algumas sequências consonânticas. Este critério é de difícil aplicação nos países em que o português se acha interferido por outra língua, onde não está conformada uma norma culta, como é o caso da Galiza.

Admitir o critério da pronúncia galega popular como culta seria muito questionável e, dado o emudecimento quase absoluto das consoantes referidas no português popular falado na Galiza, poderia levar-nos à sua supressão generalizada na escrita. Portanto, um segundo critério deve ser considerado.

Idealmente, optariamos pela manutenção da etimologia. Na prática, entendemos que as soluções lusitanas resultam mais apropriadas, atendendo ao facto de a circulação de produtos culturais em língua portuguesa, na Galiza, estar a realizar-se com edições produzidas na República Portuguesa.

Quando a divulgação das mudanças ortográficas for generalizada, o que poderá acontecer em poucos anos, um segundo nível de atuação deveria receber a nossa atenção. Trata-se das divergências na terminologia técnico-científica entre o português do Brasil e o de Portugal, que deveria preocupar-nos a todos e ser objeto de uma política linguística consensual. Muito obrigado pela vossa atenção.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

0928 1108 MAR-28 PM06:05

**EX.<sup>MO</sup> SR.  
ÂNGELO CRISTÓVÃO  
RUA DE CASTELÃO, 27  
15900 PADRÃO  
GALIZA**

Numa altura em que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa volta a estar em discussão nos mais diversos *fora* culturais, nomeadamente a propósito da questão relacionada com a proposta de ratificação do Segundo Protocolo Modificativo, entende a Assembleia da República ser necessário dinamizar a audição das várias posições e opiniões que sobre a matéria se colocam.

É com esse objectivo que a Assembleia da República está promover a realização de uma Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, no próximo dia 7 de Abril de 2008.

Este é um assunto que, pela forma como se vai reflectir em todos os portugueses, a todos interessa debater.

Assim, endereço a V. Ex.<sup>a</sup> convite para assistir a esta Conferência/Audição, cuja aceitação muito nos honraria, juntando, para conhecimento, o respectivo programa provisório.

Com os meus melhores cumprimentos

**LUIS MARQUES GUEDES**

**Presidente da Comissão  
de Ética, Sociedade e Cultura**

## Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Elaborado de 6 a 12 de Outubro de 1991,  
com a presença de todos os países  
lusófonos, incluída a Galiza

**C**onsiderando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional;

Considerando que o texto do Acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários: A República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe acordam no seguinte:

*Artigo 1.º* É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), e vai acompanhado da respectiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

*Artigo 2.º* Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

*Artigo 3.º* O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

*Artigo 4.º* Os Estados signatários adoptarão as medidas que entenderem adequadas ao efectivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3.º

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente Acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990.

Pela República Popular de Angola:

*José Mateus de Adelino Peixoto*, Secretário de Estado da Cultura

Pela República Federativa do Brasil:

*Carlos Alberto Gomes Chiarelli*, Ministro da Educação.

Pela República de Cabo Verde:

*David Hopffer Almada*, Ministro da Informação, Cultura e Desportos.

Pela República da Guiné-Bissau:

*Alexandre Brito Ribeiro Furtado*, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República de Moçambique:

*Luís Bernardo Honwana*, Ministro da Cultura.

Pela República Portuguesa:

*Pedro Miguel Santana Lopes*, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe:

*Lígia Silva Graça do Espírito Santo Costa*, Ministra da Educação e Cultura.

#### Anexo I

#### Base I. Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1.º O alfabeto da língua portuguesa é formado por 26 letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á); b B (bê); c C (cê); d D (dê); e E (é); f F (efe); g G (gê ou guê); h H (agá); i I (i); j J (jota); k K (capa ou cá); l L (ele); m M (eme); n N (ene); o O (ó); p P (pê); q Q (quê); r R (erre); s S (esse); t T (tê); u U (u); v V (vê); w W (dáblio); x X (xis); y Y (ípsilon); z Z (zê).

Obs.: 1 - Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2 - Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2.º As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

- a) Em antropônimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Franklin, frankliniano; Kant, kantismo, Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano; Byron, byroniano; Taylor, taylorista;*
- b) Em topônimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Kwanza, Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;*
- c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: *TWA, KLM; K-potássio (de kalium) W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.*

3.º Em congruência com o número anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista*, de *Comte*, *garrettiano*, de *Garrett*; *jeffersônia/jeffersônia*, de *Jefferson*; *mülleriano*, de *Müller*, *shakespeariano*, de *Shakespeare*.



Os vocabulários autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de *fúcsia/fúchsia* e derivados, *buganvília/buganvílea/bougainvillea*).

4.º Os dígrafos finais de origem hebraica *ch*, *ph* e *th* podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como *Baruch*, *Loth*, *Moloch*, *Ziph*, ou então simplificar-se: *Baruc*, *Lot*, *Moloc*, *Zif*. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José*, *Nazaré*, em vez de *Joseph*, *Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

5.º As consoantes finais grafadas *b*, *c*, *d*, *g* e *t* mantêm-se, quer sejam mudas quer proferidas nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica: *Jacob*, *Job*, *Moab*, *Isaac*, *David*, *Gad*; *Gog*, *Magog*; *Bensabat*, *Josafat*.

Integram-se também nesta forma: *Cíd*, em que o *d* é sempre pronunciado; *Madrid* e *Valladolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e *Calecut* ou *Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó*, *Davi* e *Jacó*.

6.º Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Gêneve*, por *Genebra*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Milano*, por *Milão*; *München*, por *Munique*; *Torino*, por *Turim*; *Zürich*, por *Zurique*, etc.

## Base II. Do *h* inicial e final

1.º O *h* inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: *haver*, *hélice*, *hera*, *hoje*, *hora*, *homem*, *humor*;
- b) Em virtude de adoção convencional: *hã?*, *hem?*, *hum!*

2.º O *h* inicial suprime-se:

- a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: *erva*, em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal*, *ervanário*, *ervoso* (em contraste com *herbáceo*, *herbanário*, *herboso*, formas de origem erudita);
- b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: *biebdomadário*, *desarmonia*, *desumano*, *exaurir*, *inábil*, *lobisomem*, *reabilitar*, *reaver*.

3.º O *h* inicial mantém-se, no entanto, quando numa palavra composta pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiénico/anti-higiênico*, *contra-haste*, *pré-história*, *sobre-humano*.

4.º O *h* final emprega-se em interjeições: *ah!* *oh!*

## Base III. Da homofonia de certos grafemas consonânticos

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas

consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1.º Distinção gráfica entre *ch* e *x*: *achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.*

2.º Distinção gráfica entre *g*, com valor de fricativa palatal, e *j*: *adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigid, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, giria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru* (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), *canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jiboiá, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitrana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.*

3.º Distinção gráfica entre as letras *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*, que representam sibilantes surdas: *ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso* (identicamente *Codessal* ou *Codassal*, *Codessedá*, *Codessoso*, etc.), *crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, moッサ, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar; acém, acervo, alicerce, cebola, Cernache, cetim, Cinfães, Escócica, Macedo, obcecar, perceber; açafate, açorda, açúcar, almalço, atenção, berço, Buçaco, caçange, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguiça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seixa* (grafia que pretere as errôneas/errôneas *Ceiça* e *Ceissa*), *Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.*

4.º Distinção gráfica entre *s* de fim de sílaba (inicial ou interior) e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fónico: *adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente.* De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

- a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o *x* = *s* muda para *s* sempre que está precedido de *i* ou *u*: *justapor, justalinear, misto, sistino* (cf. *Capela Sistina*), *Sisto*, em vez de *juxtapor, juxtalinear, mixto, sextina, Sítio*;
- b) Só nos advérbios em *-mente* se admite *z*, com valor idêntico ao de *s*, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. *capazmente*, etc.); de contrário, o *s* toma sempre o lugar do *z*: *Biscata*, e não *Bizcaia*;

5.º Distinção gráfica entre *s* final de palavra e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fónico: *aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês,*

*íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez* (substantivo e forma do verbo fazer), *fiz, Forjaz, Galaaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz*. A propósito, deve observar-se que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxitona: *Cádis*, e não *Cádiz*.

6.º Distinção gráfica entre as letras interiores *s*, *x* e *z*, que representam sibilantes sonoras: *aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso* (nome de lugar, homónimo/homônimo de *Luso*, nome mitológico), *Matosinhos, Meneses, Narciso, Nisa, obséquio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inextato, inextorável; abalizador, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, leziria, Mouzinho, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela*.

#### Base IV. Das sequências consonânticas

1.º O *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam. Assim:

- a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, diptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, raptio*;
- b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo*;
- c) Conservam-se ou eliminam-se facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor; ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção*;
- d) Quando, nas sequências interiores *mpc*, *mpç* e *mpt* se eliminar o *p* de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-se, respetivamente, *nc*, *nç* e *nt*: *assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade*.

2.º Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o *b* da sequência *bd*, em *súbdito*; o *b* da sequência *bt*, em *subtil* e seus derivados; o *g* da sequência *gd*, em *amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalite, amígdaloide3, amígdalopatia, amígdalotomia*; o *m* da sequência *mn*, em *amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, omnipotente, onisciente*, etc.; o *t* da sequência *tm*, em *aritmética e aritmético*.

#### Base V. Das vogais átonas

$$) \quad a \quad : \quad \dots \quad \parallel \quad : \quad : \quad l \quad l \quad l \quad l \quad \dots \quad \sim$$

- 2.<sup>o</sup> Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente *e* e *i* ou *o* e *u* em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se *e* ou *i*, se *o* ou *u*. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

- substantivos terminados em vogal: *cúmio* (popular), de *cume*; *hástia*, de *haste*; *rêstia*, do antigo *reste*; *véstia*, de *veste*;
- e) Os verbos em *-ear* podem distinguir-se praticamente grande número de vezes dos verbos em *-iar*, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em *-eio* ou *-eia* (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: *aldear*, por *aldeia*; *alhear*, por *alheio*; *cear*, por *ceia*; *encadear*, por *cadeia*; *pear*, por *peia*; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotónicas em *-eio*, *-eias*, etc.: *clarear*, *delinear*, *devanear*, *falsear*, *granjear*, *guerrear*, *hastear*, *nomear*, *semeiar*, etc. Existem, no entanto, verbos em *-iar*, ligados a substantivos com as terminações átonas *-ia* ou *-io*, que admitem variantes na conjugação: *negoceio* ou *negocio* (cf. *negócio*); *premeio* ou *premio* (cf. *prémio/prêmio*), etc.;
- f) Não é lícito o emprego do *u* final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: *moto*, em vez de *mótu* (por exemplo, na expressão de *moto próprio*); *tribo*, em vez de *tribu*;
- g) Os verbos em *-oar* distinguem-se praticamente dos verbos em *-uar* pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotónicas, que têm sempre o *a* na sílaba acentuada: *abençoar* com o, como *abençoo*, *abençoas*, etc.; *destoar*, com o, como *destoo*, *destoas*, etc.; mas *acentuar*, com u, como *acentuo*, *acentuas*, etc.

## Base VI. Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

- 1.º Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre *a*; por *m*, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguida de *s*: *afã*, *grã*, *Grã-Bretanha*, *lã*, *órfã*, *sã-braseiro* (forma dialetal; o mesmo que *são-brasense* = de S. Brás de Alportel); *clarim*, *tom*, *vacum*; *flautins*, *semitons*, *zunzuns*.
- 2.º Os vocábulo terminados em *-ã* transmitem esta representação do *a* nasal aos advérbios em *-mente* que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por *z*: *cristãmente*, *irmãmente*, *sãmente*; *lãzudo*, *maçãzita*, *manhãzinha*, *romãzeira*.

## Base VII. Dos ditongos

- 1.º Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por *i* ou *u*: *ai*, *ei*, *éi*, *ui*; *au*, *eu*, *éu*, *iu*, *ou*; *braçais*, *caixote*, *deveis*, *eirado*, *farnéis* (mas *farneizinhos*), *goivo*, *goivar*, *lençóis* (mas *lençoizinhos*)<sup>4</sup>, *tafuis*, *uivar*; *cacau*, *cacauero*, *deu*, *endeusar*, *ilhéu* (mas *ilhezito*), *mediu*, *passou*, *regougar*.
- Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente à parte destes dois grupos, os ditongos grafados *ae* (= *âi* ou *ai*) e *ao* (= *âu* ou *au*): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos *Caetano* e *Caetana*, assim como nos respectivos derivados e compostos (*caetaninha*, *são-caetano*, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição *a* com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo *o*, ou seja, *ao* e *aos*.
- 2.º Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

- a) É o ditongo grafado *ui*, e não a sequência vocálica grafada *ue*, que se emprega nas formas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-uir*: *constituís, influí, retribuí*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado *ui* de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui*, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do singular do presente do indicativo e de 2.<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-air* e em *-oer*: *atraís, cai, sai; móis, remói, sói*;
- b) É o ditongo grafado *ui* que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um *u* a um *i* átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas *u* e *i* se separem: *fluidico, fluidez (u-i)*;
- c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as sequências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por *ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo*: *áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênuê, tríduo*.

3.º Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m*. Eis a indicação de uns e outros:

- a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: *ãe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *ãi* (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplos: *cães, Guimarães, mãe, mãezinha; câibas, câibeiro, câibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçõeszinhas, põe, repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo *ui*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *ruí = ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição;
- b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m* são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:
  - i) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: *amam, deviam, escreveram, puseram*;
  - ii) *em* (tónico/tônico, ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: *bem, Bemboim, Bemposta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém* (variação de *ámen*), *armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantêm, têm* (3.<sup>as</sup> pessoas do plural); *armazéns, desdéns, convéns, reténs, Belenzada, vintenzinho*.

## Base VIII. Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1.º Acentuam-se com acento agudo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de -s: *está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), dominó(s), paletó(s), só(s)*.

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em -e tónico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebê* ou *bebê*, *bidê* ou *bidê*, *canapé* ou *canapé*, *caratê* ou *caratê*, *croché* ou *croché*, *guichê* ou *guichê*, *matiné* ou *matiné*, *nenê* ou *nenê*, *ponjê* ou *ponjê*, *purê* ou *purê*, *rapê* ou *rapê*. O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô*, *ró* (letra do alfabeto grego) e *rô*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*;

- b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos ou *lo(s)*, *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada -a, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: *adorá-lo(s)* [de *adorar-lo(s)*], *dá-la(s)* [de *dar-la(s)* ou *dá(s)-la(s)*], *fá-lo(s)* [de *faz-lo(s)*], *fá-lo(s)-ás* [de *far-lo(s)-ás*], *habitá-la(s)-iam* [de *habitar-la(s)-iam*], *trá-la(s)-á* [de *trair-la(s)-á*];
- c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado -em (excepto as formas da 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo dos compostos de *ter* e *vir*: *retêm, sustêm; advêm, provêm*; etc.) ou -ens: *acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provém, provéns, também*;
- d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados -éi, -éu ou -ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de -s: *anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói* (de *corroer*), *herói(s), remói* (de *remoer*), *sóis*.

## 2.º Acentuam-se com acento circunflexo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, seguidas ou não de -s: *cortês, dê, dês* (de *dar*), *lê, lês* (de *ler*), *português, você(s); avô(s), pôs* (de *pôr*), *robô(s)*;
- b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos -lo(s) ou -la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: *detê-lo(s)* [de *deter-lo(s)*], *fazê-la(s)* [de *fazer-la(s)*], *fê-lo(s)* [de *fez-lo(s)*], *vê-la(s)* [de *ver-la(s)*], *compô-la(s)* [de *compor-la(s)*], *repô-la(s)* [de *repor-la(s)*], *pô-la(s)* [de *por-la(s)* ou *pôs-la(s)*].

3.º Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de *cor* (*ô*), substantivo, e *cor* (*ó*), elemento da locução de *cor*; *colher* (*ê*), verbo, e *colher* (*é*), substantivo. Excetua-se a forma verbal *pôr*, para a distinguir da preposição *por*.

## Base IX. Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas

1.º As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: *enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano*.

2.º Recebem, no entanto, acento agudo:

- a) As palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r*, *-x* e *-ps*, assim como, salvo raras exceções, as respetivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: *amável* (pl. *amáveis*), *Aníbal*, *dócil* (pl. *dóceis*)<sup>6</sup>, *dúctil* (pl. *dúcteis*), *fóssil* (pl. *fósseis*), *réptil* (pl. *répteis*; var. *reptil*, pl. *reptis*); *cármem* (pl. *cármenes* ou *carmens*; var. *carne*, pl. *carnes*); *dólmén* (pl. *dólmenes* ou *dolmens*), *éden* (pl. *édenes* ou *edens*), *líquen* (pl.<sup>7</sup> *li-ques*), *lúmen* (pl. *lúmenes* ou *lumens*); *açúcar* (pl. *açúcares*), *almíscar* (pl. *almíscares*), *cadáver* (pl. *cadáveres*), *caráter* ou *carácter* (mas pl. *carateres* ou *caracteres*), *ímpar* (pl. *ímpares*); *Ajax*, *córtex* (pl. *córtex*; var. *córtice*, pl. *córtices*), *índice* (pl. *índice*<sup>8</sup>; var. *índice*, pl. *índices*), *tórax* (pl.<sup>9</sup> *tórax* ou *tóraxes*; var. *torace*, pl. *toraces*); *bíceps* (pl. *bíceps*; var. *bicípite*, pl. *bicípites*), *fórceps* (pl. *fórceps*; var. *fórcepe*, pl. *fórcepes*). *Obs.*: Muito poucas palavras deste tipo, com as vogais tônicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): *sémen* e *sêmen*, *xénon* e *xênon*; *fémur* e *vómer*, *vómer* e *vômer*, *Fénix* e *Fênix*, *ónix* e *ônix*;
- b) As palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *-ã(s)*, *-ão(s)*, *-ei(s)*, *-i(s)*, *-um*, *-uns*, ou *-us*: *órfã* (pl. *órfãs*), *acórdão* (pl. *acórdãos*), *órfão* (pl. *órfãos*), *órgão* (pl. *órgãos*), *sótão* (pl. *sótãos*); *hóquei*, *jóquei* (pl. *jóqueis*), *amáveis* (pl. de *amável*), *fáceis* (pl. de *fácil*), *fósseis* (pl. de *fóssil*), *amáveis* (de *amar*), *amáveis* (id.), *cantárieis* (de *cantar*), *fizéreis* (de *fazer*), *fizésseis* (id.); *beribéri* (pl. *beribéris*), *bílis* (sg. e pl.), *íris* (sg. e pl.), *júri* (pl. *júris*), *oásis* (sg. e pl.); *álbum* (pl. *álbuns*), *fórum* (pl. *fóruns*); *húmus* (sg. e pl.), *vírus* (sg. e pl.). *Obs.*: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tônicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: *pônei* e *pônei*; *gónis* e *gônis*, *pénis* e *pênis*, *ténis* e *tênis*; *bónus* e *bônus*, *ónus* e *ônus*, *tónus* e *tônus*, *Vénus* e *Vênus*.

3.º Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tônica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: *assembleia*, *boleia*, *ideia*, *tal como aldeia*, *baleia*, *cadeia*, *cheia*, *meia*; *coreico*, *epopeico*, *onomatopeico*, *proteico*; *alcaloide*, *apoio* (do verbo *apoiar*), *tal como apoio* (subst.), *Azoia*, *boia*, *boina*, *comboio* (subst.), *tal como comboio*, *comboias*, etc. (do verbo *comboiar*), *dezoito*, *estroina*, *heroico*, *introito*, *jiboia*, *moína*, *paranoico*, *zoína*.

4.º É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5.º Recebem acento circunflexo:

- a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r* ou *-x*, assim como as respetivas



formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: *cônsul* (pl. *côn-sules*), *pênsil* (pl. *pênseis*), *têxtil* (pl. *têxteis*); *cânon*, var. *cânone* (pl. *cânones*), *plâncton* (pl. *plânctons*); *Almodôvar*, *aljôfar* (pl. *aljôfares*), *âmbar* (pl. *âmbares*), *Câncer*, *Tânger*; *bômbax* (sg. e pl.), *bômbix*, var. *bômbice* (pl. *bômbices*);

- b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-ão(s)*, *-eis*, *-i(s)* ou *-us*: *bênção(s)*, *côvão(s)*, *Estêvão*, *zângão(s)*; *devêreis* (de *dever*), *escrevêsseis* (de *escrever*), *fôreis* (de *ser* e *ir*), *fôsseis* (id.), *pênseis* (pl. de *pênsil*), *têxteis* (pl. de *têxtil*); *dândi(s)*, *Mênfis*; *ânus*;
- c) As formas verbais *têm* e *vêm*, 3.<sup>as</sup> pessoas do plural do presente do indicativo de *ter* e *vir*, que são foneticamente paroxítonas (respetivamente /tājāj/, /vājāj/ ou /tĒĒj/, /vĒĒj/, ou ainda /tĒjĒj/, /vĒjĒj/; cf. as antigas grafias preteridas, *tĒem*, *vĒem*), a fim de distinguirem de *tem* e *vem*, 3.<sup>as</sup> pessoas do singular do presente do indicativo ou 2.<sup>as</sup> pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: *abstêm* (cf. *abstém*), *advêm* (cf. *advém*), *contêm* (cf. *contém*), *convêm* (cf. *convém*), *desconvêm* (cf. *desconvém*), *detêm* (cf. *detém*), *entretêm* (cf. *entretém*), *intervêm* (cf. *intervém*), *mantêm* (cf. *mantém*), *obtêm* (cf. *obtém*), *provêm* (cf. *provém*), *sobrevêm* (cf. *sobrevém*).  
Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias *detĒem*, *intervĒem*, *mantĒem*, *provĒem*, etc.

#### 6.º Assinalam-se com acento circunflexo:

- a) Obrigatoriamente, *pôde* (3.<sup>a</sup> pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*);
- b) Facultativamente, *dêmos* (1.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (*demos*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo); 3.<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do indicativo ou 2.<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

7.º Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um *e* tônico/tónico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: *creem*, *deem* (conj.), *descreem*, *desdeem* (conj.), *leem*, *preveem*, *redeem* (conj.), *releem*, *reveem*, *tresleem*, *veem*.

8.º Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tônica/tônica fechada com a grafia *o* em palavras paroxítonas como *enjoar*, substantivo e flexão de *enjoar*, *povoa*, flexão de *povoar*, *voa*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

9.º Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respetivamente vogal tônica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (á), flexão de *parar*, e *para*, preposição; *pela(s)* (é), substantivo e flexão de *pelar*, e *pela(s)*, combinação de *per* e *la(s)*; *pelo* (é), flexão de *pelar*, e *pelo(s)* (è), substantivo ou combinação de *per* e *lo(s)*; *polo(s)* (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*; etc.

10.º Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofônicas/heterofônicas do tipo de *acerto* (è), substantivo e *acerto* (é), flexão de *acer-*

*tar*; *acordo* (ô), substantivo, e *acordo* (ó), flexão de *acordar*; *cerca* (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (é), flexão de *cercar*; *coro* (ô), substantivo, e *coro* (ó), flexão de *corar*; *deste* (ê), contração da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (é), flexão de *dar*; *fora* (ô), flexão de *ser* e *ir*, e *fora* (ó), advérbio, interjeição e substantivo; *piloto* (ô), substantivo, e *piloto* (ó), flexão de *pilotar*, etc.

#### **Base X. Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas**

1.º As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de *s*: *adaís* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *atrair*), *baú*, *caís*<sup>11</sup> (de *cair*), *Esau*, *jacuí*, *Luís*, *país*, etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataíde*, *atraíam* (de *atrair*), *atraísse* (id.), *baía*, *balaúst-re*, *caféina*, *ciúme*, *egoísmo*, *faísca*, *faúlha*, *graúdo*, *inflúiste* (de *influir*), *juízes*, *Luísa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche*, etc.

2.º As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de<sup>12</sup> *nh*, *l*, *m*, *n*, *r* e *z*: *bainha*, *moinho*, *rainha*; *adail*, *paul*, *Raul*; *Aboim*, *Coimbra*, *ruim*; *ainda*, *constituinte*, *oriundo*, *ruins*, *triunfo*; *atrair*, *demiurgo*, *influir*, *influirmos*, *juiz*, *raiz*, etc.

3.º Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada *i* das formas oxítonas terminadas em *r* dos verbos em *-air* e *-uir*, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas *-lo(s)*, *-la(s)*, que levam à assimilação e perda daquele *-r*: *atraí-lo(s)* [de *atrair-lo(s)*]; *atraí-lo(s)-ia* [de *atrair-lo(s)-ia*]; *possuí-la(s)* [de *possuir-la(s)*]; *possuí-la(s)-ia* [de *possuir-la(s)-ia*].

4.º Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: *baiuca*, *boiuno*, *cauila* (var. *cauira*), *cheiinho* (de *cheio*), *saíinha* (de *saía*).

5.º Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de *s*: *Piauí*, *teíu*, *teíús*, *tuiuíu*, *tuiuíús*. *Obs.*: Se, neste caso, a consoante final for diferente de *s*, tais vogais dispensam o acento agudo: *cauim*.

6.º Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados *iu* e *ui*, quando precedidos de vogal: *distraíu*, *instruíu*, *pauis* (pl. de *paul*).

7.º Os verbos *arguir* e *redarguir* prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada *u* nas formas rizotónicas/rizotônicas: *arguo*, *arguis*, *argui*, *arguem*; *argua*, *arguas*, *argua*, *arguam*. Os verbos do tipo de *aguar*, *apaniguar*, *apaziguar*, *apropinquar*, *averiguar*, *desaguar*, *enxaguar*, *obliquar*, *delinquir* e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no *u* mas sem marca gráfica (a exemplo de *averiguo*, *averiguas*, *averigua*, *averiguam*; *averigue*, *averigues*, *averigue*, *averiguem*; *enxaguo*, *enxaguas*, *enxagua*, *enxaguam*; *enxague*, *enxagues*, *enxague*, *enxaguem*, etc.; *delinquo*, *delinquis*, *delinqui*, *delinquem*; mas *delinquimos*, *delinquis*) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas fónica/fônica e graficamente nas vogais *a* ou *i* radicais (a exemplo de *averiguo*, *averiguas*, *averigua*, *averiguam*; *averigue*, *averigues*, *averigue*, *averiguem*; *enxá-*

*guo, enxáguas, enxágua, enxáguam; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem; delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).*

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em *-ingir* (*atingir, cingir, constringir, infringir, tingir*, etc.) e os verbos em *-inguir* sem prolação do *u* (*distinguir, extinguir*, etc.) têm grafias absolutamente regulares (*atinjo, atinja atinge, atingimos*, etc.; *distingo, distinga, distingue, distinguimos*, etc.).

## Base XI. Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

1.º Levam acento agudo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta: *árabe, cáustico, Cleópatra, esqualido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último*;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por sequências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (*-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo*, etc.): *álea, náusea; etéreo, nível; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo*.

2.º Levam acento circunflexo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: *anacreôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos* (de *dever*), *dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos* (de *ser* e *ir*), *Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspira, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego*;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tónica/tônica e terminam por sequências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: *amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio*.

3.º Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas/tônicas grafadas *e* ou *o* estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: *acadêmico/acadêmico, anatômico/anatômico, cênico/cênico, cómodo/cômodo, fenômeno/fenômeno, gênero/gênero, topônimo/topônimo; Amazônia/Amazônia, Antônio/Antônio, blasfêmia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gêmeo/gêmeo, gênio/gênio, ténue/tênue*.

## Base XII. Do emprego do acento grave

1.º Emprega-se o acento grave:

- a) Na contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo *o*: *à* (de *a + a*), *às* (de *a + as*);
- b) Na contração da preposição *a* com os demonstrativos *aquele, aquela, aqueles, aquelas* e *aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueloutro* e suas flexões: *àquele(s), àquela(s), aquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s)*.

### Base XIII. Da supressão dos acentos em palavras derivadas

1.º Nos advérbios em *-mente*, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *avidamente* (de *ávido*), *debilmente* (de *débil*), *facilmente* (de *fácil*), *habilmente* (de *hável*), *ingenuamente* (de *ingénuo*), *lucidamente* (de *lúcido*), *mamente* (de *má*), *somente* (de *só*), *unicamente* (de *único*), etc.; *candidamente* (de *cândido*), *cortesmente* (de *cortês*), *dinamicamente* (de *dinâmico*), *espontaneamente* (de *espontâneo*), *portuguesmente* (de *português*), *romanticamente* (de *romântico*).

2.º Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* e cujas formas de base apresentam vogal tônica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *aneizinhos* (de *anéis*), *avozinha* (de *avó*), *bebezito* (de *bebé*), *cafezada* (de *café*), *chapeuzinho* (de *chapéu*), *chazeiro* (de *chá*), *heroizito* (de *herói*), *ilheuzito* (de *ilhéu*), *mazinha* (de *má*), *orfãozinho* (de *órfão*), *vintenzito* (de *vintém*), etc.; *avozinho* (de *avô*), *bençãozinha* (de *bênção*), *lampadazita* (de *lâmpada*), *pessegozito* (de *pêssego*).

### Base XIV. Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou apor-tuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saüdade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i* ou um *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou um *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tônica/tônica ou átona, o *u* de *gu* ou de *qu* de um *e* ou *i* seguintes: *arruinar*, *constituíria*, *depoimento*, *esmiuçar*, *faiscar*, *faulhar*, *oleicultura*, *paraibano*, *reunião*; *abaiucado*, *auiqui*, *caiuá*, *cauixi*, *piaiense*; *aguentar*, *anguiforme*, *arguir*, *bílingue* (ou *bilingue*), *lingueta*, *linguista*, *linguístico*; *cinquenta*, *equestre*, *tranquilo*, *ubiquidade*. Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a base I, 3.º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *hübneriano*, de *Hübner*, *mülleriano*, de *Müller*, etc.

### Base XV. Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

1.º Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz*, *arcebispo-bispo*, *arco-íris*, *decreto-lei*, *és-sueste*, *médico-cirurgião*, *rainha-cláudia*, *tenente-coronel*, *tio-avô*, *turma-piloto*; *alcaide-mor*, *amor-perfeito*, *guarda-noturno*, *mato-grossense*, *norte-americano*, *porto-alegrense*, *sul-africano*; *afro-asiático*, *afro-luso-brasileiro*, *azul-escuro*, *luso-brasileiro*, *primeiro-ministro*, *primeiro-sargento*, *primo-infecção*, *segunda-feira*; *conta-gotas*, *finca-pé*, *guarda-chuva*. Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol*, *madressilva*, *mandachuva*, *pontapé*, *paraquedas*, *paraquedista*, etc.

2.º Emprega-se o hífen nos topônimos/topônimos compostos iniciados pelos adjetivos *grã*, *grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha*, *Grão-Pará*, *Abre-Campo*, *Passa-Quatro*, *Quebra-Costas*, *Quebra-Dentes*, *Traga-Mouros*, *Trinca-Fortes*; *Albergaria-a-Velha*, *Baía de Todos-os-Santos*, *Entre-os-Rios*, *Montemor-o-Novo*, *Trás-os-Montes*. Obs.: Os outros topônimos/topônimos

compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta*, etc. O topónimo/topónimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3.º Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; bênção-de-deus*<sup>18</sup>, *erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio; bem-me-quer* (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); *andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi* (nome de um pássaro).

4.º Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário de *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: *bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado* (cf. *malcriado*), *bem-ditoso* (cf. *malditoso*), *bem-falante* (cf. *malfalante*), *bem-mandado* (cf. *malmandado*), *bem-nascido* (cf. *malnascido*), *bem-soante* (cf. *malsoante*), *bem-visto* (cf. *malvisto*). Obs.: Em muitos compostos o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: *benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença*, etc.

5.º Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos *além*, *aquém*, *recém* e *sem*: *além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-mar, aquém-Pirenéus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimónia, sem-número, sem-vergonha*.

6.º Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: *cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;*
- b) Adjetivas: *cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho;*
- c) Pronominais: *cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;*
- d) Adverbiais: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*), *à vontade, de mais* (locução que se contrapõe a *de menos*; note-se *demais*, advérbio, conjunção, etc.), *depois de amanhã, em cima, por isso;*
- e) Prepositivas: *abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, abaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;*
- f) Conjuncionais: *a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.*

7.º Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, a ponte *Rio-Niterói*, o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*, a ligação *Angola-Moçambique*) e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topónimos (tipo: *Áustria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro*, etc.).

## Base XVI. Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1.º Nas formações com prefixos (como, por exemplo: *ante-*, *anti-*, *circum-*, *co-*, *contra-*, *entre-*, *extra-*, *hiper-*, *infra-*, *intra-*, *pós-*, *pré-*, *pró-*, *sobre-*, *sub-*, *super-*, *supra-*, *ultra-*, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-*, *agro-*, *arqui-*, *auto-*, *bio-*, *eletro-*, *geo-*, *hidro-*, *inter-*, *macro-*, *maxi-*, *micro-*, *mini-*, *multi-*, *neo-*, *pan-*, *pluri-*, *proto-*, *pseudo-*, *retro-*, *semi-*, *tele-*, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

- a) Nas formações em que o segundo elemento começa por *h*: *anti-higiénico* / *anti-higiênico*, *circum-hospitalar*, *co-herdeiro*, *contra-harmónico* / *contra-harmônico*, *extra-humano*, *pré-história*, *sub-hepático*, *super-homem*, *ultra-hiperbólico*; *arqui-hipérbole*, *eletro-higrómetro*, *geo-história*, *neo-helénico* / *neo-helénico*, *pan-helenismo*, *semi-hospitalar*. Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* e nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial: *desumano*, *desumidificar*, *inábil*, *inumano*, etc.;
- b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico*, *contra-almirante*, *infra-axilar*, *supra-auricular*; *arqui-irmandade*, *auto-observação*, *eletro-ótica*, *micro-onda*, *semi-interno*. Obs.: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *coobrigação*, *coocupante*, *coordenar*, *cooperação*, *cooperar*, etc.;
- c) Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* [além de *h*, caso já considerado atrás na alínea a)]: *circum-escolar*, *circum-murado*, *circum-navegação*; *pan-africano*, *pan-mágico*, *pan-negritude*;
- d) Nas formações com os prefixos *hiper-*, *inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por *r*: *hiper-requintado*, *inter-resistente*, *super-revista*;
- e) Nas formações com os prefixos *ex-* (com o sentido de estado anterior ou cessamento), *sota-*, *soto-*, *vice-* e *vizo-*: *ex-almirante*, *ex-diretor*, *ex-hospedeira*, *ex-presidente*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-rei*; *sota-piloto*, *soto-mestre*, *vice-presidente*, *vice-reitor*, *vizo-rei*;
- f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró-*, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação*, *pós-tónico* / *pós-tônico* (mas *pospor*); *pré-escolar*, *pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano*, *pró-europeu* (mas *promover*).

2.º Não se emprega, pois, o hífen:

- a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: *antirreligioso*, *antissemita*, *contrarregra*, *contrassenha*, *cosseno*, *extrarregular*, *infrassom*, *minissaia*, *tal como biorritmo*, *biossatélite*, *eletrossiderurgia*, *microssistema*, *microrradiografia*;
- b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: *antiaéreo*, *coeduca-*

*ção, extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.*

3.º Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como *açu, guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim*.

#### **Base XVII. Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver***

1.º Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: *amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos*.

2.º Não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei de, há de, hão de*, etc.

*Obs.*: 1 - Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vez de *quere* e *requere*, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: *quere-o(s), requiere-o(s)*. Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) *qué-lo* e *requé-lo* são pouco usadas. 2 - Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio *eis* (*eis-me, ei-lo*) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo *no-lo, vo-las*, quando em próclise (por exemplo: *esperamos que no-lo comprem*).

#### **Base XVIII. Do apóstrofo**

1.º São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

- a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: *d' Os Lusíadas, d' Os Sertões; n' Os Lusíadas, n' Os Sertões; pel' Os Lusíadas, pel' Os Sertões*. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: *de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas*, etc.  
As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição *a* com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: *a A Relíquia, a Os Lusíadas* (exemplos: *importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas*). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a A = à, a Os = aos*, etc.;
- b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso da maiúscula: *d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O*, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; *d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, m'A, t'A, lh'A*, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: *confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira*.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição *a* com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: *a O, a Aquele, a Aquela* (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a O = ao, a Aquela = àquela*, etc.). Exemplos frásicos: *a O que tudo pode, a Aquela que nos protege*;

- c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiolégio, quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *Sant'Ana, Sant'Iago*, etc. É, pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana, Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago*. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: *Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém*.

Em paralelo com a grafia *Sant'Ana* e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nun'Álvares, Pedr'Eanes*.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: *Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares*, etc.;

- d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do *e* da preposição *de*, em combinação com os substantivos: *borda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo*.

2.º São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais [exceptuando o que se estabelece em 1.º, a), e 1.º, b)]. Tais combinações são representadas:

- a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:
- i) *do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui, daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);*
  - ii) *no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalguéu;*
- b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): *de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de ou-*



*trora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.*

- c) De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial *de ora avante* como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: *doravante*. *Obs.:* Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os, as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.*

## Base XIX. Das minúsculas e maiúsculas

1.º A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes;
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: *segunda-feira; outubro; primavera;*
- c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): *O Senhor do Paço de Ninães, O senhor do paço de Ninães, Menino de Engenho ou Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e tambor;*
- d) Nos usos de *fulano, sicrano, beltrano;*
- e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): *norte, sul* (mas: *SW sudoeste*);
- f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagionimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): *senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena);*
- g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): *português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).*

2.º A letra maiúscula inicial é usada:

- a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: *Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote;*
- b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: *Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro, Atlântida, Hespéria;*
- c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: *Adamastor; Neptuno/Netuno;*
- d) Nos nomes que designam instituições: *Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social;*
- e) Nos nomes de festas e festividades: *Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos;*
- f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: *O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo (ou S. Paulo);*

- g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: *Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte de Portugal, *Meio-Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático;
- h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: *FAO*, *NATO*, *ONU*; *H<sub>2</sub>O*; *Sr.*, *V. Ex.<sup>a</sup>*;
- i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos (*rua* ou *Rua da Liberdade*, *largo* ou *Largo dos Leões*), de templos (*igreja* ou *Igreja do Bonfim*, *templo* ou *Templo do Apostolado Positivista*), de edifícios (*palácio* ou *Palácio da Cultura*, *edifício* ou *Edifício Azevedo Cunha*).

*Obs.:* As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), pro-manadas de entidades científicas ou normalizadoras reconhecidas internacionalmente.

## Base XX. Da divisão silábica

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (*a-ba-de*, *bru-ma*, *ca-cho*, *lha-no*, *ma-lha*, *ma-nha*, *má-xi-mo*, *ó-xi-do*, *ro-xo*, *tme-se*), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (*a-ba-li-e-nar*, *bi-sa-vô*, *de-sa-pa-re-cer*, *di-sú-ri-co*, *e-xâ-ni-me*, *hi-pe-ra-cú-sti-co*, *i-ná-bil*, *o-bo-val*, *su-bo-cu-lar*, *su-pe-rá-ci-do*), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1.º São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou seja 20 (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em *b* ou *d*: *ab- legação*, *ad- ligar*, *sub- lunar*, etc., em vez de *a- blegação*, *a- dligar*, *su- blunar*, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um *l* ou um *r*: *a- blução*, *cele- brar*, *du- plicação*, *re- primir*, *a- clamar*, *de- creto*, *de- glutição*, *re- grado*; *a- tlético*, *câte- dra*, *períme- tro*; *a- fluir*, *a- fricano*, *ne- vrose*.

2.º São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de *m* ou *n*, com valor de nasalidade, e uma consoante: *ab- dicar*, *Ed- gardo*, *op- tar*, *sub- por*, *ab- soluto*, *ad- jetivo*, *af- ta*, *bet- samita*, *íp- silon*, *ob- viar*, *des- cer*, *dis- ciplina*, *flores- cer*, *nas- cer*, *res- cisão*; *ac- ne*, *ad- mirável*, *Daf- ne*, *diafrag- ma*, *drac- ma*, *ét- nico*, *rit- mo*, *sub- meter*, *am- nésico*, *interam- nense*; *bir- reme*, *cor- roer*, *pror- rogar*, *as- segurar*, *bis- secular*, *sos- segar*, *bissex- to*, *contex- to*, *ex- citar*, *atroz- mente*, *capaz- mente*; *infe- liz- mente*; *am- bição*, *desen- ganhar*, *en- xame*, *man- chu*, *Mân- lio*, etc.

3.º As sucessões de mais de duas consoantes ou de *m* ou *n*, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1.º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última

consoante. Exemplos dos dois casos: *cam- braia*, *ec- lipse*, *em- blema*, *ex- plicar*, *incluir*, *ins- crição*, *subs- crever*, *trans- gredir*, *abs- tenção*, *disp- neia*, *inters- telar*, *lamb- dacismo*, *sols- ticial*, *Terp- sícore*, *tungs- ténio*.

4.º As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: *ai- roso*, *cadei- ra*, *insti- tui*, *ora- ção*, *sacris- tâes*, *traves- sões*) podem, se a primeira delas não é *u* precedido de *g* ou *q*, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: *ala- úde*, *áre- as*, *ca- apeba*, *co- or- denar*, *do-er*, *flu- idez*, *perdo- as*, *vo-os*. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: *cai- ais*, *cai- eis*, *ensai- os*, *flu- iu*.

5.º Os digramas *gu* e *qu*, em que o *u* se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (*ne- gue*, *ne- guei*; *pe- que*, *pe- quei*), do mesmo modo que as combinações *gu* e *qu* em que o *u* se pronuncia: *á- gua*, *ambí- guo*, *averi- gueis*, *longín- quos*, *lo- quaz*, *quais- quer*.

6.º Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: *ex- - alferes*, *serená- -los-emos* ou *serená-los- -emos*, *vice- -almirante*.

#### **Base XXI. Das assinaturas e firmas**

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registo legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registo público.



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

R. Academia das Ciências, 19, 1200 Lisboa

COMUNICADO

As delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal com a participação de uma delegação de observadores da Galiza, remidas em Lisboa de 8 a 12 de Outubro corrente, após terem discutido minuciosamente o Projecto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1990) e sua introdução — cujos textos serão tornados públicos, com a brevidade possível, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas entidades con- géneras ou equivalentes dos demais países de língua oficial portu- guesa —, comunicam que, considerando absolutamente necessária a existência de um acordo entre os seus países em matéria que lhes é tão relevante, chegaram a uma concordância unânime quanto à estrutura e especificidade de uma convenção ortográfica comum. As delegações tiveram em conta as críticas, sugestões e propostas que no decurso dos últimos quatro anos chegaram ao seu conhecimento. Em consequência esperam:

- 1) que os respectivos Governos, segundo as práticas legislativas nacionais próprias, a tornem lei, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1992;
- 2) que os Governos português e brasileiro encarreguem a Aca- demia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras de elabo- rar até àquela data — consultando os órgãos próprios dos Governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe — um


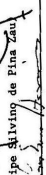
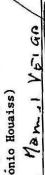
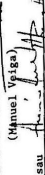
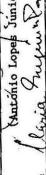
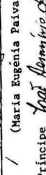
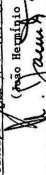
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Conf. - 2 -

vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quan- to desejável e tão normalizador quanto possível no que se refere às terminologias científicas e técnicas, garantindo os recursos materiais necessários, como primeira obra colectiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

As delegações referidas estão convencidas da oportunidade das- tas recomendações, que realizam um dos ideais básicos da fraternidade da língua portuguesa.

Lisboa, 12 de Outubro de 1990, na Academia das Ciências de Lisboa

por Angola  (António Lopes Junior)  
 pelo Brasil  (António Houaiss)  
 por Cabo Verde  (Manuel Vespiga)  
 pela Guiné-Bissau  (António Lopes Junior)  
 por Moçambique  (Maria Eugénia Paiva Cruz)  
 por S. Tomé e Príncipe  (João Henriques da Silva Pontifex)  
 por Portugal  (Manuel Jacinto Nogueira)

## Hino da Galiza

Introdução, partitura e letra

O «Hino galego», declarado hino oficial da Galiza pelo Parlamento Galego em 1984, foi composto, na sua parte musical, por Pascual Veiga, com ocasião de um certame musical organizado na Crunha em 1890. O próprio Veiga solicitou, para esse fim, um texto ao poeta Eduardo Pondal, que compôs imediatamente e enviou ao músico mindoniense, naquela altura residente na Crunha, o poema intitulado «Os pinos» (isto é, em «Os pinheiros»). Pondal imagina aí que os pinheiros da beiramar galega sussurram à Galiza uma chamada a despertar do seu longo sono de submissão, lembrando a sua gloriosa história, personalizada no lendário caudilho celta Breogâm (ou *Breogão*), que aparece em relatos da tradição medieval irlandesa como chegado da nossa terra à ilha para fundar ali o povo irlandês.

Na aceitação desta composição como hino da Galiza foi decisivo o papel da comunidade de emigrantes galegos em Cuba, e particularmente de José Fontenla Leal. Pouco a pouco, foi-se tornando mais conhecido, apesar de ter que atravessar momentos de polémica e de ocultamento. O texto que a seguir apresentamos está normativizado, respeitando as exigências métricas do poema.

*José-Martinho Montero Santalha*

### Referências

Naya, Juan (1971). El Himno Gallego: Notas para su historia. *Galicia, Revista del Centro Gallego de Buenos Aires*, n.º 58, pp. 22-23; Ricón Virulegio, Amado (1974). Origen y sentido del himno gallego. *Boletín de la Real Academia Gallega*, n.º 356, pp. 47-66; *Lei de Símbolos da Xunta de Galicia* (de 5 de Maio de 1984). *Diário Oficial de Galicia*, n.º 120 (23 de Junho de 1984); Armesto, Victoria (1986). *Los hijos cautivos de Breogán: El rastro de Castelao en América* Sada: Edición do Castro, pp. 126-132; Filgueira Valverde, Xosé (1981). *Segundo Adral*. Sada: Edición do Castro, pp. 217-219; pp. 220-225; pp. 226-232; pp. 232-236; Filgueira Valverde, Xosé (1991). *O Himno Galego: Da «Marcha do Reino de Galicia» a «Os Pinos» de Veiga e Pondal*. Pontevedra: Caixa de Pontevedra; Ferreiro, Manuel (1997). *De Breogán aos Pinos: O texto do Himno Galego*. Santiago: Edicións Laiovento; Chicote, Dores (1998). A reforma do Hino Galego: um passo atrás?. *Agália*, n.º 53, pp. 49-63; Barreiro Fernández, Xosé Ramón (2007). *Os símbolos de Galicia*. Santiago: Consello da Cultura Galega; A Corunha: Real Academia Galega.

**Eduardo Pondal (1835-1917), «Hino galego» («Os pinheiros» [1890])**

I	Que dim os rumorosos	VI	À nobre Lusitânia
2	na costa verdecente,	42	os braços tende amigos,
	ao raio transparente		que os eidos vem, antigos,
4	do plácido luar?;	44	com um pungente afã,
	que dim as altas copas		e cumpre as vaguidades
6	de escuro arume arpado	46	dos teus soantes pinos,
	co seu bem compassado		duns mágicos destinos,
8	monótono fungar?	48	ó grei de Breogám!
II	“– Do teu verdor cingido	VII	Amor da terra verde,
10	e de benignos astros,	50	da verde terra nossa,
	confim dos verdes castros		acende a raça briosa
12	e valoroso clã,	52	de Ousinde e de Frojám,
	não dês a esquecimento		e, lá nos seus garridos
14	da injúria o rude encono:	54	justilhos mal constreitos,
	desperta do teu sono,		os doces e alvos peitos
16	fogar de Breogám!	56	das filhas de Breogám:
III	Os bons e generosos	VIII	que à nobre prole ensinem
18	a nossa voz entendem,	58	fortíssimos acentos:
	e com arroubo atendem		não mólidos concentos
20	o nosso rouco som,	60	que a virgens só bem 'stão,
	mas sós os ignorantes		mas os robustos ecos
22	e férridos e duros,	62	(que, ó pátria, bem recordas)
	imbécis e obscuros		das sonoras cordas
24	não os entendem, não.	64	das harpas de Breogám!
IV	Os tempos são chegados	IX	Estima não se alcança
26	dos bardos das idades,	66	cum vil gemido brando,
	que as vossas vaguidades		qual quem requer rogando
28	cumprido fim terão;	68	com voz que esquecerão,
	pois, onde quer, gigante		mas cum rumor gigante,
30	a nossa voz pregoa	70	sublime e parecido
	a redenção da boa		ao intrépido sonido
32	nação de Breogám”.	72	das armas de Breogám!
V	Teus filhos vagorosos,	X	Galegos, sede fortes,
34	em quem honor só late,	74	prontos a grandes feitos,
	a intrépido combate		aparelhai os peitos
36	dispondo o peito vão:	76	a glorioso afã!;
	sê, por ti mesma, livre		filhos dos nobres celtas,
38	de indigna servidume	78	fortes e peregrinos,
	e de oprobrioso alume,		lutai pelos destinos
40	região de Breogám!	80	dos eidos de Breogám!”

# Publicações

---





***As Sete Fontes,  
de Concha Rousia***

Desabafo coletivo e  
romance auroral

Ernesto Vázquez Souza

*ya rompe nuestra aurora y centellea*  
Eduardo Pondal, 1856

**N**ão estou certo, mas acho que foi em algum ensaio sobre colonialismo e literatura que eu li aquilo de que os povos que foram castigados com longo submetimento se tornavam resistentes com uma complexidade difícil que lhes impermeabilizava a linguagem. Que encriptavam as suas manifestações, primeiro como defesa e depois como costume até um ponto que os tornava difíceis de compreender, mesmo de entender, apenas para os próprios membros da comunidade da que faziam parte.

As culturas complexas dão textos complexos em contextos complexos. Línguas de alto contexto que trabalham as mensagens em contextos precisos para o decifrado. Nestes contextos complexos, normalmente produzidos em culturas com línguas de alta densidade comunicativa, as palavras, os parlamentos devem ser decodificados contextual, histórica e politicamente, pois normalmente se significa sempre mais do que a primeira vista se percebe.

É o jeito galego de narrar e opinar em alegoria (ainda medieval ou renascentista como arte lavrada em pedra e palavra que diriam Otero ou Cunqueiro) que se combina com um gosto antigo pela prosa rítmica e bem adjetivada.

Eis o que tenho encontrado ao mergulhar-me na leitura de *As Sete Fontes*. Entanto (trás de chapapote e lume passou água sem controlo a recuperar seus caminhos e a Lagoa Antela emergiu de novo) olho uma e outra vez pela televisão (eu moro longe) os olhares, os encolhimentos de ombros, os rostos curtidos na desesperança de gerações e gerações de galegos e os alheios movimentos e perguntar de jornalistas e outros forasteiros.

Passa ante os meus olhos boa parte da mais capital literatura feita na Galiza (Rosalia, Valle, Lugrís, Cunqueiro, Otero, Torrente, Fole, Ferrín) mentres gorento longos goles de prosa e deliciosos episódios que complementam um poliedro de raiva, melancolia, e resistência retida nos fundos populares quanto nas fontes e na pedra.

Castroforte de Baralha simbolizava talvez muitos dos nossos mitos coletivos semi-urbanos que encriptavam muita da nossa história de destruição e saudade imóvel. Penacova adquire um simbolismo parelho, uma elevação alegórica da desfeita estrutural da Galiza de hoje e uma saudade intensa, mas crítica, com a doutroira.

Pelas suas páginas e numa prosa fresca intensamente radicada num espaço geográfico apresenta-se uma irónica e melancólica crónica fragmentar da após-guerra na Galiza rural e desse presente anómalo em que crescemos muitos de nós e que ante o nosso assombro se perpetua e não se dá apagado.

Desde as denúncias da nossa ridícula imprensa regional, até a pequena política rural, todos os temas que muito achamos em falta em boa parte da nossa narrativa contemporânea e mais na imprensa local se dispersam pelo texto em episódios (muitos que semelham diretamente baseados em feitos – em falcatuadas e personagens– reais) até construírem um discurso realista e mítico, ironista e retranqueiro à vez.

Eu francamente tenho desfrutado com esses trechos escolhidos do melhor anedotário de resistência popular contra a igreja, os caciques e os bárbaros dos empresários estraga-terras e, aliás, contra a imprensa regional, os poderes públicos, a polícia e as forças vivas locais. Francamente gosto de ver muitos dos meus temas favoritos e das minhas bestas negras literaturizadas.

E gosto também da perspetiva, tradicional já na nossa literatura, de percepção social do diferente, talvez por ser *mulher e autora* para, na melhor linha do entrudo, agasalhar-nos com a palavra escrita a representação os nossos medos e frustrações coletivas.

Quanto ao conteúdo. Qual a temporalidade do Romance? Um presente próximo que prolonga um passado recente? É interessante, pois propositado ou não, estamos ante uma narrativa que ecoa, recende a pós-guerra.

Talvez seja teima minha, ou talvez não seja habitual, mas para mim (e neste romance sinto esse projetar) a pós-guerra estende-se muito além dos 50. Os seus efeitos estenderam-se, até quase a nossa geração, por meio desses medos e práticas que ficaram encravadas –e semelha que não se terminam de ir– nas nossas gentes e condicionam o nosso presente imóvel (que é para mim uma das cousas que bem destaca a narrativa).

Penso, porém, que não é pessimismo nem tese militante (que decerto há), mas lucidez e crítica o que exprime a Concha Rousia e ralentiza e repete o

texto. Com fundo decerto otimista (pelo futuro) mas irônico e crítico pelo passado-presente.

A esperança, a duas bandas, na redenção dos personagens (alegóricos) e no discurso do recuperado, do galego do exterior (o moço pesquisador) sobre a bidimensionalidade dos galegos (tese que eu compartilho) há uma mensagem bonita, mas que não equilibra a sensação de desfeita que nos arrodea.

Defeitos do romance: a acumulação de trechos *etnográficos*, episódios e derivações anedóticas que arrastam à autora (uma mera questão de ofício) e que atrapalham um pouco a narrativa; o predomínio da voz autorial em desafabo por riba dos personagens principais e secundários (não têm *voz* nem modos próprios) e do mesmo autor sobre o narrador (defeito que faz parte da nossa carência de modelos de verdadeira narrativa, pelo predomínio da literatura de tese no galeguismo).

Defeito este último que compartem romances de altura do *Scórpio*, de Carvalho Calero, ou até *Os Libros arden mal*, de Manuel Rivas. Estas duas obras são exemplo de romances *parcialmente fracassados*, por terem o mesmo problema que o da Concha Rousia: a incapacidade para dotarem os personagens (e as vozes narrativas) de vida própria (ao jeito dos clássicos da narrativa francesa ou russa).

As nossas são obras de tese (o mesmo que as de teatro de Lurgís das que tanto se ria Carvalho Calero). Nelas as *vozes autorais* se filtram como desa-bafos e dominam as obrigadas independências das *vozes narrativas*, o que resta verosimilhança aos personagens (que é um dos pautos ou dos elementos genéricos do romance).

E este é um erro capital na nossa literatura em prosa, e o que explica — para mim — a ausência ainda do grande romance polifônico e a permanência genérica no conto, no relato *collage* (a base de breves) ou a preeminência da novela introspectiva, monologada.

De facto, suspeito que tem a ver com a verosimilhança, ou com a incapacidade de ajeitar várias vozes de registos (sociais, culturais, linguísticos?) numa narrativa de corte realista. Reflete isso, no fundo, a realidade fragmentar da nossa língua na sociedade? Não estou certo. Talvez é debate ainda não concluído e trabalho de gerações. O que destaca, sem dúvida, é a ausência de modelos narrativos de fôlego.

Tenho a sensação que os personagens (os três principais e simbólicos) *falam* igual. Que à sua vez é o jeito em que falam os polícias (de duas gerações e origens diferentes) e o narrador. Isto resta — para mim — valor e lógica interna à narrativa. O que se destaca pelos leitores como —complexidade— *confusão* de narradores.

Apenas o esforço de individualização é que se foca nas personagens *marcadas* (a cregalhada, o homem da jugada, a velha labrega, as três rapazas, o

tolo), figuras que, aliás, pertencem ao nosso universo literário simbólico popular: as Catuxas, o tio Marcos da Portela, os Bastiáns e Peruchos de Lúgrís e as rapazas festivas (que só lhes resta bailar so aquestas avelaeiras frolidas?).

Há personagens secundários, para além das três vozes, que deviam singularizar-se: o caso do sociólogo polícia está apenas apontado. Ainda que o do polícia, que vem de labregos do Deza está mais trabalhado (mas é precisamente que se singulariza quando *recupera* a voz que lhe é própria).

Mais: a respeito dos narradores talvez tenha cá —além de na extensão exagerada— mais pejas o romance. Não é que o jogo de narradores não esteja equilibrado, não; acho muito elaborado e bem trabalhado o jogo de narradores. O que digo é que a *voz autorial* invade, não apenas o jeito narrativo do narrador principal (o onisciente, a empregarmos a terminologia clássica), senão as narrações e paramentos dos diferentes personagens.

Os galegos somos muito sensíveis à narrativa, pois é (era?) muito frequente entre nós a rica oralidade, as anedotas bem tramadas, as histórias, os contos. Gostamos de *contar*, isso é evidente, e das histórias bem compostas, onde uma parte fundamental é tanto a descrição de ambientes como a reprodução festiva de certos paramentos, fasquias e atitudes, misturada com elementos simbólicos que enlaçam com o colectivo. É parte da nossa cultura. Eu ousaria dizer da nossa identidade. Murguía diria que é o nosso fundo celta, o nosso estilo “feminino” (sic) e o que nos diferencia do jeito “masculino” castelhano e francês de fazer literatura.

Mas isto que é (era, como o cantar?) comum na nossa cultura tradicional foi sumindo aos poucos. Ainda que hoje é perceptível, até na gente nova. Degradada, como a língua, a maneira de narrar dos galegos ainda se conserva pelas tasca e bares e onde o pessoal dá em fazer tertúlia ante uns copos jeitosos.

Nos velhos e em certas pessoas que foram privilegiadas com frequentar ambientes onde se conservava o jeito antigo de narrar (esse é o caso da Concha, penso) ainda se mantém essa capacidade narrativa em plenitude. Valle, Lúgrís, o grande Castelao, Cunqueiro, Fole, Dieste, Otero, Torrente, Casares, Ferrín, são grandes expoentes desse jeito narrativo, que aliás todos conservamos em algum jeito, e é um dos feitos pelos que mais conhecidos somos os galegos pelo mundo afora.

Isto, para mim, não o certo exibicionismo léxico, e o desabafo de memória coletiva é o que lhe dá a força original ao romance de *As Sete Fontes*. Onde se integram em muitos belos trechos essas palavras e adjetivos, essas imagens e essa ironia. Em muitas partes o texto *canta* desse jeito antigo. E o que o conecta, do jeito que nós percebemos, com esses narradores que ligam bem com a nossa tradição narrativa (senão pertencem a ela dalgum jeito).

Por outra parte, as limitações de modelos (literários e sociais) não deveriam esmagar a criação na Galiza nem fazê-la derivar para os modelos me-

donhos que tomaram a Pardo Bazán, Valle-Inclán, os Camba, Fernández Flórez e Torrente, ao custo que sabemos de ficarem num limbo literário (e não serem *literatura galega* e também não *literatura castelhana*).

Este debate era o que se vinha dando na literatura desde os anos dez e vinte do séc. XX. Para os autores que escreviam em *La voz de Galicia* e *Vida gallega*, seguindo a tradição da Pardo Bazán: a prosa em língua galega era impossível, por isto mesmo. Por isso a literatura galega é tão interessante, pois desde 1863 está em luta por construir-se, não tem tradição e tem que se apanhar uma.

Não é apenas a língua a que estamos a construir, é o pacote completo. Eis a importância capital do Teatro regionalista, dos primeiros contos e especialmente dos primeiros romances e os primeiros ensaios dos anos vinte do XX.

A literatura galega (como a língua, como a nação) está em processo emergente, não foi liquidada, mas também não é (ainda) completa e não o será enquanto não consiga conectar a sua tradição com os processos políticos e os modelos modernos.

E eis também o interessante desta narrativa e voz da Concha, o papel modélico, de novos jeitos, que ocupa num sistema que sempre se entendeu como conquista de gêneros e espaços, de pequenos passos cara um modelo completo. Não como um sistema fechado e canônico (como pretendem evidenciar-nos em língua e literatura desde Galáxia) que resulta ridículo e pobre de o tratarmos assim e aliás não compreensível.

Eu gostei do romance da Concha. Não me importo tanto com a pedagogia político social (acho que faz parte da voz da autora) e adoro o manejo esperpéntico na encenação de certos episódios, destacadamente desses trechos dialogados (ante a *autoridade* que me lembram certos diálogos de *A Esmorga*) e do ambiente de onirismo distanciador que tem todo o percurso pelas fontes dos três personagens (que me lembra as *Crónicas do sochantre* e um *Ollo de vidro*).

Porém, e sendo primeiro romance da autora, a sensação é muito boa, sobretudoamente compensada com esses episódios felizes, ironias afortunadas e intuições geniais de percepção e tradição.

Tem o texto para mim uma vontade, para além da elevação da língua, que não sentia num romance desde havia muito tempo: a tentativa de conexão com o público *natural*, as camadas populares das que falavam o Tio Marcos da Portela, Rosalia ou García Barros.

O jeito como os galegos narravam, com todos os defeitos e virtudes da nossa não tradição e submetimento. Voz antiga e fresca esta da Concha.

O romance *As Sete Fontes*, de Concha Rousia, pode ser lido em: <[http://arcosdigital.com/pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=35&Itemid=117](http://arcosdigital.com/pt/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=117)>.



**Um país poético**  
*Comentários a O País dos*  
*Nevoeiros, de Ângelo Brea*

António Gil Hernández

A editora Espiral Maior, na coleção «Alba Longa», publica este poemário de Ângelo Brea. Na lapela informa-se-nos do seu percorrido poético: *Livro do Caminho* (1989) e contributos densos nas antologias *Mátria da Palavra* (1990) e *Antologia da Poesia Lusófona* (1993-1994), títulos da coleção «Poesia» nos *Cadernos do Povo*. Tem também, como todo bom escritor, poemas e relatos ainda inéditos, que esperam ver cedo a luz.

Tive a gozosa encomenda de redigir o «Prelúdio», descompensado, a *O País dos Nevoeiros*. Nesta recensão vou servir-me dele, mas livremente.

Começo com uma comparação, odiosa, como todas, entre o primeiro poema do *Livro do Caminho* e o LII do poemário que comento. Os dous constam de quatro estrofes ou grupos de versos. Não é nesse pormenor que reparo, mas no mais sensível, dos conteúdos. Transcrevo os versos primeiros das correspondentes estrofes:

«À minha companheira», do *Livro do caminho*

Nesta obscena noite, que com fúria afiança  
a nossa juventude na terra renascida,  
na esperança da língua, na língua da esperança [...]

Unidos ergueremos uma estrela azulada  
na doce madrugada do sonho compartilhado,  
e juntos na linguagem mais bela e mais amada [...]

Verdes olhos da terra, verde terra da alma,  
por todos os que lutam é tempo de falar-te;  
cantaremos todos os que sofrem com calma:[...]

Para que nesta noite a luz siga brilhando,  
para que eu resista às sombras desta vida,  
à minha companheira, a que siga alentando  
na língua da pátria, uma pátria perdida.

Poema LII, de *O País dos Nevoeiros*

Atravessar contigo dada sombra  
que a noite cria, bela e imutável,  
nos teus braços dourados diluir-me [...]

Remontar com as asas dos arcanjos  
o caminho que leva ao paraíso,  
e a cidade, calada e indistinta [...]

Percorrer as ladeiras do teu nome  
num círculo traçado na tua pele,  
doze signos porei que a circundem [...]

Doce Mórrigán, despe a tua túnica  
que as deusas da morte sempre usaram,  
e atravessa comigo o nevoeiro  
para entrarmos na luz que nos circunda  
e sermos na alvorada  
uma mesma razão e um mesmo alento.  
Mas ainda fica a dor que nos perdura...

Numa primeira versão do «Glossário» a *O País dos Nevoeiros* achei como explicação da voz *Mórrigán* a seguinte: «*Mórrigán* (ou *Morrigu*): Da estirpe dos Tuatha Dé Danann, está presente nas guerras, sob aparência de corvo ou gralha-preta. Não obstante, costuma ser representada com armadura e armas. O seu nome vale por *Grande Rainha* ou *Rainha Espectral*. Deusa da morte e da destruição, é também deusa da renovação, da morte que dá à luz nova vida, amor e desejo sexual. *Mórrigán*, donzela, mãe e viúva, faz parte duma tríada com *Bodhbh* e *Macha*; algumas fontes descrevem-na de modo que *Bodhbh* e *Macha* são manifestações suas. Causa maus sonhos e procura cativar os humanos para se reproduzir; para lograr esse propósito, transforma-se em sedutora mulher. Sobre tudo depois da cristianização da Irlanda, foi identificada com o diabo: “Logo veio a mãe de todos os demónios, /o corvo negro, a alma da guerra. /Veio a *Mórrigán*. Baixou, a voar, duma nuvem negra. / Pousou-se numa pedra erguida de Tara.”»

Eis a diferença entre ambos: Face ao tópico da “amada”, tradicional, embora individualizado e elaborado com primor (segundo Maria Rosa Valente assinalava em «Uma leitura do *Livro do Caminho*»), em *O País dos Nevoeiros* a personagem ou figura de “*Mórrigán*” evidencia o que é o poemário: muito trabalhado na forma e nos conteúdos, e inçado de sentidos aparentemente contraditórios, não lineares, e sobretudo ordenado sob a desordem das sequências.

Se o *Livro do caminho* está dividido, por sua vez, em três livros de nove poemas cada um (27 poemas, mais a «Dedicatória», acima quase transcrita), *O País dos Nevoeiros* consta de noventa e uma seções (a maioria de um só poema), tantas quantas são as composições que abrange o pondaliano *Queixumes dos pinheiros* (ou *Queixumes dos pinos*), de que Ângelo Brea fez uma



edição magistral, publicada nos núms. 35-38 dos *Cadernos do Povo. Revista internacional da Lusofonia* (1996), hoje infelizmente esgotada.

Haverá quem diga que exagarei, quando, no «Prelúdio», referi *O País dos Nevoeiros*, sobérbio, a dous poemas épicos grandiosos, à *Eneida* e a *Os Lusíadas*. Não na configuração ou estrutura externa, que dizem, mas noutros aspetos.

A *Eneida*, composta (incompleta) por doze livros, constitui a epopeia “nacional” do Império romano. Refere a lenda do troiano Eneias, filho de Vénus, que foge da Tróia saqueada e incendiada e chega a Cartago, onde é recebido pela rainha Dido, a qual acaba apaixonada por ele. Mas Júpiter ordena a Mercúrio que lhe lembre a Eneias a sua missão: Achar o Lácio e fundar a cidade que, substituindo a Tróia destruída, governe o planeta. Visitará o mundo dos mortos, antes de cumprir o destino que os deuses lhe encomendaram.

Quanto a *Os Lusíadas*, desenvolvida em dez cantos, integra três tipos de protagonistas: (1) os «barões assinalados», gestores das descobertas; (2) os reis, propagadores do cristianismo e (3) os outros personagens dignos de ser admirados. Dos episódios narrados, saliento o referente à «Ilha dos Amores», em que os heróis portugueses recebem o prémio prazenteiro aos seus trabalhos e esforços; vem a ser a exaltação do amor que liberta os lusíadas da lei da morte.

Eis os versos (hexâmetros) iniciais da *Eneida* com a versão portuguesa de Manuel Odorico Mendes (1799-1864):

Ille ego qui quondam gracili modulatus avena  
Carmen, et, egressus silvis, vicina coegi  
Ut quamvis avido parerent arva colono,  
Gratum opus agricolis; at nunc horrentia Martis  
ARMA VIRUMQUE CANO TROJAE qui primus ab oris  
Italiam, fato profugus, Lavinaque venit  
Littora: [...]

Eu, que entoava na delgada avena  
Rudes canções, e egresso das florestas,  
Fiz que as vizinhas lavras contentassem  
A avidez do colono, empresa grata  
Aos aldeãos; de Marte ora as horriveis  
ARMAS CANTO, E O VARÃO QUE, LÁ DE TROIA  
Prófugo, á Italia e de Lavino ás praias  
Trouxe-o primeiro o fado. Em mar e em terra  
Muito o agitou violenta mão suprema,  
E o lembrado rancor da seva Juno. [...]

Eis as duas primeiras estrofes d'*Os Lusíadas*

AS ARMAS E OS BARÕES ASSINALADOS,  
Que da ocidental praia Lusitana,  
Por mares nunca de antes navegados,  
Passaram ainda além da Taprobana,

Em perigos e guerras esforçados,  
Mais do que prometia a força humana,  
E entre gente remota edificaram  
Novo Reino, que tanto sublimaram;  
E também as memórias gloriosas  
Daqueles Reis, que foram dilatando  
A Fé, o Império, e as terras viciosas  
De África e de Ásia andaram devastando;  
E aqueles, que por obras valerosas  
Se vão da lei da morte libertando;  
Cantando espalharei por toda parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Ângelo Brea, mais modesto e sobretudo profundo conhecedor das (suas) gentes, optou por poetizar outra face dos motivos épicos, acomodados à situação social e territorial da Galiza: Repara num protagonista que não é herói como Eneias nem como os “barões assinalados” de Camões, mas a Terra, a Paisagem, o Mar, a Chuva... Elementos da Natureza que, libertados da topicação “colonizadora”, constituem ou, antes, constroem a Galiza. Percebe-se tal eco telúrico, mas épico, nos poemas que abrem *O País dos Nevoeiros*. Do primeiro e do segundo transcrevo uma estrofe:

Pátria de sonho e pedra, de água, vento e lume,  
ancorada num tempo de gloriosas lembranças,  
terra de belas veigas onde sussurra o melro,  
onde o milhafre voa com asas poderosas,  
onde o avô observa os rumores marinhos  
e fala sem palavras com olhos sempre livres.  
(I.- [Primeira estrofe de] «Cântico»)

Nesta terra de sonhos, verde e calma,  
onde habita o mar do fim do mundo,  
há cores que se espelham no profundo  
de uma ria de espumas coroadas,  
País de nevoeiros, lenta chuva  
que cobre as montanhas, grandes bosques  
de verdor infinito que percorre  
o íntimo alecrim de flor dourada.  
(II.- [Última estrofe de] «Terra»)

No «Prelúdio» (2005: 12-13) a *O País dos Nevoeiros* assinalava temas recorrentes que alicerçam em três espaços ou *topoi*, igualmente recursivos: *Compostela*, *A Costa da Morte* e *Os Ancares*. Mas acho que, para ser mais preciso, deveria ter assinalado cinco, temas e *topoi*. Na realidade os XCI poemas desenvolvem-nos desordenadamente, como evidenciando a situação

fragmentada em que a Galiza está hoje ensumida também e sobretudo pela conformação política do Reino da Espanha.

Neste sentido *O País dos Nevoeiros* contrasta com os poemas épicos acima citados, *Eneida* e *Os Lusíadas*, com os quais (sem desmesura) o venho comparando: Estes seguem uma sequência, nem sempre diegética, mas perceptível, em que a história não fica oculta trás o discurso, sendo o discurso em grande medida narrativo. No poemário de Ângelo Brea o discurso épico-lírico (ou vice-versa) sobrepõe-se à presumível história que, esperavelmente, ligasse os *topoi*, os assinalados e outros especificáveis.

Vejam os *topoi* que, a meu ver, organizam a desordem poemática:

1.- *Compostela* e sobretudo a *Catedral* e arredores:

a) *Compostela*: «... cidade, / ... torres florescidas, // os caminhos, as praças e os jardins... // estátuas ... »; mas sobretudo a frase que inicia quatro estrofes: «Tenho os olhos cheios...» (III, p. 19) Ou «*Compostela* tem uma voz rendida / em ondas de profunda imensidade...» (XVII, p. 34) É neste poema que salienta da cidade o «horizonte pétreo», «as casas que parecem de ar e sombra», a «luz de séculos», «rumor feito água e pedra viva». E os poemas XXIII («A primavera desce em *compostela*», p. 41) e o XXIX («Torres de *Compostela*, áureos signos», p. 47).

b) «Pórtico» (XVI, pp. 32-33), o da Glória, do Mestre Mateus, mas apresentado e descrito desde a perspectiva do peregrino que chega ao fim do caminho santo: «arcos levemente levantados», «rostos dos profetas bebem sombras», «Pantocrator ... mãos chagadas / entre o anjo e o leão / e entre o boi e a água», para perceber que lá, ao pé da coluna, «[p]rostrado de joelhos está o mestre / con o seu coração de pedra e tempo...» E mais «Na Quintana dos mortos surge alada» (LV, pp. 79-80).

c) «Monte Pedroso» (LXVI, 1 e 2, pp. 98-99). Duas partes: a primeira, de três estrofes, oferece as lembranças das subidas ao monte, no sol-pôr, na juventude ida, enquanto a segunda, de cinco estrofes, descreve o ascenso da névoa, «luz espectral», desde a cidade, desde o rio Sarela até aos cumes, batidos pela ventania. Antes, os amigos «bebíamos a luz»; hoje, um hoje impreciso, «[a]s trevas quase abraçam, em terríveis portentos, / uma alma isolada...»

2.- *A Costa da Morte* e nomeadamente o *Monte Pindo*.

a) «Monte Pindo» (LIV, pp. 77-78). Poema constituído por seis oitavas. Contudo, saliento os nomes celtas que alberga: Goibhniu, Grian, Lir, Dagda, Emáin, Múin e Brigântia; para além das denominações toponímicas: Ilhas Lobeiras, Mina, Moa.

b) «O Farol de Finisterra» (XXXIII, p. 52). «As montanhas guardam o eco do teu nome / e dentro de si mesmas levam hinos / de belas palavras...» Mar e monte no fim da Terra anunciam o infinito; de facto o poema abre-se e en-

cerca-se com tal pregação: «Para além de ti só existe o infinito / e o luar que traça circo sobre o mar.»

c) Servem de trânsito para o *tòpos* seguinte três poemas sobre o mar: «Ria» (XXV, p. 43), «O mar parece calmo...» (XXVI, p. 44) e «Rítmicas as ondas procuram a praia» (XXVII, p. 45).

3.- *Breogão* e os *Filhos de Mill* continuam tematicamente o *tòpos* anterior. Com efeito, é através do mar que os celtas chegaram à Galiza e se estabeleceram em Brigântia; é a través do mar que procuraram e alcançaram Erim:

a) «Cantata de Brigântia» (XLV, pp. 66-67): «Os deuses esquecidos alçam cantos / à terra das montanhas florescidas / [...] / A formosa Brigântia / espreita desde o trono dos seus pais / e observa esta terra em que vivemos / uma história sem honra e sem vitórias, / sonhando com os tempos já passados / em que Ith percorreria os oceanos / na procura de Erim...» ou da Irlanda. Destarte implicadamente fica assinalada a continuidade entre os míticos povoadores da Galiza e os atuais, se conscientizados.

b) «Taibhreamh Itha» (XLVI, p. 68) ou «Sonho de Ith» exprime a visão da ilha de Irlanda que desde a Tor Breogháin teve o filho de Breogão: «As estrelas, brilhantes nas alturas, / formavam um caminho silencioso / na procura de Erim, a sempre verde, / nos mares mais ignotos...». Fica complementada pelo poema intitulado «Morte de Ith (fragmento)» (XXX, p. 48-49): «O seu último alento foi o nome da amada, / a mirada ao seu filho e a lembrança da terra...». Ith, filho de Breogão, morreu assassinado pelos nobres que ele pacificara. Serão os Filhos de Mill e os descendentes de Gaedhel os que vigarão a sua morte.

c) «Hino dos guerreiros de Mill» (XIX, p. 36) a evocar «as grandes histórias» do clã integrado sucessivamente por Agnomáin e Elloth e Laimflind e Tai e Ogamáin, ajudados por Donn e Colptha e Ir, emparentados com os Faraós de Egipto, onde estudaram leis e o proceder justo; e para além por Erannan, um dos quarenta chefes que da Galiza passaram à Irlanda, cuja cabeça era Donn, filho de Mill.

4.- As *Terras Altas dos Ancares*, no interior da Galiza, como representação ou reflexo das Terras Altas escocesas: Talvez seja licença poética do Ângelo, talvez expressão de experiência singular; contudo, os «Poemas dos Ancares» (LIX, pp. 85-89) “ecoam” líricamente as paisagens das Highlands, montanhosas, do norte da Escócia: «Os Ancares ficaram entre a névoa / como ilhas num mar de esquecimento...» Justamente as brumas, o «manto de lânguidas presenças», e os nomes, como Cervantes e Návía Múrias e Linhares e Quindous e São Romão..., resolvidos em chuva a empapar «as terras dos Ancares / com lentas borboletas de silêncio», os que justificam que o poeta afirme: «No alto do Pedreu pairam as nuvens / como tristes lamentos nunca ouvidos...». Quais lamentos?

5.- Talvez ou acaso sem dúvida os poemas relativos ao *Sang Real* (“sangue real”) ou ao *Santo Graal* (da *Demanda* artúrica), refugiado hoje nas Terras Altas da Galiza. Na realidade é *tòpos* ou tema que envolve os anteriores, porquanto os relaciona intensamente, entre brêtemas narrativas que ninguém ousou esclarecer, como uma nova Avalon, não ilha, mas lugar de mistérios. Nele relatos antigos sobre os míticos deuses celtas passam de druida para druida, em convivência com as lendas artúricas, a gravitarem arredor do sangue ou da herança do Cristo. Aponto a versão que Ângelo Brea nos transmite poeticamente:

5.1.- A sacralidade originária ou, antes, a origem sagrada da Galiza e da sua missão na história, mas singelamente cingida à pessoa da amada, segundo o poeta o evidencia, por exemplo, em «*Spes*» (LXXIII, p. 107): «Ouço um berro fugaz que tem o alento / das mais altas montanhas, / e destilo no néctar dos teus beijos / a infinita ambrosia das palavras.»

5.2.- A povoação celta primigénia, núcleo e fonte do existir galego, que também mostra a pessoa amada, como se exprime em «*Lembrança do Castro de Baronha*» (LXXII, p. 106): «Quando cai a tarde, o teu riso argênteo / enevoa as formas das pedras do castro. / Que estranha quietude sentir que caminho / num tempo que foi para não tornar! / Assim passa tudo nesta velha terra, / mas já não me sinto sozinho na noite: / os teus alvos braços seguram de mim / e guiam os passos que dou nesta vida.»

5.3.- A Terra e as façanhas dos antepassados, que se continuam ou deveriam ser continuadas pelos atuais habitantes da Galiza:

a) O poema dedicado «Aos poetas desta terra», centrado na Terra, convida-os a “cantar” «as doces cores deste país aquoso / em que abala o tempo em ondas de saudade...» e «os verdes campos, as várzeas sensitivas» e «o eco místico dos vales florescidos / entre altos carvalhos...»; a “olhar” «cada regato...»; a “admirar” «as montanhas de graníticas abas» e «os cumes» e «cada ria»; a “procurar” «esta terra nas mãos dos mais humildes, / nos campos sempre abertos, nos mares trabalhados»; a “conservar” «cada árvore, cada ponte ou caminho...». Conclui o poema: «Assim não morrerá o eco deste verso, / porque a nossa memória é um antigo destino, / uma palavra amável, uma cantiga oculta, / ou o riso de prata sob um mar cristalino.»

b) O «Pranto por Jenaro Marinhas» (LXIV, pp. 94-95), elaborado sobre a pauta do *planh* provençal, variedade do *sirventès*, está inspirado na morte do grande vulto, não tanto (acho) para inspirar tristeza, melancolia e dor, quanto para celebrar a pessoa e obra de D. Jenaro (como assim o chamávamos).

O pranto compreende seis oitavas (como o poema intitulado «Monte Pindo») as quais sucessivamente evocam a guerra civil espanhola, citada, e a pós-guerra, em que «morreram os teus sonhos num clarão de saudade» e mais a firmeza de D. Jenaro, «como a rocha que resiste as tormentas» e «talvez por

isso saibas definir liberdade / com palavras precisas e a um tempo generosas». O poema continua com a invocação do poeta aos «deuses», que «te conduzam à sempre verde Emáin», ilha das macieiras, no mundo do Além, «nos lares do deus Dagda», e com o vaticínio de que «a formosa Brigântia há levar-te à sua corte / e então serás livre de ira ou desconforto». Na quinta estrofe apresenta-o «peregrino / nessas longínquas praias que os deuses te oferecem» para afinal, na sexta, vê-lo «senhor do teu próprio destino», que pode fazer «um brinde por mim ao sol-pôr e à aurora». Antes, também na quinta estrofe, o poeta rogara: «À mesa dos banquetes reserva-me um assento, / que quero visitar-te ao me chegar a hora / para chorarmos juntos sentados ao luar.»

D. Jenaro Marinhos foi decerto continuador das gerações galeguistas anteriores a 1936 e modelo para as novas gerações.

c) É no poema XXVIII, dedicado «A Alexandre», filho do poeta, que aparecem delineadas as características ideais das novas gerações, libertadoras da Galiza. As variações sobre «olhos azuis» e «sol-pores» transitam o texto: São «infinitas perguntas [que] se juntam no teu peito»; é «um canto de vida em cada um dos teus dias», «porque tu és a esperança no negrume da noite». Apesar de Alexandre chegar a saber «da incerteza de não termos história», «um dia, talvez, ao cruzares a terra, sonharás com a hora da nossa liberdade».

5.4.- Poderia afirmar-se que, para Ângelo Brea, poeta de um lirismo épico acrisolado, a Galiza reterritorializará nas suas gentes um novo ou talvez velho Avalon, um imaginado e não fantasioso reino de Camelot, cuja sede poderia ser o Zebreiro, no Caminho de Santiago, junto das Terras Altas em que o Santo Graal se acha quase ignorado de todo o mundo. Diversos poemas ilustrariam esta minha inferência, mas apenas vou citar dous:

a) O XLI (p. 61), que começa «Na terra das montanhas e dos vales, / entre o fluir remoto das estrelas, / resiste um coração de luz e pedra, / com veias que são rios de saudade.»

b) E o LVII (p. 82), invocação, desde Compostela, a cidade levítica, à «doce Áine», soberana da Terra e do Sol; o seu nome significa ‘prazer’, ‘alegria’, ‘esplendor’. Irmã gêmea de Grían, ambas alternavam-se na Roda do Ano, mudando de lugar a cada solstício. Áine é tanto Deusa Donzela, a inspirar poesia aos seus devotos, quanto Deusa Mãe, associada às águas sagradas, de poderes curativos, e Deusa Obscura, mulher sábia de rara beleza.

**Da Lusofonia ameaçada**  
*Temas de linguística política,*  
de António Gil Hernández\*

Álvaro J. Vidal Bouzon

**A**ntónio Gil Hernández é um mestre. No sentido que George Steiner tem elogiado e de cuja função societária tem, acaso, nos seus textos, levantado formosíssima ata de defunção. Mas António Gil Hernández é, antes de mais e sobretudo, um pensador de primeira linha sobre as condições sociolinguísticas e glotopolíticas em que a Comunidade lusofónica da Galiza vive. Ou sobrevive. Ou *resiste*, até. Sobreviver a quê?, resistir contra quem? são, aliás, perguntas para cuja resposta os textos de Gil Hernández se têm configurado como inestimável e imprescindível ferramenta crítica. Até ao ponto de não poucos dos argumentos e conceitos por ele (re) elaborados ao longo das últimas três décadas serem tão rastejáveis quanto a sua origem indecentemente silenciada na produção daqueles que militam em posições teóricas e políticas contrárias. Porque a esclarecida dimensão política (em sentido estritamente filosófico e, pois, não isento de uma certa carga aporética) do seu tratamento do cultural, linguístico e literário é o que tem colocado a obra de António Gil na posição de centralidade que lhe corresponde no panorama intelectual da *Galiza*.<sup>1</sup> Posição, aliás, contra todas as

---

\* Gil Hernández, António (2006). *Temas de linguística política. Seguidos dum avanço de Temas de política linguística. Leves reflexões sobre política nacional “española”*. Santiago de Compostela: Associação de Amizade Galiza-Portugal, ISBN 84-88849-18-4, 308 pp. Uma versão levemente diferente desta resenha foi remetida para a *Revista do Centro de Estudos Portugueses* da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil).

<sup>1</sup> Assim, em português; e não, em espanhol, *Galicia*: o livro que resenhamos indica as fragmentações glóssicas da população dessa Comunidade Autónoma do Reino de Espanha e fará uso marcadamente diferencial de ambos os “seus” nomes na consciência de que tudo, em termos identitários,

(re)pressões por parte de uma *oficialidade galego-espanhola* cujos pressupostos programáticos, princípios ideológicos e práticas discriminatórias têm sido objeto do afiado olhar de Gil Hernández, por exemplo, no seu livro *Silêncio ergueito* (Sada: do Castro, 1986), do qual este que nos ocupa é continuador e aprofundador.<sup>2</sup> Um olhar, claro, assente num respeito profundo pela comunidade de língua, de toda a língua. Um olhar, assim, articulado sobre o paciente labor de restauração do sentido próprio das palavras, das expressões, dos textos; resgatando-os, desta forma, das deslocções semânticas e pragmáticas a que têm sido submetidos no território dialético e retórico do combate político. Um olhar, por fim, do qual faz parte essencial o trabalho que António Gil tem despregado nas organizações sociais de caráter cultural lusófono dentre as que merece agora destacar-se aquela que publica o presente volume, a Associação de Amizade Galiza-Portugal.

No “Prologuinho petiscante” com que o livro se inicia (e que constitui, assim mesmo, uma magnífica introdução à linguística social) Gil Hernández se põe a tarefa de “*Pensar a Lusofonia*”. Quer dizer, de delinear a sua definição conceptual e de apontar à sua realização universalizante. Porque será este potencial universalizador, e humanista, que equipara as comunidades lusofónicas com as doutras línguas, o que alente a sua análise. *Potencial*, porque Gil Hernández sabe da persistente tendência no seio da Lusofonia a efetivar umas práticas que incidem mais nos traços diferenciais do que no por ele qualificado de “discurso da/de unidade”; ao contrário da tendência dominante na Anglofonia, na Fracofonia ou na Hispanofonia. Neste sentido, a Lusofonia acolheria uma certa pulsão fracturante na que o conflito linguístico em que a comunidade lusofónica da Galiza se acha encontraria espelho perfeito. Pulsão, aliás, segundo o autor indica, claramente suicida e contra a qual seria instrumento privilegiado a promoção do espírito que coalhou no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990,<sup>3</sup> reconhecedor da variedade sob a cobertura da unidade da língua e não vice-versa. Espírito, aliás, do que foram partícipes diferentes vultos intelectuais lusófonos como Celso Cunha, Antônio Houaiss, Agostinho da Silva ou Manuel Rodrigues Lapa; todos eles cónscios do caráter lusofónico das comunidades de fala galega incluídas no Reino de Espanha (no livro podemos achar alusões ou referências

---

se joga, *primeiro*, na perentória escolha de um deles e de que ambos encarnam, até certo ponto, os agónicos extremos do conflito do qual este livro a um tempo dá conta e participa.

<sup>2</sup> Em relação à fundante consideração desigual da comunidade lusófona da Galiza, e dos direitos dos lusófonos galegos, se comparada com a hispanófona e os direitos dos hispanófonos (galegos ou não), por parte do quadro legal espanhol pode ler-se especialmente o “Capítulo hesitante: os Direitos Humanos [desde a Galiza]” de *Temas de linguística política*.

<sup>3</sup> Em cuja elaboração como parte da delegação da Galiza ele próprio tinha participado e que usa desde então na redação dos seus escritos.



explícitas a muitos desses autores assim como um esclarecedor estudo das ideias de Rodrigues Lapa sobre a recuperação literária do português da Galiza).

É, pois, a fundamentação e reivindicação da condição lusofônica da Galiza e o pensar as condições da sua pervivência o foco deste texto. Na perspectiva, sempre, da solidariedade trans-nacional que ela requer. E a isso procede após estabelecer uma inicial cartografia ou sistematização das diferentes circunstâncias e diversas posições (nomeadamente glotopolíticas e relativamente ao seu papel no mundo lusófono) em que os por António Gil denominados “sete+um+um” (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Lorosae e Galiza) se acham. São interessantes, neste ponto, a sistematização de semelhanças e diferenças entre as diferentes regiões estabelecida por Gil Hernández e “o papel dirigente” da Lusofonia, como “*primus inter pares*”, atribuído ao Brasil.

Como é evidente não são estes *Temas de linguística política* uma exposição restritamente filológica cujo intuito seria, mais uma vez, demonstrar que as falas galegas são *ainda*<sup>4</sup> parte do diassistema linguístico internacionalmente conhecido pelo nome de *português*. Que o “galego” é “português” é posição teórica tradicional da linguística em geral e da romanística em particular. É aqui onde a qualificação como *política* da *linguística* do título cobra todo o seu sentido. Pois de uma específica intervenção política há que dar conta para explicar a inovadora posição segundo a qual aquelas falas deixaram *já* de ser português e passaram a se constituir numa “nova língua”: “o galego”. E essa intervenção política é a que efetiva o projeto de construção (e unificação) nacional espanhola *contra* os (possíveis) projetos de construção nacional da Galiza (entre outros). Repare-se na desigual distribuição do número dos termos: “o projeto” *vs.* “os (possíveis) projetos”. Porque não é a de Gil Hernández uma redutora oposição binária: o realmente trágico da situação que descreve é que a parte mais politicamente visível do nacionalismo galego após a formal restauração democrática no Reino de Espanha em 1978 tem assumido em boa medida as noções ideológicas que reduzem a língua (*inter*)nacional dos galegos (o português) a uma “língua própria” encerrada dentro de Espanha, assumindo umas regras de correção idiomática (padronização e normação) decalcadas e subsidiárias das do espanhol. A cifra que exprime de modo imediato para todos os utentes da língua (incluídos os doutras regiões da Lusofonia) os efeitos desta situação é a imposição da ortografia espanhola para a escrita do português da Galiza, o que, como assinala Gil Hernández, de fato o amputa simbolicamente e materialmente da área de comunicação lusófona para o incluir, com funções diminuídas, na

---

<sup>4</sup> Apesar do grau de deturpação em que se acham por estarem em maior ou menor medida reprimidas no longo processo em curso de imposição, socialização e normalização da língua espanhola na Galiza.

hispanófono. Ou, por outros termos, faz possível a entrada na Lusofonia dos produtos culturais “em galego” só sob a condição de “tradução” e vice-versa. Esta situação tem objetivamente contribuído para acelerar o que António Gil qualifica como “processo de substituição linguística do português galego pelo espanhol”. Portanto, para travar (e inverter, mesmo) tal processo haverá, primeiro e como *conditio sine qua non*, de ser restaurado o correto (“natural”, inclusive, segundo o autor) critério de correção (ou, mais tecnicamente, nos seus termos, “correlacionamento diglósico”) interior à comunidade linguística a que as falas galegas pertencem.<sup>5</sup>

Contudo, o realmente crucial, do ponto de vista político, na articulação teórica de *Temas de linguística política*, a questão que percorre todo o livro, é a conceptualização crítica da função dos *agentes* cuja subjetividade se configura (em *feed-back*) na conflituosa situação glotopolítica da Galiza. Aqueles aos que António Gil refere quer com o termo abstrato de “notabilidade” quer com o mais concreto de “os notáveis” (para depois estabelecer uma série de subcategorizações dependentes da lealdade nacional dos mesmos). Termos, ambos, que aludem a algo mais que a umas elites, ou que ao gramsciano intelectual orgânico, e que nos conetam de imediato com o início mesmo da Modernidade pois coalham em redor dos processos revolucionários (divórcios) de 1789 e da construção correlativa da categoria de “povo”. Assim, ao ver de Gil Hernández, haveria de dar-se, em toda a sociedade “normal” (e o livro avança uma definição de em que consiste a “normalidade” de uma sociedade moderna), uma relação dialética entre esses dois polos societários de modo aos notáveis serem, de fato, por sua expressão, “cabeça de povo” e, o povo, efetivamente, “povo cabeçado”. O caráter defeituoso da seção dominante de uma possível notabilidade galega fica, a seguir, minuciosamente descrito e explicado. Incapaz de *notar* o povo galego quanto galego<sup>6</sup> e, em reciprocidade, *ser por ele notado*: a submissão daqueles que com maior visibilidade aspiram a ser notáveis da Galiza aos programas ideológico-nacionais desenhados e implementados pela notabilidade espanhola (que parece por vezes devir modelo *a contrario*) é posta em evidência com profusão de exemplos (práticos quanto textuais). E a significativa função da notabilidade lusófona dos outros territórios de língua portuguesa na ajuda da ameaçada lusofonia

<sup>5</sup> É o que se explora nos intitulados “Capítulo fundamental: conceito de diglossia” e “Capítulo fiducial: propostas diglósicas de futuro possível”. Aliás, estes capítulos vêm completar a essencial intervenção teórica de Gil Hernández, desde fins dos oitenta do século passado, na delimitação deste conceito formulado inicialmente por Charles A. Ferguson e da sua manipulação e/ou pertinência para a categorização do conflito linguístico na Galiza espanhola. O próprio livro, no “avanço de *Temas de política linguística*” com que conclui, anuncia uma dedicação com maior pormenor ainda em volume certamente complementar deste e de futura publicação.

<sup>6</sup> Lusófono, pois: a centralidade da língua na definição da nação galega é inquestionada pelo galeguismo histórico e o nacionalismo galego politicamente organizado.

da Galiza é, assim mesmo, conflituosamente caracterizada. Por fim, o fundamental papel jogado historicamente pela notabilidade na constituição do imaginário nacional através do instrumento linguístico e, até, correlativamente, no estabelecimento das normas mesmas de correção idiomática, é perspectivado num bloco de capítulos dedicados ao estudo social do fato literário<sup>7</sup> que constituem, assim mesmo, uma magnífica introdução à teoria da literatura e que são usados como conjunto de *exempla* e fundamentação programática para a ainda incipiente notabilidade da Galiza. A este respeito, resultam de especial interesse, sobretudo para a Lusofonia europeia, os estudos sobre Eça de Queirós, Fernando Pessoa e o poeta galego Manuel Maria.

Apesar da explícita preocupação com a *dimensão utópica* do projeto de socialização (na sociolinguística galega dito de “normalização”) do português da Galiza que surge em várias ocasiões no livro (de modo mais concentrado no “Capítulo chointe ou abrideiro: singelamente lírico”), o discurso de Gil Hernández está fortemente enraizado numas coordenadas em que predomina a paciente desconstrução da forma política da modernidade por excelência (o Estado-Nação), enfrentando-se, olhos bem abertos, aos seus modos de conformação do social e questionando o que cada um dos termos da categoria com que conhecemos aquela forma política (“Estado” e “Nação”) *faz ao outro e incorpora ao* ou *tira do* “novo” termo. E é aí, muito precisamente, onde a questão essencial reverbera: por que e como se tem tornado a Nação, sob a sua constrição e/ou alargamento estatal, na forma privilegiada e politicamente determinante de “segurar” comunidade, *e comunidade sobretudo linguística*, na nossa era?

---

<sup>7</sup> Assim em “Capítulo explorante: diglossia, normalidade, literariedade vanguardista”, “Capítulo estimulante: língua literária e identidade nacional”, “Capítulo caracterizador: língua literária ou nacional”, “Capítulo prometedora: concepções «literário-nacionais»” e “Addendum”.

*Boletim da  
Academia Galega  
da Língua Portuguesa*

**Catálogo**

<b>Título</b>	Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa
<b>Editor</b>	Padrão (Galiza) : Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 -
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Início/fim</b>	N.º 1 (2008) -
<b>Notas</b>	Textos em português
<b>ISSN</b>	1888-8763
<b>Depósito Legal</b>	C-2345/2008
<b>Classificação</b>	009(05) 303(05)
<b>Matéria</b>	Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas

© Os(as) autores(as), 2008 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

## Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa

### Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu segundo volume, previsto para o segundo trimestre de 2009. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

### Cronograma para o Vol. II

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2008  
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2008  
Edição e acabamento: março/abril de 2008  
Distribuição: maio/junho de 2008

### Envio de propostas

OOs artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-se-ão em arquivo electrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: [pro@aglp.org](mailto:pro@aglp.org)

### Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica actual, assim como endereço postal e electrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 6.000 e 7.000 palavras para os Estudos e 2.000 a 3.000 para as Notas, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, ano:página), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; contendo caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

### Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc.

## Normas de publicação

### Resenhas

A revista incluirá uma secção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço electrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

### Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

**Em monografias e similares:** Sobrenome e Prenome do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

**Mais de três autores:** Sobrenome e Prenome seguindo de: *et al.* Ex.: Suevos, Paulo; *et al.* (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

**Entidades coletivas:** Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

**Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo:** Sobrenome e Prenome do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenome do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro, pp. 12-34.

**Revistas e jornais:** Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, página inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

**Para teses e outros trabalhos académicos:** Sobrenome e Prenome (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoria do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

**Para documentos em-linha:** mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perimetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.

